

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA - FCR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
NÍVEL DOUTORADO

AFONSO MARIA DAS CHAGAS

CENÁRIOS E PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE OS
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO EM RONDÔNIA

Porto Velho, RO

2018

AFONSO MARIA DAS CHAGAS

CENÁRIOS E PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE OS
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO EM RONDÔNIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Rychcki Hecktheuer

Porto Velho, RO

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Chagas, Afonso Maria das

Cenários e processos de participação política: um estudo sobre os movimentos sociais do campo em Rondônia / Afonso Maria das Chagas. -- 2018. 227 f.

Orientador: Fabio Rychcki Hecktheuer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Movimentos sociais do campo. 2. Processos participativos. 3. Política Estatal. 4. Questão agrária. 5. Rondônia. I. Hecktheuer, Fabio Rychcki, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Externo meu agradecimento, que será permanente, ao Prof. Dr. Fábio Rychcki Hecttheuer, meu orientador, tanto por sua responsabilidade junto ao DINTER, quanto pela amizade e orientação. Em seu nome agradeço imensamente à Faculdade Católica de Rondônia.

Imensamente agradeço à FAPERÓ, pela ajuda, que possibilitou a dedicação à pesquisa, ajuda sem a qual, difícil seria a chegada. Igualmente minha gratidão a UNIR, pelo apoio indispensável deste projeto. De forma carinhosa, aos meus colegas professores do campus de Cacoal, minha admiração e gratidão pelo apoio.

No percurso, sob forma de amizade, orações, motivação, ternura, amor e cumplicidade.... Assim entendo e reconheço, sob forma de sentimento, aquilo que se personifica na pessoa de minha amada. Gratidão incondicional a você Cleo Leandra.

E então se achegaram à minha existência sob forma acompanhante, estimulante e amiga. Amizade no sentido mais pleno: Daeane Zulian, Roberto de Paula, Paulo César, Ozana Rodrigues, Jadir de Moraes, Adilson Machado e tantos mais, minha gratidão.

Agradeço também às pessoas que, em suas militâncias, vivem de me ensinar, e por quem registro meu respeito e admiração. A todos e todas da CPT Nacional e Regional Rondônia, sempre presentes na minha história, co-responsáveis pelo meu aprendizado nas lutas e na crença de um mundo melhor, sobretudo para os povos do campo.

Aos Professores e Professoras do PPG em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente àqueles que ministraram as aulas do DINTER, meu reconhecimento e minha gratidão. De forma especial, ainda, ao Professor Alfredo Gugliano, por acreditar neste projeto, pela amizade, diálogo e encorajamento.

Externo meu sentimento de enorme gratidão aos movimentos sociais do campo de Rondônia, dos quais sou aprendiz. O testemunho dado, nas lutas cotidianas no Estado de Rondônia, são referência de esperança, transformada em movimento, de quem “faz a roda girar”. Enfim, a todos aqueles e aquelas, que na fala e no silêncio mantiveram-se presentes, na ajuda construtiva, no suporte emocional, nos encontros e abraços que marcaram e marcam a amizade e a parceria.

À Deus, sobretudo.....

Um homem, uma família, expulsos de suas terras, esse veículo enferrujado arrastando-se e rangendo pela estrada rumo ao Oeste. Perdi as minhas terras; um trator, um só, arrebatou-as. Estou sozinho e apavorado. E uma família pernoita numa vala e outra família chega e as tendas surgem. Os dois homens acocoram-se no chão e as mulheres e as crianças escutam em silêncio. Aqui está o nó, ó tu que odeias as mudanças e temes as revoluções. Mantém esses dois homens apartados; faz com que eles se odeiem, receiem-se, desconfiem um do outro. Porque aí começa aquilo que tu temes. Aí é que está o germe do que te apavora. É o zigoto. Porque aí transforma-se o “Eu perdi minhas terras”; uma célula se rompe e dessa célula rompida brota aquilo que tu tanto odeias, o “Nós perdemos nossas terras”. Aí é que está o perigo, pois que dois homens nunca se sentem tão sozinhos e abatidos como um só. E desse primeiro “nós” nasce algo muito mais perigoso: “Eu tenho um pouco de comida” mais “Eu não tenho nenhuma”. Quando a solução desta soma é “Nós temos um pouco de comida”, aí a coisa toma um rumo, o movimento passa a ter um objetivo. Apenas uma pequena multiplicação, e esse trator, essas terras são nossas. Os dois homens acocorados numa vala, a pequena fogueira, a carne que se cozinha numa frigideira comum, as mulheres caladas, de olhos vidrados; atrás delas as crianças, escutando com o coração palavras que seu cérebro não abrange. A noite desce. A criança sente frio. Aqui, tome esse cobertor. É de lã. Pertenceu à minha mãe — tome, fique com ele para a criança. Sim, é aí que tu deves lançar a tua bomba. É este o começo da passagem do “Eu” para o “Nós”

(STEINBECK, 2013, pp. 181-181, grifo meu)

RESUMO

A presente tese projeta seu objetivo na busca pela compreensão do fenômeno das organizações e movimentos sociais do campo, desbordando na relação que estes movimentos criam e sustentam frente ao Estado: órgãos/autarquias e agentes públicos. É possível sistematizar esta pesquisa, na confluência entre três grandes eixos analíticos: a questão agrária e sua centralidade, os movimentos sociais do campo, e o Estado. Assim, apresenta-se como de suma importância, seja para a academia, seja para o debate com a sociedade, a percepção de tal debate, sobretudo diante de várias narrativas que dizem respeito à “vocação desenvolvimentista” do Estado de Rondônia. Por outra via, em sintonia analítica com as abordagens das Teorias sociais da Teoria política, torna-se fundamental a compreensão deste fenômeno, no sentido de identificar ou extrair os elementos essenciais, consensuais ou não, sobre a rela o entre Estado e movimentos sociais do campo, em seus amplos e plurais processos de intera o e participa o. Agregou-se ao projeto, a pesquisa de campo onde buscou confrontar duas perspectivas ou autorepresenta es. De um lado, a forma como os movimentos sociais compreendem e se compreendem na rela o com o Estado. Sob outro ângulo, a perspectiva que o Estado dimensiona, através de seus atores, sobre o papel, fun o e media o, dos movimentos sociais do campo, no Estado de Rondônia. Para alicerçar parâmetros de análise, ampliando o espaço hermenêutico sobre a compreensão do fenômeno, buscou-se anteparo tanto da perspectiva teórica de autores como Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui e Raymundo Faoro, quanto em autores pátrios que, deram ao tema, um enfoque analítico considerado relevante e atual para a compreensão da questão, no Brasil e na região amazônica, sobretudo. Tal análise, enfim, vincula-se à perspectiva de conhecer, verificar e compreender a questão dos “processos participativos” ante os paradigmas da Teoria Política da Organiza o da sociedade, sobretudo sob a perspectiva da Teoria do Processo Político, ou das “oportunidades políticas”.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Processos Participativos; Política estatal; Questão agrária.

ABSTRACT

The present thesis aims at understanding the phenomenon of social organizations and movements in the countryside, overflowing in the relationship that these movements create and sustain vis - à - vis the State: organs / municipalities and public agents. It is possible to systematize this research, in the confluence between three great analytical axes: the agrarian question and its centrality, the social movements of the field, and the State. Thus, the perception of this debate, especially in the face of various narratives that concern the "developmentalist vocation" of the State of Rondônia, is of great importance, both for the academy and for the debate with society. On the other hand, in an analytical line with the approaches of the Social Theories of Political Theory, it becomes fundamental to understand this phenomenon, in the sense of identifying or extracting the essential elements, consensual or otherwise, on the relation between state and social movements of the field , in its wide and plural processes of interaction and participation. He added to the project, the field research where he sought to confront two perspectives or self-representations. On the one hand, the way social movements understand and understand each other in relation to the state. From another angle, the perspective that the State, through its actors, assesses the role, function and mediation of the social movements of the countryside in the State of Rondônia. In order to support the parameters of analysis, by broadening the hermeneutic space on the understanding of the phenomenon, we sought the theoretical perspective of authors such as Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui and Raymundo Faoro, as well as authors who gave the theme an analytical approach considered relevant and current for understanding the issue, in Brazil and in the Amazon region, above all. This analysis, finally, is linked to the perspective of knowing, verifying and understanding the question of "participatory processes" before the paradigms of Political Theory of the Organization of society, especially from the perspective of Political Process Theory, or "political opportunities" .

Key-words: Social Movements; Participatory Processes; State policy; Agrarian question.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Áreas públicas destinadas a projetos via licitações.....	102
Figura 2: A territorialização das lutas de resistência dos Anos 1970-2000.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Publicações sobre movimentos sociais do campo (2008-2017).....	30
Gráfico 2: Recomendações ao Estado e Instituições públicas de Rondônia – CNDH, 2016...	92
Gráfico 3: Adesão à militância	125
Gráfico 4: Sobre a origem da militância ou vínculo original	128
Gráfico 5: Formas de atuação dos movimentos sociais em relação à interlocução.....	134
Gráfico 6: Audiências da Ouvidoria Agrária Nacional	137
Gráfico 7: Proporção das famílias por organizações/movimentos em Rondônia (2017)	141
Gráfico 8: Reivindicações/bandeiras de lutas contemporâneas.....	143
Gráfico 9: Movimentos sociais e Governos populares (2003-2016).....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Temáticas abordadas - Scielo e BTDF (2008-2017)	32
Tabela 2: Temáticas abordadas (Repositório UNIR) – (2008-2017)	33
Tabela 3: Temáticas abordadas (PPG/UNIR) – (2008-2017).....	34
Tabela 4: Territorialização das resistências em Rondônia (1970-1995)	110
Tabela 5: Relação das principais organizações do campo em Rondônia e ano de fundação .	120
Tabela 6: Formas de organização e repertórios dos movimentos sociais do campo	131
Tabela 7: Conflitos agrários em Rondônia – movimentos, áreas, nº de famílias (2017)	139
Tabela 8: Dados da violência contra a pessoa – Rondônia/2016	157
Tabela 9: Participação de Sindicalistas e Entidade Patronal por Governo em relação à Ministérios e Ministros (1985-2008).....	174
Tabela 10: Ministros e participação em movimento social por governo (alguma participação)	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARAM – Articulação Central de Associação Rural de Ajuda Mútua
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos
CPDA – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EFAs – Escolas Família Agrícola
FETAGRO - Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GAINSA – Guaporé Agro-Industrial S/A
GEBAM - Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
GRET – Grupo de Trabalho de Regulamentação do Estatuto da Terra
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LCP – Liga dos Camponeses Pobres
MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCC – Movimento Camponês Corumbiara
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEAF - Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
ONG - Organização não-governamental
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido
PAR – Projeto de Assentamento Rápido
PIC – Projeto Integrado de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PNSCA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PPG – Programa de Pós-Graduação

PT – Partido dos Trabalhadores

RIUNIR – Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SR – Superintendência Regional

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TPP – Teoria do Processo Político

UDR – União Democrática Ruralista

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNB – Universidade Nacional de Brasília

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: PERCURSO CONTEXTUAL E LOCALIZAÇÃO DO DEBATE	25
1.1 O estado da questão: os movimentos sociais na perspectiva teórica e acadêmica.....	26
1.1.1 Os movimentos sociais do campo na pesquisa, produção e publicação acadêmica	30
1.2 Os intérpretes da questão agrária e dos movimentos sociais do campo	38
1.3 A centralidade da questão agrária como tópico emblemático para a compreensão da realidade social e política	39
1.4 A localização do debate: movimentos sociais e questão agrária em Rondônia	48
2. ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA: REVISÃO TEÓRICA, RELEITURAS POLÍTICAS E DIÁLOGOS COMPLEMENTARES.....	56
2.1 Antonio Gramsci e a questão meridional	58
2.2 José Carlos Mariátegui e a “Questão peruana”.....	62
2.3 Raymundo Faoro e os “donos do poder”.....	65
2.4 Contraponto analítico 1: patrimonialismo ou a escravidão?.....	70
2.5 Diálogos complementares: dimensões no agrário no contexto político.....	74
2.6 Em busca de chaves de leitura aproximadas: breve sumário analítico	81
2.7 Contraponto analítico 2: o mito da ausência do Estado.....	85
2.8 Contextos e confrontos: movimentos sociais e as oportunidades políticas....	94
3. MOVIMENTOS E CENÁRIOS: PROCESSOS DE ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA NAS LUTAS AGRÁRIAS EM RONDÔNIA.....	100
3.1 Pela posse e ocupação: ação e reação nas lutas sociais dos anos 1970	101
3.2 A década da destruição e as lutas de 1980 a 1995.....	105
3.3 Os processos de resistência e a ação articulada	112
3.4 Mapeando a pesquisa: formas de abordagem e localização temporal.....	120

3.5	Identificando as origens e a forma de organização coletiva.....	127
3.6	Localizando a ação: repertórios e campos de interlocução	133
3.7	Objetivando a ação coletiva: as “bandeiras de luta” dos movimentos sociais do campo	141
3.8	Avaliando os resultados: autocompreensão da relação movimentos sociais-Estado nos “governos populares” (2003-2016)	144
4.	MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS: RELAÇÕES EM MOVIMENTO	148
4.1	O processo de redemocratização no contexto dos Projetos de colonização... ..	150
4.2	Pressupostos da relação Estado-movimentos sociais do campo: condicionantes e variáveis.....	153
4.3	A percepção desde dentro: o Estado autocompreendido e a percepção do conflito.....	157
4.4	Conexões participativas entre Estado e movimentos: disputas e arranjos num novo “espaço público”	162
4.5	Movimentos sociais do campo e a inserção estatal: entre aporias e perspectivas.....	171
4.6	Dinâmicas participativas e oportunidades políticas: “da ação ao movimento”	176
4.7	Movimentos sociais e racionalidade política: legitimação pelo procedimento ou pela participação: desafios	184
4.8	Os movimentos sociais do campo no cenário do golpe: desafios contemporâneos	189
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
	REFERÊNCIAS	209
	ANEXOS	223

INTRODUÇÃO

Construiu-se historicamente no Brasil uma narrativa de que “Reforma agrária é coisa de movimentos sem-terra”, esvaziando assim, o seu conteúdo político e social, ou seja, republicano e democrático. Embora a narrativa, retoricamente se sustente, o fato é que, a questão agrária tem sido de forma deliberada marginalizada da agenda política, equiparada à sinal de atraso, contra-desenvolvimentismo e campo de baderna, subversões e comunismo. Assim, nem para atender aos princípios de justiça social e, sequer, para o aumento de produtividade, a Reforma agrária é aceita (Estatuto da Terra de 1964).

Não houve nas últimas décadas, sequer, uma incorporação da agenda da Reforma agrária, na “esquerda política brasileira”. O máximo, foram conveniências, pontualidades. Uma incorporação aqui, um arranjo por lá, e pronto. O tema, ao contrário, pauta-se agora, naquilo que sobra, pelos interesses de bancada, ou seja, os interesses do latifúndio, da grilagem e do agronegócio no país. Calcula-se o avanço de pautas ligadas aos interesses dos camponeses e dos povos e comunidades tradicionais ao “humor” e a “governabilidade”, condicionada pela Bancada ruralista.

Em outro rumo, a relação estabelecida entre os movimentos sociais do campo e os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), por razões de proximidade histórica, nutria uma expectativa crescente em relação à possibilidade de promover mudanças sociais efetivas no âmbito da Política agrária. A escolha governamental, entretanto, trilhou outra estratégia. Ao incorporar ou “enquadrar” na estrutura estatal, grande parte das lideranças destes movimentos, o governo não apenas sinalizava para a “domesticação das expectativas”, mas antes pela aposta na solução e gestão estatal dos problemas sociais, entre eles o agrário. Incorreu assim, em uma atuação “transformista” do Partido dos Trabalhadores (no governo), provocando, por sua vez, além do fenômeno da desmobilização, à princípio, o próprio “transformismo” de parte significativa dos movimentos sociais do campo. Imperou a Reforma agrária “na forma da lei”, isolando-a uma vez mais, de seu conteúdo republicano. A ação direta dá lugar à política pública possível.

Ocorre que a questão agrária, sobretudo, é componente estrutural e reflexivo do modo como a sociedade brasileira é organizada e se organiza. Ocorre ainda, que a questão agrária, deixando de ser tratada como política pública – e por isso questão social – (republicana), passa a ser medida e tangida por interesses corporativizados, no interior, inclusive do próprio Estado. Neste sentido, evocam-se nossos intérpretes, seja pela vertente do patrimonialismo, incorporando-se ao Estado (FAORO, 2012), seja pela herança e mecanismos da colonialidade

e dos colonialismos mantidos (GUIMARÃES, 1981; PRADO JUNIOR, 1942), seja pela nossa estrutura escravocrata (SOUZA, 2017), seja pela perpetuação de uma ordem burguesa-capitalista (FERNANDES, 2005). Entende-se assim, que o debate suscitado em torno da questão agrária, desvela, para além do marco econômico, as formas de organização social e política do Brasil. Relativizar essa perspectiva, entretanto, tem sido um instrumental conveniente para ocultamento das nossas assimetrias e injustiças sociais.

Ante as expectativas diluídas, a luta social e política. Passado o desencanto, o cenário que descreve a ação coletiva dos movimentos do campo recrudescer em repertórios de ocupação, enfrentamento e mediações possíveis. Enquanto alguns setores se direcionavam para o pragmatismo político, reféns dos jogos eleitorais, outros setores e movimentos retomaram, no contexto, as lutas pelo direito à terra.

Para além das molduras teóricas que demarcam o contexto das relações Estado-Sociedade, as lutas agrárias seguiram o roteiro das mobilizações (espontâneas ou organizadas) na luta por um pedaço de terra. Estabeleceu-se, criativamente, por parte destas organizações, novos espaços de interação, à margem dos roteiros oficiais, em relação ao Estado. Sobretudo, ante as autarquias agrárias que são, o Estado presente em âmbito local ou regional. No descompasso das organizações/movimentos historicamente constituídos, a mobilização espontânea abriu o espaço de novas interlocuções e articulações. O confronto e a disputa, não ocorreu somente frente à latifundiários e grileiros, mas penetrou no espaço estatal, sem convite e, em muito, sob outra lógica, diversa do clientelismo mediado de outrora.

Onde a política oficial implementava arranjos, no plano das composições por governabilidade, os camponeses, sem-terra e povos tradicionais insistiam em tornar visíveis as disparidades, a violência e a inação do Estado. Nos últimos anos, em Rondônia, a luta pelo direito à terra, que deveria ser uma Política pública, tem sido representada e simbolizada por altos índices de violência extrema contra os camponeses, acompanhada, na maioria das vezes, por um perverso senso de impunidade.

A relação estabelecida entre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e os movimentos sociais do campo demarca, em grande parte, o horizonte da presente tese. Trata-se de entender como se processou esta relação, sob quais determinantes foram se constituindo as estratégias e repertórios de ação destes segmentos. O objetivo geral desta pesquisa é justamente investigar e compreender a dinâmica de constituição, manutenção e desenvolvimento dos principais grupos e movimentos sociais do campo no período recente, pontuando alguns pontos de análise na relação destes segmentos com o Estado no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). De forma especial, analisar as condições de

possibilidade de tais organizações e movimentos, enquanto sujeitos coletivos e protagonistas, na formulação, co-participação, fiscalização e intervenção em políticas públicas agrárias. Assim, à luz de alguns posicionamentos teóricos, interpretar tal fenômeno coletivo, balizando as possíveis inflexões, estratégicas ou não, na relação entre Estado e movimentos sociais do campo em Rondônia. De modo complementar, objetiva-se: a) investigar o “estado da questão”, quanto à pesquisa e debate, na produção acadêmica; b) mapear a genealogia das organizações e movimentos sociais do campo, no contexto dos Projetos de Colonização do Estado de Rondônia; c) Detectar elementos de percepção e representação pelo Estado (funcionários/servidores) acerca dos movimentos sociais do campo; d) identificar como se articula esta relação, Estado-movimentos do campo, em termos de processos participativos, levando em consideração os repertórios utilizados pelos movimentos sociais, as interações e conexões estabelecidas, em sua complexidade e dinamismo.

Desta forma, entendeu-se que, este distinto “espaço de atuação”, redimensionado pela participação de coletividades agrárias, na fronteira entre Estado e Sociedade civil, compõe significados novos, enquanto processo participativo. Logo, fez-se necessário, no plano analítico, buscar compreender que no plano organizacional e nas possíveis conexões entre o Estado e estas coletividades, desafia-se outros olhares, combinando distintas contribuições disciplinares.

A ampliação deste horizonte de compreensão, igualmente, motivou à incorporação de elementos de análise que levassem em consideração a questão agrária, como pano de fundo contextual, a fim de perscrutar, neste cenário, como se processa essa relação entre Estado e movimentos sociais do campo. Vinculou-se, portanto, um cruzamento de olhares analíticos que comportassem tais fenômenos, ante a complexidade de atores, contextos, estratégias e conflitos.

A percepção desta complexidade desafiou, também, a superação de uma perspectiva compartimentadamente cartesiana acerca do fenômeno sugerido por esta relação Estado-movimentos sociais. Abordar o fenômeno ocorrido sob a lógica binária Estado-Sociedade não dá conta de compreender tal realidade, uma vez que não ajuda a reconhecer as contradições e superações, senão encobri-las. Assim, ante a inafastável politização das demandas e agendas destes setores e movimentos sociais do campo, sugere-se um deslocamento analítico, impreterível no sentido de romper com uma epistemologia colonizadora dos fenômenos sociais.

Se a relação com Estado se caracteriza sob uma gama complexa de fatores, assim também, a própria concepção de Estado filtra-se por esta complexidade. O que sugere manter

como pressuposto, que é esse caráter multifacetado, complexo e heterogêneo, que define ou configura este Estado, em processo permanente de construção e de reconstrução (CASTRO, 2013). E por isso, torna-se, à primeira vista, possível de abordar essa instância de relação, como um novo “espaço público”, na fronteira não programada entre Estado e movimentos sociais. Trata-se de um espaço dinâmico, de “trocas mútuas”, em que as interações influenciam reciprocamente.

A reflexão e pesquisa partiu do reconhecimento da atuação dos movimentos sociais do campo, como meio de intervenção e participação nos processos de políticas públicas no recente percurso histórico-político do Estado de Rondônia. Por sua vez, considera-se que a questão fundiária, como forma tradicional e estatal de distribuição e organização da propriedade, persiste, nesta segunda década do século XXI, como um dos elementos centrais de análise.

Questões como as formas de acesso à terra, as relações socioeconômicas e políticas, nelas inseridas, formas de reconhecimento e auto-reconhecimento, sentido de pertença, identidade e relação com a terra, matas e rios, incorporam-se nas dinâmicas territoriais fazendo emergir outras formas de lutas políticas, como novos sujeitos coletivos, essenciais para a compreensão da luta dos movimentos sociais do campo nesta faixa oeste da Amazônia. O enfrentamento e a crítica intensificada contra os projetos estatais de colonização indicam um duplo processo: o desafio de se ver incluído nos programas de políticas, agendadas pelo Estado e o desvelamento das contradições deste próprio projeto, tangidos sobremaneira pelos corporativos interesses patrimoniais.

Ilustra-se assim, os recortes essenciais da presente tese, seja em sua abordagem teórica, seja em relação à pesquisa de campo e documental desenvolvida. O contexto sócio-geográfico que envolve tal análise se configura especialmente pela ocupação da fronteira amazônica, nos procedimentos dirigidos dos projetos de colonização, decorrências, efeitos e enfrentamentos. Dos programas de assentamento dirigido às formas atuais de lutas por terra e território, os movimentos sociais, seja em suas formas de constituição, representação e processo participativos, indicam diversas e distintas conexões, entre as quais, a que se procura com um olhar mais atento e investigativo, a relação das lutas sociais do campo e Estado. Aqui, portanto, um recorte sociopolítico, com a finalidade de perscrutar as nuances destas conexões.

Quanto à demarcação temporal na pesquisa sobre os movimentos sociais do campo em Rondônia, a mesma se dividiu em três contextos temáticos: 1) Quanto ao levantamento sobre o “estado da questão” e debate acadêmico e no campo das publicações, a demarcação

temporal dos últimos dez anos (2008-2017); 2) Quanto à pesquisa exploratório-qualitativa sobre a compreensão e representação da atuação dos movimentos sociais nos “governos de esquerda”, o período de 2003-2016, e; 3) Quanto ao levantamento histórico-genealógico dos movimentos sociais do campo em Rondônia, a delimitação temporal entre 1970-1995.

O processo de ocupação da fronteira amazônica, ocorre sobretudo por uma clara definição e determinação intencional do Estado em dirigir tal ação e, parte do pressuposto, de considerar tal região, como “espaço vazio”, a ser colonizado e integrado ao território nacional. Essa premissa político-ideológica, no entanto, não se hospeda somente nas diretrizes políticas e desenvolvimentistas do Estado brasileiro, mas povoa também a mentalidade colonizadora que impulsionou os grupos de colonos-migrantes, desterrados, aventureiros e oportunistas, no contexto dos projetos de colonização, sobretudo a partir da década de 1970.

A década de 1980, entretanto, evidenciará a emergência de outros sujeitos, cuja luta e existência foram historicamente negadas. Trata-se das lutas territoriais, dos chamados “povos da floresta”, seringueiros, remanescentes quilombolas, extrativistas, indígenas, entre outros. No cenário de fundo, a mesma questão da terra e território, pondo em evidência, estratégias e dinâmicas de atuação e de relação com entes estatais, em essência, também, uma luta política, além de econômica. Esclarece-se que, em relação às chamadas “demandas territoriais”, não serão abordadas no presente estudo, de forma específica, por razões tanto de demarcação temporal, quanto de delimitação dos atores coletivos e seus enfrentamentos: camponeses e projetos de colonização.

A centralidade da questão agrária e do ordenamento fundiário na Amazônia, especialmente no contexto da formação social e territorial de Rondônia, desvela, além das lutas por terra e território, a coexistência do poder do latifúndio e grilagens de terras públicas, sob a forma de um contra-movimento. A versão atual deste fenômeno efetiva-se no avanço do agronegócio e no protagonismo econômico-político que se evidencia, seja tangendo os rumos das políticas públicas agrárias, seja, antes, na revogação ou mitigação de direitos sociais, historicamente conquistado. A compreensão destes elementos são, portanto, indispensáveis para entender o papel do Estado constituído, em seus avanços e/ou recuos em relação à questão agrária e fundiária. Indispensável ainda, para a compreensão do cenário de expropriação e violência agrária que campeia na região, assim como toda a questão da devastação ambiental e da negação de direitos a povos e comunidades tradicionais.

É sob o âmbito de tal centralidade que se estabelece a necessidade de uma análise crítica sobre os aspectos diretamente conectados às demandas e reivindicações dos movimentos sociais do campo na atualidade. A proposta de política agrária, reverbera

portanto, nos rumos e modos de produção, gestados e subsidiados pelo Estado e pelos governos, nas formas de ocupação e legitimação das terras, sobretudo as públicas, a estratificação do poder do agronegócio e do latifúndio. É sob esta lógica, que o Estado tende a comandar suas estratégias políticas, sob a forma de inserção subordinada e dependente da economia ao mercado internacional. Por consequência, efetiva-se a substituição dirigida dos processos e políticas de reforma agrária pelos projetos de colonização empresarial, limitando ou bloqueando a democratização e desconcentração da terra.

Ao passo e ao tempo destas diferentes estratégias do Estado, no caso de Rondônia, percebe-se que a luta pelo acesso à terra, verbalizada e protagonizada por organização, grupos e movimentos sociais adquire novos contornos, ainda que preserve em muito o seu conteúdo. É patente o enfrentamento pelos camponeses, indígenas, ribeirinhos e quilombolas contra as forças do latifúndio que usurpam, concentram e exploram as terras, negando e interditando seus direitos. Igualmente manifesto é o enfrentamento de um modelo agrário ecologicamente insustentável que promove a devastação ambiental e se reproduz utilizando diversas e distintas formas de violência. Portanto, a luta por uma reforma agrária, enquanto sinônimo de democratização da terra e correção de históricas injustiças sociais, alicerça a ação dos movimentos sociais do campo.

Se a concentração fundiária permanece sendo a principal marca histórica no campo brasileiro, não o é, sem ser correlacionada ou conectada com a atuação do Estado brasileiro. A luta dos movimentos sociais do campo, que materializa o enfrentamento das demandas por terra, território, ambiente saudável e produção de alimentos, pauta, por sua vez, formas de relação com este Estado. Tal relação assume distintos contornos nem sempre perceptíveis à primeira vista. Assim o desafio é também, observar de perto, as formas como que tal relação se estabelece, seja na perspectiva do Estado sobre os movimentos sociais, seja no enfoque inverso.

Enfrentamento, resistência, cooperação, cooptação, substantivam tal dinâmica engendrando múltiplas estratégias de ação e inter-relação. Há uma prevalência da lógica privatista, que seguindo diferentes estratégias busca legitimar a lógica da expansão. Utiliza-se, para tal, mecanismos estatais próprios e apropriados, como alterações premeditadas de formas legislativas de regularização e apropriação de terras e bens públicos, recusa ou negação em reconhecimento de direitos a povos e comunidades tradicionais, etc.

Tal lógica de expansão, na atualidade, cresceu em importância, sobretudo para sustentar as demandas de um modelo econômico regido pela lógica do mercado internacional, onde o Brasil se insere de forma primária e dependente. Tal modelo, aliás, tem também sua

sustentação político-ideológica, reveste-se de uma “cosmética” midiática, a ponto de sucessivos governos abandonarem por completo uma política consequente de reforma agrária, reconhecimento de terras e comunidades tradicionais, sobretudo a demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Assim, a longa história de predomínio do poder do latifúndio sobre o campo brasileiro reedita-se como persistência de um passado que insiste em continuar vivo e tangente. No entanto, há nestas relações diversas nuances que dimensionam a inter-relação entre estes diferentes atores, que tentaram aqui ser investigadas ou observadas. No entanto, deixa-se claro, que a premissa metodológica essencial se volta para a observação, em memória e perspectiva, dos movimentos sociais do campo, sobretudo nas demandas e lutas contemporâneas pelo acesso e democratização da terra, no contexto da formação territorial de Rondônia.

No sentido de buscar compreender esta relação/vinculação complexa entre Estado, forças do latifúndio, e seu enfrentamento pelos movimentos sociais lançou-se mão de uma pesquisa de campo e coleta de dados de forma exploratória. A motivação central, deu-se no sentido de perceber tanto a forma como os movimentos sociais se compreendem e atuam no campo desta relação com o Estado, como também na forma como o Estado, por meio de seus agentes, compreendem os movimentos sociais do campo.

Não se adentrará no debate sobre a configuração sobre a natureza do Estado como ator social, ou mero espaço institucional. O que se constata, em abundância, são as plurais e heterogêneas relações que se constituem enquanto formas de interação entre Estado e sociedade, em específico com os movimentos sociais. Dentre estes espaços, encontra-se, por específico este ambiente onde se trava a mediação, o debate e a interlocução entre os agentes públicos e os movimentos sociais do campo.

E assim, no primeiro capítulo buscar-se-á localizar o debate no plano teórico, sobretudo para detectar níveis de importância sobre a atuação dos movimentos sociais do campo, à luz da produção intelectual sobre o tema. Sem deixar, entretanto, de delinear, de forma breve, a dinâmica conceitual envolvida. No segundo capítulo, optou-se por fazer uma revisão teórica acerca da questão fundiária e o papel constitutivo do Estado. Em primeiro plano, com José Carlos Mariátegui, Antonio Gramsci e Raymundo Faoro, revê-se os componentes da estrutura agrária. Esta abordagem visa perscrutar os elementos que condicionam a dinâmica organizacional do poder político, tendo por base, o regime da grande propriedade, culminando na própria apropriação estatal de tais interesses. Em segundo plano, consulta-se, sob forma de diálogos complementares, tanto a dimensão do agrário no contexto

político quanto o redimensionamento deste Estado, na função que lhe toca, de legitimação dos interesses patrimoniais. Em terceiro plano, aborda-se, em âmbito de revisão teórica, a possibilidade analítica da Teoria do Processo Político e das “oportunidades políticas”, como plano interpretativo do fenômeno dos movimentos sociais do campo.

No terceiro capítulo traz-se o itinerário histórico das lutas sociais do campo em Rondônia, entre os anos 1970 a 1995, registrando aqui, como marco delimitador o “massacre de Corumbiara”. A partir de então, a mobilização no campo vai se estruturar na ação dos movimentos sociais, e a questão agrária é ressignificada como luta política. No quarto capítulo, sob forma de sistematização, de pesquisa feita junto aos camponeses e na observação exploratória junto ao Incra de Rondônia (SR/17), será demonstrado as percepções, conexões e inter-relações entre Estado e Movimentos sociais do campo em Rondônia. Na forma como se percebem, na atuação político-participativa e na construção de um novo espaço de debate e articulação. Neste capítulo, ainda, apresenta-se o resultado da pesquisa de campo e levantamento de dados junto aos movimentos sociais do campo. Será posto em evidência a percepção, por parte dos movimentos, na forma como interpretam e se interpretam na relação de seus processos de luta frente ao Estado, no período dos “governos populares” (2003-2016).

Neste quarto capítulo, ainda, complementa-se com os resultados da pesquisa exploratória em relação à forma como o Estado (autarquias) compreendem os movimentos sociais e o fenômeno da política agrária, pelo “lado de dentro”. Expõe-se, portanto, as conexões e dinâmicas participativas em relação aos processos participativos, bem como busca-se interpretar tais dinâmicas à luz das oportunidades políticas que contextualizaram o fenômeno.

Adotou-se, para a coleta de dados, um conjunto de iniciativas. A pesquisa de campo junto aos movimentos sociais do campo, através de entrevistas, participações em instâncias de formação e coordenação, além de análise documental. Foram sistematizadas 160 entrevistas feitas junto à militantes dos movimentos sociais, lideranças e membros de coordenação. De forma exploratória em vista da pesquisa qualitativa, utilizou-se ainda de coleta de dados por ocasião de reuniões, eventos e audiências públicas.

Na busca em compreender a dimensão processual da participação, optou-se por uma abordagem exploratória também junto ao Órgão estatal (Incra), recolhendo informações, impressões, algumas entrevistas, entre outras. Foi possível assim, detectar, que tanto junto aos movimentos sociais, quanto ao espaço institucional da autarquia agrária, desvelou-se um campo de possibilidades e variáveis.

Entendeu-se, que para a presente pesquisa, a proposta de coleta de dados, informações, opiniões se efetivaria na adoção de uma metodologia qualitativa e exploratória. A perspectiva qualitativa se evidencia no desafio de submeter aos processos subjetivados de compreensão da realidade, a sensibilização referente ao tema, a clivagem dos contextos. Compreende-se, assim, que em cenários relacionais, mais que uma uniformidade quantificável, deve-se buscar o que se manifesta dinamicamente e dialógico, qualitativo, portanto.

A dimensão exploratória, atrela-se à perspectiva da abordagem qualitativa, uma vez que viabiliza esse posicionamento dinâmico e construtivo, frente ao fenômeno observado. Desta forma as variáveis se apresentam, assim como seu significado, nos contextos onde o fenômeno se manifesta. Por ser o comportamento humano e coletivo, melhor compreendido no contexto onde ocorre, é neste campo que se deve compreender os enfoques, as percepções, a linguagem, sistematizadas numa compreensão ampliada sobre o objeto investigado. Assim se tornou plenamente possível coletar informações que davam conta do perfil dos entrevistados e do movimento em que milita, bem como da compreensão que externam sobre as relações com o Estado e instituições.

Resultou claro que a pesquisa exploratória, como uma das etapas da pesquisa principal, permitiu um conhecimento mais completo e adequado sobre a realidade investigada. Tornou, igualmente possível, a visualização de elementos não tão evidentes, alguns ocultados ou silenciados, no âmbito desta mesma realidade. Desta forma, quando se buscou efetivar um “cruzamento de contextos”, referentes aos movimentos e às instituições, facilitou no exercício de ampliar o conhecimento, bem como os elementos de análise e interpretação do fenômeno coletivo. Neste quesito, o diálogo entre as distintas etapas de levantamento e coleta de dados, contribuiu em muito na interlocução também com as teorias políticas de interpretação destes cenários.

Quanto à abordagem, então, filtrou-se que tal procedimento se balizará enquanto processo exploratório-qualitativo, ou seja, como uma forma de observação e coleta de dados e informações do fenômeno e dos fatores relacionais e organizacionais situados em seus distintos contextos. Percebe-se também, que no fenômeno observado, seja pela análise dos contornos externos e internos, seja pela postura e assimilação crítica das teorias, é esta perspectiva exploratório-qualitativa que se ajusta melhor à uma proposta de análise dialética do fenômeno dos movimentos sociais do campo. Isso se torna circunstancial, sobretudo em ambientes sociais suscetíveis de mudanças e alterações de cenários (QUEIROZ, 1999).

No seu conjunto, a proposta da pesquisa, seja na abordagem teórica, seja na aproximação exploratório-qualitativa da realidade dos movimentos sociais, intenciona

conjugar um conjunto de instrumentos. De um lado, epistemicamente rompe com as gramáticas tradicionais que descreviam o fenômeno dos movimentos sociais frente ao Estado (relação), apenas pelo binômio Estado-Sociedade civil. De outro lado, explora a dimensão circunstancial desta relação (governos populares), dentro de um conjunto onde combinam-se fatores sociais, econômicos e ideológicos, que traduzem determinado comportamento político.

Assim, atenta-se para um presente onde o passado continua vivo e nesse *continuum* (colonialidade), o desafio de desvendar processos, mas também de sondar as perspectivas. Por se tratar de uma temática densa de debates inacabados, os pressupostos teóricos, a dar base à análise e interpretação do fenômeno, inexoravelmente são transpostos pela dialética e pelo diálogo interdisciplinar. Somente assim, a hipótese, na análise teórica e no contexto vivido, confrontados, permitiram perceber outros entornos desta gramática da ação e da relação política entre Estado e movimentos sociais.

Entende-se, que é uma nova gramática, ou seja, novos caminhos de relação adotados pelas organizações sociais. Mas também, detecta-se nesta observação que se trata de “regras não escritas”, que delimita a agenda e as pautas de interação entre estes sujeitos sociais. Neste cenário dinâmico e dialógico, tais combinações/confrontos questionam, transformam, coordenam e articulam distintas formas de atuação e intervenção nos espaços públicos. A gramática destas relações, portanto, define os contornos e os modos de intervenção e ação. Por tal lógica e dinâmica, os movimentos sociais, assim também como o Estado, são reconhecidos como sujeitos ou atores sociais, dando ao processo e à relação, uma dimensão política, na forma como atuam.

Quanto ao campo das relações Estado-movimentos, além das alterações políticas (planos de governo, arcabouço legislativo), ocorreram também as mudanças regionais e locais. Alteraram-se igualmente, os cargos de chefia, influenciando assim na condução dos processos específicos, e demonstrando porquanto, novas formas de interação. É possível pois, constatar que as formas de relação, as conexões, estão sempre em construção e isso traduz diferentes impactos na ação coletiva.

No campo da Ciência Política, foi possível constatar que a interpretação destas relações, tendo como base, apenas, a relação Estado-sociedade civil, é insuficiente. Ainda que presentes os elementos do conflito social, a dinâmica instituída no espaço relacional cria e recria um panorama amplo e diverso, não comportando explicação apenas em um conceito ou teoria. Assim, no interior do espaço, físico e simbólico - como se fosse uma nova arena de disputa - enfrentamento, diálogo, consenso, onde os atores políticos se confrontam e se reconstituem. Trata-se, pois, de uma realidade heterogênea, multifacetada e plurívoca, isto é,

com vários sentidos e valores. Em uma abordagem mais clássica, talvez encaixasse o conceito para esta realidade de “desvio democrático”, no entanto, a percepção desta realidade, parece não ter a medida destes “encaixes epistêmicos”.

Assim, esta tese sugere que é necessário avançar, tanto em perspectiva crítica, quanto propositiva. No campo do diálogo crítico, o desafio de compreender os processos participativos dos movimentos sociais do campo, frente ao Estado, em perspectiva dinâmica e, sobretudo, complexa. Os processos participativos sugerem uma superação das análises e interpretações fechadas no binômio movimentos-instituições. Em sede propositiva, parece imprescindível supor que, no “espaço público” reconstruído pelos movimentos sociais do campo, a questão agrária, enquanto questão social e pública, mantém-se, pela força transversa e mobilizadora dos movimentos, sua visibilidade política. Mais que evidenciar as contradições e assimetrias em torno da questão, a participação dos movimentos “forja” – ressalvados os impasses – a implementação das políticas agrárias, em um Estado onde a patrimonialidade reverbera as desigualdades substantivas, em nosso tecido social.

Entende-se assim que, os horizontes abertos desta tese, inconclusos, portanto, poderão contribuir tanto para o debate, seja em plano acadêmico, em plano institucional e no plano dos atores sociais, ligados aos movimentos sociais. No plano acadêmico, na perspectiva de suscitar e fomentar o debate acerca da formação sócio-histórica do Estado de Rondônia, no sentido de ajudar a desvendar os enlaces da nossa constituição social, territorial e política. Implica ainda, em uma “provocação teórica” sobre a necessidade de revisão das abordagens analíticas acerca dos movimentos sociais. No plano institucional, a possibilidade de contribuição, em relação às demandas de gestão de políticas agrárias, colocando em perspectiva as potencialidades de aperfeiçoar o implemento de tais políticas. No âmbito dos atores sociais, o estudo procura tornar objetiva a percepção das possibilidades, dos limites e das circunstâncias que determinam a dimensão de participação dos segmentos sociais frente ao Estado.

Ocorre pontuar que, em tempos de narrativas que sustentam um “Estado mínimo”, sob forma de revogação de direitos sociais, é no campo da mobilização social e das ações coletivas, que a problematização e o debate sobre tais questões devem ser evidenciados. A imposição de consensos, de tal ordem, apenas evidencia o déficit democrático e republicano, que afetam ou interdita questões historicamente mantidas inaudíveis. Assim, a questão agrária, verbalizada e materializada nos processos de enfrentamento, diálogo e mobilização dos movimentos sociais ante o Estado, manifesta-se como um instrumento a mais, de reconstrução de um ambiente democrático, onde direitos sejam efetivados e não revogados.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: PERCURSO CONTEXTUAL E LOCALIZAÇÃO DO DEBATE

Para além do amplo debate que vem sendo feito acerca dos movimentos sociais, como fenômeno tanto no campo das Ciências sociais quanto da Ciência política, a ideia central do recorte, sobre os movimentos sociais do campo, implica em um esforço cognitivo e contextualizado. Trata-se de buscar compreender tal fenômeno, que se contextualiza como uma realidade pouco ou mal visibilizada no campo da análise da ação coletiva. Em regra, há muita literatura acerca dos movimentos sociais, mas em uma delimitação marcadamente no fenômeno urbano das ações coletivas. Assim, de início, esclarece-se que, o meio rural, como território de análise, torna-se condição contextual de possibilidade para o outro recorte necessário.

O contexto histórico-político de Rondônia, compreendido aqui, especificamente no período que vai da colonização até os dias de hoje, implementou-se sob uma perspectiva ou racionalidade, ao mesmo tempo óbvia e ambígua. Óbvia, pelo fato de ser a política de colonização, claramente uma política de Estado e de governo, sob a forma de uma “ação dirigida”. Ambígua, porque ocultou em suas estratégias geopolíticas, articulações e pragmatismo, uma disfarçada proposta de integração nacional e de desenvolvimento. A narrativa, no contexto, compunha-se de uma imagem e retórica onde se desenhava a “solução dos conflitos do campo”, em alta evidência, nas regiões centro-sul do Brasil. Ambígua também, pelo fato de que, ao se apresentar enquanto resposta aos conflitos, gerou outros conflitos, que insistem em permanecer até os dias de hoje. Este é um segundo recorte, indispensável, para contextualizar o presente estudo.

Desta forma, a proposta deste primeiro capítulo volta seu olhar inicial, no sentido de perceber o “estado da questão”, ou seja, como se encontra o debate, no Brasil, acerca dos movimentos sociais do campo, ou movimentos sociais rurais, nas últimas décadas. Conseqüentemente, confrontará a perspectiva acadêmica de interesse, através de um levantamento em três bancos de dados acadêmicos, em torno o objetivo ou conteúdo interessado. Tendo como recorte temporal um período de 2008 a 2017, pesquisou-se no Banco Digital de Teses e Dissertação (BDTD), bem como nos campos possíveis de pesquisa do Banco de dados da Revista Scielo. Para aferir uma perspectiva em âmbito regional, completou-se esta pesquisa de dados, através do Banco de teses e dissertações da Universidade Federal de Rondônia, que armazena tais dados ou produção, em sede de Programas de Pós-Graduação.

Por fim, na tentativa de compor o cenário da questão, será delineado, adequando-se à temática, alguns elementos de abordagem, interpretação e compreensão sobre o tema, sobretudo naquilo que tanto a pesquisa de campo, quanto a pesquisa documental sinalizaram, à princípio, como novidade na abordagem. Incorpora-se, nesta dinâmica, uma rápida apresentação sobre a genealogia das lutas sociais do campo, em Rondônia. Considera-se, enfim, que, há elementos surpreendentes que anunciam, no processo, situações de permanência e rupturas, que também se faz necessário desvelar, no sentido de compreender em quê e por quê, a dimensão de participação política dos movimentos sociais do campo, foi e tem sido crucial no entendimento da formação político-social e econômica do Estado de Rondônia.

1.1 O estado da questão: os movimentos sociais na perspectiva teórica e acadêmica

São muitas as análises que concordam em reconhecer que os movimentos sociais são imprescindíveis na vida social, sua presença ou ausência são balizas que constituem, determinam e dão sentido à ação coletiva. Seja na luta por direitos e garantias, seja nas formas de resistência à exclusão, a articulação destas ações coletivas vem se reconstituindo e ganhando novas configurações, novos contornos sociais (McADAM, TARROW e TILLY, 2009; ALONSO, 2009; TOURAINÉ, 1998; CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; SCHERER-WARREN, 2006).

Trata-se do desenvolvimento de forças políticas, consideradas à luz de tais análises, imprescindíveis para a vida social ante a ordem constituída. Contudo, tais forças podem ser capturadas pelo Estado, que então reconduz as agendas políticas e mesmo o “capital simbólico”, de tais ações para a esfera jurídica e administrativa. A constatação de tal possibilidade, denota, portanto, que na lógica da ação coletiva a predominância do enfoque em somente um destes aspectos, seja ele jurídico, seja político-administrativo, pode resultar na armadilha de reprodução da própria estrutura social dominante. Manifesta-se, assim, sob um prisma mais ampliado, como é complexa a relação entre movimentos sociais e Estado (DAL MASO, 2004).

As lutas desempenhadas pelos movimentos sociais do campo, no Brasil, implicam ainda, enquanto ação coletiva organizada, na esfera da participação e dinamização de um novo espaço de atuação. Tal espaço vai constituindo-se como um campo diferenciado de atuação, impactando seja na construção ou resgate da cidadania, seja na efetivação de direitos, muitas vezes somente formalmente assegurados. Ao criar condições para que as demandas

suscitadas se tornem públicas, no espaço da institucionalidade, os movimentos tornam visíveis, seja na sua gênese, seja no que caracteriza suas formas de ação, a contestação da realidade donde se inserem. Criam, assim, instrumentais políticos de denúncia, reivindicação, bem como potencializam a efetivação de direitos.

A luta pela terra, materializada através dos movimentos sociais do campo, desvela, antes de tudo, a constatação de que as relações sociais no campo refletem a história inacabada da questão agrária, contundentemente marcada pela permanência de relações coloniais. Entrementes, esta mesma luta enfatiza o protagonismo destes movimentos sociais nas suas diferenciadas formas de resistência e mobilização. Muitas vezes, tais lutas são talhadas no campo do enfrentamento onde se permeiam conflitos sociais e políticos, demandando por um esforço de observação mais atento, para além das interpretações teóricas prontas ou descuidadamente adaptadas.

Nas últimas décadas, em boa parte a ação coletiva dos movimentos sociais do campo fizeram emergir alguns elementos de compreensão, que ao invés de reduzir a perspectiva de atuação de tais movimentos, somente no campo agrário, ampliava o horizonte desta percepção. Por isso que se analisa, sobretudo a partir dos anos 2000, se tais movimentos incorporaram ou não, as ideias de democracia e cidadania integral, onde o “direito à terra”, como outros direitos, elevados ao patamar de direitos fundamentais. A hipótese é que isso ocorreu e desta forma, tornou-se possível, projetar toda uma carga simbólica, de que para além dos direitos (cidadania social), se incrementasse também o reconhecimento das organizações, como instrumentos de participação (cidadania política).

Em perspectiva mais orgânica (interna), a organização e fortalecimento dos movimentos sociais do campo contribuiu para a ideia de “politização da própria sociabilidade” (SCHERER-WARREN, 2011). Ou seja, a dinâmica de alavancar a solidariedade e a prática cooperativa, numa dimensão política. É nesta prática que a “resistência” se efetiva enquanto “R-Existência”, conforme Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008). Na prática, isso foi traduzido em novas relações societárias, com experiências práticas de democracia interna, autonomia frente ao Estado, captação e influência na opinião pública.

Há que se ressaltar, contudo, que as experiências de “absorção”, sob a forma de cooptação de muitas lideranças que migraram para as esferas estatais, assim como um comportamento fixado mais no movimento de institucionalização das instâncias e movimentos, arrefeceu em muito, essa projeção. No conjunto, o certo é que, a partir do período de transição democrática, os movimentos sociais do campo enveredaram na construção de uma nova ou outra “arena de atuação”, principalmente frente ao Estado. Ao

ressignificar sua atuação, sob múltiplas formas de interação, manteve-se a questão agrária no debate público, gerando nestas novas formas de atuação, um potencial emancipador, em constante processo de construção e, portanto, de diferenciação.

A especificidade do fenômeno aponta para a necessidade de rever os paradigmas de análise e interpretação dos movimentos sociais do campo. As leituras totalizantes acerca de um imaginário político, que concebem os processos de transformação em termos globais ou estruturais precisam ser repensadas. Imaginar que tais mudanças se processam por um único eixo de luta, de forma hegemônica, é assingelar um universo de sentidos. A dinâmica de interação entre movimentos sociais e Estado, aliás, é dinâmica, e no dinamismo se refaz seguidamente. Assim, os processos de participação e de transformação política, requer observar as rupturas, as brechas, as microrrevoluções no cotidiano, ressitando sempre as possibilidades e os limites da ação coletiva, nos casos específicos (SCHERER-WARREN, 1987).

A pesquisa voltada para o campo dos movimentos sociais ganha espaço também no meio universitário, através de programas de pós-graduação, pelo país. No entanto, cabe o registro das diferenças de abordagens, na perspectiva regional e na perspectiva da tradição que alguns programas têm sustentado na abordagem do assunto. Isso configura, em grande parte a centralização dos investimentos em pesquisa em regiões tradicionais (Sudoeste e Sul), denunciando, por outro lado, para além desta concentração, determinado desconhecimento, seguindo de omissão em investimento em ensino, pesquisa e extensão, à regiões historicamente relegadas ou marginalizadas, em especial, a região norte.

Entre os programas de pós-graduação no Brasil, destaca-se alguns, nas pesquisas orientadas para os movimentos sociais. **Na Universidade Nacional de Brasília (UNB)**, sobretudo na área do Direito, as linhas de pesquisa “Sociedade, Conflito e Movimentos” e “Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Acesso à Justiça”, com acento aqui para o projeto “Direito achado na rua”, com importantes pesquisas e contribuições acerca dos movimentos sociais. **Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, na área de Ciências Sociais e Sociologia Política, há uma linha de pesquisa, historicamente identificada com os estudos dos movimentos sociais: “Movimentos Sociais, Participação e Democracia”. **Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**, em especial no Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, agricultura e Sociedade (CPDA), ligado à área de Filosofia e Ciências Humanas, uma das mais destacadas instâncias de pesquisa sobre o tema. Destaca-se entre as linhas de pesquisa: “Estudos de Cultura e Mundo rural”, “Conflitos, Movimentos sociais e Representação política”, “Desigualdades e Promoção da Cidadania”. Na

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a temática é abordada junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPGs Sociologia e História), em algumas linhas de pesquisa como: “Sociedades, Participação social e Políticas Públicas”, “Sociedade, Ruralidade e Ambiente”, “Violência, conflitualidades, Direito e Cidadania”. No campo específico do PPG em História, destaque para as seguintes linhas de pesquisa: “Relações sociais de Dominação e Resistência”, “Minorias sociais, estigmatização, discriminação e Resistência”.

No contexto da Amazônia, nos programas de pós-graduação da **Universidade Federal do Pará (UFPA)**, a temática é abordada em vários programas: Sociologia, Antropologia, Filosofia, Ciência Política, Ciências Sociais e História. Entre as linhas de pesquisa, se destacam: “Ações Públicas e Coletiva, Território e Ambiente”, “Organização e Gestão de Território”, “Processos Sociais de Territorialização, Direitos das Populações Tradicionais e Conflitos Sociais”, “Migrações, Diásporas e Etnicidades”, “Povos Indígenas e Populações Tradicionais”. Devido ao tratamento específico dada à temática dos movimentos sociais na Amazônia, em especial aos movimentos socioterritoriais, há de se destacar o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), com quase 50 anos de existência e incentivo à pesquisa voltadas para a realidade amazônica.

No Amazonas, a **Universidade Federal do Amazonas**, aborda pesquisas e análises sobre os movimentos sociais nos programas de pós-graduação em Antropologia Social, Educação, Geografia e História. Merece destaque algumas linhas de pesquisa, vinculadas a tais programas: “Amazônia indígena, Povos Tradicionais, Política e Territorialidade”, “Estudos migratórios e Políticas territoriais”, “Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA”. A temática, em específico sobre os movimentos sociais, é tratada no PPG em História, destacando as seguintes temáticas: “Políticas, Instituições e Práticas sociais”, “Migrações, Trabalho e Movimentos sociais”.

Na **Universidade Federal do Acre**, a temática dos movimentos sociais é recepcionada e abordada no mestrado em Desenvolvimento Regional, com destaque na seguinte linha de pesquisa: “Movimentos sociais Questão agrária e Desenvolvimento agrário”. Abordaremos, na próxima seção, a abordagem da temática dos movimentos sociais junto à Universidade Federal de Rondônia, com destaque sobre o assunto, em três programas: Administração, Desenvolvimento Regional e Geografia.

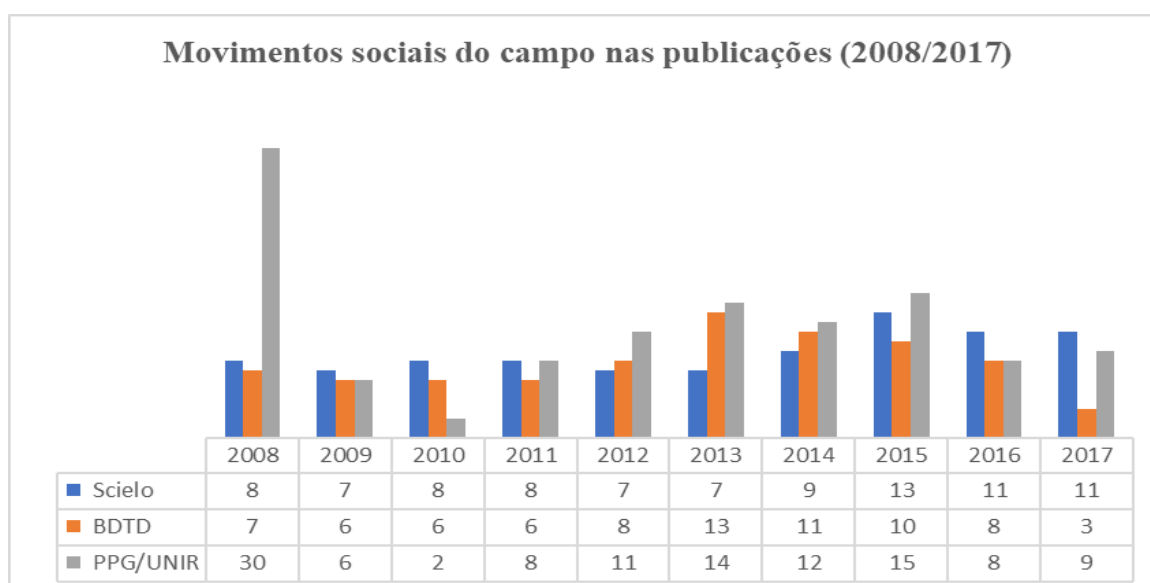
Assim, é fundamental olhar para a produção resultado das pesquisas e análises, refletidas e produzidas no meio acadêmico, com o intuito de identificar as principais questões, os enfoques e as referências metodológicas, quem amparam o recente estudo desta temática.

Para retratar esta questão, buscou-se, num recorte temporal definido, observar a partir de um determinado campo de conhecimento (movimentos sociais do campo), reconhecer as principais incidências e abordagens dominantes. Optou-se por um prazo de dez anos (2008-2017), no sentido de apurar indicativos de determinada tendência, processos de continuidade ou rupturas, dinâmicas verbalizadas no objeto de pesquisa.

1.1.1 Os movimentos sociais do campo na pesquisa, produção e publicação acadêmica

Constatada a situação atual, junto ao desenvolvimento teórico e no campo de pesquisa de alguns centros universitários, a sondagem sobre o “estado da arte” , buscará perceber, como a temática tramita nos campos de produção e publicação junto a instâncias de divulgação. Assim busca-se mapear a discussão, naquilo que apresenta de relevante, no tempo escolhido. No período recortado, a ideia é perceber a correlação havida ou não, entre a realidade sociopolítica, seus impactos, e a reflexão acadêmica. Necessário evidenciar ainda, que optou-se pelo levantamento em três fontes, sendo duas delas, em âmbito nacional (Revista Scielo e Banco Digital de Teses e Dissertações), e uma em âmbito regional, a produção dos Programas de Pós-Graduação da Universidade federal de Rondônia. Em boa parte, isso se justifica pelo fato de grande parte de mestres e doutores, terem cursado em Universidades principalmente da região Sudoeste e Sul do Brasil. Afora isso, a intenção foi de perceber aquilo que se discute, na Universidade pública local, sobre o tema dos movimentos sociais do campo.

Gráfico 1: Publicações sobre movimentos sociais do campo (2008-2017)



Fonte: Própria Autoria com base em SCIELO, BDTD e PPG/UNIR, 2017

No esforço, para levantar o estado da discussão sobre os movimentos sociais do campo, em âmbito teórico-acadêmico, adotou-se os seguintes procedimentos. Em primeiro lugar, levantamento de dados junto ao banco de dados da Revista Scielo, investigando os termos constantes, tanto nos temas das publicações, quanto nas palavras-chave. O mesmo se procedeu em relação ao Banco Digital de Teses e Dissertações, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), que disponibiliza tal conteúdo, e ainda, o levantamento junto ao Repositório dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondônia, que igualmente disponibiliza digitalmente tal conteúdo. A busca avançada realizou-se por meio dos verbetes “movimentos sociais do campo”, “movimentos sociais rurais” e “movimentos sociais em Rondônia”, considerando o recorte temporal adotado.

Em segundo lugar, procedeu-se a leitura do material recolhido, e na análise dos títulos e palavras-chaves, atentou-se não só pela incidência ou ocorrência da temática, objeto da pesquisa, como também, buscou-se sistematizar as variáveis. Assim, reuniu-se as abordagens por aproximação, identificando os aspectos de maior evidência que retratam o nível da discussão sobre a temática investigada.

Percebeu-se, conforme a tabela abaixo, uma diversidade temática, no âmbito dos Movimentos sociais do campo em Rondônia. Desvelaram os dados pesquisados, uma preponderância nos aspectos mais genéricos, acerca da perspectiva de atuação dos movimentos sociais do campo: dimensão política da ação coletiva, e forte incidência da temática educacional. Quanto à relação entre Estado e movimentos sociais do campo, a pesquisa reflete uma tendência, nos itens pesquisados.

A perspectiva da militância e da cidadania, retrata indicativos mais voltados à ótica da democracia e da política, pensada em níveis macroestruturais, que em relação aos sujeitos históricos e coletivos em si. De tal forma, as abordagens, pouco reportavam aos determinantes desta relação entre Estado e movimentos sociais, preocupando-se mais numa ótica normativa e idealizada dos aspectos institucionais e dos vínculos estabelecidos entre os atores em interlocução. A dinâmica interativa, assim, enquanto repertórios de ação coletiva, tensionamentos e inflexões, no percurso dos processos interativos não são, pormenorizadamente contemplados.

Constata-se também que, as pesquisas desenvolvidas e armazenadas no Banco de teses e dissertações enfatizam a questão ambiental, assim como os sujeitos coletivos históricos: indígenas, ribeirinhos, seringueiros e quilombolas. Neste sentido, incorporam uma tendência nacional, dos assim chamados movimentos socioterritoriais. Deste modo, o campo temático das publicações (Scielo) e da produção acadêmica, se mostra, no quadro abaixo.

Tabela 1: Temáticas abordadas - Scielo e BTDf (2008-2017)

Temáticas abordadas na Revista Scielo e no Banco Digital de Teses e Dissertações – BTDf – (2008-2017)		
Temáticas	Scielo	BTDf
Política, Democracia, Militância, Estado, Cidadania, Instituição e Sociedade	20	22
Educação, Educação do Campo, Pedagogia, Formação	24	04
Questão ambiental, Resex, Unidades de Conservação, agroecologia	08	15
Agronomia, Tecnologia, Uso de solo	19	05
Questão agrária, Reforma agrária, luta pela terra	04	04
Agronegócio, cooperativismo, mercado	02	03
Gênero, Mulher, Juventude	06	01
Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos	05	21
Atingidos por Barragens, Hidrelétricas	03	08
Territorialidade, território, geopolítica	04	17

Fonte: Própria Autoria com base em SCIELO, BTDf, 2017

É possível observar, que no final da década de 2000, a perspectiva de atuação dos movimentos sociais do campo, para além da questão do acesso à terra (reforma agrária), vai perdendo espaço nas pesquisas, para outras preocupações. Põe-se em evidência a questão ambiental e agroecologia, que conjuntamente com a questão das práticas educativas, sobretudo em nível das pedagogias do campo, passam a ganhar cada vez mais destaque.

Na sistematização dos dados, recolhidos sob o mesmo parâmetro, junto ao Repositório de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Rondônia, percebe-se algumas alterações, relativas ao trato acadêmico dado ao assunto. Os dados foram coletados junto ao sistema Riunir – Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia. A busca principal pautou-se pelo verbete “movimentos sociais” e “movimentos sociais do campo”, em um primeiro momento. Para filtrar ainda mais a busca, na perspectiva de demarcar a abordagem voltada para a questão abrangida, consultou-se as palavras-chave, dos resumos dos trabalhos publicados.

Na tabela abaixo, expõe-se a sistematização feita a partir do verbete “movimentos sociais do campo”, no recorte temporal entre 2008-2017. Da pesquisa, resultaram 750 incidências. Destas 750 incidências filtradas, ao analisar o tema e as palavras-chave, a busca chegou a 114 resultados que continham referências aos movimentos sociais do campo, ação coletiva, movimentos sociais rurais.

Tabela 2: Temáticas abordadas (Repositório UNIR) – (2008-2017)

Temáticas abordadas no Banco de Teses e Dissertação da Unir	
Temáticas	Repositório UNIR
Questão ambiental, Reservas, Unidades de Conservação	25
Agronegócio, mercado, pecuária, produção	24
Agroecologia e produção alternativa	14
Sujeitos coletivos: indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos	12
Territorialidade, território, geopolítica	10
Assentamentos, agricultura familiar	8
Educação do campo, Educação, pedagogia	7
Hidrelétricas e Complexo do Madeira, atingidos	6
Religiosidade	2
Questão agrária	3
Gênero, Mulher, juventude	2
Literatura e movimentos sociais	1

Fonte: Própria Autoria com base no Repositório de Teses e Dissertações da UNIR, 2017

A temática ambiental apresenta-se, como fator predominante nas escolhas, seguida da temática do agronegócio e da agroecologia. Uma parte da explicação pode ser encontrada, pela procedência dos trabalhos. Dos 114 resultados obtidos, 43 são produções da Pós-Graduação em Administração, 45 produções da Pós-Graduação em Geografia, e, 15, da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, entre os mais referenciados. Conforme tabela abaixo, importante observar, como a questão relativa à assuntos dos movimentos sociais do campo e questão agrária, estão relacionados (ou não) por áreas de estudo e pesquisa.

Sob a perspectiva das Linhas de Pesquisa, os três principais programas, onde incidiu a sistematização dos dados, levou a perceber que o enfoque de pesquisa pouco se volta para o fenômeno humano” dos movimentos sociais, como tal. O direcionamento programático incide mais sobre questões de estratégia, gestão, governança e tecnologia (Administração), ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas (Desenvolvimento regional) e, processos espaciais, gestão ambiental, território e sociedade na Pân-Amazônia (Geografia).

Por consequência, dos programas investigados, é no Programa de Geografia, que se encontra uma maior proximidade com a temática, sem, no entanto, que tenha se evidenciado alguma pesquisa, especificamente para os processos de enfrentamento e resistência dos movimentos sociais do campo, em perspectiva da geografia política. Desta forma as temáticas que sobressaem em relação aos três programas de pós-graduação em destaque na Universidade federal de Rondônia, assim se retrata, pela pesquisa.

Tabela 3: Temáticas abordadas (PPG/UNIR) – (2008-2017)

Temáticas trabalhadas por PPG			
	Questão Ambiental, Resex, Unidades de Conservação	Agronegócio	Agroecologia e Agricultura familiar
Administração	16	12	11
Geografia	9	5	8
Desenvolvimento Regional	3	5	4

Fonte: Própria Autoria com base no Repositório de Teses e Dissertações da UNIR, 2017

A partir desta coleta de dados, ao observar no período, é possível, em relação ao estado da arte da discussão sobre os movimentos sociais do campo em Rondônia, chegar a algumas breves constatações:

1. **Perspectiva política dos movimentos sociais do campo em sua relação com o Estado.** No período, pouca relevância é dada, na pesquisa sobre os movimentos sociais do campo, em relação às ações de enfrentamento efetivadas por tais movimentos. O enfoque, substancial, volta-se para a dinâmica relacional destes processos, em relação à participação política ante o Estado ou instituições estatais. Além disso, há um enfoque evidenciado nas transformações, tanto do tempo, quanto do espaço (dinâmicas territoriais), que envolvem, dinamizam ou mesmo, criam obstáculos de atuação destes movimentos. Esta percepção é detectada, sobretudo, nas pesquisas e análises feitas, seja em matéria de publicação em instrumento em âmbito nacional (SciELO), seja em meio em Programas de Pós-Graduação, fora do Estado.
2. **Agenda ambiental e modelo de desenvolvimento.** Na pesquisa no banco de dados, em sede regional (Repositório da Unir), aponta-se uma acentuação em relação à agenda ambiental e seus instrumentais, bem como a discussão voltada ao agronegócio e seus modos e meios de produção. Quanto à questão ambiental, ela é sobremaneira tratada na questão dos impactos, mas também, sob critérios bastante institucionais: sustentabilidade, governança ambiental, sobretudo nas perspectivas objetivas de proteção criadas na institucionalidade: Reservas, Parques e Unidades de Conservação. Sobre o Agronegócio, o enfoque da produção teórica e da pesquisa, norteia sua perspectiva nas linhas de produção: pecuária de corte e leite, soja e lógica de comercialização. Há um indicativo de que, melhor amparado, o “movimento do agro”, pela via da integração, suplanta ou incorpora em grande parte, tanto a lógica de produção, quanto a “ideologia” do campesinato e de suas lutas, nas primeiras décadas.

Isso, em regra, pela via da “integração”, impõe consensos, no meio rural e em sede da própria concepção de agricultura familiar.

3. **Modos de produção alternativa e agroecologia.** Nesta temática, a incidência pauta a ação dos movimentos sociais, em uma nova dinâmica de “fixação na terra”, ou imaginar e articular caminhos de sobrevivência dentro da lógica padrão do mercado e do consumo. As produções e pesquisas, neste campo, acentua em muito a experiência de povos ligados à questão territorial-tradicional, mas também, no avanço das experiências de agroecologia, produção consorciada e agroflorestal, etc.
4. **Territorialidade e novos sujeitos coletivos.** Se por muitos anos, o campesinato e os movimentos sociais do campo (ou rurais) compreendiam apenas o público da agricultura familiar e dos “sem-terra”, percebe-se, à luz da pesquisa, que cada vez mais, vai se incorporando, a questão territorial, como forma de enfrentamento, resistência e forma de vida. Em âmbito amazônico, esta questão, em algumas regiões, sempre encontrou resistência, uma vez que os projetos de colonização colocavam frente a frente, em campo de disputa e luta, os colonos e migrantes e os povos originários: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas. A percepção desta questão, como uma visão de conjunto, tem sido retratada na pesquisa, como formas de resistência camponesa, incorporando esses diversos sujeitos coletivos frente à expansão do capital no agrário e fundiário, sob a forma e cultura do agronegócio na Amazônia.
5. **Educação do campo, instrumental político.** As pesquisas realizadas, sinalizam, em muito a dimensão instrumental da Educação, como ferramenta a ser apropriada pelos movimentos sociais do campo. Esta perspectiva, no entanto, acontece de forma mais evidenciada nas temáticas produzidas e publicadas na Revista Scielo e BDTD, que no repositório da Universidade federal de Rondônia. É na perspectiva da Educação do campo, que tem se travado, um verdadeiro processo de mobilização e enfrentamento ao Estado, sobretudo frente aos projetos de erradicar de vez, espacialmente, as “escolas rurais”, como também, no projeto de implantar projetos de ensino médio pela “mediação tecnológica”.

Ademais, cabe aqui buscar compreender de que forma, a atuação dos movimentos sociais do campo, se expressa enquanto ação ou manifestação política, seja no campo propositivo, seja no campo das formas de resistência, seja ainda no campo dialético (dialógico) ante o Estado, na construção de espaços de mediação para efetivação de políticas

públicas voltadas ao campo, ou ao meio rural. Obviamente no campo da resistência, os movimentos sociais do campo, no caso de Rondônia, verticalizaram sua atuação, inclusive por força do contexto. Inclusive na luta pelo acesso à terra, diferentemente da luta dos posseiros da década de 1970, as formas de luta hoje, seguem um repertório próprio, que vai das formas de ocupação direta, a organização de acampamentos e instauração do processo dialógico com o Estado.

Ainda que considerando um certo arrefecimento das ocupações organizadas pelo MST, que voltou-se organicamente mais, para os próprios assentamentos, o protagonismo da LCP, tem avultado a luta agrária em Rondônia. Percebeu-se, porém, que a luta pelo direito à terra, qualificou-se através de outros mecanismos: levantamento de áreas, mobilização urbana formas de arregimentação, articulação com forças de apoio, processos dialógicos com os organismos do Estado, ao lado da luta direta nas ocupações. Sem falar nas demandas pautadas pelas ocupações, que também exibem um leque maior de atuação dos movimentos: conscientização e produção agroecológica, Educação do campo, inserção em debates nacionais, que vão do debate legislativo a formas de enfrentamento político institucional. Além disso, pela atuação direta e articulada dos movimentos sociais, qualificou-se o espaço das Alianças, inclusive no plano federal e internacional. Mobiliza-se, ainda os movimentos sociais do campo, na perspectiva adjetivada dos espaços de denúncia, principalmente aquelas operadas nos espaços institucionais, quanto àquelas não governamentais.

No cenário de Rondônia e no contexto amazônico, considera-se um ponto de destaque: a emergência e o fortalecimento de novos sujeitos coletivos, ou novos atores sociais. No final dos anos 1980, com a participação de seringueiros de Rondônia, em sucessivos encontros, organizou-se o Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros (1985), e em seguida, constituiu-se, a Aliança dos Povos da Floresta, oficializado em 1990, mas na prática atuando desde 1988. Este movimento que congregava Seringueiros, Indígenas e Ribeirinhos, notadamente repercutiu, tanto no cenário nacional quanto internacional. Em Rondônia, nasce a Organização dos Seringueiros de Rondônia, em 1991, constituída por extrativistas, seringueiros, castanheiros, copaibeiros e ribeirinhos, incluindo neste rol a cooperativa dos seringueiros e Soldados da Borracha. Nos anos seguintes, contanto, o foco principal da organização era a viabilização das reservas extrativistas, uma ideia aliás, lançada pelos seringueiros de Rondônia, sob inspiração das reservas indígenas (ALLEGRETTI, 2002).

A força mobilizadora do movimento, ainda que não tão visível, tem pautado sua atuação sobretudo no campo institucional ante os graves problemas que os grupos extrativistas têm enfrentado. No Estado de Rondônia, moldado sob as diretrizes dos Projetos

de colonização, a sensibilidade em relação às questões territoriais destes atores históricos, é frequentemente contraposta por pomposos projetos estatais. São propostas, geralmente elaboradas e gerenciadas por um consórcio de interesses que reúnem madeireiros, políticos, grileiros e grandes especuladores de terras. Tanto é, que, em documento publicado em 2008, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), relata a situação de violência, pilhagem e grilagem que vêm sofrendo as Unidades de conservação e Terras indígenas em Rondônia (GTA, 2008).

Há de se registrar ainda, o fortalecimento da atuação do movimento indígena, no Estado, em diversas organizações indígenas, e mais recentemente o fortalecimento das lutas dos remanescentes de quilombolas. Em grande parte, o repertório e formas de lutas destes movimentos tem sido marcado pela atuação junto aos mecanismos dentro do Estado. Por vezes, com forte mobilização em relação aos processos legislativos, por vezes buscando efetivar alguma política pública legal ou constitucionalmente pré-assegurada.

Vale ressaltar, entretanto, que na maioria dos trabalhos pesquisados, pouca referência se faz em relação à luta histórica e incisiva, seja pela posse da terra, seja pela reforma agrária, pelas vias da desapropriação ou arrecadação sumária (discriminação). Assim, quanto ao resgate histórico, o resultado é inexpressivo, ocorrendo sobretudo quando faz referência às lutas mais recentes, como o caso do “massacre de Corumbiara”, de 1995. Não há registro, pois, de uma leitura política mais direcionada às lutas originárias pela terra, nos anos 1970-1990.

Na demarcação temporal investigada, pouca referência se faz, à luta pela terra em si. O enfoque acaba direcionado mais às experiências localizadas, formas de produção e educação, como já salientado. Aspecto a ser ponderado, diz respeito ao fato de que, dos três programas de pós-graduação, em destaque, dois deles (Administração e Desenvolvimento Regional), ainda que inserindo, enquanto área de concentração, as possibilidades de enfoque sobre o assunto, isso não ocorreu, pelo viés, sobretudo do enfoque institucional e tecnicista, dado ao debate. No programa de pós-graduação em Administração as linhas de pesquisa são: 1) Estratégia, Gestão e Tecnologia das Organizações, aqui, sobretudo à luz das motivações econômicas e socioambientais; 2) Governança, sustentabilidade e Amazônia, este inclusive delineando em uma das suas linhas de pesquisa, a questão das “organizações e ações coletivas”. O programa de pós-graduação em Geografia, tem como área de concentração: “Ambiente e Território na Pan-Amazônia. Já o programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio ambiente, traz como área de concentração: desenvolvimento sustentável e Diagnóstico ambiental.

Em relação, de forma generalizada, à escassez de produção sobre a temática dos movimentos sociais do campo, há que se considerar o fato, de que, tais programas, ainda não terem uma determinada tradição, são recentes. Em relação à outras regiões do Brasil, as temáticas dos movimentos sociais do campo são mais incidentes, nas regiões com maior tradição nas pesquisas, direcionadas para a questão agrária/fundiária, assim como para os conflitos, onde se expressa a ação coletiva dos movimentos sociais (regiões Sudeste, Sul e Nordeste).

1.2 Os intérpretes da questão agrária e dos movimentos sociais do campo

Naquilo que se refere a temática que recorta a discussão da presente tese, à luz também das pesquisas feitas junto aos bancos de dados, identifica-se um conjunto de pesquisadores brasileiros, que de certa forma indicam a perspectiva de autores referenciais sobre o estado de debate da presente questão.

Movimentos sociais do campo. Uma das referências centrais, tendo como base uma perspectiva histórico-sociológica, é José de Souza Martins. Trata-se de um dos autores mais referenciados também em relação a questão na perspectiva das “fronteiras” (fronteira de expansão e fronteira pioneira”). Há uma ampla margem de discussão e abordagem, sobre os processos de colonização, avanço do capital e a questão indígena, no cenário amazônico. Em relação à questão dos movimentos sociais do campo, no contexto amazônico, importante a sistematização de Miguel Carter em analisar sobretudo o papel do MST. Na perspectiva do campesinato em suas múltiplas faces no contexto amazônico e do seu importante papel nas obras de Jean Hébette. Em plano geral, pelo acúmulo da produção e reflexão teórica, os movimentos sociais do campo, enquanto tema acadêmico, aparece constantemente nas obras de Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren. Há que se fazer referência ainda, nesta perspectiva da ação coletiva, no contexto do campo amazônico à Alfredo Wagner Berno de Almeida, Philippe Léna e Adélia Engrácia de Oliveira. Alfredo Wagner, íntimo conhecedor dos processos socioterritoriais amazônicos, oferece importantes chaves de leitura no sentido de compreender os mecanismos de resistência e as perspectivas estratégicas de avanço do capital (agroestratégias). Léna e Oliveira, organizaram importante produção sob forma de avaliação a partir da atuação dos sujeitos coletivos. Assim, pautaram a questão dos povos originários frente à colonização, a dinâmica dos assentamentos, as formas e dinâmicas de produção, e a perspectiva do conflito em tais processos.

Questão agrária e Projetos de colonização. Este é o campo de debate de farta literatura. Destacamos alguns autores que recorrentemente são referenciados. De certa forma os clássicos: Octávio Ianni, Bertha Becker e José de Souza Martins, Moacir Palmeira, Delma Pessanha Neves, para ficar em alguns. Na perspectiva de Rondônia no contexto amazônico: Hervé Thery, Martin Coy, Philip Martin Fearnside, são pesquisadores que trabalham elementos mais estruturais dos projetos, numa perspectiva e olhar inclusive de fora, acerca deste fenômeno da década de 1970. Pesquisadores e analistas locais, têm produzido importantes análises sobre os projetos de colonização, especificamente operacionalizados em Rondônia: Lenita Turchi, Maria Helena Henriques e Lilian Moser, com enfoque nos referidos projetos, ajudam a perceber as dinâmicas estruturais que moldaram nossa formação socioterritorial e política. Bernardo Mançano Fernandes e Klass Woortmann, colocam em perspectiva os elementos de um campesinato amazônico.

Movimentos sociais, Estado e mediações: Em relação a dimensão dos processos interativos e participativos, na transversalidade da discussão proposta, faz-se destaque a alguns autores. Em perspectiva do alcance teórico do debate, recorre-se a Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam. No Brasil, esta discussão tem sido pautada insistentemente por Angela Alonso e Rebecca Abbers. No plano de análise mais contextualizado na Amazônia e em Rondônia, algumas importantes contribuições como: Miguel Carter, Delma Pessanha Neves, Gabriel Ondetti, Camila Penna de Castro, Lygia Sigaud, entre tantos. Apesar de tantas e valiosas referências, a ideia não é exaurir as referências para o debate. Outras tantas e de igual envergadura, deixaram de ser aqui referenciadas. Muitas produções, principalmente sob forma de dissertações e teses, pontuaram o debate, com uma profundidade e riqueza na análise. Apesar de tudo, é importante dimensionar a trajetória, da presente pesquisa, naquilo que lhe é característico, ou seja, a percepção de uma lacuna sobre o assunto, em âmbito de Estado. Sobremaneira, no campo da ótica política, é inédita a perspectiva de analisar o protagonismo dos movimentos sociais do campo na sua relação com o Estado. Assim como o é, o desafio em buscar desvendar as múltiplas e diferenciadas formas de interação e mediação, decorrente desta relação.

1.3 A centralidade da questão agrária como tópico emblemático para a compreensão da realidade social e política

Ao direcionar a análise para os movimentos sociais do campo, como sujeito político de importância fundamental na perspectiva do ordenamento socioterritorial de Rondônia, já se

vislumbra o ponto emblemático da questão agrária, como uma questão transversal que vincula outros debates. A transversalidade da questão agrária, reflete, portanto, sua dimensão polissêmica, pondo em evidência, não só a questão social, como também a questão política. A objetivação desta questão comparece, ora na atuação dos movimentos sociais, ora no papel das organizações patronais, ou ainda nas formas de intervenção/legitimação do Estado.

A questão agrária, como questão social, traz à evidência, amplos aspectos das formas de organização da sociedade. No caso brasileiro, com uma carga semântica enraizada em elementos históricos da nossa economia e nas condicionantes que permeabilizam nossa forma de construção e reprodução do tecido social. Na Amazônia, isso é marcadamente influenciado pelas formas de ocupação/colonização frente às populações originárias, pelo avanço dos altos investimentos econômicos, sejam subsidiados pelo Estado, seja por repasses internacionais, e seus impactantes e danosos efeitos produzidos. Em Rondônia, a dimensão social destas iniciativas levou à constituição de uma sociedade extremamente diversificada, com dificuldades até hoje sentidas em estruturar vínculos, e, exposta, às vicissitudes do contexto e das conveniências apresentadas.

O tecido social que vai se desenhando no histórico do Estado, engloba uma realidade moldada densamente por processos migratórios, com claros sinais de desenraizamento, e ainda, com profundas marcas de contradições culturais, resultado da ação colonizadora. Desta forma, ao “importar cópias” de modelos e padrões exógenos, em muito, reproduziram-se padrões estruturais de desigualdade. Historicamente, blinda-se, pelo esquecimento, muitos dos fatores causais, desta realidade. E isso, com certeza, mantém imune a responsabilidade histórica e política, frente a danos físicos, culturais e econômicos dos povos que aqui viviam, no período precedente aos processos de colonização, a partir da década de 1970.

A questão agrária, como questão política, implica no reconhecimento das contradições e crises estruturais, integrantes do próprio sistema e forma capitalista de reprodução, bem com seus desdobramentos e impactos. Contudo, é importante destacar, que estas contradições retratam igualmente em outros cenários, como na questão urbana, questão ambiental, geracional e outras. Como se percebe, são relações entrecruzadas, que mesmo na multilinearidade de suas expressões, envolvem-se e permeabilizam-se de forma transdisciplinar. Do dito então, ressalta-se, que a questão agrária ganha centralidade política, inclusive pela forma como os movimentos sociais do campo se compreendem e atuam, ante o Estado.

Neste sentido, conforme Delma Pessanha Neves, a questão agrária é dotada de uma multivocalidade, expressa sob os seguintes parâmetros:

Em termos mais consensuais, a questão agrária pode ser entendida como expressão de modos de problematização das formas de expansão do capitalismo no campo. Como ela está diretamente relacionada com o modo de produção geral da sociedade, pode ser entendida como a relação do modo de produção da sociedade com o uso da terra. A maneira como a terra é apropriada está diretamente ligada aos princípios hegemônicos (que não negam os contrastantes) de produção da sociedade. Melhor delimitando, a questão agrária, independentemente da perspectiva analítica adotada, abarca a construção de problemáticas decorrentes das historicamente datadas relações de produção no campo, mais especificamente, das formas de expansão do capitalismo nas relações agropecuárias (NEVES, 2017, p. 82).

No cenário brasileiro, a questão agrária tem sido redimensionada historicamente por meio de estratégias de concentração e expropriação do campesinato. Correlaciona-se a isso, o impacto que estas estratégias cometem em relação à destruição do patrimônio natural sob a lógica da “mercantilização da natureza”, ou seja, nas distintas formas de inserção dos bens e recursos, à lógica e retórica do mercado. No campo destes impactos, ainda, ao incorporar todo o seu “aparato técnico”, este empreendimento não apenas vincula a inserção de outro tipo de insumos na produção de bens, como de serviços. Assim, redefinem, de forma circunstancial, a vida ou as condições de existência e de sentido, dos “agricultores familiares”, nas diferentes formas de integração capitalista, bem como das populações tradicionais. Quer se dizer que são impostas, na conveniência do contexto, outras formas de condições de vida e de auto-percepção, sob o mote destas formas dirigidas de integração.

Visto de fora, o impacto deste modelo não é facilmente perceptível, mas efetiva uma transformação profunda, nos modos de produzir, sentir, criar e viver destes grupos e comunidades. Em regra, tais grupos fundamentam seus “modos de vida”, ambientando-se numa perspectiva que tem como referência a preservação de costumes. Trata-se de um atributo social essencial, construído, de forma imemorial, em torno da posse coletiva da terra, dos “usos em comum” e da convivência e coexistência integral com o meio. Constata-se, pois, que o impacto produzido, simboliza o “choque de dois mundos”, um, infeliz e fatalmente condenado à integração pela via da expropriação. Este debate ainda, sinaliza para o histórico debate entre posse e propriedade no Brasil.

A dimensão de centralidade da questão agrária, ainda, remonta toda a questão da luta política por reconhecimento de direitos, e por isso configura-se, como uma luta política. Estes sujeitos coletivos, viram-se no contexto da elaboração da Constituição de 1988, incorporados ao debate político, não só quanto à questão agrária, mas em uma infinidade de formas de luta na consolidação da cidadania, objetivada e sistematizada, em grande parte, no arcabouço normativo do próprio texto constitucional. Desta forma, matizadas pelo jogo de forças que representou bem aquele momento, um amplo anseio popular, materializado em múltiplas

formas de organização, fizeram emergir para dentro do debate questões secularmente mantidas encobertas: direitos indígenas, quilombolas, relações de gênero, reforma agrária, etc.

Graças à estas formas de intervenção que, no tempo e no contexto, diversificaram as formas de atuação, esses novos sujeitos coletivos vão se reconhecendo na defesa organizada dos bens da natureza, assim como, do controle dos recursos públicos. Passam a adotar diversas estratégias de atuação e enfrentamento: maior participação nas elaborações legislativas, participação em instâncias de controle social, qualificação de agentes e mobilizadores, etc.

Outro elemento que desvela a centralidade da questão agrária no atual debate, são as diferentes formas de luta, que se encontram e se confrontam neste cenário específico. Destaque, aqui, para a intervenção de agentes econômicos e financeiros, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A apropriação das terras, torna-se um instrumental politicamente estratégico para estas forças. Mas importa destacar também a diversidade de segmentos, grupos e organizações sociais, em diferentes frentes de enfrentamento, não só no plano econômico, mas também político e ideológico, contra-hegemônicos, para além das fronteiras institucionais clássicas.

É por isso que, é preciso agregar outros agentes, nesta arena de debates, que incorpora pesquisadores, organizações, jornalistas, setores da Igreja católica, para dar visibilidade social e política de outros campos de conhecimento e de ação. A intuição da presente pesquisa, neste sentido, busca focar, no contexto deste campo de enfrentamento, no Estado de Rondônia, a perspectiva de diversos movimentos que, através de ações práticas, promovem o enfrentamento e o combate das ações do agronegócio, da especulação imobiliária e da grilagem de terras públicas. São estes movimentos – como novas formas de luta - que garantem a objetividade de um conjunto de práticas que vão, desde a luta pelo acesso à terra, incluindo, inclusive, o debate sobre a adoção de práticas agroecológicas e feiras livres, por exemplo. A prática de tais movimentos, ainda, perpassa pela formação política de agentes, consciência e fortalecimento das políticas de gênero, assim como, pelo estímulo ao protagonismo das mulheres.

No plano institucional, a questão agrária, como já mencionado acima, ganhou importante impulso, a partir dos processos de debate da Constituição de 1988, e posteriormente na mobilização pela efetivação das políticas, lá definidas. Merece destaque, neste sentido, a perspectiva política em torno da ideia de “agricultura familiar”, que aos poucos, impulsionada sobretudo pelo movimento sindical, foi se fortalecendo, inclusive forjando a elaboração de políticas públicas específicas, aplicadas ao setor. Igualmente, no

contexto, toda a mobilização voltada para o contexto educacional, objetivada no debate sobre a “educação do campo”, principalmente na diferenciação das práticas educacionais, pautadas no contexto do debate em torno da questão agrária.

Um aspecto, dentro do debate sobre a questão agrária, que constantemente comparece, diz respeito à contraposição deste próprio debate. Se no contexto foi possível perceber uma “mobilização social” centralizada na questão, é necessário constatar, igualmente uma contrarreação ao debate. Neste sentido vale registrar que foi, justamente no contexto da elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (1985) e na elaboração constituinte, que as forças conservadoras do campo se estruturaram e praticamente interditaram a construção de uma autêntica Política Pública ou republicana de Reforma Agrária (SILVA, 1987; 1989). As iniciativas vinculadas ao patronato rural que reproduziam, sob novas variáveis, a concentração estrutural fundiária, intensificaram em igual medida o patrocínio da violência no campo. Usando de duas imagens, o médico e agrarista, José Gomes da Silva, retratou bem o destino da Reforma agrária no país. No contexto do PNRA, publicou sua obra explicativa do fenômeno: “Caindo por terra” (1987), e no contexto da elaboração constituinte, retratou o fenômeno da interdição de uma política agrária mais consequente como “Buraco negro”.

Questão candente, seja no âmbito das reformas reclamadas pela sociedade, seja nas demandas dos movimentos sociais, a problematização da questão agrária, chegaria, como chegou à Constituinte, sob a marca de um tensionamento inescapável. A pauta retrógrada, tangida pelo conservadorismo, alienado da realidade, esteve e manteve-se atuante e vigilante, em todos os debates, inclusive como aquele que objetivava conceituar a ideia de propriedade. Desta forma, ainda com um pé no sistema colonial e outro na pressuposta modernidade, o Brasil não terá a propriedade subordinada à lei, nem sofrerá os efeitos republicanos sobre a mesma, como em vários outros países “capitalistas e modernos”. Em terras brasileiras, tal direito será tratado como sempre foi conjugando uma dimensão medievo-colonial com as tangências do liberalismo clássico, sem que o mundo tivesse andado.

Este setor, aliás, também se articulou como movimento e de forma organizada (UDR). Em amplas articulações, recriaram novas relações capitalistas no campo, tangidas sempre pela apropriação da terra e dos recursos naturais. Para tal, demarcaram um verdadeiro campo de enfrentamento, onde nas condições criadas, opunham-se, muitas vezes de forma agressiva, aos projetos de sociedade embasados na prática e na vida camponesa ou da agricultura familiar. Claramente tornava-se então visível o choque entre projetos de sociedade. Este campo de

disputa, aliás, transcendeu em muito o contexto físico da terra, penetrando nos espaços institucionais-administrativos, academia, etc.

No cenário amazônico, instaurou-se um período de implementação de grandes projetos que vão desde os empreendimentos da mineração, passando pelas hidrelétricas e chegando à consolidação do agronegócio: soja, cana, pecuária bovina. Como se vê, é à luz da disputa por esses projetos políticos que se propõe o debate atual da questão agrária brasileira. De um lado se reforça a política de acumulação capitalista, e de outro, é onde se localizam as forças sociais que demandam pela objetivação de bens e benefícios, constitucionalmente assegurados.

A situação do capitalismo nos países periféricos, plasma seus objetivos operando por meio de contradições. Descumpre-se as promessas retóricas da modernidade, uma vez que efetiva-se o aumento das distâncias sociais, uma desigualdade cada vez mais iníqua e a manutenção, “a ferro e fogo” das seculares estruturas de dominação e injustiça social. Para Ana Clara Torres Ribeiro (2013, p. 216), demonstra-se, assim, o capitalismo, seu mais evidente “espelho de feiticeira”, ou seja, as belas imagens representadas, sempre resultado de “acordos ocultos e indizíveis intenções”, mas a depender do olhar lançado, reflete sua face cruel, sem máscara, face esta da violência, do desespero, da anulação do futuro. É nesta contradição, no espelho refletida, que se expressa a experiência da modernidade latinoamericana.

Seja no campo, quanto no meio urbano, tais contradições não se operam sem resistências. Nas últimas décadas, esse fenômeno revela-se um tanto quanto diluído em distintas ações insurgentes, seja de forma explosiva, seja numa rotina surda e cotidiana, nas formas de ação organizada ou espontânea. Especificamente no contexto agrário e nas lutas socioterritoriais, diversas são as táticas de sobrevivência e resistência.

Em regra, há uma concepção de mundo, elaborada pelas classes patrimoniais no Brasil, que associada à dinâmica de reprodução do capitalismo, cultivam uma histórica discriminação social em relação aos camponeses. Têm sido típico desse modelo, entretanto, não só a discriminação social, como também a discriminação racial, de gênero, etc., que impacta diretamente, e por vezes, em grau excessivo a classe camponesa. Em suma, a lógica é a eliminação ou submissão, nas suas formas de produção “integradas” ao modelo reprodutivo capitalista. Desta forma, no limite desta sistêmica relação, o campesinato é desafiado à se construir ou reconstruir social e politicamente, frente à tal lógica.

Contrariando consensos, portanto, parece ser possível demonstrar que a diversidade das formas de organização e resistência camponesas, portam sim, um conteúdo político, e em

grande parte, reagindo ou enfrentando a imposição do modo de produção capitalista, um conteúdo cognitivo, epistêmico. Justo neste enfrentamento, contra a subalternização das imposições homogeneizantes do capitalismo, encontra-se em grande parte, a especificidade camponesa.

Pode-se inserir, com muito mais propriedade, neste contexto, as lutas socioterritoriais. A percepção de território, em sentido muito maior que terra, redimensiona o próprio conceito de propriedade. À ideia de pertença conjugam-se os pressupostos da identidade, dos modos de ser, fazer, criar, bem como os modos de viver e conviver. Em graus, ainda que distintos, portanto, a emergência dos direitos e sujeitos territoriais, em marcha por reconhecimento e defesa de seus territórios, guardam similaridade com as lutas camponesas, sobretudo contra a submissão ao modelo capitalista de produção, relação e de vida¹. As integrações, sugeridas e impostas, pela agricultura de mercado, sob a lógica da integração, nada mais são que, na prática, uma reorganização semântica e simbólica, sob novas formas e fórmulas de submissão.

Resistência e existência, assim, comungam de um único sentido, como numa dimensão ontológica, superando as barreiras da fragmentação ou desagregação. Na lição de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), a resistência é mais que enfrentamento, é “R-Existência”, mais que uma reação à ação de fora, é algo pre-existente, que afirma a existência, e por isso “R-Existe”. Assim, pela ação que denega esta existência, como pela afirmação, reconhecimento e enfrentamento desta condição identitária negada, ocultada, contra a violência que silencia² e interdita, as lutas camponesas e a luta dos povos tradicionais, em sua diversidade, são lutas anticapitalistas, contra-hegemônicas.

¹ Reconhece-se a importância do pensamento de Axel Honneth, sobretudo ao detectar a ideia dos conflitos que nascem das experiências de desrespeito social, das agressões às identidades coletivas e individuais, e que acabam por suscitar uma ação que busque, na contramão, instaurar relações que sejam de reconhecimento mútuo. Para Honneth, é neste processo de lutas por reconhecimento que se verbaliza e se simboliza uma força moral que impulsiona, enfim, o desenvolvimento social. Alega Honneth, contanto que, a experiência da modernidade, e diríamos, da pós-modernidade, têm possibilitado a emergência de distintos graus de desrespeito, a tal ponto generalizáveis, que a lógica moral destes conflitos sociais acabam evidenciando-se, saltando às vistas. Uma possível resposta, deverá, segundo Honneth, considerar que junto às formas de reconhecimento mútuo deverão estar justapostos os valores materiais, uma relação jurídica desenvolvida, que potencialize a geração de condições efetivas de solidariedade (HONNETH, 2003). Ressalta-se, portanto, que a luta por reconhecimento, vinculada ao fenômeno dos movimentos sociais do campo, compreende e repercute-se em tal análise.

² A discussão aqui trazida e sustentada, coloca-se sob os parâmetros de importantes discussões quem atestam a importância da erupção das falas contra os silêncios impostos. Neste sentido, a análise de Patrícia Hill Collins, e a necessidade de novas categorias de análise e reflexão (raça, classe e gênero) que possibilitem “alcançar aquele pedaço de opressor que ainda está implantado em cada um de nós” e fazer emergir autodefinições independentes, de outros lugares de fala. E também, com a contribuição de Gayatri Chakravorty Spivak, abordando diversas possibilidades de fala destes sujeitos localizados em espaços periféricos. Tal abordagem traz às claras, inclusive, a crítica contra as apropriações das falas oriundas dos setores subalternizados. Para aprofundamento ver em Collins (2015) e Spivak (2010).

O fato de acrescentar esses elementos, considerados essenciais para as chamadas “Teorias do Reconhecimento” não deve causar estranheza. Em primeiro lugar, reforça-se que o caráter transdisciplinar da presente abordagem, permite justamente que se estabeleça, de forma incondicional, o diálogo, naquilo que indica pertinência e referência às demandas sociais levantadas. Em segundo lugar, pelo fato justamente de, “reconhecimento, conflito e identidade”, no cenário amazônico, serem elementos-chave contra os reducionismos, sobretudo, da ideia de conflito à mera questão de interesses ou da violência, pura e simples.

Em grande parte, a perspectiva de ação e mobilização dos chamados movimentos socioterritoriais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais), encontram nas chaves categóricas do reconhecimento, da identidade e dos conflitos, propósitos primordiais no impulso à ação e organização. Inclui-se, portanto, esta ideia, de que, a luta identitária, territorial, vincula-se à luta agrária e camponesa. A gramática destas ações coletivas, expressas em distintos e diversos movimentos e segmentos, parte, assim, desta suposição, de que, inclusive em uma revisão teórica, se supere uma “epistemologia catequética”, recentrada em suas próprias convicções, muitas vezes impermeável ao diálogo.

A compreensão deste pressuposto, entretanto, não supõe um encortinamento das contradições existentes, no interior do modo de produção capitalista e que, no cotidiano, influencia na práxis social do campesinato, e das próprias lutas territoriais. Esta relação contraditória é extremamente evidenciadora das diferentes formas de opressão e desagregação promovida pelo setor patrimonialista, sob forma de contramovimento, contraorganização dos camponeses. Nem sempre a consciência política destas práticas é perceptível, o que põe em evidência, que as próprias lutas camponesas são dinâmicas, complexas e, em grande parte, mobilizadas e definidas pelos contextos em que se inserem (CARVALHO, 2012).

A título de registro, neste cenário, portanto, as possibilidades e os limitantes de se pensar acerca do comportamento de classe do campesinato, ante seu enfrentamento contra a burguesia capitalista³. Nesta perspectiva, entende-se que, defender alguma postura intermediária de “integração”, como conciliação possível, entre o campesinato e o modelo capitalista de produção, cumpriria apenas a tarefa de ordenar ou reordenar o caminho de manutenção ou sustentação da subalternização camponesa ao segmento capitalista, no caso, ao agronegócio, como padrão e lógica capitalista.

³ Por mais relevante que seja, tal debate, entende-se, pelos objetivos que circunstanciam os objetivos do presente trabalho, entende-se não ser este espaço oportunizado para esta digressão. Importante análise sobre o assunto pode ser encontrada em Horácio Martins de Carvalho (2012).

Em proporções distintas, a luta camponesa e a luta territorial, são eminentemente lutas políticas. São ações coletivas, em graus distintos, espontânea ou organizada, mas que não se esgotam no formalismo jurídico, tradicionalmente compreendida como a luta da sociedade civil frente o Estado. São ações coletivas que envolvem a materialização de direitos, condições de dignidade, justiça, ideais coletivos e coletivizados. Transcendem, pois, a esfera institucionalizada, os espaços públicos, historicamente configurados. Como se tratam de “anseios legítimos”, a ação destes sujeitos coletivos, vão construindo espaços e repertórios possíveis, naquilo que sinaliza alguma perspectiva ou aproximação ante o Estado, concretizado em seus agentes públicos, agentes políticos, etc.

Tão evidente, quanto essa constatação, é a análise de que a questão agrária no Brasil, sobretudo na forma como se configura, reveste-se de uma verdadeira negação da república. Talvez o maior, se não um dos maiores fracassos republicanos, encontra no campo a materialização desta evidência. Isto se torna visível, sobretudo na não democratização do acesso à terra, sacralizando, desde sempre um abissal direito de propriedade. Outros indícios deste fracasso está na mínima universalização dos direitos civis à população do campo, bem como a tardia extensão do direito ao voto aos analfabetos, característica marcante de grande parte da massa rural brasileira (GUIMARÃES, 2008, p. 276). Acrescente-se ainda, neste mesmo compasso, o sequestro ou a denegação de direitos políticos, sociais, laborais, ambientais, entre outros, cuja tutela estatal manteve-se ou mantém, em muito, desconsiderada à estas coletividades.

Relegada à margem das políticas, a questão agrária, sobretudo nas últimas décadas, no plano governamental segue o caminho do arquivo. A homogeneização de um modelo de produção, centrado no negócio exportador, amplia seu espaço no cenário político, campo este onde as grandes tramas para revogar direitos, anular conquistas e abafar demandas, se consuma. Em regra, na história republicana, não houve um governo capaz de romper com a agenda patrimonialista e os interesses agrários hegemônicos.

Na base do poder, incluindo nos “governos de esquerda”⁴, a presença ruralista sempre significou, em tese e na prática, o poder de veto à reforma agrária. Assim, a questão agrária

⁴ Há que se ponderar, sobre a categorização de “governos de esquerda”. Em regra, capitalismo e governos de esquerda se incompatibilizam, ou seja, em amplo senso, governo de esquerda, só se efetivariam por meio de uma revolução. Ressalva-se, contudo, as especificidades da esquerda brasileira e latino-americana, onde muitas vezes a esquerda ganha as eleições, mas não governa. O que implica constatar que representatividade eleitoral, em uma conjunção de fatores, pode incidir inclusive em uma distorção democrática, ao sabor de uma legitimidade formal-burguesa. Revela ainda, esta inflexão da esquerda, tocante ao assujeitamento à interesses contrários ao do país, a força das elites conservadoras. Neste caso, teríamos ou tivemos, “governos de esquerda” com políticas de direita, onde no máximo, ocorreria uma maior sensibilidade, às demandas populares. Sobre o tema: (BRESSER-PEREIRA, 2006).

no Brasil, incorpora a cultura política do poder instituído, deixa de ser uma questão pública, ou republicana, corporificada em um seguimento nacional privatista, secularmente alojado no aparelho do Estado. Para Juarez Rocha Guimarães é esta hegemonia que criativamente remodela a questão agrária no Brasil:

Ora, na cultura política assim como no poder, não há espaços vazios, se há descontinuidade, silêncios e impasses, de um lado, é porque há permanência, hipervocalização e transformismo, de outro. Ou, em termos mais diretos, *o domínio de uma narrativa liberal da modernização explica a infirmação de uma narrativa republicana da questão agrária*. Sem esta doação de sentido que apenas uma narrativa republicana da questão pode fornecer não se constituem plenamente os sujeitos possíveis da reforma agrária, socialmente diferenciados desde sempre pelos ciclos regionais de nossa formação e pela ausência nacional de uma tradição camponesa, e, mais ainda, não se esclarecem os elos que podem sedimentar uma frente pluriclassista e politicamente plural capaz de formar uma vontade nacional pela reforma agrária. (GUIMARÃES, 2008, p. 274)

1.4 A localização do debate: movimentos sociais e questão agrária em Rondônia

Em Rondônia, a especificidade deste debate, necessariamente reivindica um olhar atento, direcionado aos equívocos dos processos e projetos de colonização (anos 1970), a convulsão social e reestruturação fundiária, à luz das diretrizes da empresa rural (anos 1980), e aos desdobramentos e efeitos sociais e políticos, quanto então, robustece a luta pela terra em Rondônia (final dos anos 1980 e década de 1990).

Desta forma, após os dramas transformados em projeto de colonização, na Rodovia transamazônica (1969-1974), iniciou-se o projeto de colonização dirigida do Estado de Rondônia.⁵ Importante registrar, que no Estado, a colonização privada precedeu a pública. Em tese, os modelos de colonização eram orientados pelas mesmas diretrizes, caracterizando como resultado, por todos os equívocos governamentais, a exclusão de um grande número de camponeses, ao mesmo tempo que forte incidência da acumulação de terras por interesses privados ou conglomerados empresariais (AUBERTIN, 1988). Repetia-se, assim, em Rondônia, na experiência da contrarreforma agrária do regime militar, os erros da ocupação da Transamazônica.

O fenômeno restou agravado por um forte crescimento demográfico (grandes migrações), da década de 1980, acompanhado por fraca capacidade de absorção industrial e um modelo discricionário de repasse de terras públicas. Privilegiou a concessão de grandes latifúndios à empreendimentos empresariais, mais preocupados em reserva imobiliária e

⁵ O primeiro Projeto Integrado de Colonização foi o PIC- Ouro Preto, implantado em 19 de junho de 1970, na região de Ouro Preto do Oeste. Esse projeto assentou 5.162 famílias, cada qual em uma área de 100 hectares.

extração de madeiras, que em colonizar. Assim, a região seria palco de conflitos sociais de toda sorte, sempre resultando em violência física, extermínio e devastação ambiental.

Impulsionados sob forte propaganda, seja institucional, seja privada, os fluxos migratórios miravam o antigo território, intensificado sobretudo a partir de 1974. Assim, Rondônia vinha a se constituir não só como alternativa para os excedentes rurais, mas também, no imaginário facilmente absorvido e alimentado, como “terra fácil”, “terra de oportunidades”, o “novo Eldorado amazônico” (NÓBREGA, 2016). Nota-se que, desde o princípio, a questão agrária está intimamente correlacionada aos processos de ordenamento social e territorial em Rondônia.

Neste cenário molda-se a estrutura institucional, nominada de Projetos de Colonização, transparecendo uma clara opção em abdicar de um Programa de reforma agrária, o que representava à época (e hoje), um fenômeno de evidência política extremamente perigosa. Mas também, por meio de diversas formas de resistência, nem sempre organizadas, se processou o enfrentamento desta política de colonização, desvelando tais equívocos.

O conteúdo político-econômico que envolve, portanto, a questão agrária, no contexto histórico da constituição do Estado de Rondônia, indica a forte influência do Estado, como um dos atores essenciais, no comando de tal processo. Salienta-se, que não somente foi o antigo Território, e posteriormente o Estado, palco de fortes tensões sociais, em torno da questão fundiária, como também, viu-se estruturar e ordenar seu destino, em torno do projeto econômico que envolvia esta perspectiva. Assim, sem deixar de considerar outros componentes históricos, primordiais, não é possível fazer uma inflexão sobre a questão, como se fosse, apenas uma política pública, relegada a “mera questão social”.

Posto assim, a questão agrária, no contexto, é extremamente elucidativa. De certa forma externaliza os equívocos, travestidos de planos de governo, por outro lado, expressa também os elementos de ligação que vinculam as estratégias do projeto de colonização, traduzidos no plano presente, em questão social e política ainda não resolvida. É neste aspecto que algumas análises apontam para a permanência das relações coloniais, de um passado que insiste em permanecer, ao se tratar da questão agrária no Brasil, em especial na Amazônia (PAULA, 2016; SOUZA FILHO, 2003; BALLESTRIN, 2013; FERNANDES, 2015; MARTINS, 1994).

Uma outra perspectiva, trazida ao cenário desta questão, diz respeito ao papel dos atores, no cenário onde as demandas são visibilizadas e enfrentadas. A questão posta, é mediada por um amplo campo de debate, onde as controvérsias, os enfrentamentos e a construção de consensos vão definindo distintos e diversos papéis. Portanto, a compreensão,

não só do que está em jogo, mas também dos papéis que estes atores representam e as dinâmicas que são criadas e recriadas. São estes os elementos que compõem um cenário fértil, e por vezes, improvável, no sentido de perceber as possibilidades e as potencialidades destes sujeitos, em disputa. Em outros termos, a questão agrária, envolvendo as multífaces dos movimentos sociais, os interesses do patronato rural e o Estado brasileiro, quando enfrentada, põe em cena um conjunto de situações que são, ao mesmo tempo, constitutivas, mas também permeadas de influências e, cujo resultado, não pode ser previsivelmente simplificado.

Aqui, sobrepesa a força inerente de camadas marginais da sociedade, especificamente dos camponeses, comunidades tradicionais, povos da floresta, indígenas, ribeirinhos e remanescente dos quilombos, em dinamizar criativa e estrategicamente as ferramentas de resistência. Ainda que, em contexto atual, diametralmente adverso, a luta destes sujeitos coletivos indica um ponto de evidência do enfrentamento dos modelos históricos e estruturais, em sentido de garantia de direitos e de promoção de dignidade, por mais forte que sejam os interditos e as repressões.

Neste sentido, a Amazônia e especificamente Rondônia, subsiste como um *locus* simbólico no campo das lutas agrárias e territoriais. Por ter sido palco dos primeiros enfrentamentos aos projetos privados e públicos de colonização, no início dos anos 1980, pela articulação dos seringueiros (Rondônia e Acre), na organização dos “Povos da Floresta”, em 1985, por ser contexto do gérmen da organização dos movimentos sociais, no início da década de 1980 (MST, MCC, LCP, MPA, FETAGRO), pelas lutas pelo acesso à terra, transformadas em assentamento, desde o início dos anos 1980, entre outras tantas lutas, é que este lugar simbólico de resistência política, ganha relevo.

Mas também, não há como ignorar o quanto, na história recente de Rondônia, as questões pautadas na realidade fundiária, em retratos de morte e violência, também puseram em evidência a questão agrária. São retratos, que na moldura dos programas de colonização, desnudam as evidências ocultas e o escândalo da violência inerente ao enredo, pondo em cena os efeitos perversos de um projeto excludente. Sem máscaras, estas fotografias reais são o contrassenso das “boas intenções”, apresentadas nas intenções institucionais.

O destino exterminado dos índios Kanoê, Akuntsu e do “índio do buraco”, retratado nas lentes de Vincent Carelli, em vinte anos de “grilagem autorizada” de terras públicas, somada à toda sorte de violência física, no cone sul de Rondônia (CARELLI, 2009), foi um destes retratos. Em outro retrato, a “Década da destruição”, Adrian Cowell e Vicente Rios (2010), em um documentário, dividido em onze reportagens, desvelam-se os dramas do Projeto de Colonização: o desastre dos contatos com povos indígenas, a colonização e o

desmatamento, a abertura de rodovias, o saque da floresta, mineração e violência contra grupos e lideranças dos “povos da floresta”. Acrescente-se ainda, à estas cenas, a repercussão do massacre dos camponeses em Corumbiara, em 1995, considerado e lamentado marco que insere, de novo, a questão agrária no debate nacional, no período pós-redemocratização.

Não sem luta e enfrentamento, portanto, a resistência dos grupos e movimentos sociais do campo, em Rondônia, materializou-se por todo o território, nos diversos sujeitos coletivos, objetivando reconhecimento, terra ou direitos. Estes movimentos socioterritoriais, então, incorporam e articulam, sob formas e repertórios distintos, a ação coletiva contra-hegemônica, tanto em relação à violência institucionalizada, quanto a à violência privada.

Com se percebe, na idealização dos Projetos de colonização, não só a lógica do “vazio demográfico”, mas sobretudo a perspectiva de destino da Amazônia, tangeram os empreendimentos governamentais, agenciados financeiramente pelo capital internacional. Esta ideia de “destino manifesto” da Amazônia, a partir da década de 1970 é simbólica e pragmaticamente constituída, mobilizando um grande contingente populacional para a “fronteira desconhecida”, que pela propaganda, se tornou fronteira do progresso e da civilização.

Sob o discurso do “novo bandeirantismo”, vinculado ao anterior, à época solenizado como “marcha para o oeste”, tal empreendimento será batizado como Projeto de Integração Nacional. Neste sentido, as contradições se evidenciam, apontando as ambiguidades do intento colonizador:

O equívoco refletido em tais projetos de colonização revelou-se não somente pelo descompasso entre a propaganda e a realidade que as milhares de famílias do sul e sudoeste do Brasil enfrentaram, mas especialmente pela dizimação de dezenas de povos e comunidades indígenas, inclusive afetados por doenças até então não conhecidas, pela destruição dos seus recursos naturais, pelos inúmeros conflitos suscitados por parte de grileiros, madeireiros e pistoleiros contra as comunidades extrativistas, seringueiros e castanheiros, entre outros (CHAGAS, 2012, p. 84).

Assim a expansão dos projetos de colonização atinge Rondônia, e a “terra dos sonhos” torna-se a “terra dos conflitos”, substantivado no desencontro histórico, ainda que planejado, sustentado e subsidiado institucionalmente. Percebe, também, que esta nova gramática discursiva dos projetos de colonização, verbalizada ou traduzida, nos discursos, linguagens e imaginário, implicam em pressupostos inexoráveis.

Em primeiro lugar, a perspectiva exógena, pautada pela lógica do desenvolvimentismo, em detrimento à vida e sobrevivência dos ocupantes locais, originários. Em segundo lugar, a incorporação constitutiva da sociedade envolvente e mobilizada,

planificada na desigualdade. Quer se dizer que, o projeto de colonização, desigual no pressuposto, desigualou no predicado da formação da sociedade, uma vez que pautado e tangido pela lógica da exclusão, sobretudo nas formas de acesso à terra. Em terceiro lugar, devido à subserviência consentida, instrumentalizada na legitimação do Estado dirigente, potencializaram-se as condições de reprodução do capital, cartelizando os interesses privados, hoje visualizados sobretudo, na hegemonia do agronegócio e seus efeitos.

Exemplifica esta dinâmica, inclusive, os interditos ao acesso à terra, promovidos pelo Estado, os limites das formas de reprodução camponesa, e o cerco coercitivo, público e privado, às formas de resistência, objetivado sobretudo no cenário atual de violência agrária no Estado de Rondônia. Importante destacar, que o patrocínio desta violência se configura, em regra, pela “cobiça pelo Norte”, perpetrada por um amplo processo de grilagem, abrindo assim, os caminhos para a apropriação da terra pública pelos “donos da terra” (ASSELIN, 1982). A ocorrência de chacinas, de povos indígenas e de camponeses, em Rondônia, são, indubitavelmente os frutos colhidos deste perverso processo originado e sustentado pelos programas de colonização. A violência agrária, em Rondônia, é um campo emblemático para a análise política deste contexto.

Uma perspectiva de abordagem dos processos de colonização, enfim, convida também para uma mirada, sobre a própria questão do campesinato. A frente de expansão e mesmo as fronteiras agrícolas, constituem-se como um campo complexo, onde a presença camponesa é traduzida sobre diversas formas de percepção. No caso, específico de Rondônia, nas mobilizações migratórias, dos anos 1980, duas concepções (ambíguas) predominaram, acerca da compreensão sobre o uso da terra: uma perspectiva, na linha do campesinato tradicional, fundada em valores morais (terra como valor de uso), e uma perspectiva utilitarista, moldada na percepção utilitarista (terra como propriedade econômica).

Na percepção das origens ou procedência, este “migrante-colono”, foi em grande parte, “mobilizado” pelos valores de uma ordem econômica, vigente e convincente. Ou proveio de uma situação onde havia sido proletarizado, ou então, incorporou seus “sonhos proprietários” na propaganda da “terra fácil” ou “terra de oportunidades”. Na análise de Otávio Guilherme Velho (1972), na frente pioneira ou novas fronteiras, este sujeito seria o agricultor “recampesinado”, fazendo de tudo, para não voltar à antiga condição de pobreza ou de cativo.

Assim, uma questão que se coloca, é se este “camponês recampesinado”, se compreende como força política no processo de colonização? Se sua atuação, circunstanciada pelas motivações que o mobilizam e pela conjuntura em que se percebe, reúne condições e

possibilidades de organização, mobilização e resistência, sobretudo quando suas pretensões, alimentadas pelas promessas oficiais e oficiosas não foram atendidas?

Sob o olhar etnográfico de Klaas Woortmann (1990), em situações de colonização as comunidades amazônicas são apenas marginalmente ligadas/vinculadas à economia desenvolvimentista e monetária. Ocorreu uma espécie de incorporação precária, sendo que muitas vezes, estes grupos, ainda que mantendo vínculos com a terra, tiveram que se assalariar. A hipótese aqui, é de que, em boa parte, esta realidade de colonização imposta, nas primeiras décadas (1970-1990), forjará ou fomentará, de forma mais articulada e organizada, a luta pelo acesso à terra, posteriormente. Constata-se, pois, que, o empreendimento inicial, proporcionou ao campesinato, ainda que na condição de “sem-terra”, uma inserção no ciclo de desenvolvimento doméstico, não abstraindo, contanto, o sonho maior da conquista da terra, como terra de trabalho (WOORTMANN, 1990).

A ambiguidade também retratada pelo autor, expressa a instrumentalização (domesticação) produzida, pelo ímpeto colonizador, no imaginário migrante. Esta incorporação, bem trabalhada e imposta pela lógica do desenvolvimentismo, foi facilmente recepcionada pelo campesinato, num primeiro momento. A “recampezinização” na perspectiva da terra de trabalho, atendia assim, ao mesmo tempo, a um objetivo materializado nas pretensões dos migrantes-colonos e às diretrizes de fundo, dos empreendimentos da colonização dirigida. Em condições de subalternização, este campesinato, em maior ou menor grau, contribuiu, em muito, para o “amansamento da terra” para os grandes empreendimentos posteriores: abertura de estradas, derrubadas, etc.

No campo das relações sociais, a trama da colonização, em maior ou menor grau também, “cuidou” para que, a questão da terra não se politizasse. Ou seja, cuidadosamente criou-se mecanismos que norteasse os padrões de estrutura, não aos moldes das “colônias” do Sudoeste e do Sul do Brasil, onde o sentido de identidade e pertencimento são um componente forte de organização e participação. No contexto da colonização em Rondônia, imprimiu-se medidas que impedissem tal “perigo político”.

Ciente da diversidade das origens, muitas vezes os mecanismos de destinação das terras aos migrantes-colonos eram implementados de forma que inviabilizasse as iniciativas de organização. Ainda que não oficialmente assumido, temia-se que os laços de procedência, vínculos religiosos, ou outras influências, viesse a potencializar formas organizadas de ação. Entrementes, as próprias condicionantes do projeto, associadas ao intenso fluxo migratório, fez emergir, no meio rural, do Estado de Rondônia, uma realidade de múltiplas configurações

sociais, de diferenciadas formas de uso da terra, de produção, e de outros vínculos, culturais e religiosos.

Há que se registrar, contanto, que em especial na década de 1980, em Rondônia, foi a Igreja católica, organizada em suas dioceses, paróquias e comunidades de base que alicerçaram as primeiras organizações, seja na resistência contra a expropriação, seja na luta direta pelo acesso à terra. Assim, será criada a Comissão Pastoral da Terra em 1979, que junto com centenas de Comunidades de base e outras Pastorais sociais desenvolverão, sob a inspiração da Teologia da libertação⁶, uma perspectiva evangélica e emancipadora de participação, organização e mobilização dos camponeses, por terra, direitos e dignidade.

É possível então, constatar que o migrante-colono, experimenta uma forma de inserção marginal ou periférica, nas condicionantes dos projetos de colonização da fronteira agrícola, a partir dos anos 1970. As análises trazidas como suporte (VELHO, 1972; WOORTMANN, 1990 e MURTA, 2014), assinalam que, a par das ambiguidades dos processos de colonização, a força propulsora destes empreendimentos indicam a hegemonização de uma lógica puramente econômica. A possibilidade, portanto, é que esta espécie de “recampesinização” implica não mais que uma forma de transição para um padrão tipicamente capitalista de agricultura.

Objetivamente, não há muito de novo, uma vez que o padrão capitalista pátrio, não de hoje tem se caracterizado pela cimentação desta relação entre forças políticas e as forças econômicas. Desta forma, a conjugação destes interesses, colocam o Estado à disposição da efetivação de programas e projetos, onde o político e o econômico se suplementem. No cenário amazônico, resultou muito claro as grandes concessões minerárias ao capital extrativista, nacional e estrangeiro, a forma discricionária com que se protegeu grandes áreas de terra na colonização da transamazônica, etc. No caso de Rondônia, a confluência destes interesses possibilitou o favorecimento às iniciativas de colonização privada, a regularização de grandes áreas, visivelmente griladas, e as desoneradas licitações públicas, favorecendo a transferência de grandes áreas de terras à “empreendedores rurais” do Sul e Sudoeste brasileiro.

⁶ Acerca da importância da Teologia da Libertação nos processos de motivação, constituição e mobilização em torno dos movimentos sociais do campo, importante ressaltar a contribuição de Enrique Dussel e Leonardo Boff. Em Dussel, as categorias da alteridade, da identidade e *ethos* latino-americano, a ruptura epistêmica e uma releitura dos elementos de análise de Marx. Tais contribuições alicerçaram o plano da “Filosofia da Libertação” e influenciaram tanto as Comunidades de Base quanto os movimentos sociais rurais, por toda a América Latina. Já a importância de Leonardo Boff, repercutiu sobremodo no campo da Teologia da Libertação, a partir da perspectiva de uma leitura sociológica dos acontecimentos, sua correlação com a prática libertadora dos cristãos e o protagonismo dos pequenos e empobrecidos, contra a lógica secular de opressão. Muitas são as obras produzidas e disponibilizadas por tais autores, algumas inclusive, de fácil acesso.

Ao propor, portanto, a questão agrária, como tópico emblemático e Rondônia como *locus* simbólico, no presente estudo, pretende-se desvelar o objeto e o contexto em que as formas organizacionais e as estruturas de poder se articulam. Ainda que, muitas análises já apontam para o descarte da questão agrária, como questão política, não há como negar os impactos sentidos e ainda provocados na conformação socioterritorial, política e econômica de determinado território. Em tempos de hegemonização do agronegócio, não há como relegar esta questão aos bastidores dos cenários políticos e econômicos.

Naquilo que configura, no discurso oficial, como uma questão periférica, ou marginal, a questão agrária, posta em questão pelas ações coletivas dos movimentos socioterritoriais, indica o grande esforço em superar um duplo movimento. Primeiro, em afirmar e superar a opacidade imposta, à realidade agrária, vista como inferior ou inexistente. A percepção desta invisibilidade é o que legitima a precariedade de direitos. Contra isso, as insurgências. Em segundo lugar, interligado ao primeiro, o enfrentamento da desconsideração institucional, que historicamente mantém de forma inaudita os reclames de milhões de camponeses, assalariados rurais, agricultores familiares, populações tradicionais. Contra isso, as mobilizações e lutas dos movimentos socioterritoriais.

No caso em estudo, Rondônia, a análise se faz preponderante, em virtude de ter e estar sendo, uma região onde, sucessivamente nas últimas décadas o Estado tem alocado recursos para os grandes projetos. É nesta mesma toada que, também o agronegócio tem, recorrentemente celebrado sua ampliação territorial, seus lucros e suas perspectivas. E não há espaço para dúvidas, na associação conjugada entre poder econômico e poder político, um setor precisa arcar com o ônus, a sociedade.

2. ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA: REVISÃO TEÓRICA, RELEITURAS POLÍTICAS E DIÁLOGOS COMPLEMENTARES

Em princípio, a proposta é proporcionar um encontro sob forma de diálogos cruzados, entre as ideias de Antonio Gramsci (1891-1937), José Carlos Mariátegui (1894-1930) e Raimundo Faoro (1925-2003). De tal forma, o desafio não é aprofundar os elementos de ruptura ou aproximação. Trata-se, justamente de buscar perceber elementos de análise, que ajudam a reler a questão agrária e a atuação dos movimentos sociais. Por consequência, não se objetiva aqui, ponderar criticamente sobre consensos ou divergências entre uma linha de releitura do marxismo latino-americano (Mariátegui) frente à percepção de um marxismo estrutural (Gramsci), no contexto revolucionário europeu, muito menos contrapor Max Weber (Faoro) e Marx, no que consistiria, obviamente inoportuno para fins desta pesquisa. Trata-se, pois, não de estabelecer um lugar único como campo de disputa teórico, mas justamente levantar pontos de diálogos possíveis e releituras políticas imprescindíveis.

Reconhecendo a extensão e a densidade da produção, tanto de Antonio Gramsci, quanto de Raymundo Faoro e José Carlos Mariátegui, a ressalva a ser feita torna-se importante para justificar a demarcação e a clivagem destes importantes autores. Em Gramsci e Mariátegui, a opção direcionou-se pela posição analítica e interpretativa dos mesmos sobre a questão agrária, sobre o protagonismo camponês ou indígena e sobre as relações possíveis, dentro de uma unidade de ação coletiva. E justamente na “questão meridional”, uma pequena obra coletânea de artigos de 1919 e 1920 de Gramsci, e no terceiro capítulo dos “Sete Ensaios” de Mariátegui, que esses elementos aparecem de forma objetiva. Portanto, não se trata de compendiar uma vultosa abordagem em tais autores, mas de estabelecer um diálogo no aspecto circunstancial, tratado contextualmente.

Quanto à Raymundo Faoro, cabe igualmente tal reflexão. Dentro da reflexão que o autor elabora sobre o patrimonialismo, enquanto ação e cultura, assim como a ideia do Estamento, em sua versão de patrimonialismo estatal, buscou-se aí, estabelecer o diálogo. Em que medida, tais categorias espelha ou contorna, a questão agrária, enquanto componente estrutural de reflexão e análise da sociedade brasileira.

Já, numa segunda abordagem, o que se propõe é, sob forma de diálogos complementares, situar o debate que envolve a questão agrária e a ação do Estado, enquanto elementos estruturais e estruturantes da nossa formação social, em perspectiva tanto cognitiva quanto interpretativa. Pretende-se assim, sustentar a ideia de que tal tais questões são imprescindíveis para a compreensão daquilo que implica na relação entre movimentos sociais

do campo, no contexto amazônico. Neste sentido ainda, atualizar-se-á dois debates, como contrapontos teóricos, agregados aos conteúdos de fundo.

Uma terceira perspectiva, apresentada em âmbito de revisão teórica, objetiva-se pela análise da Teoria do Processos Político (TPP), enquanto amparo exegético do fenômeno dos movimentos sociais. A perspectiva de compreensão da ação coletiva, permeada por contextos e oportunidades, potencializa uma leitura alternativa e aplicável à realidade dos movimentos sociais do campo em Rondônia. Essa compreensão reflete-se, sobremaneira no impacto dos Projetos de Colonização e das Estratégias estatais sobre os processos de mobilização social, que compõe o fenômeno.

Uma leitura acerca da centralidade da questão agrária, em seus elementos de continuidade, consistência e moldagem das estruturas sociais e políticas do Estado, encontra-se, portanto, projetada na perspectiva teórica de José Carlos Mariátegui e Raymundo Faoro. A potencialidade organizacional da classe camponesa, no seu dinamismo contorna a leitura de Antonio Gramsci. Mas também toda a discussão em torno das discrepâncias regionais, a estratégia do Estado e as influências externas em âmbito de interferência, interação e diálogo, na ocorrência das lutas camponesas.

A Teoria do Processo Político, por sua vez, é abordada no sentido do suporte que a mesma oferece à uma leitura contemporânea mais flexível, no entendimento das interações estabelecidas na fronteira relacional entre Sociedade (movimentos sociais) e Estado. Tal leitura indica uma resignificação política do espaço de atuação constituído para além dos enquadramentos teóricos. Os dois “contrapontos” sugeridos, como chave analítica, ajudam a mapear, no seio de uma abordagem mais ampla, as dinâmicas constitutivas daquilo que se convencionou chamar de “colonialidade mantida”, enquanto cultura patrimonial no campo. Já, para compreensão da convencionada “inação do Estado”, se propôs uma leitura alternativa. Trata-se de uma releitura, no sentido de indiciar as possibilidades mais amplas acerca do fenômeno da intervenção estatal em atividades estratégicas, no cenário nacional.

Para além dos contextos regionais, e mesmo do amparo teórico, adotado pelos autores referenciados, o que se estabelece nestas leituras é uma linha de abordagem mais ampliada. Trata-se, através de elementos analíticos, sondar os fundamentos constitutivos que sinalizam para os diversos fatores que incidem numa lógica organizacional da sociedade, da economia, da política, do poder, enquanto tal. Mas também, através de tais fatores é possível visibilizar os sujeitos históricos envolvidos nestes processos, de forma a compreender as possibilidades de seu protagonismo, do porquê da inércia ou desmobilização, e de como tal processo se institui ou se estabiliza em determinada ordem.

2.1 Antonio Gramsci e a questão meridional

A “Questão meridional”, foi escrita em janeiro de 1926, e sem a pretensão de adentrar na profundidade teoria, a ideia é encontrar registros e sinais que ajudem a compreender duas questões fundamentais, que se interligam. De um lado, o contexto da organização revolucionária, no quadro geral, e de outro, a possibilidade de um protagonismo nas lutas políticas por parte dos camponeses. Ressaltando que, na obra, a questão meridional configura a situação agrária e fundiária do sul da Itália e das ilhas correspondentes.

Para os intelectuais comunistas, da região de Turim, a questão posta se dava no sentido de perguntar, se, não tendo o campesinato, as condições materiais para se autoemancipar, como se daria este processo? A proposta de uma ala de vanguarda revolucionária, elaborava a fórmula mágica para resolver o problema agrário: “dividir o latifúndio entre os proletários rurais”, sem nenhuma referência aos camponeses. Neste sentido, para Gramsci, faz-se imperativa a necessidade de uma aliança, sob a direção do proletariado, a fim de que este dirigisse a organização político-econômica camponesa (GRAMSCI, 1987, p. 137).

Assim, numa primeira impressão, Gramsci enquadra a luta camponesa numa ação revolucionária de classes, sob a direção do proletariado industrial. O mérito inicial aqui, é justamente colocar a questão agrária em pauta, (des)isolá-la. Para o autor, o que pesa aqui também, é a influência da cultura (camponesa), com seus anos de tradição, como instrumento fundamental para determinado projeto de sociedade.

Mas para se chegar a isso, faz-se necessário a superação do senso comum e dos preconceitos na condução “intelectual e moral” do processo revolucionário. No caso da Itália, o preconceito era contra os povos do Sul, sobretudo os camponeses. Isso ganha relevância, porque a hegemonia não se dava apenas no plano político e econômico, mas também no plano moral e cultural. A constatação decorrente e óbvia, é que para Gramsci, faz-se necessário encontrar ou olhar para as particularidades da formação das regiões italianas, e encontrar nesses processos, no sentimento de revolta, aquilo que germina a revolução, os processos de transformação.

A pedagogia a ser adotada, conforme Gramsci, não diz respeito à um mimetismo de outras experiências, mas antes, fazer um profundo estudo das particularidades de cada região, ou seja, superar, para além dos (pré)conceitos, os resíduos corporativos, despojar-se deles (GRAMSCI, 1987, p. 146). Desta forma, uma leitura coerente da realidade, buscará compreender a formação de determinado grupo social, sua subjetividade, e fazer desta subjetividade, naquilo que se aproxima, um elemento que aglutine as diferenças. E assim,

poderá criar-se, na Unidade, ou tornar possível, a execução de determinado projeto hegemônico do proletariado, direcionado à revolução que se almeja.

Em sua obra, Gramsci evidencia que, quando a discriminação regional e cultural, toma as formas de uma ideologia, é neste momento que se sufoca a diversidade, interditando a possibilidade tanto do diálogo, quanto do consenso. E, naquela década de 1920, na Itália, era o que ocorria, na leitura que o Norte fazia do Sul, visto com semi-bárbaros, atrasados e como obstáculo (GRAMSCI, 1987, p. 139). No processo revolucionário, das prioridades, estas são as primeiras a serem atingidas.

O nascimento do sindicalismo, como uma reação ao bloco da burguesia, não daria conta, da articulação e mobilização do “setor do campesinato”. Na essência isso ocorrerá, porque as motivações deste sindicalismo, por sua condução intelectual, e por sua essência ideológica liberal, tenderá, para o nacionalismo, na retórica e na pragmática liberalista (GRAMSCI, 1987, p. 148-149).

Neste compasso, Gramsci analisa o papel do intelectual, que, segundo ele, é o elo de ligação entre o camponês meridional e o grande proprietário de terras (GRAMSCI, 1987, p. 157). Lembra, contanto, que em todos os países, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. Alerta Gramsci, contudo, que a presença e a influência do intelectual, enquanto elemento organizativo, tem forte relevância. E assim, na Itália meridional (onde considera-se uma sociedade atrasada e desagregada), o intelectual na sua face camponesa é democrático, na face voltada para o grande proprietário é reacionário, e frente ao governo, é politíqueiro, corrupto e desleal, afirma (GRAMSCI, 1987, p. 155).

Nesta digressão feita por Gramsci, a perspectiva é compreender o papel do intelectual também pela sua origem, que para ele, na região meridional da Itália, deriva de uma camada notável, ou seja: da burguesia rural. Assim, não é camponês, não trabalha na terra, mas que cede a terra (aluguel ou meação), para extrair disso renda, para pagar o estudo de seus filhos. Desta dinâmica, constata-se uma cultura de aversão ao campesinato (GRAMSCI, 1987, p. 157).

Quanto à forma de organização dos grandes proprietários, há de destacar, na Itália meridional, a composição de um gigantesco bloco agrário, que no conjunto, não passa de intermediário e guardião do capitalismo do Norte. Mas também está vinculado aos grandes bancos, com o único objetivo de conservar a ordem estabelecida. Via de regra, pouca gente, ou organizações, trataram da questão meridional, como um problema nacional. Em parte, considera-se que a desagregação da região meridional é também cultural, e assim, quando

setores interferem no sentido de fazer com que determinados problemas (regionais) não ultrapasse certos limites, a questão não se torna revolucionária (GRAMSCI, 1987, p. 162).

Adicione-se a isso, a influência da estrutura religiosa, que limitada, em analisar e compreender a realidade, inflexiona a questão. De tal forma, tende a inviabilizar projetos de mudança, não se desconsiderando ai, que as próprias percepções de mundo, estabelecem vínculos, que em maior ou menor grau, conectam interesses. (GRAMSCI, 1987, p.162).

Sob tais efeito, as questões postas, enquanto elementos de conjuntura, que retratam cenários de desagregação regional e cultural, competitividade de interesses, limites e influência da religião, deslocam em muito, a questão do campesinato meridional para os setores urbanos, sobretudo o proletariado. Se por um lado, mapeiam os limites, por outro, demanda pela formação de uma aliança entre o proletariado e as massas camponesas da região meridional, enquanto tarefa revolucionária. Essa tarefa implica para além de fomentar formas autônomas e independentes entre os camponeses pobres, também a tarefa de desarmar e desagregar a massa intelectual, que blinda e resiste aos pressupostos do bloco agrário hegemônico (GRAMSCI, 1987, p. 165). De qualquer forma, a aliança do proletariado com os camponeses, é aliança inexorável para a transformação, é esta aliança que “porta o futuro”.

Na “Questão meridional”, Gramsci com sua abordagem de investigação, próxima da realidade, percebe as contradições regionais que ocorrem nas condições da classe camponesa do Sul. No entanto, para além das respostas prontas, que sempre identificam causas, efeitos e culpados, entende que tais contradições são social e desigualmente construídas ao longo da história regional. Desta forma, a própria organização política de classe, reflete as relações específicas de um estrato social, que se comporta como massa amorfa e desagregada. Na maior parte das vezes não se reconhece como classe, no espectro político. A origem deste problema e de suas multifaces está na lógica do capital, que assim faz, porque lhe é inerente. A desigualdade e a injustiça social são a condição de possibilidade fundamental desta lógica capitalista.

Nesta dinâmica, o Estado cumpre um papel, mais pela inação que pelos seus projetos e programas de ação. Assim, isso se traduz na falta de investimento do Estado, na ausência de um projeto nacional e nas questões de protecionismo seletivo. Por isso que, na “Questão Meridional”, a proposta de Gramsci é buscar sintonizar os anseios, os discursos e os interesses das classes, operário e camponesa. O que ocorrera, é que a lógica capitalista, fundada na exploração camponesa e na concentração fundiária, amplificou uma cultura do individualismo, que deverá ser mudada, juntamente com as condições de vida do camponês.

Para superar, a isso que Gramsci chama de “desvios de direita”, propõe a saída projetada nas formas coletivas de produção e com gestão coletiva, pela organização dos operários agrícolas (GRAMSCI, 1987, p. 123, 137).

No mesmo compasso, uma das principais transmutações na mentalidade camponesa, operada pela burguesia, foi a insistência e persistência na construção de uma mentalidade, onde o camponês continuava se imaginando como “servo da gleba” (GRAMSCI, 1987, P. 70). Neste caso, atribuía-se ao operário industrial, representado pelo Partido, a missão de organizar e politizar o camponês. Este equívoco conduziu a um fracasso pedagógico, deixando o caminho aberto para o aliciamento político da pequena burguesia (GRAMSCI, p. 91).

Configura-se assim tão sedimentada esta ordem que para as forças conservadoras, abrigadas no Estado e na sua forma capitalista de se organizar, não bastava apenas o controle territorial, ou geográfico. Igualmente deveriam promover os instrumentos de organização e direção do campo (GRAMSCI, 1987, p. 49). E desta forma, por meio do capitalismo de Estado, seja no estímulo aos grandes estabelecimentos monopolistas, seja no papel dos gastos públicos na agricultura, seja nas obras de infraestrutura, seria pelo poder burocrático que as forças dominantes manteriam sua união e articulação (GRAMSCI, 1987, p. 54).

Por certo, sem haver traumas na ordem, a grande propriedade agrária seria mantida de fora, uma vez que o Estado moderno respeitou, programaticamente sua essência feudal. Para tal, criou-se artificialmente as fórmulas jurídicas como a do fideicomisso, que mantinha intacta as investidas e todos os privilégios feudais (GRAMSCI, 69-70). Resta claro, para Gramsci, que o Estado, então, não se resume à instituições de ordem administrativa. A governança, de fato, real e pragmática, fixaria no controle dos meios que permitisses uma transformação material do mundo (GRAMSCI, 1987, p. 92).

Para além do Estado, Gramsci não deixou de observar também, a dinâmica organizacional dos movimentos revolucionários. Se tais movimentos não conseguem se constituir enquanto organizações de massas autônomas, com uma percepção plural e diversificada dos processos, pelos quais passa o movimento, terminarão se reduzindo a articulações do aparato estatal. Este é o caminho mais curto para as composições partidárias, que em tese são controlados, seja pelos intelectuais, seja pelos grandes proprietários, ou por seus homens de confiança (GRAMSCI, 1987, p. 157).

Uma coisa, enfim, resta claro, para Gramsci, os contextos possuem uma força condicionante, capaz de determinar ou redirecionar as estratégias da ação coletiva revolucionária. Em relação às desigualdades regionais, na Itália, no início do século, não se

estabelecia somente, pelo fato do Norte ser urbano e industrial, e o Sul, rural, com forte concentração fundiária e intenção exploração camponesa. É nas raízes desta estrutura que se precisa buscar a forma conservadora como se processou a unidade da Itália, processo chamado de “revolução passiva”, que levou a produzir, de fato as duas “itálias”. Não que elas estivessem separadas, são as relações estabelecidas entre o setor da elite, industrial no Norte e latifundiária no Sul, que garantiu, em grande parte a sobrevivência deste modelo (GRAMSCI, 1987).⁷

Desta forma, é em termos de desigualdade, enquanto instrumento incorporado às formas de desenvolvimento capitalista, que Gramsci vai buscar abordar o problema meridional. Mais que em termos reformistas, esta postura ou abordagem, indica uma análise em termos revolucionários, que consigna os elementos de classe, de cultura, de organização desigual da sociedade sob o molde capitalista.

2.2 José Carlos Mariátegui e a “Questão peruana”

A questão agrária é posta em evidência na principal obra de José Carlos Mariátegui (7 *Ensayos de Interpretación de la Realidad peruana*, 1928), sobretudo pela análise clara, com que argumenta. Adota, para tanto, os pressupostos do materialismo histórico-dialético, no sentido de desvendar uma das condições estruturais da dependência e periferização da nossa realidade. Em primeiro plano, Mariátegui, constata que na realidade peruana, mais que um capitalismo de classe, reproduz-se uma situação de feudalismo⁸, onde a velha classe feudal se disfarça de burguesia republicana. Assim, conservou suas posições, sobretudo pela manutenção do regime da grande propriedade. Essa dinâmica possessiva, foi reforçada ou engrandecida, depois, pelo liberalismo teórico que, ainda que republicana agia como intermediária, subalterna do capital estrangeiro e do imperialismo (MARIATEGUI, 2010, p. 44).

Vai se tornando claro, para Mariátegui, que a questão agrária é uma questão estrutural, que, uma vez não resolvida, bloqueia qualquer possibilidade de uma verdadeira emancipação:

⁷ A ideia de “revolução passiva”, trata-se de uma alegoria utilizada na nota à edição brasileira (1987), quando busca os elementos de aproximação, entre as questões levantadas por Gramsci, sobre a formação socioeconômica e política da Itália, à época, e a comparação com o Brasil, incorporando ainda a lógica do “transformismo”, como elemento de grande utilidade para compreensão dos processos de transição ocorridos na história brasileira.

⁸ Para Mariátegui, a base de organização feudal ou semi-feudal, consistia basicamente na adoção e exploração de trabalho escravo, na lógica da agricultura prioritariamente produzida para a exportação, no Latifúndio, enquanto um poder paralelo ao Estado, mas com fortes vínculos de coexistência. Em relação ao trabalho livre, praticamente não há acesso, o que fomenta o trabalho baseado em relações obrigacionais e pessoais, sob péssimas condições de parceria, assim como a sujeição por meio da dívida (MARIATEGUI, 2010, p. 100-101).

O Regime de propriedade da terra determina o regime político e administrativo de toda nação. O problema agrário- que até agora a república não pôde resolver – domina todos os problemas de nossa nação. Sobre uma economia semi-feudal. Não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais. (MARIÁTEGUI, 2010, p.70).

A realidade peruana, tomada no específico, espelha a realidade latino-americana no conjunto. Desta forma, os processos históricos vividos por estes países latinos, em grande parte retratam as “perdas de oportunidade”, uma vez, em muitos momentos, estas oportunidades de profundas e estruturais transformações estiveram presentes, mas não foram adotadas. Tome-se como exemplo os processos de independência, onde foram beneficiados apenas as antigas classes proprietárias agrárias. Da mesma forma, nos processos republicano-burgueses, a mudança processou-se pelo alto, passivamente, sem grandes transformações na ordem das estruturas.

Para Mariátegui, um pressuposto essencial deverá ser tomado, como reflexão, acerca das possibilidades revolucionárias no Peru, sendo que, em grandes termos, repassa-se a ideia de que a unidade nacional é um obstáculo da luta popular. Assim, a divisão geográfica, “costa, serra e selva”, não era, para Mariátegui, apenas uma divisão física. Em termos simplificados, a selva seria a região do domínio colonial, a costa, região espanhola e mestiça, e a serra, indígena (MARIÁTEGUI, 2010, p. 199-201).

Na serra, predomina o comunismo indígena⁹, sem propriedade privada. No entanto, a marca fundiária do Peru, generalizava a cultura do latifúndio e o predomínio do feudalismo. Assim, na análise do autor, além das três configurações geográficas distintas, caracteriza-se, naquele momento, três modos distintos, em relação ao modo de produção e de vida, que influencia diretamente nas dimensões da vida cultural e política deste povo.

Com resultado do modelo de colonização, tanto a vida política quanto a cultura e a economia dos povos peruanos sofrerão os impactos do projeto, sobretudo nos conflitos derivantes desta lógica latifundiária e feudalista. Este fenômeno de violência institucionalizada e tolerada, vai impactar na vida de seus povos, sob diversas formas de violência. Uma das teses principais, de Mariátegui, portanto, é reconhecer que a questão da unidade, mesmo admitindo a pluralidade das tradições locais ou regionais, não é o grande

⁹ Mariátegui faz referência, na própria obra, sobre o comunismo indígena, comunismo incaico ou chamado também de comunismo agrário. Trata-se do modelo adotado pelos Incas da propriedade coletiva da terra cultivável pelos ayllus (comunidades familiares). Ainda que dividida em lotes individuais, esta terra era intransferível. Havia também, segundo Mariátegui, a propriedade coletiva das águas, das terras de pasto e das florestas (bosques), demarcadas às tribos ou federação de ayllus. Compunha também a ideia de comunismo agrário ou indígena, as formas de cooperação no trabalho e a apropriação individual dos frutos (MARIÁTEGUI, 2010, p. 54).

problema. A questão central, contanto, é o problema da dualidade de raça, de língua e de sentimento, nascidas desde a invasão e a conquista, por parte de uma raça estrangeira (MARIÁTEGUI, 2010, p. 201).

Desta forma, a mais importante e desafiadora saída, é a superação do feudalismo, fundamentado no regionalismo, que se reconhece originário em sentimentos e interesses feudais. Junto à esta tarefa, fundamental igualmente, é a superação da opressão imposta sobre os povos indígenas. Assim, a condição de possibilidade que cimenta essa face feudal da desigualdade regional, é centralizada no latifúndio. Para Mariátegui, a opressão fundamental que garante vida a esta lógica feudal e latifundiária, retrata-se no sistema de poder do gamonalismo¹⁰, que precisa ser extirpado (MARIÁTEGUI, 2010, p. 208). Neste sistema, incorpora-se todas as formas de usurpação material e cultural, alteração de formas de vida e vivências, e sobretudo a violência. Tudo isso com o claro objetivo, travestido de legalidade, imposição religiosa e expansão do latifúndio.

Na concepção programática e revolucionária de Mariátegui, a questão agrária, antes de ser regional, é uma questão nacional. Nega-se assim, o regionalismo como forma de luta política, em busca de uma unidade de classe.

Uma das originalidades, no pensamento de Mariátegui, é sua atenção à questão indígena. Em muitos programas revolucionários ou socialistas, da época, os povos indígenas não estavam inseridos. A ideia de Mariátegui é buscar propor um marxismo ou uma teoria da revolução, antes de tudo, calcada nas características histórico-culturais de seu país. Por isso, a percepção do indígena como sujeito histórico ativo nas dinâmicas de enfrentamento contra as formas de dominação, sobretudo da classe terratenente. Sob este signo colonial, o problema da terra alijou-se nos três pilares da herança colonial: o gamonalismo, o latifúndio e a escravidão (MARIÁTEGUI, 2010, p. 41).

Como é claro que o regime da propriedade da terra determina o regime e político de toda uma nação, sobre uma economia semifeudal, assim assentada, não pode prosperar nem funcionar instituições democráticas, muito menos liberais (MARIÁTEGUI, 2010, p. 42). A galvanização deste processo de saque e destruição, opera-se, enfim quando o feudalismo-capitalismo, destrói não só a economia, mas também a cultura, as formas de vida autóctones,

¹⁰ Gamonal ou o sistema de gamonalismo, foi criado no Peru, pela metade do século XIX e consistia em uma forma de organização de poder local, onde se configurava uma ordem social em que os proprietários urbanos, expandiam suas terras e seu poder sociopolítico, por sobre as terras indígenas, instituindo formas coloniais de expropriação e apropriação de terras, nos sistemas de arrendamento, e utilizando-se de meios violentos e ilegais para para tal objetivo. Moviam-se, também, pelo estabelecimento de relações de clientelismo, no ímpeto de atingir seus objetivos.

sem oferecer em substituição, alguma forma superior de vida e de desenvolvimento (MARIÁTEGUI, 2010, p. 43).

Pelo lado, da reflexão sobre o protagonismo indígena, ainda que, para muitas correntes clássicas, este fato da inclusão do “não-operário”, representasse um desafio e uma desconfiança, isso não ocorreu na teoria política de Mariátegui. Margeando as ideologias “humanitárias” e mesmo “assistencialistas”, muito em voga, no sentido social da incorporação capitalista do indígena, a proposta de Mariátegui, para a solução do drama dos povos originários, se processará através da luta revolucionária. E a primeira destas lutas, será contra o estrato do feudalismo e depois contra o capitalismo (MARIÁTEGUI, p. 81-82).

Ainda sobre esta análise, uma coisa restava claro para Mariátegui: não seria possível qualquer projeto de transformação ou revolução, sem extirpar a opressão sobre os indígenas. O inédito nesta ideia, é justamente este ponto de partida, ao incorporar os indígenas, com sujeitos coletivos, até então invisibilizados ou não considerados pelos europeus. Onde muitos revisionistas enxergavam obstáculos, Mariátegui avista possibilidade. Neste sentido afirma que, a geração peruana sente e sabe, que o progresso do Peru será uma ficção, ou seja, não será um progresso peruano, enquanto não seja obra e não se traduza em bem-estar da massa peruana, sendo que de cada 5 peruanos, 04 são indígenas e camponeses (MARIÁTEGUI, 2010, p. 37,64).

2.3 Raymundo Faoro e os “donos do poder”

Iniciemos em **Raymundo Faoro**, no sentido de compreensão das principais chaves de leitura que ajudam a analisar a questão fundiária, em suas permanências, no contexto socioeconômico e político. Assim, por consequência, torna-se possível perceber em que incide, tais elementos, na compreensão acerca dos limites e possibilidades de atuação e participação dos movimentos sociais do campo.

Há segundo Faoro, uma transitividade na questão agrária, que cruza a história política brasileira. Em regra, o caminho da legitimidade ou sustentação da ordem proprietária, enquanto causa e resultado de poder, sempre encontrou nas formas legislativas seu arcabouço. Quando esta ordem normativa, descumpria o seu papel, o ajuste se fazia pela repressão, sempre atenta do Estado. Este indicativo, aponta para um repertório de arranjos, sempre funcionais, que sob forma de “influências recíprocas” ditavam o caminho da manutenção da ordem. Assim, se houvesse discordância em aspectos periféricos, não poderia haver divergência na ordem estrutural, que significava, na forma e no conteúdo, a manutenção

vinculante das grandes propriedades com o Estado central. Desta forma, os donos do poder se mantinham.

Um dos elementos de fechamento deste *status*, era o regime escravocrata. Para Faoro, então, o mundo rural, fecha-se em torno da matéria, interditando também à mobilidade interna e vertical, uma vez que a escravidão, ou ter escravos, significa recursos e créditos (FAORO, 2012, p. 200). Com razão, Caio Prado Junior (1942), vai dizer que na verdade, a célula fundamental da economia agrária brasileira, tem no trabalho escravo seu elemento essencial. E não só, vai dizer também que o DNA que compõe e recompõe a sociedade brasileira é a lógica inscrita no seu passado escravocrata e da grande propriedade (PRADO JUNIOR, 2000, p. 121).

Sem traumas, portanto, ocorre, quando preciso, uma simbiose agrário-liberal, para que, se proclame a República sem alterar em nada, na estrutura agrário-feudal. Desta forma, e sob novas vestimentas, o agrarismo republicano se trasveste, sobretudo na configuração do coronelismo, que como diz Faoro, num verdadeiro casamento, onde o regime de bens e relações pessoais será, posteriormente “acertado” com as oligarquias estaduais (FAORO, 2012, p. 541).

Desta forma, vai se consolidando a estrutura do patronato político, que não cuida somente de empregos e cargos, mas também “enriquece e empobrece seus protegidos e adversários” (FAORO, 2012, p. 388). Arranjos assim, forjaram a Lei de 1850 (lei de terras), quando o latifúndio expansionista investiu contra o regime de posses. Frustrando a possibilidade de uma redistribuição de terras e ressaltando a grande propriedade, pode-se então torna-la terra de mercado, transmissível e avaliável (FAORO, 2012, p. 363).

Em relação ao estamento, Faoro a ele se refere como uma camada político-social, moldada pela solidariedade de interesses, inserida na burocracia do Estado e movida pelo espírito de cruzada, rapina e pirataria (FAORO, 2012, p. 66). Na sua forma, se apresenta esquivo, ou melhor dizendo, não se apresenta, pela sua natureza encoberta e impessoal. Desta forma:

Este estamento é filho legítimo do Estado patrimonialista, uma vez que ampara estas atividades que lhe forneceram ou fornecem os ingressos, com os quais alimenta sua nobreza e seu ócio de ostentação, auxilia o sócio de suas empresas, estabilizando a economia, em favor do direito de dirigi-la de forma direta e íntima. O encadeamento das circunstâncias históricas, que parte do patrimonialismo e alcança o estamento, fecha-se sobre si mesmo, com a tutela do comércio de trânsito, fonte do tesouro régio, do patrimônio do rei, fonte das rendas da nova aristocracia, erguida sobre a revolução do Mestre de Avis, engrandecida na pirataria e na guerra que incendeiam os oceanos índico e Atlântico. (FAORO, 2012, p. 68).

Resulta claro, para o autor, que a criatura, a quem chama de estamento, tem na “solidariedade de interesses”, seu perfil organizativo. Para tal, adota uma doutrina pragmática, para criar em torno dela sua ideologia, como se fosse uma abstração que se corporifica em valores de sustentação do próprio patrimonialismo. E quando preciso for, será verbalizada em convicções ideológicas que sufoquem o aparecimento de um pensamento social novo. Sob forma de arranjo, é neste território estamental burocrático, que se coadunam os interesses da classe comercial, mas também a tradição do Estado patrimonial, alocadas oportunamente nos encaixes instrumentais do estamento. Firma-se assim o Estado patrimonial do estamento, como uma estrutura política, em que os interesses econômicos e do mercado, sobreviverão imunes.

A burocracia, entendida aqui, não no sentido moderno, de aparelhamento racional, mas como apropriação do cargo, cargo este carregado de poder próprio, e sistematicamente aberto e articulado com o poder de plantão no Estado. Assim, pode o estamento, neste quadro administrativo, reproduzir as estruturas de mando e domínio, configurando, pois, um governo de minoria (FAORO, 2012, p. 91). Não deixa de ser, assim, uma forma de estratificação social. Nesta forma organizacional, a elite pode estar presente, ou pode apenas delegar. Assim também como o povo, uma vez que na forma orgânica do estamento, ele não entra, afinal quem remove, consolida os cargos de chefia é o grupo de domínio, quanto ao povo, adotar-se-á estratégias de captação de assentimento popular (FAORO, 2012, P. 94).

Uma das formas prediletas e instrumentais, adotadas pelo estamento é a “produção da realidade” pela lei. Aqui, já que o “cargo público” uniformiza em tese os procedimentos, e também onde o “princípio da legalidade”, se exaustiva, é o lugar do estamento que “unifica” todas as classes. Com se percebe, em grande parte o estamento é o palco, abstrato, mas por onde desfilam os atores principais, onde as vestes legais ou constitucionais são apresentadas para o apreço da assistência. E neste e desde tal palco, as entranhas e artimanhas do poder se mobilizam, se transmutam, se preciso for, a fim de representar este outro país-platéia, país real, disperso e amorfo, porém manipulado (FAORO, 2012, 98).

Assim, o estamento burocrático e aristocrático, se sustenta e se expande no patronato. É a economia destacando os representados que se entregam a atividade política, no interior do estamento. Portanto, e por sempre, o estamento será sempre fiel ao patrimonialismo. Se assim se processa quanto ao patronato rural, não será diferente quanto à burguesia comercial, muito menos quanto ao exército, que será um grupo profissional vigiado pelo estamento. Em suma, quer se dizer, que, desde as origens, o domínio patrimonial constituído pelo estamento é quem se apropria das oportunidades econômicas, das concessões, no desfrute dos bens. Estabelece-

se a um só momento, a confusão entre o público e o privado, onde o patrimonialismo pessoal se torna o patrimonialismo estatal, possível assim de harmonizar possíveis conflitos de interesses por uma orientação política (FAORO, 2012, p. 636).

Estabelece-se igualmente, neste estamento burocrático, as condições de possibilidade de comando do campo civil (relações econômicas interpessoais, assim a vida das pessoas: nascimento, casamento, sucessões), o campo militar, podendo assim invadir a esfera econômica política e financeira, e por ela ser editada (FAORO, 2012, p. 638).

Quanto à relação Estamento-Sociedade, Faoro é sarcástico, porém real. Denuncia quanto vale os ideais republicanos, os apelos democráticos, as promessas do progresso:

As duas partes, a sociedade e o estamento, desconhecidas e opostas, convivendo no mesmo país, navegam para portos antípodas: uma espera o taumaturgo, que, quando a demagogia o encarna em algum político, arranca de seus partidários mesmo o que não têm; a outra permanece e dura, no trapézio de seu equilíbrio estável (FAORO, 2012, p. 640).

Em relação a relação entre o estamento e as elites, e nas estratégias adotadas, por cada segmento, Faoro vai destacar as diferenças. Para o comando elitário, funciona a astúcia, a habilidade e a capacidade de manipular, como qualidades psicológicas de ajuste. Nos estamentos, o que prevalece é a decisão de usar da violência, os instrumentos jurídicos, o calculismo nas intervenções e a direção voltada para a eficiência. Na tentativa de emergência de qualquer classe, o patrimonialismo busca blindar o poder, apropriá-lo, para que se dilua na elite (FAORO, 2012, p. 642). Justificando-se assim, que nem sempre quem chega ao governo, na forma estamental, alcançou o poder, na forma como ele se estrutura e se instrumentaliza no estamento. Pode-se, assim, assegurada no estamento, a elite política ordenar e ter o comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático. Historicamente, no Brasil, o estamento burocrático fundamenta a estrutura patrimonial do capitalismo, tornando-o aristocrático sobretudo nas camadas da nobreza de toga e do título (FAORO, 2012, p. 647).

Para Faoro (2012), nada é tão claro como a constatação de que é do patrimonialismo que brota a ordem estamental (FAORO, 2012, p. 188). O estamento, nesta dinâmica, será o território de uma extensa rede de clientelismo, demandado e disposto, que faz com que, as formas de domínio do poder patrimonial se acentuem, no tradicionalismo feito cultura, e no institucionalismo das formas burocráticas (FAORO. 633). Transitando, pois, das formas do sistema feudal para as novas formas capitalistas, resta claro que o patrimonialismo vai se amoldando às circunstâncias, fazendo do Estado, seu mecanismo primordial de intermediação. Ali, fecunda-se e se reproduz, com suas manipulações financeiras, monopólios, concessões

públicas, controle de crédito, padrões de consumo, totalizando-se num complexo de possibilidades que vai da gestão a regulamentação material e formal da economia (FAORO, 2012, p. 636-637)

Assim se constitui o Estado patrimonial de organização do poder, os chamados bens públicos são apropriados, por este grupo mandatário, que governa mediante funcionários como verdadeiras extensões do local de comando. Neste sistema patrimonial de feição estamental-burocrático, sempre periférico ao poder patrimonial, o quadro administrativo vai progressivamente se burocratizar, num processo de mudança que simboliza mais para o arranjo que alteração de estrutura (FAORO, 2012, p. 18).

Para o autor analisado, a resposta ao enigma sobre a evolução de um regime feudal para o molde patrimonial, explica-se pela resiliência da forma patrimonial em contrariar a rigidez das estruturas feudais. Esse cimento cultural feudal, em boa parte da história obstou o caminho para a modernidade econômica e política (FAORO, 2012 p. 19). O confronto destas modalidades, de um processo de patrimonialismo vai sendo aos poucos incorporado pelas inovações do capitalismo liberal frente às regras do feudalismo. Da condição de satélite do soberano, de forma centralizadora, sobretudo em relação a terra, passará à representação das condições tardias do desenvolvimento econômico e político do Brasil.

Quanto aos aspectos relacionados às relações sociais, a forma de Estado patrimonialista e de estamento, enquanto forma de domínio, se projeta de cima para baixo, ou seja, submete-se às regras convencionalmente fixadas junto a quem governa (elite dirigente). Reproduzido em escala ampliada, nos Estados, Territórios e Regiões provinciais, semeia-se aqui, as bases do patronato local, do clientelismo e suas variáveis. Na questão dos cargos de domínio, chefia e gestão, os arranjos são operacionalizados de forma que impeçam revisões desnecessárias, ou que as escalone, quando inevitáveis. (FAORO, 2012, p. 168). Conjugam-se, pois, no patrimonialismo de comando, os instrumentos de controle político da economia: protecionismo, manipulações financeiras intervenções estatais, entre outras (FAORO, 2012, 460).

Ao que se constata, na leitura de Faoro (2012), houve uma “resistência e persistência” do patrimonialismo à experiência capitalista. Resistência em razão das transformações evocadas pelo liberalismo capitalista e que “agredia” o *status* deste patrimonialismo. Persistência, pelo fato de que agradava muito à esta ordem patrimonial os mecanismos de ajuste e manutenção da estrutura social e econômica, fundada em profundas desigualdades sociais.

Assim, quando “manter-se conservador” e reticente às mudanças não se tornou mais possível, adotou-se à brasileira, a técnica, as máquinas, as empresas, sem, contudo, a necessidade de mudança. Ainda que, gerenciada por aquilo que Faoro detecta como “estamento burocrático”, não há como considerar, sem reflexão, que a linha tênue que “separa” este estamento dos reais interesses do patrimonialismo de Estado, é praticamente imperceptível. Quer se dizer, contudo, que é a elite proprietária, seja ela, industrial, agroindustrial, rentista, ou corporativizada, que se aloja no interior do Estado, dando-lhe sentido e impondo-lhe caminhos.

2.4 Contraponto analítico 1: patrimonialismo ou a escravidão?

Na busca por entender as correlações entre questão agrária, movimentos sociais e relação com o Estado, já se acentuou o plano da complexidade, nem sempre perceptível à olho nu. No entanto, em qualquer sociedade, busca-se apoio nas ideias, no sentido de interpretar o Brasil, ou a realidade brasileira. Nas seções anteriores, amparou-se, em grandes linhas, na perspectiva de pensar, seja a questão agrária, seja a atuação de sujeitos históricos, seja na organização do Estado, ou como ele se estrutura. No entanto, o campo das ideias é, e deve ser, campo de debate. A compreensão de uma realidade, de um País, permeabiliza-se por tal debate.

No Brasil, sob forma de consenso compartilhado, grande parte da intelectualidade brasileira, tem buscado interpretar o Brasil, nestes grandes autores-geradores, numa espécie de naturalização interpretativa da realidade brasileira: Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, entre tantos. Trata-se de planos analíticos que, de certa forma, descrevem como a sociedade se organiza, que prioridades recorrentemente são mantidas, que linhas políticas tendem a tornar hegemônicas, etc. Assim, a proposta aqui oferecida, trata-se justamente de demarcar um contraponto no posicionamento teórico do autor brasileiro, analisado anteriormente (Raymundo Faoro), para que se estabeleça, assim, uma possibilidade de ampliar o debate, sobretudo sobre um dos pontos cruciais da nossa formação histórica. Desta forma, ao buscar outra referência de análise, postula-se pelo alargamento do horizonte de debate, trazendo outros elementos que possibilitem interpretar ou compreender a realidade agrária, o Estado e a atuação dos movimentos sociais do campo.

Jessé Souza (2017), estabelece em sua obra, um esforço para desconstruir alguns paradigmas de interpretação do Brasil. Assim, dois eixos temáticos, são tomados como pressupostos para que se possa fazer um diagnóstico da realidade brasileira. Em primeiro

lugar, para o autor, foi a experiência da escravidão, e não a suposição abstrata da herança portuguesa (patrimonialismo), que criou entre nós uma dimensão singular de exclusão perversa, como raiz de nossas desigualdades. Um segundo pressuposto, é que a eterna demanda por privilégios, de determinada classe, leva à uma sistêmica construção de alianças e preconceitos que, sob forma de uma construção sociocultural, esclarecem o padrão histórico das hegemonias e do poder no Brasil.

Desta forma, Jessé Souza (2017) busca analisar as dimensões da formação social, econômica e política do Brasil, debatendo sobretudo com Sérgio Buarque de Holanda (1936/1995) e Raymundo Faoro (1957). Para o autor, faz-se necessário uma revisão teórica, sobretudo porque se trata de leituras dominantes, que moldaram não só o pensamento liberal, como a própria intelectualidade da esquerda brasileira, mantendo-se como parâmetro e leitura até os dias de hoje.

A leitura recorrente destes clássicos, diga-se de passagem, é utilizada inclusive por arautos do combate da corrupção, que buscam enxergar de forma exclusiva no Estado, as raízes dos problemas brasileiros. Para tanto, faz-se necessário, de forma clara e cada vez mais, uma “limpeza política” no Estado, onde foi semeado e frutificado todos os problemas pátrios.

Grande parte desta tese adotada, baseia-se no “culturalismo racista e liberal”, ou seja, busca as explicações dos fenômenos sociais, em especial do patrimonialismo e do estamento, em nossas heranças culturais ibéricas, acima de tudo, com olhar míope, para o que acontecia no interior do Estado, na dinâmica interna da classe proprietária e oligárquica, e sobretudo, na questão da ordem da escravidão, como pressuposto fundamental.

Por esta leitura, compartimentada, é no Estado que se aloja o patrimonialismo, camuflando de certa forma, o “mandonismo real”, na forma como realmente se reproduz. Assim, neste fundamento, evolui-se o conceito de patrimonialismo, a ideia de clientelismo e de populismo, no contexto brasileiro. Por tal clivagem, ainda, dilui-se a oposição entre o público e o privado, assumindo a forma do senso comum, que percebe apenas o Estado como uma configuração de interesses organizados. Em outras palavras, é como se apenas sujeitos privados se opusessem ao Estado, seja na intencionalidade individual, seja na perspectiva do homem cordial, nos arranjos possíveis, gravitando em torno do poder instituído.

Desta forma, a ação do mercado capitalista e competitivo é ocultada. Souza (2017) chega a afirmar, que neste pressuposto, a partir de Faoro, o mercado “é percebido como o verdadeiro céu na terra, prenhe de virtudes democráticas que apenas o Estado não permite florescer” (SOUZA, 2017, p. 80).

Neste caminho revisitado, revolve-se a própria concepção de “vira-lata” brasileiro, como uma espécie de legitimação perfeita do profascismo pátrio. Ajeita-se o sintoma à receita uma vez que, se o brasileiro é malformado de nascença, como fruto de uma herança cultural, é nas mesmas moldagens que o racismo da cor da pele, de antes, fora instrumentalizado. E assim, ajusta-se tudo à narrativa histórica de longa duração, na linearidade conduzida desde o Estado português, transposto para o Brasil

Na crítica de Souza (2017), a tese de Faoro, faz muito bem a tarefa de vincular o caráter patrimonialista do Estado à toda a sociedade brasileira. E aqui, então estaria aprofundada as condições não democráticas, do individualismo baseado em privilégios, que teria, desde sempre marcado o exercício do poder político no Brasil. É neste ponto crucial que o patrimonialismo substitui, no lugar e no tempo, a noção de escravidão e das lutas de classes que se formam a partir dela. Facilmente, e sem traumas, a corrupção patrimonial toma lugar da análise das classes sociais e de suas lutas por apropriação de recursos materiais e imateriais em falta.

Desta forma, como o Brasil herda a forma de exercício de poder político de Portugal, vemos a herança ibérica fundando suas raízes em nossa sociedade, e achamos assim, o responsável pela nossa forma de relação com o capitalismo, “para inglês ver”, ou a modernização capitalista, pretendida pelos ingleses.

A ação demonizada do Estado, agora apropriado, valida assim a tese política, da contraposição do Estado ao virtuoso mercado. Esta é a ideia-força fundamental para o liberalismo brasileiro. Por esta razão, nas poucas vezes em que se acentuou alguma preocupação política com as reivindicações das classes populares, o ponto de partida era e sempre foi o Estado. Desta forma, opera-se um deslocamento da questão, de sua substantiva desigualdade, dos conflitos, tácitos ou expressos. Esta linha de cognição e interpretação da sociedade brasileira, é nossa peculiaridade, e estabelece-se em nome do pseudo-conflito entre mercado (virtuoso) e Estado (corrupto).

A noção de público/privado, na verdade, não se aplica, uma vez que esta noção é bem posterior, do ponto de vista histórico. A lógica de privatização do “público”, enquanto tomada de assalto, é feita por agentes que estão fora dele, principalmente na dinâmica do mercado que controla e “permite” a noção substantiva do que é público. Assim também, a ideia de “soberania popular” que delimita a oposição público-privado, na esfera política, apesar de começar no século XVII, só se materializa ainda mais tarde.

Portanto, o patrimonialismo enquanto apropriação (privatismo) do público, para Souza (2017), é uma ideia a-histórica, portanto fora do contexto. Desta forma, a dinâmica que impõe

o mercado, sobre o Estado, enquanto liberalismo de mercado, carece de incluir o poder de controle do mercado, enquanto base do capitalismo e da democracia.

O cálculo desta lógica, em termos atuais, levaria indubitavelmente à criminalização da política. Quando a economia dispensa a mediação da política, resulta extremamente conveniente que lá sejam colocados seus arautos, burocratas, indicados, sem voto, muitos inclusive, vangloriados da própria impopularidade. No entanto, são eficientes, uma vez que representam a garantia cega à elite econômica, em seu processo de rapina e saque, seja dos bens públicos, seja do povo, como um todo (SOUZA, 2017, p. 128).

De tal forma, para Souza (2017), o Brasil não tem como herança de Portugal sua estrutura social, mas esta estrutura se baseia no regime sistêmico da escravidão, que não existia em Portugal. E, em consequência, a regra estruturante do patrimonialismo, fixado no Estado estamental, não contrapõem ao desenvolvimento capitalista. E assim, a centralidade deste sistema, quando localizada analiticamente na corrupção como herança portuguesa, invisibiliza as desigualdades sociais instauradas secular e colonialmente no interior da sociedade, assim como as classes estigmatizadas e perseguidas. Por este prisma, a análise centralizada no discurso moral da corrupção, esconde o sistema de dominação nas relações entre as classes sociais, assim como, reduz os problemas à mera dimensão econômica, uma retórica palatável inclusive para manutenção sistêmica das desigualdades.

Em termos modernos, sustenta Souza (2017), que o “patrimonialismo moderno”¹¹ não aceita correção de rota no seu itinerário. Qualquer aceno no rumo de respeitar direitos constituídos, de respeitar contratos celebrados, de pautar políticas vinculadas a direitos sociais, é prontamente percebida como um ato em si mesmo expropriatório. Assim, passível de uma forte e violenta reação contrária. E assim, a “lógica consentida” de uma narrativa do patrimonialismo estatal esconde a lógica de funcionamento do mercado, restringindo a ideia de elite dominante, apenas à esfera estatal. Tal narrativa, para Souza (2017), reflete a hegemonia do liberalismo conservador, que coloniza o pensamento crítico, inclusive da esquerda, no Brasil.

Um registro contemporâneo merece espaço, no entanto. Para o *establishment*, inerente à esta condição discursiva, a manipulação midiática tem sido essencial, uma vez que manipula a conjuntura política concreta, de forma funcional, permitindo que a elite econômica se dê ao luxo da sombra, sem a necessidade de se envolver em disputas políticas. Assim, esconde-se,

¹¹ O autor, no entanto, entende que o termo “patrimonialismo moderno”, é um contrassenso conceitual, amparando-se inclusive na ideia de Max Weber, inventor do conceito, para quem a ideia de “patrimonialismo” é inseparável de precondições que são pré-modernas.

de forma ainda mais sutil a relação, demasiadamente obscura entre economia e política. Ajustadas as roupagens, o patrimonialismo, portanto, pode assumir inclusive determinadas gramáticas (patrimonialismo social-democrata), pragmática o suficiente para assegurar popularidade e adesão das massas.

Enfim, é fundamental deixar interligado a percepção de uma realidade que se reedita ao sabor das conveniências. A sociedade brasileira, enfim, ao não romper com as velhas estruturas, mantém no seu DNA as possibilidades de autorreprodução de tais estruturas, asseguradas por uma legitimidade, excludente em essência, e naturalizadas por novos mecanismos de persuasão e de fabricação de consensos. Por isso, conclui Souza:

A história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e da imprensa conservadora. É a grande mídia que irá assumir a função dos antigos exércitos de cangaceiros, que é assegurar e aprofundar a dominação da elite dos proprietários sobre o restante da população. A grilagem agora não assumirá mais apenas a forma de roubo violento da terra dos posseiros pobres, mas sim também a forma da colonização das consciências com o fito de possibilitar, no entanto, a mesma expropriação pela elite. Substitui-se a violência física, como elemento principal da dominação social, pela violência simbólica, mais sutil, mas não menos cruel (SOUZA, 2017, p. 119).

2.5 Diálogos complementares: dimensões no agrário no contexto político

Outras leituras políticas deram conta de analisar a questão agrária e patrimonial e seus efeitos na ordem social, econômica e política brasileira. Isso implica dizer que, tal questão, para além da sua centralidade analítica, condensa os efeitos que refletem características marcantes da sociedade brasileira. O pressuposto essencial assenta no destaque de que o problema agrário reflete não só padrões de distribuição de terra, mas também de poder, define ou constrói o espaço social e suas relações, ajustando no conteúdo e na forma a hegemonia do padrão econômico sobre a situação política e sobretudo, social do país.

Neste sentido, **Alberto Passos Guimarães** (1981) reconhece o vínculo entre o latifúndio e a monocultura de exportação, sempre em detrimento da produção de gêneros alimentares para o consumo interno. Esta, aliás, é uma condição de existência de características feudais em nossa vida rural, para o autor. Ao estabelecer o monopólio feudal da terra, como uma espécie de condição colonial, atinge não somente as relações de domínio sobre coisas e pessoas. Acentua também o nível de dependência ao mercado e capital internacionais, numa verdadeira relação umbilical. Estas características, presentes em nossa

estrutura fundiária, inclusive atual, se efetivam como herança direta do regime colonial, secularmente instituído em nosso país.

Para **Caio Prado Júnior** (1942), não há dúvida de que um dos fatores principais, que resguarda a concentração da propriedade agrária, provém de nossa herança colonial que insiste em se perpetuar, impedindo uma mais equitativa distribuição da propriedade agrária ao lado de uma atividade comercial mais dinâmica. Conforme o autor, um dos atributos deste condicional vínculo é a isenção fiscal de que goza a propriedade fundiária, sobretudo a grande propriedade, sob a forma de um autêntico privilégio fiscal. Para Prado Júnior, em resumo, três elementos (grande propriedade, monocultura e escravismo) se conjugam num sistema típico, numa mesma unidade produtora da formação social, da economia agrária e dos fatores de poder.

Com **Nelson Werneck Sodré** (1962), é possível constatar que a consolidação da classe senhorial no poder, reflete, paradoxalmente, um anacronismo que vai evoluindo. Do escravismo evolui para o trabalho livre, para o trabalho assalariado, sem, contudo, desconstituir a natureza e a dimensão latifundiária. Confirma, ainda, que as consequências da escravidão são tão profundas que, na impossibilidade de explicar as causas e os efeitos, busca-se alimentar a consciência do povo, alimentando-a por abstrações. Assim é que se constroem as narrativas da “preguiça brasileira”, da “luxúria”, do gosto pelo ócio e não pelo negócio, da influência climática como condição anestesiante, e por aí vai.

Na mesma perspectiva, no entanto, a partir de outra ótica, **Josué de Castro** (1946), foi incisivo em constatar que a deficiência alimentar que a monocultura impõe, se efetiva através da fome que o latifúndio gera. E vai mais longe, ao dizer que, nas origens, ao lado dos fatores de categoria biológica, constatáveis, há de se considerar, como essencial, os fatores de natureza cultural. Trata-se, pois, de fatores vinculados ao latifundismo agrário-feudal que tanto deformou o desenvolvimento da sociedade brasileira. Os efeitos são evidenciáveis, uma vez que as pequenas propriedades, voltadas à produção alimentar, são “engolidas” pelo latifúndio. Assim, entre os resultados desta prática econômica e política, temos o subdesenvolvimento, que nada mais é que a expressão da monocultura, do latifúndio e do feudalismo agrário.

Já **Victor Leal Nunes** (1947), buscou dar evidência à intrínseca relação existente entre a arquitetura proprietária e as relações de poder e domínio, em âmbitos também locais, ou regionais. Há no Brasil um sistema que descreve um compromisso, uma espécie de troca de favores e proveitos entre o poder público e a decadente influência socialmente construída dos chefes locais, especialmente os “senhores de terras”. A compreensão de tal fenômeno, assim,

não se fundamenta sem a referência à nossa estrutura fundiária. Sob a lógica desta estrutura, assimétrica nas origens, que se encontra as bases do poder privado, às expensas conhecido, no Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes do privatismo são retroalimentados pelo Poder público. Como isso se dá? Justamente em função do regime representativo e do sufrágio amplo. Assim, desse compromisso fundamental, resultam as características secundárias do “sistema coronelista”, travestido no “mandonismo” (favoritismo, nepotismo), no falseamento do voto, na desorganização dos serviços públicos locais ou regionais. Consagra-se assim, a propriedade da terra entre os fatores da liderança política local.

Na perspectiva de **Nestor Duarte** (1966), é a forma de apropriação e exploração (latifúndio monocultor) da terra, que conforma a realidade econômica, social e política brasileira. Essa predominância latifundiária traz como efeito a submissão dos trabalhadores rurais á condições degradantes, evidenciando profundas repercussões políticas. De tal forma, faz-se imperativo superar essa contingência presente do feudalismo para fazer do país, uma nação “moderna”. No entanto, reconhece o autor, que é esta estrutura agrária desigual, configurada no latifúndio quem sustenta e apoia os esquemas e a lógica do poder. Em regra e na prática, sempre que havendo algum direito social conquistado, tais direitos não se estendem aos camponeses, como foi claro, o caso, da legislação trabalhista. Conclui-se assim, a existência de um aparato jurídico-político, manejado por que se aloja no exercício do poder, que institui e reproduz uma narrativa ou conteúdo ideológico da propriedade fundiária, como e enquanto instituição de Estado.

Para a analista **Elisa Pereira Reis** (1982;1989), é na herança do patrimonialismo, desde suas origens europeias, que se pode compreender ao autoritarismo brasileiro. De forma específica, no contexto agrário, tal herança foi permanentemente reeditada. A secular estrutura de escravidão, para a autora, serviu para atrasar ainda mais a penetração do Estado no campo. Mesmo quando, formalmente chega-se ao fim da escravidão, em nada altera-se o panorama do campo brasileiro. Assim, quando o projeto de modernização é pensado para a agricultura brasileira, no regime militar, não alcança os pobres do campo. Sob outra perspectiva, os grandes proprietários sempre quiseram manter a alta produção em baixíssimo custo de trabalho, o que resultou em novas formas de escravidão. Na República nova, de Vargas, pouco se fez para desmontar a estrutura de poder no campo. Manter inalterado esse sistema, aliás, era uma forma de não comprometer as posições das elites que sustentavam a coalização conservadora de apoio. E quanto entra-se, no período militar, emerge uma onda de repressão que impactou a mobilização camponesa emergente. A questão agrária então torna-se uma questão militar, na verdade uma questão de polícia.

No entanto, pondera Reis (1989), que mesmo ante tanta repressão, houve resistência que acabou fazendo com que alguns processos fossem implementados em relação à questão agrária. Entre tais iniciativas pode-se elencar uma mais visível atuação do Estado no campo, através de sua máquina burocrática, alterando uma prática que até então era essencialmente clientelista. Adota-se um novo modo de intervenção. No mesmo compasso são implantadas políticas mais agressivas, de aspecto modernizante, resultando no surgimento de uma força de trabalho baseada no proletariado, acompanhada de uma intensa capitalização agrícola.

Neste conjunto, ainda, por força de intensas mobilizações, começa-se um processo de incentivo à elaboração de políticas públicas, significando, ainda que, de forma mitigada, melhorias de condições aos habitantes do campo, uma espécie de “cidadania limitada”. Em tal contexto, o movimento sindical vai se fortalecendo, forjando, como novo ator social, espaços de participação e intervenção. No contra-efeito deste contexto, uma onda de proletarização do campo, vai deixando grandes levas de camponeses sem alternativa, fomentando uma espetacular mobilização humana para as “fronteiras”. Ainda assim, alguns grupos, não “encaixados” no sistema e na lógica da modernização, vão construindo alternativas de resistência e enfrentamento, dando voz, vez e objetivo nas lutas por acesso à terra e direitos, à exemplo do MST em meados de 1980.

Contudo, o resultado deste processo histórico materializa-se numa complexa relação do Estado brasileiro com o campo, e sobretudo com os poderes oriundos do capital. Resta claro, nesta dinâmica a contradição que se impõe, uma vez que tal modernização vai deixando cada vez mais, sem alternativas, o futuro da estrutura agrícola. Tão certo quanto a isso, contanto, é que, sempre houve e sempre haverá resistência.

Para **Cândido Grzybowski** (1987), é de suma importância uma análise que investigue a forma pela qual a terra vem sendo apropriada e explorada no país. Tal pressuposto ajudaria na compreensão dos processos de articulação entre a, extremamente diferenciada luta social no campo, e o plano do debate político, propriamente dito. Ao mesmo tempo, sob tal enfoque, tornar-se-ia possível identificar qual seria o elemento homogeneizador possível destas lutas sociais. Encontrado este denominador comum, seria colocado em questão o atual padrão de desenvolvimento da agricultura, desvelando inclusive, as contradições. Sendo que, este padrão, concentrador da propriedade da terra e excludente da força de trabalho, é o mesmo que expulsa o homem da terra, reincorpora-o ao trabalho agrícola, sob a forma de trabalhador assalariado temporário.

No plano analítico e cognitivo, entretanto, Grzybowski entende que o estudo dos movimentos sociais do campo se apresentam de forma fragmentada e desordenada, sobretudo

ante um processo de mudanças aceleradas. Ainda que, constatando uma evolução de cenários, onde as políticas públicas passaram também a contemplar a questão do campo, não há mudança possível sem mudar a lógica do processo de desenvolvimento capitalista e de sua estrutura social, concentradora, predatória, mercantilizadora e privatizadora.

Assim, retóricas à parte, o Brasil tem sido um exemplo de social democracia de bem com o capitalismo. Em tese, há sempre um lado afetado socialmente, uma vez que a expansão capitalista no campo se apresenta ou sob forma de expropriação (terra e produção), ou sob forma exploração (relações de trabalho e sobretrabalho). Nesta moldura, o campo, feudal na estrutura, encaixa-se, sem rumor e sem traumas. De tal forma, em relação à atuação dos movimentos sociais do campo, é preciso que sejam analisados como parte destas contradições entre as classes e a relação de forças, entre si mesmas.

Já para **José de Souza Martins** (1994), a história contemporânea se apresenta como a história da espera do progresso, reconhecida e revelada na persistência do passado. É, portanto, uma história inacabada. Inegável, neste cenário, que a propriedade da terra se reveste de uma dimensão política, tanto na estrutura em que se configura, quanto na atuação dos sujeitos envolvidos. De tal forma, a persistente aliança entre capital e propriedade da terra pode ser concebida como a “aliança do atraso”. E o foi assim, na aliança entre o escravismo e o latifúndio, verbalizada numa agressiva resistência social à mudança. Mas também, é preciso admitir que, historicamente, as grandes mudanças sociais e econômicas no Brasil não estiveram relacionadas ao protagonismo de novos sujeitos sociais e políticos. No “mais do mesmo”, dos personagens, os novos ideais e os radicais projetos políticos e econômicos, reincorporavam os mesmos protagonistas. Sequer se davam ao trabalho de alternância, uma vez que os arranjos sociais e econômicos, cimentava no poder político os mesmos interesses de classe, seja da dos senhores de engenho, às oligarquias rurais, ou à burguesia liberal.

Um dos elementares achados, por parte de setores da elite, foi o uso político das graves questões sociais. Graças à essa “tomada de consciência” é que se tornou possível instrumentalizar politicamente os dramas da miséria social e o uso político da seca, por exemplo. Há sempre, afinal, uma boa justificativa para um grande projeto. A forma como esta justificativa é narrada, então, se amolda, à conveniência de quem discursa. Um pouco mais tarde, por exemplo, no período do regime ditatorial, uma vez mais a aliança entre capital e terra, não terá problemas para que ocorra a intervenção militar na questão agrária (GETSOP, GETAT). Relevante o indicativo do apoio da Sociedade Rural Brasileira (São Paulo) na preparação do golpe militar: foram os grandes organizadores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade). O que se viu no curso histórico, portanto, foram “construções

arranjadas” suficientes, que garantisse uma base estável para a aliança com as “forças econômicas” rurais (aristocracia, oligarquia), garantindo como resultado, uma aliança política, sob a forma de um conglomerado de poder.

Para Souza (1994), mesmo quando o “pêndulo da política brasileira”, oscilava da ditadura para a democracia, ainda que empurrado pelas esquerdas, foi puxado pelas oligarquias. Isso restou cristalino na ideia da “Nova República”, e claro também na elaboração da Constituição de 1988. Inclusive uma série de avanços em potencial, na legislação fundiária dos militares foram revogados pelos constituintes, tangido pela força conservadora do chamado “centrão”.

No compasso desta convergência, um dado fundamental na aliança de classe, se estabelecia e fortalecia na atuação do Poder judiciário. E este é um elemento analítico, pouco visível. Em regra, segundo Souza, os juízes das comarcas do interior, assim como os tribunais estaduais, começaram a pautar grande parte dos julgamentos em uma exegese articuladamente ambígua. Isto é, começaram a adotar o conceito de empresa rural, fixado no Estatuto da Terra, para interpretar a atividade de “empresa rural”, pouco importando o concreto do conceito de produtividade, agora abstratizado.

Assim, opera-se uma sistemática onda de despejos, consolidando uma conduta coesa dos magistrados em defesa de concepções extremamente conservadoras da propriedade da terra. Assim, anula-se, uma vez mais, a pressão dos movimentos do campo que esbarra na barreira, feito cerca, que vincula capital e propriedade fundiária contra qualquer possibilidade de alteração substantiva na ordem social e política.

No resumo da ópera, a estratégica e estrutural aliança entre “capital e terra”, regimentada pelos militares, enfraqueceu a eficácia dos movimentos sociais, que à época representavam uma possibilidade real de reivindicação, reconhecimento e ampliação dos direitos sociais em favor das classes marginalizadas, sobretudo as do campo.

Concluindo esta breve revisão teórica, considera-se relevante a obra de **Alceu Luís Castilho** (2012), baseado em pesquisa investigativa, retratando de forma objetiva, a conexão explícita entre a lógica proprietária de terras e a política. Para o autor, há um “sistema ruralista no Brasil”, que se caracteriza como um movimento suprapartidário. Trata-se de um sistema mais amplo que o conceito de “bancada”, mas que reúne sob uma nova roupagem e ação, a dinâmica do coronelismo e dos clãs políticos. Este sistema teve uma atuação protagônica experimental, na aprovação do “Novo Código Florestal”, em 2012. Completamente à revelia dos alertas de importante grupo de cientistas, acerca dos efeitos, o que se percebeu foi toda uma estratégia que visava, sobretudo, o avanço ruralista sobre as

florestas amazônicas. Além disso, a aprovação da lei florestal (Lei nº 12.651/2012) significou, na prática, além dos retrocessos e ameaças ambientais, uma lógica de anistia aos desmatadores.

Tais retrocessos, todavia, para além das negociações e composições, em nome da “governabilidade”, foram apresentados como um “consenso da sociedade”, e como a salvação da pequena propriedade. Uma vez mais, portanto, aquilo que é retoricamente transmitido, pouco corresponde ao que é efetivamente experimentado. Ou seja, velhas retóricas, editadas em novos contextos.

Como se percebe, o tratamento analítico relativo à grande propriedade ou ao latifúndio no Brasil, estabelece consensos e ao mesmo tempo demarca nossa especificidade. Por outro lado, caracterizar o Estado brasileiro como patrimonial ou neopatrimonial, não distancia de uma análise das nossas desigualdades, fincada na divisão de classes sociais. Na mesma linha de raciocínio, tal caracterização não nega a condição capitalista da nossa organização econômica. O que manifesta, contanto, é que, em termos históricos, políticos e culturais, esta característica patrimonial, seja no econômico, seja no político, põe em evidência nossas relações sociais, familiares, culturais, nossos valores e ideologias.

Neste percurso parece indissociável a ideia de perpetuação de um colonialismo, enraizado no patrimonialismo, mas que permeia um amplo leque de sentidos. É possível, assim, pensar na dimensão cultural desta colonialidade mantida e sustentada em diversos e distintos campos da nossa formação histórica, economia e política contemporânea.

Tais dimensões (patrimoniais e coloniais), seja incorporada no organismo estatal, seja nas relações e conexões estabelecidas, manifesta-se por todos os cantos. Pode ser na utilização de recursos e poderes públicos para fins privados, pode ser nas inter-relações, recriando formas e conteúdo de cooptação, clientelismo, pode ser ainda, influenciando ou ressignificando as formas de participação política. É neste cenário que a representação conspurca-se na personalização do poder, que o exercício da justiça transmuta-se em concessões meritocráticas, ou que o cargo público converte-se em domesticação de privilégios ou interesses privados, ou corporativos.

A história é pródiga em registrar que há resistências, e que elas se consolidam sobretudo, na força orgânica dos movimentos sociais, como resultado sempre inacabado, da construção de uma outra consciência política, desvelando as contradições e as máscaras, por traz dos discursos e dos programas oficiais. Não sem dor, o parto desta consciência, que vai se tornando mobilização, resistência e enfrentamento, se concretiza. Mas não deixa de ser indicativo, assim, o fato de que, é no campo, como *locus* real e simbólico, se processa os

enfrentamentos e onde se constroem alternativas. Contra o que se impõe como sistêmico, opõe-se o movimento.

2.6 Em busca de chaves de leitura aproximadas: breve sumário analítico

A questão agrária refletida nas diversas matizes que a compõe, faz parte, secularmente, do cenário latino-americano. Seja em suas lutas e resistências, na estruturação de uma ordem patrimonial, nas conexões políticas, nas muitas formas de violência, e também nas incessantes e multivariadas formas de resistência. Se o colonialismo histórico foi reduzido à processos demarcados, a colonialidade não. Vive de reproduzir continentalmente processos de apropriação de terra, territórios e bens da natureza, de manter uma agenda de exclusão social, que atinge socialmente aqueles grupos e povos, sempre relegados á margem, e vive também de impor uma narrativa de esquecimento e desmemoria.

Em seu tempo e em seus territórios de atuação, Mariátegui, Gramsci e Faoro, se propuseram a oferecer elementos de leitura, seja da realidade italiana, seja da realidade peruana, ou brasileira. A contribuição destes autores na leitura política, aponta para uma temática de fronteira, e por isso versa também de questões periféricas. Projetam olhares e abordagens, que direta ou indiretamente incidem em questões estruturais na análise dos processos de democracia, transformação e ação política, por parte dos setores organizados. Ajudam também à entender, na gênese, a gramática dos conflitos atuais, de forma a (des)montar enquadramentos, saberes e categorias, muitas artificialmente manejadas. Por isso mesmo, tal contribuição traz em muito um “olhar no espelho” das práticas coletivas, mas também um “um olhar para dentro”, das convicções, valores e paradigmas, que ainda nos mobiliza.

O que se propõe, agora, de forma parcial, e por isso pouco exaustiva, é buscar aproximar alguns elementos que conjugam, entre os autores, e que, portanto, projetam alguma reflexão sobre a práxis coletiva de nossas organizações.

- 1) O passado e a reprodução pela via dos projetos de colonização, de estrutura feudal ou semifeudal, é analisado por nossos autores sobretudo nas formas de apropriação da terra. Impõe-se, neste novo ordenamento, igualmente, novas formas de produção, direcionando sobretudo, no plano econômico, para o atendimento às demandas da agroexportação rumo à metrópole e centros europeus.
- 2) Nos autores, a centralidade da questão agrária é moldada e regida pela lógica da expansão e acumulação capitalista de terras (latifúndio). O vínculo ente terra e

poder, sempre esteve muito próximo, são inerentes e delineiam, através de uma cultura patrimonialista, as regras de inserção/exclusão dos povos originários, ou camponeses.

- 3) A escravidão, como estrutura genética do capitalismo expansionista, ao lado da expansão proprietária, orienta o grande empreendimento seja econômico (acúmulo de terras), seja rentista (bens e valor), seja no ordenamento social (manutenção legal e ideologicamente sustentada da massa de excluídos), seja enfim, política (composição elitária, de uma aristocracia rural, em rota circular sobre as estruturas de poder).
- 4) As possibilidades de emancipação, transformação ou revolução, são marcadas pelo contexto próximo ou aproximado. No entanto, a fragmentação social, os níveis de desigualdades regionais e as mediações instrumentais (tentáculos administrativos, poder religioso e intelectuais), tornam-se, em grande parte, obstáculos. Isso se dá, pelo fato que tais sujeitos orgânicos, pacificam o conflito na base (domesticam), em muito pela retórica da integração ou pelos arranjos ideológico-religiosos. Neste contexto, alargam-se as margens para o clientelismo de ocasião, para os “favores-mútuos”, docilizando qualquer possibilidade de insurgência.
- 5) A proposição do protagonismo dos camponeses e dos povos indígenas (Gramsci e Mariátegui), é suscitada como condição inevitável para um processo revolucionário. No primeiro caso, os camponeses da Itália meridional, desvencilhados das artimanhas da burguesia local necessitam incorporar-se nas lutas revolucionárias proletárias, salvaguardando suas especificidades regionais e culturais. No caso peruano, o protagonismo indígena e campesino é inexorável, uma vez que a estrutura feudal-capitalista suplanta-lhes a expectativa, negando-lhes inclusive aquilo que os unia: formas de vida, terra, cultura, costumes.
- 6) No caso brasileiro, concordando com a estrutura feudal importada e aplicada, remanesceu na questão agrária, o regime da grande propriedade e da escravidão. Os mais de três séculos de insistência deste regime, moldou uma forma de organizar a sociedade, cuja elite dirigente, seja oligarquia rural, seja burocracia, sempre contaram com a questão patrimonialista, como ponto de conjunção e interseção. Assim, o patronato rural, torna-se patrimonialismo de Estado, como pode tornar-se “bancada”. Importa, pois, que se mantenha a convergência de

interesses econômicos e políticos, resguardados por um Estado, em essência patrimonialista.

- 7) A intuição de Faoro, a respeito do patrimonialismo, transcende em muito a perspectiva de análise, centrada no Estado, estamental-patrimonialista. O patrimonialismo, na verdade incide na análise das relações entre o público e o privado, mas incide também, nas conexões Estado-cliente, nas suas multiplicadas e variadas formas. A grosso modo, cria-se, na sociedade brasileira o patrimonialismo como cultura política, que invade todos os espaços, todos os cenários e sujeitos. Ao criar e recriar, enquanto forma de pensamento e cultura, o patrimonialismo gera práticas que interferem nas formas de participação, ou processos participativos. O patrimonialismo, enquanto cultura, também, mobiliza imaginários, sobretudo entre as classes subalternizadas, quando projetam suas expectativas ou objetivam seus afazeres em ideias criadas e reproduzidas: o “sonho de ser proprietário”, “a terra como *status* social e mais valia”, etc. O ideário proprietário, é a senha prática da cultura do patrimonialismo, e que pode estar nos grandes projetos, ou na propaganda governamental da “terra de oportunidades”. Pode se constituir em grandes narrativas “Eldorado amazonense”, ou pode embalar e mobilizar a quimera do colono-migrante que veio “tentar algo melhor”. Ou seja, nossos 05 séculos de história, enraizados na assimétrica e substantiva desigualdade agrária, germinou e por muito tempo alimentou a utopia proprietária. Não que reinasse absoluta, porque, para os povos originários, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, coletores, a ideia de reconhecer-se na terra, de a ela pertencer, fazia emergir outra cosmovisão, tão política quanto a outra, e que engendrou e engendra resistências, lutas e conquistas, a “utopia camponesa”. E ela, no campo de debate, de enfrentamento e disputa, se verbaliza nos “gritos de ordem” e se materializa nas ocupações, resistências, defesa da posse, atuação política, em vários níveis e instâncias. Ainda que esta intuição, não estivesse, por não ser o objetivo, presente em Faoro, foi detectada e analisada tanto por José Carlos Mariátegui, quanto por Antonio Gramsci.
- 8) Na perspectiva de vários pensadores brasileiros, constrói-se o consenso de que, sob a égide da condição feudo-colonial, criou-se as condições de possibilidade de instalar e reproduzir no Brasil, não só a escravidão, como de todos os seus efeitos. Transformada em cultura, essa condição colonial ganhou substrato, principalmente na classe proprietária (grandes propriedades). A terra assim, não seria apenas um

bem material, mas um capital social¹², ideológico e político, que organicamente repropôs, sempre que necessário, a dinâmica do poder. No Estado, tal poder encontrou também as condições efetivas de sustento e reprodução, e mais que isso, a garantia da inalterabilidade estrutural e social. Nesta dimensão possessiva de organizar economia e política, traçou-se compromissos fundamentais, direcionados seja na apropriação de bens e pessoas – e posteriormente do público -, como de exploração, criando e recriando condições subumanas de trabalho, ou precarização de condições de vida. Mas reproduziu-se também as dinâmicas de reincorporação, que embaladas por retóricas promessas, mantiveram e mantém, em condição subalternizada, grande camada da população brasileira.

A sumarização aqui proposta não se presta, enfim a capturar o sentido da ação coletiva no entorno exclusivo da questão agrária. Esta é, ou tem sido, uma mola propulsora para os processos de organização e mobilização dos movimentos e segmentos sociais do campo. Assim, pretendeu-se não recopilar, de forma inconsequente a densidade teórico-interpretativa da questão agrária no Brasil, mas acenar para o fato de que há leituras instrumentais importantes, que clivam a abordagem.

De igual forma, buscou-se, na mesma linha de Gramsci, Faoro e Mariátegui, detectar os elementos essenciais, sem os quais, a própria interpretação do Brasil e de seus fenômenos sociais resultaria míope ou limitada. A percepção destes elementos, resulta, portanto, em uma abordagem dialógica e complementar. Não há ambiguidades, assim, em constatar nossa condição colonial (feudal), que se perpetua em privilégios proprietários, normatizados como direitos. De igual forma, há que se auscultar as “narrativas patronais”, no sentido em que buscam legitimar não só as novas versões do desenvolvimentismo, como impor o “consenso” da precarização do campo, como sacrifício natural para o progresso econômico. E enfim, perceber igualmente, que a “arquitetura proprietária”, arma-se de uma “cultura” de privilégios, tolerante com os desmandos, justamente para assegurar os interesses de um “parlamento do patronato”.

Por isso que, a revisão teórica, aqui proposta, não tem o condão de ampliar as margens de compreensão e análise, mas justamente afunilar elementos que possibilitem refletir, a partir destas categorias, a atuação dos movimentos sociais do campo, na fronteira de relação com

¹² A ideia de capital social ampara-se em Pierre Bourdieu (1998) que a define como um conjunto de relações, estas mais ou menos institucionalizadas, que vinculam determinado grupo. Tais relações, se estabelecem em graus de confiança e traduzem nesta união, não só propriedades comuns, mas também ligações duráveis e úteis. Para maior aprofundamento ver Pierre Bourdieu (1998).

este Estado. Esta abordagem acerca do Brasil agrário, na perspectiva dos intérpretes apontados, indica, tanto fontes quanto margens. Fontes, uma vez que esse olhar para a história, é crucial no sentido de cartografar o lugar de fala e de ação dos movimentos sociais hoje. Margens, porque para além das complexidades que dão o contorno do fenômeno, o fica claro é a perspectiva dialética, deste confronto que no Brasil se estabelece entre a sustentação e a ruptura. Ou seja, entre a insistência das estruturas coloniais e o rompimento com esta lógica sistêmica de dominação, uma insubordinação, portanto.

2.7 Contraponto analítico 2: o mito da ausência do Estado

O mito da “ausência do Estado” precisa ser revisitado, no contexto dos processos de colonização. Tem sido um “consenso perigoso” associar a pobreza ou a marginalização de zonas de fronteira, sua falta de incorporação aos processos econômicos, sobretudo, a um mito: “a ausência do Estado”. Assim, parte-se da ideia de que o “abandono estatal”, seja, por parte da mediação de suas instituições, seja, por meio de programas de fomento e desenvolvimento, se tal não tivesse ocorrido, a situação teria sido outra. Pressupõe-se, contanto, a necessidade de desmistificar esta noção da “ausência do Estado”, tentando compreender como historicamente este Estado tem se feito presente continuamente. Tal presença, de forma expressa ou implícita, é percebida nas ações e omissões dos grupos ou segmentos que incorporam ou encarnam o próprio Estado, o constituem e o compõe.

Assim, distintas e diversas narrativas compõe o sentido da imprescindibilidade do Estado. Tais narrativas, aliás, se materializam e são verbalizadas igualmente nas imagens expressas pelos atores políticos, onde a mediação do Estado é sacralizada como caminho de mão única, onde ao mesmo tempo esconde e expõe. Esconde as tramas estruturais da construção mítica e mágica da ordem do poder, e expressa a imagem de redenção pela figura do Estado necessário. A prática discursiva, portanto, ganha força constitutiva e mobilizadora, já que, as grandes massas acabam se mobilizando mais facilmente pela força da imaginação que pela força física, como ensinava Ernst Cassirer (CASSIRER, 2003).

Não só a construção geográfica ou geopolítica, mas a construção de certo tipo de ordem social, acaba sendo definida por essa presença do Estado. As próprias categorias políticas, como se tem demonstrado, as escolhas e as formas de organização social, perceptível nestas regiões de fronteira, são tidas, não ingenuamente, como “territórios de exceção”. Em tais espaços, com trato político e jurídico, sob forma de exceção, ajustes e

tolerância, constituem à contrário do senso comum, não uma ausência, mas uma presença programada do Estado.

Na região amazônica, a presença do Estado revestiu-se muitas vezes de um potencial simbólico, canalizado sempre pela ação estratégica de algum órgão deste Estado. Nesta região, portanto, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), simbolizou muito mais que uma orientação de Política pública. De igual forma, este foi o desenho, por exemplo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e sobretudo, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (ICNRA), sobretudo a partir de 1970. Foi, por meio destes órgãos, que de forma direta ou indireta, o Estado se fez presente, projetando, definindo e efetivando as iniciativas de governo que demarcariam profundamente o espaço, seja econômico, físico, político ou social da região. Através desta “presença” é que as mobilizações massivas (migrações), através de grandes deslocamentos regionais se dinamizaram. E foi, por esta intervenção, no que se fez ou no que se omitiu, deliberadamente, que o Estado, através de seus programas, criou as condições para a instalação de grandes empresas agropecuárias e dos grandes latifúndios na região.

Encerrar o debate sobre a inação do Estado enquanto “ausência” do ente estatal, responsável pelas políticas públicas, corresponde a um erro de análise irretratável. Margarita Serje (2012) aponta que esta lógica consiste em um dispositivo de desenvolvimento do capitalismo com objetivos claros de reorganizar o espaço com propósitos explicitamente políticos ou econômicos. A lógica do Estado ausente, portanto, comporta uma função social muito concreta, sobretudo de manter encoberta uma série de possibilidades políticas de intervenção, controle e submissão à lógica capitalista mundial.

A Amazônia enquanto *locus* concreto, desvela-se como um espaço-lugar onde redefinem-se estas estratégias estatais, impõe-se as dinâmicas territoriais e constitui-se ambigualmente como “espaço de inclusão” e de penetração (colonização). Isso se faz mediante dispositivos concretos (categorias políticas e jurídicas), reconstruindo determinada ordem social, como espaço legitimado de intervenção.

No mito do Estado ausente, as narrativas primeiras são de que, tal “ausência” é pressuposto de uma violência que ali se instala, como forma de solução de conflitos, sempre coercitivo. Este cenário, na verdade, acaba gerando as condições de possibilidade para o exercício de práticas clientelistas. Justifica-se, assim, todo tipo de intervenção, e é neste contexto em que, sobretudo, as elites locais – apropriando-se do Estado - são percebidas como se Estado fossem. Estes “espaços de excepcionalidade”, definidos pelo Estado, acabam

conferindo a este mesmo Estado um poder de exercício revestido de total impunidade. Assim este espaço excepcionado acaba se tornando lugar também do “direito de exceção”.

A forma de presença estatal na Amazônia, induzindo uma fórmula de colonização dirigida, atenua inclusive os horrores e a barbárie desta ação. Visibiliza tal cenário, seja nos males causados aos povos e comunidades tradicionais, seja no seletivo processo de concessões e favores, seja na arbitrária escolha de beneficiários (terra e investimentos). É importante anotar, ainda, que, cumprindo o Estado a essencial tarefa de reproduzir a ordem capitalista, seja no ordenamento fundiário, nos modos de produção e nas formas de relação social, ele contará historicamente com os grupos de poder local, que corporificam este Estado no exercício de seu poder e soberania.

A narrativa do “mito da ausência do Estado” cuida de fazer crer que tal ausência é fator de desordem, e é onde impera a lei do mais forte. Assim, tais territórios acabam representando um obstáculo para a integração nacional e para o desenvolvimento nacional. É donde emerge a ideia do “vazio demográfico”, ou seja, dos “espaços vazios”. Em tais espaços – vazios somente na perspectiva cartográfica – os habitantes originários, as comunidades tradicionais “desaparecem”. Ou se aparecem, se caracterizam como pessoas marginais, carentes e sem capacidade, ou de pensar seu próprio futuro ou de tomar decisões sobre seu desenvolvimento.

Na perspectiva do Estado moderno, portanto, é neste “vazio demográfico” que o poder estatal será exercido, instaurando nova ordem, “domesticando” os humanos e a natureza, imprimindo ali uma nova ordem econômica, social e política. Incorpora à esta estratégia, a dinâmica da acessibilidade, ou seja, é o Estado, a mediação do acesso dos “selvagens” ao mundo moderno, à civilização. Esta incorporação, por outro lado, faz referência ao potencial econômico que tais regiões escondem, riqueza esta que precisa ser colocada a serviço de uma estratégia de integração e de desenvolvimento.

Voltando às narrativas, é importante notar que, há deliberadamente uma prática discursiva, por parte do Estado, que produz contextos de interação com estas regiões. Trata-se de um verdadeiro dispositivo de “nomeação”, através de imagens e metáforas, como uma espécie de produção simbólica, que tanto “reifica”, quanto “sataniza” estas regiões por meio de reiteradas categorias (SERJE, 2012). Assim agindo, implementa-se todas as condições, fundadas nestes consensos, no sentido de desenvolver tanto a gestão de pessoas quanto do ambiente, caminho explícito da geopolítica instituída.

O caráter seletivo do empreendimento colonizador, dependerá, para tanto, de um autêntico exercício de conveniências e inclusões. São aqueles (alguns) que cuidarão em “ser o

Estado”, no exercício de gestão das políticas possíveis. Constituem os heróis, militares, pioneiros, que simbolizarão esta presença do Estado, como um verdadeiro e manifesto propósito de sedimentar e dar sustentação à lógica da expansão do Estado, e não a articulação regional. As desigualdades regionais, assim, se expressam no iníquo processo de exclusão das populações locais, da imposição do silêncio e da invisibilização dos problemas estruturais da região.

Nenhuma medida, entretanto, se efetiva, sem um anteparo jurídico que assegure e legitime essa ação estatal. É a forma, moldada em figuras jurídicas, com que se enquadra as medidas políticas e administrativas. No caso estudado, no Estado de Rondônia, foram os projetos dirigidos de colonização, as concessões públicas aos empreendimentos privados, a criação de estruturas administrativas, entre outras, esta série de medidas que tornaram possíveis a implantação macroestrutural do Plano de Integração Nacional, como desenho geopolítico na região.

Por tais dispositivos elimina-se “obstáculos” pelo caminho, sejam eles humanos ou da natureza, para atender às necessidades de intercâmbio, comércio e expansão do capital. A própria concepção de infraestrutura, enquanto premissa de desenvolvimento regional, acaba se convertendo em obstáculo. Por esta lógica, as estruturas como rodovia, portos, rotas aéreas, são implementadas respondendo, antes de tudo, às necessidades de expansão do capital, do que às demandas regionais. Não se trata de viabilizar articulações regionais, ou de promover intercâmbios e aproximações entre regiões vizinhas. Para a lógica do investimento estatal, acaba assim, proporcionando um efeito de inacessibilidade para os próprios habitantes. Efeito este, percebido, paradoxalmente, como indícios de inação ou ausência do Estado (SERJE, 2012).

Ocorre que, para que se concretize a reprodução e expansão do capital, não se impõe limites ante as agressivas iniciativas do desenvolvimento. A lógica expansionista, igualmente, não comporta limites, análises, diagnóstico e estudos de efeitos ou impactos. Tudo é regido, pela eficiência e obtenção de interesses a curto prazo, não importando custos sociais ou ambientais. Nesta perspectiva, a atuação intervencionista interage com os grupos de poder local, que representam o Estado, sua causa e seus projetos. Nas “fronteiras do progresso”, são, tais grupos, os arautos do desenvolvimento.

Trata-se, pois, de um amplo processo de extrativismo das riquezas, efetivado em um contexto reeditado de colonialismo, sob a retórica do desenvolvimentismo e da integração nacional. A forma mais visível e evidente deste processo de mercantilização dos bens naturais, hodiernamente, reflete-se através dos megaprojetos. São eles quem demandam e

obtem grandes investimentos públicos e vastas extensões de território, reconfigurando o espaço humano e o espaço natural ao seu redor.

Impõe-se uma dinâmica de desterritorialização, como resultado imediato de outras formas capitalistas de produção, especialmente a monocultura e o agro e hidronegócio. Consolida tal “idiossincrasia estatal capitalista”, por arranjos estratégicos que potencializam - via um esquema de concessões, por meio de contratos - uma política de “enclaves” capitalistas, caracterizados pela lógica da apropriação e exploração dos recursos naturais e humanos. De tal forma, o ponto nodal da reprodução capitalista desenha-se na forma política estatal (MASCARO, 2013).

No plano administrativo, mais que entraves geográficos, no aspecto da inserção colonizadora, são os grupos humanos que se interpõem como problemas ou obstáculos. Neste aspecto, cabe ao Estado uma dinâmica de práticas específicas de colonização (domesticação ou pacificação). A questão das diferenças (modos de ser, fazer e relacionar), são tratadas politicamente, por meio de práticas de homogeneização. Mais que um Estado ausente, é o Estado que passa a implementar mecanismos e dispositivos políticos de “normalização” para as comunidades e para suas formas de vida: reconhecimento quilombola, demarcação de terras indígenas, regularização fundiária, etc. Tratam-se de categorias, formalizadas e fundamentadas em um abstrato “Estado de Direito”, que dá direito ao Estado, a classificar, ordenar e normalizar as vidas humanas, territórios e os bens naturais.

Na forma imposta de disciplina (legalização) e domesticação (civilização), dimensiona-se uma postura paternalista, por parte do Estado. Exemplificando, o que ocorre é que, mais que uma ausência das instituições público-estatais, ocorre uma transferência das funções de tipo “social” para organismos de tipo “assistencial”, que tendem a reproduzir, mais que superar, as condições de exclusão e marginalidade (SERJE, 2012).

A naturalização destas relações é imposta muitas vezes por consensos pragmáticos, estrategicamente elaborados. Rescinde-se os enfrentamentos na arena do debate, por meio de uma inserção domesticadora dos órgãos de gestão, como intervenções legítimas ou legitimadas. Assim, naturaliza-se a conquista de direitos ao cumprimento de determinados procedimentos, aplicando-se formas e meios para atingir objetivos e uma coexistência razoável de interesses e liberdades.

No cenário em perspectiva, não escapa do confronto analítico, portanto, a gestão da Fundação Palmares¹³ no reconhecimento das identidades e direitos quilombolas, da atuação

¹³ Conforme se autoidentifica, a Fundação Palmares é uma Instituição pública que tem como enfoque a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, fundada em 1988. Está vinculada ao Ministério da

de setores não governamentais e governamentais, no reconhecimento das demandas territoriais indígenas. Ilustra ainda esta dinâmica, a atuação setorizada de órgãos jurídico-administrativos, e do próprio Incra, no sentido de se interpor, enquanto condição de possibilidade, na efetivação de direitos das comunidades/povos tradicionais, bem como dos camponeses. Na relação Estado-Sociedade, assim, vai subsumir uma forma de atuação paternal-clientelista disciplinada e naturalizada pela retórica estatal.

Há que se anotar ainda, que a doutrinação estatal, sob a nuance da domesticação, anda de mãos dadas com as práticas de repressão e coerção, pública ou privada. A atuação contratada das práticas privadas de violência contra camponeses e povos tradicionais contam muitas vezes com a “vista curta” dos agentes estatais, quando não, com a própria cooperação (SERJE, 2012). Em casos assim, a “naturalização da violência”, está longe de caracterizar-se como decorrência de um “Estado ausente”. Pela ação ou pela omissão, a presença do Estado pragmatiza-se por conciliar violência com “formas toleráveis” de coerção.

Para Margarita Serje (2012), uma destas formas de coerção reside na “obrigação de consentimento implícito”, nas chamadas “consultas prévias” (audiências públicas), sobretudo em relação a pautas que envolvem direitos territoriais indígenas. Ocorre que, o direito reconhecido de ser informado pressupõe, não o direito de decidir sobre projetos que impactem os interesses e a vida dos grupos coletivos, muito menos sobre projetos de “interesse nacional”.

Nota-se, aqui, que, o pano de fundo desta lógica, baseia-se, evidentemente, na ideia clássica do assimilacionismo e da homogeneização insuperada. Põe-se em xeque, a possibilidade de considerar os interesses das minorias, seja na elaboração, interpretação, ou seja, na aplicação de um Direito oficial ou Público, que reconheça e efetive tais direitos, que afirme e promova as diferenças como direitos fundamentais.

No esforço de compreender e desmistificar esse sentido de presença/ausência do Estado, que Carolina Tedesko (2010) se propõe a analisar. Para a autora, a “presença ausente” do Estado ocorre quando esta presença ignora e não envolve a sociedade civil na produção das políticas públicas. Identifica-se aqui, a incapacidade por parte do Estado, de gerar respostas às necessidades da população, sobremaneira, os setores à margem dos projetos oficiais. Por outro lado, a “ausência presente” do Estado, opera-se na descentralização (terceirização) da

produção de políticas públicas, como forma de o Estado desempenhar seu papel específico na produção do espaço e na construção social. Ao invés de exercer sua forma de atuação, o Estado a modifica, delegando tal função.

Na realidade, há uma função social por trás do mito da ausência do Estado. A instrumentalidade efetiva desta narrativa, se estipula como condição de possibilidade de uma série determinante de estruturas e situações políticas. Exemplo claro disto trata-se de que, ao buscar manter “invisível” a ação do Estado, implicitamente supõe, que aqueles grupos que corporificam o Estado, estão imunes na sua ação. Ou seja, não precisam prestar contas de suas ações na região. Ainda que, generalizada e aparente superficial esta afirmação, implica em admitir que nas “lacunas” de atuação do Estado, as responsabilidades e responsabilizações se diluem. O “vácuo” de democracia instiga comportamentos públicos de exceção, gerando nestes “vazios de Estado”, situações que em maior ou menor grau, “justifiquem” inclusive, violações do Estado de Direito. Neste caso, as medidas de exceção são facilmente instrumentalizadas.

O contraponto desta estratégia geopolítica assume dimensões que transcendem os aspectos econômicos. É neste contexto que, nutrir expectativas, de forma acrítica na tutela do Estado, resultaria muito mais em perpetuação de interesses, no binômio Estado-cliente, que em possibilidades de compreender os processos como não lineares e em profunda dinamicidade, que requer consciência crítica, mobilização, organização e atuação.

Por isso, o “filtro econômico”, é instrumentalizado pelo Estado como via inexorável de sustentação da ordem estabelecida. Ao passo que, na perspectiva dos setores marginalizados, em via de organização e mobilização, esta perspectiva deve transcender no sentido de desvelar os paradoxos desta ordem mantida. À luz deste desvelamento, sucede a ruptura, pelo protagonismo social, com o padrão de conservadorismo mantido. Abre-se assim, para as possibilidades históricas, mediante o déficit histórico das promessas incumpridas da República, do Estado democrático e do Estado Social de Direito.

Nota-se que, seja naquilo que os setores sociais reivindicam enquanto efetivação de direitos já constituídos, seja na demanda por proteção social, a presença ou a “ausência” do Estado demarcam uma ordem constituída. Esta ordem acaba sendo legitimada de forma expressa, pelos aparelhos legais de controle e coerção, representados neste Estado. Mas também é legitimada de forma simbólica, onde se tenta naturalizar as assimetrias, por meio de práticas e procedimentos “oferecidos” e “normalizados”, onde muitas vezes a vítima se transforma em cúmplice.

Assim, cria o Estado estas estruturas cognitivas, que são estruturas de “convencimento” e de submissão, traduzidas sob forma de relações de força e relações de sentido, em termos bourdieanos, “o poder simbólico do Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 227). Importante recordar, que para o sociólogo francês, é o Estado o maior contribuinte para a produção e reprodução de determinada ordem simbólica, através de uma série de ritos ou procedimentos, que definem esta ordem social.

Observe-se à título de exemplo o caso retratado abaixo. Em 2016, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), realizou uma missão no Estado de Rondônia, com o objetivo de identificar, mapear e analisar a realidade exponencial de conflitos agrários no campo, no Estado. Buscou, para fins de encaminhamento, explicitar e recomendar, de forma justificada, uma série de recomendações ao Estado e suas instituições, no sentido de mediar soluções para tal realidade.

Gráfico 2: Recomendações ao Estado e Instituições públicas de Rondônia – CNDH, 2016



Fonte: Própria Autoria com base em CNDH/Relatório de missão, 2016

Trata-se, numa expressão inclusive contraditória, de relembrar ao próprio Estado das suas funções. Poderia se dizer ainda, que, remete à ideia de que, torna-se legitimamente possível admitir que, há por parte dos fatos uma narrativa em disputa, uma vez que, a realidade dos fatos e sua versão, acaba dependendo da localização do narrador. Assim se compreende, que muitas vezes é na lógica do funcionamento das instituições, do espaço

burocrático, que se encontra a racionalidade estatal e não em seus princípios sociais, políticos e republicanos (BOURDIEU, 2014).

As formas coercitivas de intervenção do Estado, neste contexto, passam a ser legitimadas. Esse foi, por exemplo o traço característico da presença do GETAT (Grupo Executivo de Terras no Araguaia e Tocantins) e do GEBAM (Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas), em 1980, que tinham como Presidente, um representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Na contraface desta estratégia, a própria violência privada encontra, por parte do Estado, tolerância. Resulta, pois, que a violência passa a ser, em si mesmo, um eixo do modelo econômico, com a finalidade de manter uma situação de “anarquia ou caos” necessário, para articular as estruturas do capitalismo em expansão.

É, sob tal paradigma de expansionismo global, que se sistematiza os vínculos das estratégias locais com o sistema global de ordenamento social e territorial. Veja-se isto no fundamentalismo jurídico da propriedade privada em suas determinantes (apropriação, privatização e concessão desmedida de terras públicas à particulares). Da mesma forma isso se opera no ordenamento/concentração geográfica das áreas de produção e mercado de trabalho. É o que se percebe, igualmente na edição/reedição de categorias jurídicas, sob forma de regras articuladas à modelagem dos interesses capitalistas: “fronteiras agrícolas”, “empresa rural”, “Amazônia legal”, “Terra legal”, etc.

O dirigismo estatal, no caso dos processos de colonização em Rondônia tangia-se por um claro favorecimento à grande propriedade, considerando a pequena produção como uma atividade marginal (TURCHI, 1981). Cumpria-se assim uma dupla função, aparentemente contraditória. De um lado, este Estado como agente econômico das classes dominantes, criava condições para a expansão do capitalismo, por outro lado, como agente político, cumpria a função de legitimação, promovendo, enquanto agente político, a articulação dos distintos interesses de classe. Tais interesses se consumavam sob forma de arranjos e ajustes sociais, de modo a não criar embaraços ao processo de acumulação capitalista na região. De tal forma, pelas “despesas sociais”, implementadas, buscava-se evitar/mitigar pressões e reivindicações dos setores mais explorados, criando assim uma sensação atendimento estatal às necessidades de tais grupos. (TURCHI, 1981, p. 302).

Desta forma, manteve-se intocado o sistema de propriedade no campo, naquilo que costumeiramente nomeou-se como “modernização conservadora”, excluindo, pela política adotada (colonização), qualquer possibilidade de efetivar um amplo e democrático projeto de reforma agrária ou de democratizar o acesso à terra.

Como se constata, no plano estrutural, ativa e alimenta a narrativa da “ausência do Estado”, no sentido de garantir e manter e retroalimentar a história hegemônica de um único setor, o da classe dominante, como afirma Florestan Fernandes (2005). Cerceia-se assim o acesso à inclusão social, pelos direitos básicos, mantendo-se, ao mesmo tempo a subordinação ao capital externo, sua lógica e suas diretrizes. Os repertórios que refletem essa realidade, mantêm-se pelos pilares desta composição Estado-capital, e são recorrentemente reeditados e reinseridos, sempre que o contexto desafia a conveniência hegemônica ou dominante.

2.8 Contextos e confrontos: movimentos sociais e as oportunidades políticas

A Teoria da Mobilização Política, também conhecida como Teoria do Processo Político (TPP), surge do debate sobre a exaustão, ou impossibilidades de aplicação da Teoria da Revolução. Assim, passa-se a dar ênfase no dinamismo e na interação estratégica, como meios de resposta dentro do ambiente político. De início, esta abordagem afrontará as explicações deterministas e economicistas da ação coletiva, lançando mão de explicações macro-históricas, mas combinando ainda, a dimensão tanto da política quanto da cultura na explicação dos movimentos sociais. Para fins de adotar essa abordagem, como aporte teórico revisional, três dimensões são suscitadas a partir desta teoria: a questão das oportunidades políticas, o conceito de repertório e a ideia de “confronto político”.

O conceito de “estrutura de oportunidades”, refere-se a dimensões formais e informais do ambiente político, em relação à “quando” e “onde” se abrem para criar novos canais de expressão de reivindicações para grupos sociais, posicionados de fora da “política”. Isso pode ocorrer, seja pelo aumento da permeabilidade das instituições político-administrativas às reivindicações, por mudanças na interação política entre Estado e Sociedade, seja pela presença de aliados potenciais (ALONSO, 2009).

Talvez a melhor elaboração deste conceito tenha sido processada por Sidney Tarrow (1996), que descreve como os movimentos sociais acabam sendo “refêns” da estrutura de oportunidades, deste ambiente externo:

As estruturas de oportunidades políticas são sinais para atores sociais ou políticos encorajarem-se, ou não, para o uso de seus recursos internos a fim de formar movimentos sociais. Meu conceito de oportunidades políticas enfatiza não somente estruturas formais como instituições estatais, mas estruturas de conflito e de aliança que proveem recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos. Os mais evidentes sinais são quatro: a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamentos, viabilidade de aliados influentes e clivagens dentro das próprias elites (TARROW *apud* GOHN, 2014, p. 100).

Nota-se que a perspectiva, no caso, pauta-se no campo das forças sociopolíticas e econômicas da sociedade e do Estado. Em outros termos, o surgimento e o dinamismo dos movimentos sociais passa pela compreensão deste ambiente e das oportunidades nele contidas, que estimula ou desencoraja a participação coletiva. É na ação coletiva dos movimentos sociais, que se instaura um amplo processo de diálogo, confronto e mobilização, contextualizada neste ambiente externo, que demarca o território destas interações. Desta forma, através destas oportunidades políticas, os sujeitos coletivos, sociais ou políticos, se motivam ou não, lançando mão de seus recursos internos disponíveis, para articularem em movimentos sociais. E é neste campo, que se estabelece o confronto político (*contentious politics*).

Neste ambiente externo, portanto, se incentiva e oportuniza a ação coletiva. Em suma, é o próprio Estado moderno quem cria tais oportunidades e a coordenação dentre os potenciais membros ou ativistas é de importância fundamental para que se produza o ator coletivo. É dentro do próprio processo contencioso que os agentes dos movimentos sociais se formam. Assim, marco crucial também, para a teoria, é a dimensão das disputas políticas (*Contentious Politics*), também traduzidas como confronto político. Em instigante ensaio, Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2009), epicentros da Teoria da Mobilização Política, buscam mapear a ideia do confronto político:

O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, pp. 11-12).

Assim, a “*contentious politics*” passa a ser, a marca diferencial da Teoria da Mobilização política. Essa ideia de confronto correlacionada às ações coletivas dos movimentos sociais, materializa-se nas reivindicações se vinculadas a outros interesses. Mas também incorpora a lógica da interação, envolvendo um governo, uma instituição ou uma organização que controla os principais meios de coerção demarcada em determinado território. Por isso mesmo, em um aspecto mais abrangente da abordagem, abarca, não só, os processos dos movimentos sociais, mas a própria questão da revolução (McADAM, TARROW, TILLY, 2009).

Imperativo constatar ainda, que no paradigma das “oportunidades políticas”, as condições propulsoras da ação coletiva se ampliam quando se constitui o potencial de

alianças. Tais condições também são mais evidenciadas quando se caracterizam as vulnerabilidades e contradições dos oponentes. Em tal contexto, dimensiona-se a oportunidade de maior sensibilização social e conscientização política, forjando assim condições de apoio ou aliança, no conflito e enfrentamento.

Em termos da relação estabelecida entre o fenômeno da participação e do paradigma das oportunidades políticas, referencia-se também o estudo feito por Lúcio R. Rennó (2003). Referido autor buscou confrontar a participação em relação ao entendimento de dois modelos teóricos explicativos: a abordagem teórica do capital social¹⁴ e a abordagem teórico-explicativa das oportunidades políticas. No confronto de perspectivas, demonstrou ser, mais a existência de aberturas e garantias advindas das instituições formais (oportunidades políticas), que o capital social (confiança interpessoal, tolerância e otimismo), que condiciona o ativismo na sociedade civil. Ou seja, para o autor, são as dimensões da luta política que incentivam as pessoas a se envolver nas ações coletivas e nas disputas políticas em si (*contentious politics*). São, portanto, para Tarrow (1996) e para Rennó (2003), estas dimensões da luta política que influenciam ou incentivam o engajamento e o ativismo das pessoas nas disputas políticas (*contentious politics*). São, igualmente, variáveis externas que influenciam ou interferem nas ações coletivas.

Na tentativa de mapear o confronto político, McADAM, TARROW e TILLY (2009), detectam que o confronto político dimensiona-se em um terreno de “fronteiras fluidas”, ou seja, de difícil definição inclusive do que seja movimento social neste contexto. Pautar a natureza de movimento social apenas no campo das reivindicações coletivas é empobrecer o argumento. Há reivindicações coletivas de grupos poderosos contra grupos poderosos. Há esforços coletivos de autorenovação, e por isso mesmo, tais “movimentos” ou ações, compartilham no mesmo espaço, características próximas ou semelhantes.

Para os teóricos do *contentious Politics* a compreensão sobre o movimento social deve trazer em conta esta interação sustentada entre dominantes-subordinados. Isto leva a considerar como elemento-base que tal confronto acaba envolvendo situações de desigualdade substantiva entre os protagonistas dos diversos movimentos sociais. Assim, a natureza do

¹⁴ Conforme a teoria do capital social é a confiança que incentiva o ativismo e o engajamento. Tende-se assim, a mitigar ou reduzir o quadro de incertezas em relação à multiplicidade ou variedade de atores envolvidos na ação coletiva. Portanto, além de ser um importante elemento para configurar a participação política, a confiança, enquanto capital social, pauta-se pela valorização das estratégias cooperativas. Neste sentido, tal teoria estabelece um confronto com a teoria da escolha racional, pautada pela lógica do interesse individual, como princípio de ação. Assim, para a teoria do capital social, a confiança é também a expectativa na conduta alheia, que atua como facilitador da cooperação. Juntamente com a ideia de tolerância e de otimismo, compõem as principais variáveis da teoria, respondendo em grande parte aos dilemas da ação coletiva, associados principalmente à questão das garantias frente as incertezas.

movimento social oporá este constante e contínuo desafio aos detentores do poder em nome de setores ou grupos, cujos interlocutores identificam e afirmam estar sofrendo injustiças e prejuízos (McADAM, TARROW e TILLY, 2009. pp. 21).

A gramática do conflito (HONNETH, 2003), intenciona justamente demonstrar como no interior da sociedade atual, principalmente a luta por reconhecimento, mais que luta por autoconservação, define e constitui o sentido dos conflitos sociais. Este elemento de análise torna-se necessário, sobretudo pelo fato de que, na gênese desta luta há sempre uma experiência de desrespeito, de violação.

Como se percebe, não se pode aldear tal debate apenas na perspectiva das teorias multiculturalistas das sociedades contemporâneas. A ideia do conflito e do confronto perpassa e se imiscui em processos políticos, como no diagnóstico dos desrespeito aos direitos das minorias pela maioria hegemônica, no ocultamento ou invisibilização de sujeitos e de direitos de coletividades secularmente marginalizadas e, inclusive, na compreensão do que é expresso ou implícito nas ações governamentais sob a forma de políticas públicas inclusivas.

Desta forma, o tema do reconhecimento, como demanda cognitiva ante o aparelho do Estado e suas implementações, é imprescindível para a compreensão das situações de conflito ou confronto materializados nas relações entre movimentos sociais e Estado. A lógica que conduz a luta por reconhecimento, aliás, é o que ressignifica os processos intersubjetivos potencializando o desenvolvimento das capacidades individuais, da valorização dos próprios sonhos. Há que se entrever, neste aspecto, a questão da dignidade, assim como o fomento das novas situações jurídicas, por vezes espaço preferido de legitimação, por vezes espaço ambíguo de promoção.

Na interação configurada deste sentido de conflito ou de confronto, entre os movimentos sociais e o Estado é que emerge a aporia acerca dos caminhos de superação. Diante dos impasses, do desconhecimento e das mazelas reconfiguradas sob forma de opressão e violência, seria o campo político, tal qual concebido, o caminho de solução de tais conflitos? A aposta no Estado como interlocutor privilegiado, seria caminho genuíno de superação e solução de demandas históricas e coletivas? É neste sentido que se torna imperativo enxertar no debate elementos de análise, como as particularidades culturais, elementos de vertente psicossocial, etc. Seja como for, há ainda uma distância enorme entre a efetivação de políticas identitárias, e a convergência com demandas historicamente sentidas e em muito violadas. Por certo, tudo isso reclama por uma extensão também da compreensão do conflito ou do confronto, para além dos enquadramentos talhados pela racionalidade ou estratificados na institucionalidade.

Em grande parte, a teoria das “oportunidades políticas”, entendem o movimento social como uma “interação contenciosa”, mediante as oportunidades políticas favoráveis e envolvendo demandas mútuas entre desafiantes e ocupantes do poder, em nome de determinado grupo sob litígio. De certa forma, os movimentos sociais não são, portanto, atores, mas formas de ação coletiva.

É a coordenação dentre os potenciais ativistas que potencializa a produção de um ator coletivo, onde os agentes se formam durante o próprio processo contencioso. A coordenação depende da dimensão de solidariedade, ou seja, o pertencimento e a densidade das redes interpessoais, vinculando os membros do grupo entre si. Assim, o sentimento de solidariedade não gera a ação, se não puder contar com “estruturas de mobilização”, recursos formais e informais, como as redes sociais, que serão condições de possibilidade para a organização (ALONSO, 2009).

A ideia pacificada aqui é que, mediante as oportunidades políticas, a ação coletiva vai constituindo os movimentos sociais, enquanto ator coletivo. É na articulação/coordenação entre os sujeitos protagonistas desta ação, que o ator coletivo acaba sendo produzido e constituído, a partir do confronto. Por outro lado, a coordenação depende da dimensão de solidariedade, ou seja, do pertencimento a redes interpessoais, que vinculam os membros do grupo entre si. De tal forma, conforme Angela Alonso (2009), o sentimento de solidariedade não gera a ação, se não puder contar com “estruturas de mobilização”¹⁵, recursos formais e informais, como redes sociais, que serão condições de possibilidade para a organização.

Para Abers e Von Büllow (2011), um importante elemento analítico de partida passa pelo reconhecimento de que a compreensão de movimento social, em tese, ultrapassa as fronteiras entre Estado e sociedade. Em segundo plano, na compreensão de tal fenômeno, dinâmico por natureza, não se pode interpretar os movimentos sociais enquadrando-os a um tipo específico de ação coletiva, uma vez que isso tornaria invisível outras importantes formas de ação social e mesmo de organização. Esta constatação aliás, é compartilhada por autores ligados à Teoria do Processo Político, como também à Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Quanto à ideia básica sobre “repertório”, a mesma funda-se numa perspectiva pragmática, conjunta e dinâmica. Conforme Alonso (2009), trata-se de “rotinas que são

¹⁵ Conforme Angela Alonso (2009), corresponde às “estruturas de mobilização”, tanto a organização formal, mas também os elementos informais, como apoios, divulgação e articulação. De tal forma, a mobilização seria o processo onde um grupo, além de criar solidariedade, adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. Contudo, tais elementos só configurariam um movimento social, ante as oportunidades políticas favoráveis, ou condicionantes que, por meio de incentivos ou constrangimentos, ativam as possibilidades e potencialidades de constituição da ação coletiva.

aprendidas, compartilhadas e postas em ação”. Sendo assim, compõe e estruturam determinado processo, sempre deliberado e escolhido. Aprofundando o entendimento, recorre-se aos teóricos da Teoria do Processo Participativo, para entender que repertórios são:

Números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação (criação de associações ou partidos, reuniões públicas, demonstrações, passeatas, campanha eleitoral, petições, pressão, ocupação de terras, formação de instituições de serviços, barricadas, etc). [...] Repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento: são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 24).

A dinamicidade do conceito, para os autores, indica que é na dimensão do repertório que se corporificará a tensão criativa entre inovação e persistência, ou seja: será eficaz se inovar e demonstrar habilidade frente às oportunidades. Será tal eficácia, igualmente medida se, surpreender os interesses estabelecidos e operacionalizar seja nas ações diretas, seja no plano da representação, nos determinados contextos e situações específicas (ALONSO, 2009).

Em perspectiva geral, o que se percebe à título de compreensão analítica do fenômeno dos movimentos sociais do campo, é que a Teoria dos Processos Políticos confere primado à questão estratégica, cuidando de fornecer assim, ao mesmo tempo que um caráter interpretativo, também elementos teóricos para a compreensão da dinâmica interna dos movimentos sociais, sua funcionalidade, na perspectiva dos atores. Neste sentido, ajuda na reflexão inclusive da perspectiva constitutiva destes movimentos.

3. MOVIMENTOS E CENÁRIOS: PROCESSOS DE ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA NAS LUTAS AGRÁRIAS EM RONDÔNIA

A busca pela genealogia dos movimentos sociais do campo em Rondônia, além de demonstrar o contexto onde se desenvolvem as práticas coletivas, ajudam a compreender também as condições objetivas, tanto socioeconômicas quanto políticas de tais práticas. Os elementos desta compreensão e análise, serão especialmente buscados em Felske *et all* (2014), Santos (2001), Oliveira (1994; 1988), Fernandes (1999; 2005), e Martins (2009), Souza (2011).

Em regra, os conflitos agrários “acompanharam” os Projetos de colonização, tanto aqueles dirigidos pelo Estado, quanto os da iniciativa privada. Em janeiro de 1960, dá-se início à construção da BR 364, no trecho entre Cuiabá-Rio Branco. Em onze meses, o projeto foi concluído, e oficialmente inaugurado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, em fevereiro de 1961 (THÉRY, 2012). Estava assim, estruturado a maior condição instrumental que tornaria possível, a implantação dos Projetos de colonização na parte noroeste do Brasil. Comentava-se, no senso comum, em Rondônia, à época que “depois dela (Rodovia), esta terra nunca mais seria a mesma”.

A luta política protagonizada por distintos segmentos sociais, indica que, ainda não é possível falar em movimentos sociais, por falta de seus elementos organizacionais e capacidade mais elaborada de articulações em torno de uma pauta política. No entanto, expressam um importante campo onde ações coletivas, ainda que pontuais, demarcavam ao mesmo tempo um campo de “(re)ações coletivas ao projeto de colonização, impetrado pelo Estado brasileiro.

Assim posto, indica que a questão agrária, sinalizada e demarcada pela colonização, não é só uma questão social, mas essencialmente política. Em termos bastante consensuais (IANNI, MARTINS, FERNANDES, OLIVEIRA), são lutas assim, de enfrentamento e resistência mobilizada, que problematiza e expõe as contradições da própria lógica de expansão do capitalismo pela apropriação e concentração de terras. Isso resulta caracterizado na maneira como esta terra é arrecadada e discriminada, sobretudo, na forma como é destinada. Tal destinação, em regra, busca privilegiar os empreendimentos agropecuários e as licitações de grandes áreas – diretamente ligada aos objetivos macro-políticos, tecidos pelo ideário desenvolvimentista do Estado brasileiro.

Na reação das lutas por parte de posseiros e ocupantes, ainda, ressoava a “utopia proprietária”, ou seja, no sonho do despossuído, a terra prometida, a realização de seu anseio

em se tornar, proprietário, criador de gado, “alguém na vida”. Na dimensão cultural, portanto, tais reações evidenciavam sim um enfrentamento, mas acentuava também, e sobretudo, a vontade de inserção, ainda que tardia, na lógica capitalista de se tornar proprietário. Portanto, em grande parte, tais resistências são desconstituídas de um ideário, ou ideologia de democratização da terra, da produção cooperada, ou de laços mais profundos de uma utopia camponesa. Trata-se, muito mais, de desnudar as contradições do próprio modelo capitalista adotado e incorporado aos projetos de colonização.

3.1 Pela posse e ocupação: ação e reação nas lutas sociais dos anos 1970

Coube à iniciativa privada os primeiros empreendimentos da colonização. Assim, a partir de 1964, a empresa Calama S/A, pretensamente amparada na regularização de concessão de antigo seringal, dá início ao processo de comercialização de terras para fins de instalação de colonos na região central do território (FELZKE, 2014). A área pretendida, foi dividida em sete grandes glebas, denominados pelas letras do alfabeto (A a G). A Gleba G, no entanto, não seria comercializada no primeiro momento, por claras razões de especulação imobiliária (CUNHA, 1985). A empresa, cujos proprietários eram do norte do Paraná, mantinha fortes vínculos com o governo de então, arrojando uma área de 1.084.627 hectares de terra.

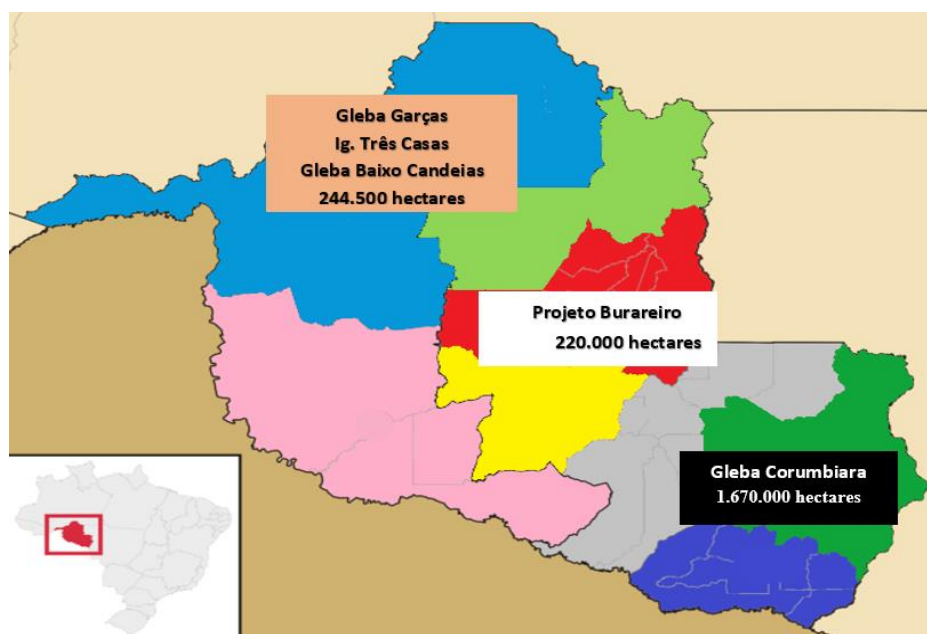
Com a notícia de que provavelmente as terras da Calama eram terras públicas, teve início à ocupação, e também os conflitos que perduraram até 1982, quando ocorreu da desapropriação da Gleba G, para fins de regularização fundiária, mediante uma vultosa indenização. O movimento de resistência da “Gleba G”, insere-se, portanto, como um dos primeiros movimentos de resistência dos posseiros e sitiantes, frente a repressão violenta promovida pela colonizadora. Registre-se, ainda, o quanto esta prática de “compensação” da grilagem de terras públicas (via indenização), seria utilizada posteriormente, por parte do Estado.

No emblemático ano de 1970, o gerenciamento militar do empreendimento de colonização propagaria suas principais estratégias. Restaura-se o Incra, que é instalado em Rondônia naquele ano. Através de Decreto-Lei (1.106 de 16/06/1970), oficializa-se o Plano de Integração Nacional, assinado pelo governo Médici, traçando as principais estratégias geopolíticas da colonização. Assim, estavam dadas as condições de possibilidade para implementar as iniciativas governamentais (estruturas), econômicas (investimento e financiamento) e político-estratégicas (forma de integração da região).

Conforme a análise de Octávio Ianni (1979, p.81), o básico da estratégia governamental era reduzir os tensionamentos sociais, no contexto da modernização agrícola do Sul e Sudoeste, com falsas promessas. E assim “distribuir alguma terra para não distribuir as terras”. Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, incorporada à mesma estratégia de colonização, o foco era promover incentivos fiscais, subsidiando os interesses investidores privados, descerrando a cortina que encobriria, toda a situação de conflitos, então já existentes.

Consolidando assim o favorecimento aos grandes monopólios, com a ajuda da “mão coercitiva” do Estado e da violência privada, a grilagem de terras públicas, efetiva-se como a principal marca do período. E assim, sob a batuta diretiva do Estado, via Incra, poderiam ser criados os Projetos Integrados de colonização (PIC), os projetos de assentamentos dirigidos (PAD), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), as grandes licitações à custo mínimo (via contratos), e os incentivos e subsídios aos investidores privados. Destaque-se que, o empreendimento que foi o Projeto de colonização, seletivo e excludente, na forma e no objetivo, estabeleceu a lógica da colonização como um programa de contrarreforma agrária (IANNI, 1979; MESQUITA, 2001).

Figura 1: Áreas públicas destinadas a projetos via licitações¹⁶



Fonte: Própria Autoria (adaptado) com base em: PERDIGÃO, BASSÉGIO, 1992; MESQUITA, 2001; COIMBRA, 2015; FERREIRA, 2012

¹⁶ As modalidades das concorrências se formalizavam através de Contratos de Alienação de Terras Públicas, principalmente. Tratava-se de institutos de domínio expedidos pelo Incra para áreas alienadas, através de licitação pública sem preferência. Vários membros de uma mesma família arrematavam um lote cada um (2.000 hectares), e assim formavam os latifúndios. O governo gastou mais demarcando os lotes do que cobrava pelas terras. Por outro lado, os fazendeiros fizeram mais dinheiro vendendo madeiras do que pagaram pelos lotes (CORUMBIARA, 2009).

Se a prioridade era para quem tinha capital (condições) de realizar derrubadas, é de perceber tanto o caráter assimétrico na destinação das terras. Isso explica, em muito, as condições impostas para a ocorrência de inúmeros conflitos envolvendo posseiros, madeireiros, garimpeiros, especuladores, grileiros, indígenas, etc.). Este panorama de desigualdade e violência, perdurará até 1984. Atende-se, em grande parte, aos reais objetivos do empreendimento colonizador: favorecimento do latifúndio, reprodução e ampliação do capital financeiro internacional, direta e indiretamente expressos na exploração da madeira, extrativismo dos recursos naturais, pecuária e monocultura. É neste quadro, de exclusão explícita, que se intensificará as ocupações de terras improdutivas ou públicas, em vários cantos do Estado, amplificando naquele momento a luta pela terra (AMARAL, 2004).

Na região de Espigão do Oeste, em fins da década de 1960, instala-se na região de Espigão do Oeste, a colonizadora Itaporanga (irmãos melhoranza). Tal empresa apropriou-se de 1.300.000 hectares de terras, sendo boa parte de terras indígenas e passou a revende-las, gerando na região mais um foco de conflito agrário (SOUZA, 2011). Este conflito, marcado não só pelo enfrentamento aos processos de grilagem e violência (pistolagem), promovida pela colonizadora, também envolveu povos indígenas, ante o conhecimento público de grilagem e comércio imobiliário de terras indígenas. Quando, por intervenção dos órgãos estatais, a colonizadora é desmascarada, grande parte dos colonos, que haviam sido enganados, são expulsos à mão armada pelo Incra, depois de inúmeros conflitos, em 1976 (MINDLIN, 2006; NOBREGA, 2016).

Com semelhantes estratégias, na região entre Ariquemes e Jaru, no antigo seringal Nova Vida, outra história de massacres e resistência ocorreu. Trata-se do caso em que os Irmãos Arantes, que chegam em Rondônia no ano de 1973, utilizando-se de influências e manobras estatais, apropriam-se de uma área, inicialmente de 25 mil hectares, ampliando sua pretensão, posteriormente para 300 mil hectares. Mais de trezentos posseiros, resistiram enquanto puderam. Em 1979, ápice do confronto, são expulsos à bala, havendo inclusive mortes, entre os posseiros-ocupantes (SOUZA, 2011; CRUZ, 2007).

Ainda na década de 1970, na Gleba Prosperidade, região de Cacoal, à soldo dos proprietários-fazendeiros paulistas Sílvio Lázaro e Moacir Ravagnani (Grupo Bonanza), um cenário de terror, violência e perseguição era ali implantado. Em regra, as ações de repressão, ameaças e destruição, eram comandadas por Antônio Domingos Sanson, ex-militar que pretendia terras também na Gleba Prosperidade e que gozava de trânsito livre e favores, nos poderes locais, inclusive policiais. Os posseiros resistiam nas ocupações e com apoio da Igreja católica, do Sindicato dos trabalhadores rurais, e da intervenção do Advogado Agenor de

Carvalho, procuraram se defender como podiam. O ápice deste conflito ocorreu, nos anos 1978-1979. (CRUZ, 2007).

A apropriação da terra, às custas da violência e nas margens da legalidade, sobretudo na década de 1970, mobilizava, de um lado, grandes interesses nos processos de concentração e grilagem de terras. Ao mesmo tempo, há uma outra perspectiva para a defesa da posse da terra, que reflete o sonho, mobilizado pela promessa e pela propaganda, de que a colonização resolveria os grandes problemas sociais, sobretudo dos despossuídos, marginalizados do progresso mais ao sul do país. Assim, desenha-se um cenário de intensos e variados conflitos.

Conforme Martins (1997), o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão, potencializou a multiplicação dos conflitos, seja entre grandes proprietários de terras e os posseiros, entre latifundiários e povos indígenas, sem mencionar os conflitos internos, entre os grupos subalternizados. Desta forma, é possível ampliar a perspectiva e compreender que mais que confronto entre sujeitos coletivos com interesses conflitivos, tratava-se de conflito entre “historicidades desencontradas” (MARTINS, 1997, p. 155).

Em publicação, no ano de 1974 (ACERVO ISA, 1974), relatava-se o caso da Empresa Guaporé Agro-Industrial S/A – GAINSA. Inicialmente a empresa “adquiriu” 275 mil hectares, na Gleba Boa Esperança (margeando a rodovia que vai de Porto Velho a Guajará-mirim), e decidiram apropriar um montante de 600 mil hectares, operando-se assim um “verdadeiro milagre da multiplicação de terras”. Walter Arantes, diretor do empreendimento se justifica: “o que nos levou a Rondônia foi o apelo do Governo”. De certa forma, esta seria sempre uma “senha autorizativa” para a grilagem de terras no Estado. Tal fato, reflete assim, à época (1973), estreitos vínculos da empresa com o governo federal. Na retórica de Mauro Arantes, outro sócio-diretor, o objetivo era “implantar na região a mais moderna técnica em assuntos agropecuários e agroindustriais”, com o estímulo e influência direta do então Ministro da Agricultura.

Centenas de pequenos ocupantes foram expulsos de suas posses, incluindo antigos “soldados da borracha”, com títulos de ocupação expedidos pelo próprio Incra. Ainda que havendo, por parte dos pequenos posseiros algum tipo de resistência, o processo de expulsão e perseguição dos ocupantes foi intenso. Em todas as situações, inclusive diante da oposição do Incra, a Justiça federal se postou ao lado da empresa Gainsa. A “farra cartorial”, em Porto Velho amparava as pretensões da grilagem, em nome da presunção da verdade do Registro público. Fato é que a Gainsa acabou abocanhando 02 milhões de hectares, em glebas esparsas pelo território. Em relatório de gestão do Incra (2011), no levantamento dos imóveis

registrados no Estado, com área superior a 10 mil hectares, consta dois registros em nome da Gainsa: uma parcela desmembrada, correspondendo a 2/3 da Gleba Boa esperança, com área de 275.022, 43 hectares e, uma fração um pouco menor, também desmembrada da mesma gleba, com área de 37.100,00 hectares.

Assim, a empresa dos Irmãos Arantes, incluindo a Agropecuária “Nova Vida”, estendeu seus tentáculos proprietários por todo o Estado, sem antes se assegurar, que de alguma forma, recebesse ou encontrasse no Estado, algum estímulo ou legitimação. (ACERVO ISA, 1974; CUNHA e MOSER, 2010).

É possível, assim, constatar, à primeira vista, que as lutas no campo, dos anos de 1970, em parte foi a luta em defesa da posse. Havia elementos evidentes que mobilizava o imaginário do colono-migrante, de que a terra era pública, que o Estado era o Incra, e que a posse, seguida do trabalho (desmatamento), lhe assegurava direitos. Em segundo lugar, tais lutas, além de tornar claro os equívocos estatais da colonização, gerenciados pelo órgão de terras, apontou abertamente os dispositivos utilizados pelo latifúndio e pela grilagem. Se a ideia de “terra fácil” foi “vendida” pela propaganda estatal, na prática, muito mais era, para os poderosos e suas articulações governamentais. Grande parte de quem se arrogou, ostentando títulos precários, donos de grandes áreas de terra, acabaram sendo indenizados pelo Estado, ou seja, “ninguém perdeu”. E assim, as formas de violência, de toda sorte, inclusive a estatal, foi utilizada em vários cantos do Estado, para proteger tais pretensões. Em terceiro lugar, o fato de que, neste primeiro momento, ainda que fossem lutas, desprovidas de conteúdo mais político, por vias indiretas representaram uma resistência aos projetos e programas políticos do Estado, e que em muito influenciaram as lutas futuras.

3.2 A década da destruição¹⁷ e as lutas de 1980 a 1995

Outras lutas pela posse e permanência nas áreas, a maioria, em áreas ainda não discriminadas, ocorriam por todo o Estado de Rondônia, na década de 1980. O Grupo Zorzi, fundiu dois empreendimentos (Agropecuária Candeias e Madeireira Urupá), com a pretensão de se apropriar de área de 103 mil hectares, na região que envolve a **Gleba Itapirema**, parte do município de Urupá e parte do município de Ouro Preto do Oeste. Na região havia

¹⁷ Utilizou-se o conceito “A década da destruição”, de Adrian Cowell e Vicente Rios, em razão de ser a melhor tradução temporal do período. Sob uma lógica interativa que reunia em um único contexto: projeto de colonização, investimentos do Banco Mundial, desmatamento intensivo e dizimação de povos indígenas, a década de 1980, representou no Brasil e fora dele, a materialização dos equívocos irreversíveis direcionados pela política de Estado da época.

ocupações de vários posseiros, que aguardavam junto ao Incra a regularização de suas posses. A empresa contratou um grupo de jagunços para fazer a “limpeza” da área, sendo que, pela resistência e organização espontânea dos posseiros, adotando táticas de represálias, conseguiram resistir e permanecer em suas ocupações (BARBOSA, 2017). O auge destes acontecimentos ocorreu entre os anos de 1983 e 1984. Mesmo o imóvel possuindo todas as configurações de área pública a ser arrecadada e destinada, após a desapropriação a recebeu alta indenização pelo imóvel, não sem antes, ter extraído enorme quantidade de madeiras.

Registra-se, também, a luta e a resistência dos posseiros na Fazenda Cabixi, entre Vilhena e Colorado do Oeste, com intenso apoio da Igreja local, em especial agentes religiosos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, nos anos 1981 e 1982. Neste episódio, foram presas 34 pessoas entre lideranças, posseiros e religiosos. Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o registro da resistência dos pequenos posseiros na Fazenda São Felipe (que deu nome ao município), então município de Pimenta Bueno. Com destaque, além do protagonismo e organização dos trabalhadores, que pegaram em armas para defenderem seus lotes, o apoio e influência do Padre João Zanotto, que foi ameaçado de ser enquadrado, por causa de tal apoio, em crime contra a Lei de Segurança Nacional. Conforme registro da CPT (1989), na conquista desta área, os posseiros sofreram todo tipo de violência, expulsão e ameaças, inclusive tendo sido suas roças destruídas por desfolhantes jogados de avião, à mando dos proprietários da Fazenda Reunidas.

Adrian Cowell (2010), retratou de forma testemunhal, a década de 1980, como a “década da destruição”. Os equívocos do Projeto de colonização da Rodovia transamazônica não somente estavam se repetindo, como se amplificaram. A violência, ao grau máximo, era o retrato fiel desta década e se efetivava não só pela destruição da natureza, como a extinção dos povos indígenas, repressão aos posseiros, seringueiros, etc. A grilagem de terras se consolidava exibindo os vínculos que envolviam o próprio Estado com empresas e latifundiários na dinâmica da grilagem das terras públicas. Por isso, por onde ocorreu esta violência promovida pelo latifúndio e pela grilagem, havia uma marca digital do Estado.

A impunidade era a regra, mas a resistência, ainda que pontual ou espontânea, por parte dos posseiros, era constante. Assim foi na ocupação da Fazenda Pirajuí (1985) e Fazenda Dimba (1987), no município de Pimenta Bueno. De igual forma foi o enfrentamento e resistência dos posseiros no Seringal Muqui, onde o famoso e terrível “bando do Muqui” operava, a mando do fazendeiro José Milton de Andrade Rios. Tal grupo, conforme Cruz (2007), era o alicerce do “Sindicato de Pistoleiros de Aluguel”, com sede em Ji-Paraná, na década entre os anos 1970 a 1980.

O processo de constituição e estruturação do MST em Rondônia ocorreu entre os anos 1984 a 1989. Neste período, o grupo que articulava o Movimento no Estado, transitava entre o Departamento Rural da CUT, dos debates da CPT, e direta ou indiretamente apoiava a luta dos posseiros. Um dos marcos originários deste processo tem início com a ocupação da Fazenda Aninga, à época, no município de Ouro Preto do Oeste. Foi um processo longo de ocupações, repressões e despejos (1984 a 1990). No entanto, estas primeiras mobilizações ajudaram a estruturar as bases do MST na região, onde hoje estão os assentamentos Palmares e Margarida Alves (Nova União). No ano de 1985, uma delegação de Rondônia participou do 1º Congresso do MST, em Curitiba, e assim, no final de 1988, em um encontro ocorrido em Vilhena, donde participaram inclusive lideranças nacionais do movimento e organizações de apoio, como CPT e Sindicatos, é que foi oficialmente lançado as bases de constituição do MST em Rondônia (MARTINS, 2009; SOUZA, 2011).

Das primeiras lutas, registra-se a ocupação promovida na região de Machadinho, com características ainda de pouca organização (1988), na Fazenda/Mineração “Oriente Novo”, em Machadinho do Oeste. Havia ainda muito a aprender e essa ocupação acabou enfraquecida e desmobilizada principalmente por muitas perdas em razão da malária. O acúmulo e o aprendizado da experiência ajudaram ao Movimento a organizar. Desta forma, se concretiza aquela que seria uma das mais simbólicas ocupações do MST, na Fazenda Seringal (1989), em Espigão do Oeste, que viria a se tornar Assentamento 25 de julho. Nos anos seguintes, um processo intenso de mobilização e ocupações (Parecis, 1992; Ouro Preto e Nova União, 1995), resultaram, ao final, na criação de 03 Projetos de Assentamento, consolidando assim, naquela região (Ouro Preto do Oeste e municípios vizinhos) a base central do MST no Estado: Assentamento Zumbi, 1996, Assentamento Palmares, 1996 e Assentamento Margarida Alves, 1997, beneficiando próximo a 700 famílias assentadas (MONTEIRO, 2004; MARTINS, 2009; SOUZA, 2011).

No processo de estrutura e fortalecimento, o MST também se fará presente, no apoio à luta pela terra no Cone Sul do Estado, sobretudo na região de Corumbiara, característico por fazer parte de uma região-polo de grandes concessões públicas de terra e do berço do agronegócio no Estado. Naquela região as primeiras lutas contaram com uma forma de organização pontual, espontânea, por parte dos trabalhadores, e ainda com forte apoio da Igreja e do movimento sindical. Sob forte repressão, a resistência custava caro aos grupos, que além de despejos, também enfrentavam a violência física por parte da repressão privada e contratada, por meio de bandos armados. (MARTINS, 2009). Nestes casos, como nas demais regiões, a atuação do Estado sempre amparava as pretensões do latifúndio. No entanto, do

conflito ocorrido, da ocupação Vitória da União (1979-1981), nasceu o assentamento no ano de 1986. Na ocupação da fazenda Verde Seringal/Fazenda Guarajus (1980-1983), o assentamento foi criado em 1988, e na Fazenda Adriana (1990-1993), onde já se fazia presente o apoio das lideranças do MST, o assentamento, pela via da desapropriação do imóvel, foi criado em 1993. Ao todo, nestas três áreas de luta e resistência, no cone sul do Estado, conforme Martins (2011), mais de 800 famílias foram beneficiadas. O MST, a CPT e os Sindicatos de trabalhadores rurais da região, fizeram da ocupação e resistência Adriana, um marco de organização fundamental, que serviria de inspiração e motivação para, pouco mais tarde a Ocupação de Santa Elina, onde ocorreu o “Massacre de Corumbiara”, em 1995.

Muitas vezes, a “forma-ocupação”, assumia também uma dimensão instrumental, na política de negociação. Foi através da ocupação Lambari (MST), no município de Espigão do Oeste, no ano de 1990, em meio a ameaças e um pressões organizadas que se conseguiu, negociadamente, a de outro imóvel, em Ariquemes (Assentamento Migrantes), onde as famílias foram assentadas (FERNANDES, 1999).

A expansão territorial das ações coletivas do MST, em meados da década de 1980 em diante, confirmava o fim, e em grande parte os equívocos dos Projetos de Colonização Dirigida implementados pelo Incra de 1970-1984. Sinaliza também o “fim do encanto” com a terra prometida, uma vez, que vai ficando cada vez mais distante, para as famílias dos colonos-migrantes, a expectativa de obterem seus lotes. Este, na verdade, era o cenário da luta dos camponeses por toda a região amazônica. Explica-se, portanto, no primeiro momento, a tática de apoio pontual à luta existente, protagonizada pelos posseiros, seja pela articulação pastoral da Igreja, seja por setores embrionários dos movimentos. (SOUZA, 2011).

A ocupação da fazenda Santa Elina, em 1995, há que ser tomada como um marco histórico referencial, também para os movimentos sociais do campo, em Rondônia. Já exaustivamente analisado, sob muitos enfoques, o acontecimento do “Massacre de Corumbiara”, ocorrido em 09 de Agosto de 1995, sinalizou, pela primeira vez, a divergência de pensamento e estratégias de atuação em relação à luta pela terra. Conforme Martins (2009), o desentendimento sobre a viabilidade da ocupação, enquanto estratégia, afastaram tanto o apoio do MST quanto da CPT, em relação à ocupação. No entanto, o acontecimento “Santa Elina”, daquele agosto de 1995, forjou, na consciência nacional, uma outra sensibilidade em relação à questão agrária. Igualmente mobilizou a opinião internacional, desnudando o contexto de contradições políticas, assim como a ação refinada do patrocínio da violência pelo poder do latifúndio. No caso, não se trata apenas de nomes, como o de Hélio Pereira de Moraes, beneficiado pela transferência pela União de 20 mil hectares de terra, ou de Antenor

Duarte, quem conjuntamente idealizou e subsidiou a ação da pistolagem, onde jagunços e militares agiram conjuntamente. A ação arquitetada do massacre contou com amplo e logístico apoio do governo do Estado à época (Valdir Raupp), e suas Secretarias operacionais (MARTINS, 2009).

A tabela abaixo, sem a pretensão de totalizar os processos de luta dos movimentos sociais do campo, busca elencar os principais conflitos ocorridos no período de 1970 a 1995. Toma-se o recorte, do ano em que ocorre o “massacre de Corumbiara”, pelo fato de que, este trágico acontecimento, representou de forma prática e simbólica, um “despertar do debate agrário”, no cenário nacional. Não ignorando outras formas de enfrentamento, sobretudo na violência sofrida pelos povos indígenas, a opção pelos conflitos no campo, no seio dos projetos de colonização, destina-se, a pôr em evidência, as próprias contradições de tal projeto.

Três formas principais de organização/resistência, caracterizavam as lutas por terra na década de 1970 e 1980: a ocupação “espontânea”, a ocupação controlada e a ocupação organizada (CPT/RO, 1991). A ocupação “espontânea”, tratava-se de pequenos grupos que, sem conhecer as implicações e consequências da luta, enfrentavam as dificuldades. Em geral, muitas destas ocupações, acabavam sendo expulsas sem qualquer forma de resistência. Ocupação controlada, tratava-se das ocupações em que a coordenação estava, em regra, centralizada em uma das lideranças, sendo que esta era dirigida por alguém de fora, que poderia ser um parlamentar ou parlamentares que acabavam interferindo no movimento para fins eleitoreiros. Por fim, a ocupação organizada, que contava com uma coordenação assumida pelos próprios posseiros, com o apoio de um ou outro sindicato combativo e da Igreja.

Em partes, concorda-se com tal distinção, defendendo porém uma classificação mais ampliada do fenômeno em termos de “mobilização autônoma ou espontânea”, que seriam grupos organizados para fins pontuais, localizados; “mobilização organizada”, onde a mobilização detinha um componente político, com uma coordenação e com fins mais ampliados.

Em relação aos processos de resistência em si, em concordância com Bernardo Mançano (1999), ao referir-se ao duplo processo de espacialização (inserir-se registrar-se no espaço) e na territorialização (socialização política) das lutas agrárias. Desta forma, pelas ações concretas, por meio de ocupações, manifestações e mobilizações, se inscreve no espaço, o processo. E pela territorialização, tendo a ocupação como condição, se trava a luta política, simbólica, é onde a luta é politizada.

Tabela 4: Territorialização das resistências em Rondônia (1970-1995)

Luta pela terra em Rondônia (Anos 1970 – 1995)				
	Local	Imóvel/Empresa	Formas de resistência	Período
1	Ji-Paraná/Alvorada do Oeste	Colonizadora Calama	Posse	1964-1982
2	Espigão do Oeste	Itaporanga Colonizadora (Grupo Melhoranza)	Ocupação/posse	1966-1976
3	Ji-Paraná	Posseiros Rio Urupá	Posse	1978
4	Espigão do Oeste e Cacoal	Projetos de Colonização/Madeiras	Território indígena (Suruís)	1970-1989
5	Presidente Médici	Seringal Muqui (José Milton de Andrade Rios)	Posse	1970-1980
6	Ariquemes	Fazenda Nova Vida (Irmãos Arantes)	Posse	1973-1979
7	Porto Velho	Guaporé Agro-Indústria S.A (Gainsa)	Posse	1973-1980
8	BR 429 (abertura)	Projetos de Colonização	Território Indígena (Uru-eu-wau-wau)	1974 em diante
9	Jaru	Seringalistas/Seringueiros	Território Indígena (Uru-eu-wau-wau)	1974
	Presidente Médici/Castanheiras	Igarapé Grande (Fernando Iberê x Posseiros)	Ocupação/Posse	1976
10	Rolim de Moura	Fazenda Reunidas	Posse	1976-1986
11	Pimenta Bueno/São Felipe	Fazenda São Felipe	Ocupação/posse	1977-1988
12	Cacoal/Rolim de Moura	Gleba Prosperidade (Grupo Bonanza)	Ocupação/posse	1978-1979
13	Colorado do Oeste	Fazenda Verde Seringal	Ocupação	1978-1983
14	Pimenta Bueno	Abaitará	Ocupação/posse	1978
15	Ouro Preto do Oeste	Comissão Pastoral da Terra (camponeses)	Organização/Movimento	1979
16	Colorado do Oeste	Fazenda Guajarus/Vitória da União	Ocupação	1979-1981
17	Ariquemes	Seringalistas/Garimpeiros/Seringueiros	Território Indígena (Uru-eu-wau-wau)	1979
18	Colorado do Oeste	Fazenda Cabixi	Ocupação/posse	1981-1982
19	Monte Negro	Igarapé Nova Floresta/Garimpeiros clandestinos	Território Indígena (Uru-eu-wau-wau)	1982
20	Ariquemes	Projetos de Colonização/Garimpo	Território Indígena (Uru-eu-wau-wau)	Década de 1980
21	Alvorada do Oeste, São Miguel, Urupá	Projetos de Colonização/Garimpo	Território Indígena (Uru-eu-wau-wau)	Década de 1980
22	Urupá/Ji-Paraná	Agropecuária Candeias/Madeira Urupá (Grupo Zorzi)	Ocupação/posse	1983-1984
23	Chupinguaia	T.I Rio Omerê	Território Indígena (Akunsu-Canoé)	1980-1985
24	Pimenta Bueno	Fazenda Camapuã	Ocupação/posse	1983-1984
25	Ji-Paraná	Projetos de Colonização	Território Indígena (Povos Gavião e Arara)	1983-1986
26	Ji-Paraná	Articulação/Aliança Indígena (Gavião, Arara, Zoró, Cinta-Larga e Suruí)	Organização/Movimento	1984

27	Ouro Preto do Oeste/Nova União	Fazenda Aninga/Firasa	Ocupação	1984-1990
28	Cacoal	1ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas/União das Nações Indígenas (Suruí, Cinta Larga, Oro-Wari, Gavião e Mequéns)	Organização/Movimento	1985
29	Pimenta Bueno	Fazenda Pirajuí	Ocupação	1985
30	Ariquemes	1º Encontro Nacional de Seringueiros (Rondônia, Amazonas e Acre)	Organização/Movimento	1985
31	Seringueiras (Bom Princípio)	Projeto Primavera/Fazendeiros	Ocupação	1985
32	Pimenta Bueno	Fazenda Dimba	ocupação	1987
33	Costa Marques	Santa Fé (Pascoal Novaes x Posseiros)	Posse	1987
34	Costa Marques	Madeireiras	Território Indígena (Uru-eu-wau-wau)	1987
35	Jaru	Fazenda Belo Horizonte	Ocupação/Posse	1987
36	Ji-Paraná	1ª Romaria da Terra (tema: migração)	Organização/Movimento	1987
37	Alto Paraíso	Mineração Bom Futuro	Posse	1987
38	Machadinho do Oeste	Mineração Oriente Novo	Ocupação	1988
39	Vilhena	Fundação do MST/RO	Organização/Movimento	1988
40	Costa Marques	1º Encontro dos Povos da Floresta (Seringueiros, Extrativistas e Ribeirinhos)	Organização/Movimento	1989
41	Espigão do Oeste	Fazenda Seringal	Ocupação	1989
42	Ji-Paraná	Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua – ACARAM (fundação)	Organização/Movimento	1989
43	Ji-Paraná	2ª Romaria da Terra	Organização/Movimento	1989
44	Espigão do Oeste	Fazenda Lambari	Ocupação	1990
40	Colorado do Oeste/Corumbiara	Fazenda Adriana	Ocupação	1990
45	Alta Floresta do Oeste	Área Indígena Mequéns x posseiros	Território Indígena (Povo Mequéns)	1990
46	Ji-Paraná	Assembleia dos Povos Indígenas de Rondônia e Mato Grosso (várias etnias)	Organização/Movimento	1991
47	Ji-Paraná	Movimento dos Atingidos por Barragens em Rondônia – MABRO (Camponeses, indígenas, Sindicatos)	Organização/Movimento	1991
48	Ariquemes	Fazenda Shangrilá	Ocupação	1992
49	Ji-Paraná	Ato Anti-Barragens (diversas organizações camponesas, pastorais e indígenas)	Movimento /Organização	1993
50	Ji-Paraná	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO (fundação)	Organização/Movimento	1993
51	Ouro Preto do Oeste	Fazenda Triângulo	Ocupação	1995

52	Corumbiara	Fazenda Santa Elina	Ocupação	1995
----	------------	---------------------	----------	------

Fonte: Própria Autoria com base em: CRUZ, 2007; SOUZA, 2011; FELZKE, 2014; CUNHA e MOSER, 2010; MARTINS, 2009; PERDIGÃO e BASSEGIO, 1992; NOBREGA, 2016; ARQUIVOS CPT/RO.

3.3 Os processos de resistência e a ação articulada

Dentro da mesma dinâmica que caracterizou aquilo que José de Souza Martins retrata como avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão (MARTINS, 1997), o caso de Rondônia, a um só tempo, delinea uma dupla situação de enfrentamento e conflito. De um lado, na mesma lógica colonizadora, o conflito entre grandes latifundiários e grileiros e pequenos colonos e posseiros, de outro, entre estes grandes proprietários, madeireiros, grileiros e os povos e comunidades originárias, tradicionais.

Em grande escala, o projeto do Estado objetivava no destino, o estímulo à empresa rural e a grande propriedade. O pequeno colono, seria oportunamente incorporado, e o colono-migrante, que se aventurou em busca de seu sonho, ainda que fosse um desvio de rota, poderia ser, posteriormente incorporado. De qualquer forma, medidas foram tomadas para conter as migrações e o Estado judicial e policial foi ativado para manter imune as grandes pretensões propretárias¹⁸. A luta dos povos originários, sobretudo indígenas, foi, por muitos meios silenciada. Se alguma repercussão teve, foi muito mais pelas barbaridades do extermínio e pela repercussão de agentes internacionais.

Anota-se, então, que a dinâmica compreendida como “territorialização das lutas”, refere-se, para fins de análise, mais aos fenômenos ocorridos à frente pioneira, ou seja, no bojo dos processos e projetos de colonização. Representa assim, tal contexto, o tempo da transformação da terra, na lógica tanto estatal, quanto mercadológica, ou seja, vinculada aos modos de produção e relações capitalistas. Impõe-se, nesta dinâmica a construção e organização do espaço social nos moldes negociais. Para tanto, a terra se torna negócio/mercadoria, legitimada em regra pelo estatuto da propriedade privada e seus determinantes (SILVA, 2015).

Desta forma, as lutas retratadas no item anterior, ainda que exponham estes desencontros históricos, refletem um processo de resistência e enfrentamento que ajudaram a

¹⁸ Entre estas medidas destaca-se a contrapropaganda patrocinada pelo Governo, a partir da segunda metade da década de 1970, buscando demonstrar o caos cotidiano dos migrantes em Rondônia, o que revelava um verdadeiro paradoxo. Além disto, medidas governamentais foram tomadas no sentido de “fechar fronteiras”, inclusive por meio de decreto-lei federal, autorizando o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem a barrar entrada de migrantes ilegais em direção à Rondônia. Para maior aprofundamento consultar Nóbrega (2016).

moldar a consciência política nos anos posteriores. Foram estes enfrentamentos que contribuíram para gestar as bases possíveis para uma melhor organização e consciência de classe, bem como forjar, pela própria autocrítica, a consciência da necessidade de uma luta mais ampliada, no horizonte futuro. É nesta dinâmica, que começam a se articular os processos de apoio e alianças, assim como a criar bases para que estas articulações pudessem atuar, de forma mais qualificada, em outros ambientes ou espaços de participação.

Desta maneira, outros atores comparecem neste cenário, seja em forma protagônica, seja no apoio e nas mediações. O papel da Igreja foi fundamental neste momento, uma vez que representava, no contexto, não apenas como um fator de agregação, mas também por envolvimento direto em parceria com as lideranças. Tal atuação, inclusive, projetava uma maior visibilidade ao que acontecia no meio rural, os processos de resistência e os dramas sofridos pelos migrantes, colonos, posseiros e povos indígenas.

Sob tal percepção, passou-se a considerar não somente a ação prática e a mobilização, como instrumentos, mas também o processo de formação e capacitação, através do conhecimento dos próprios direitos e qualificação em relação às ferramentas de denúncia e atuação junto aos órgãos públicos.

Em regra, este trabalho de acompanhamento, assessoria e articulação, no caso de Rondônia, sempre foi assumido pela Comissão Pastoral da Terra, que é formada no Estado, no ano de 1979, na cidade de Ouro Preto do Oeste, através do Pe. José Simionatto, Ir. Augusta, Ir. Antonieta e várias lideranças das comunidades de Base. Na esfera institucional, a CPT foi sempre estimulada e apoiada pelos bispos das três dioceses do Estado, mas sobretudo por Dom Antônio Possamai, que esteve à frente da Diocese de Ji-Paraná, entre os anos de 1983 a 2007. Entre outras atuações da CPT, na segunda metade da década de 1980, a denúncia insistente do trabalho escravo em vários municípios da região, sobretudo no cone sul do Estado (CPT/RO, 1989).

Revisitando a genealogia dos organizações e movimentos sociais do campo, em Rondônia, plausível reconhecer que, no primeiro momento, a luta pela posse da terra, teve muito forte este *ethos* camponês¹⁹ de enfrentamento ao latifúndio. Isso se dava pela

¹⁹ Conforme Murta (2014) o *ethos* camponês manifesta-se em um conjunto de valores externados nos elementos terra, família e trabalho. A categoria terra é compreendida como espaço social da família e não mero bem ou mercadoria. O trabalho expressa a integração da força familiar e sua potencialidade transformadora. Vincula-se ao sustento da família. E a família, para além de ser uma unidade de produção, manifesta-se como núcleo aglutinador, a base orgânica e social camponesa. Todas estas categorias se entrecruzam. João Carlos Tedesco (1998), indica que é a propriedade da terra e a autonomia do trabalho, os elementos fundamentais da constituição deste *ethos* camponês, que também chama de *ethos* colono. A representação como camponês, simboliza também uma marca de resistência identitária, que legitima este camponês no momento em que se vê efetivada sua subordinação ao modo de produção do capitalismo. A natureza deste *ethos* camponês, enfim,

resistência estruturada em torno do núcleo familiar, contra os empreendimentos rurais (empresas), que simbolizava naquele momento a expulsão, a miséria e a destruição do sonho.

Já àquela época, algumas análises apontavam para uma realidade, que mais tarde viria a ocorrer como fenômeno no campo, a questão da pecuarização x agricultura camponesa. Martins (1980), acentuava que uma “vaca amazônica” significava a expulsão de uma família inteira de posseiros, uma vez que ela ocupa a mesma área que este posseiro precisaria em um ano para prover o sustento da família e inserir o excedente no mercado. Desta forma, a expulsão dos colonos, ou posteriormente a inversão da agricultura para a pecuária, incidiria na expulsão dos posseiros, desemprego, precarização das suas condições de vida (MARTINS, 1980, p. 24).

Objetiva-se o esforço por esta investigação, portanto, em ser uma negação contra as tentativas de homogeneizar discursivamente as contradições históricas, muitas vezes permeadas por lacunas e silêncios. Assim, à evidência, é preciso insistir que Rondônia não é uma terra sem passado, muito menos não se pode ignorar processos de luta e resistências, como se parecessem não existir ou existindo apenas no silêncio. E portanto, a ruptura contra o “silêncio das genealogias” é também a insurgência contra o “silêncio dos vencedores” (OLIVEIRA, 2000). Em outras palavras, a memória²⁰ revolvida, no chão do esquecimento, é condição de análise essencial, sobretudo contra os processos de colonialismos perpetuados, que alimentam e estruturam a identidade dos segmentos dominantes. Neste campo, a identificação destas lutas ajudam a decifrar os processos contemporâneos de enfrentamento, resistência e mobilização.

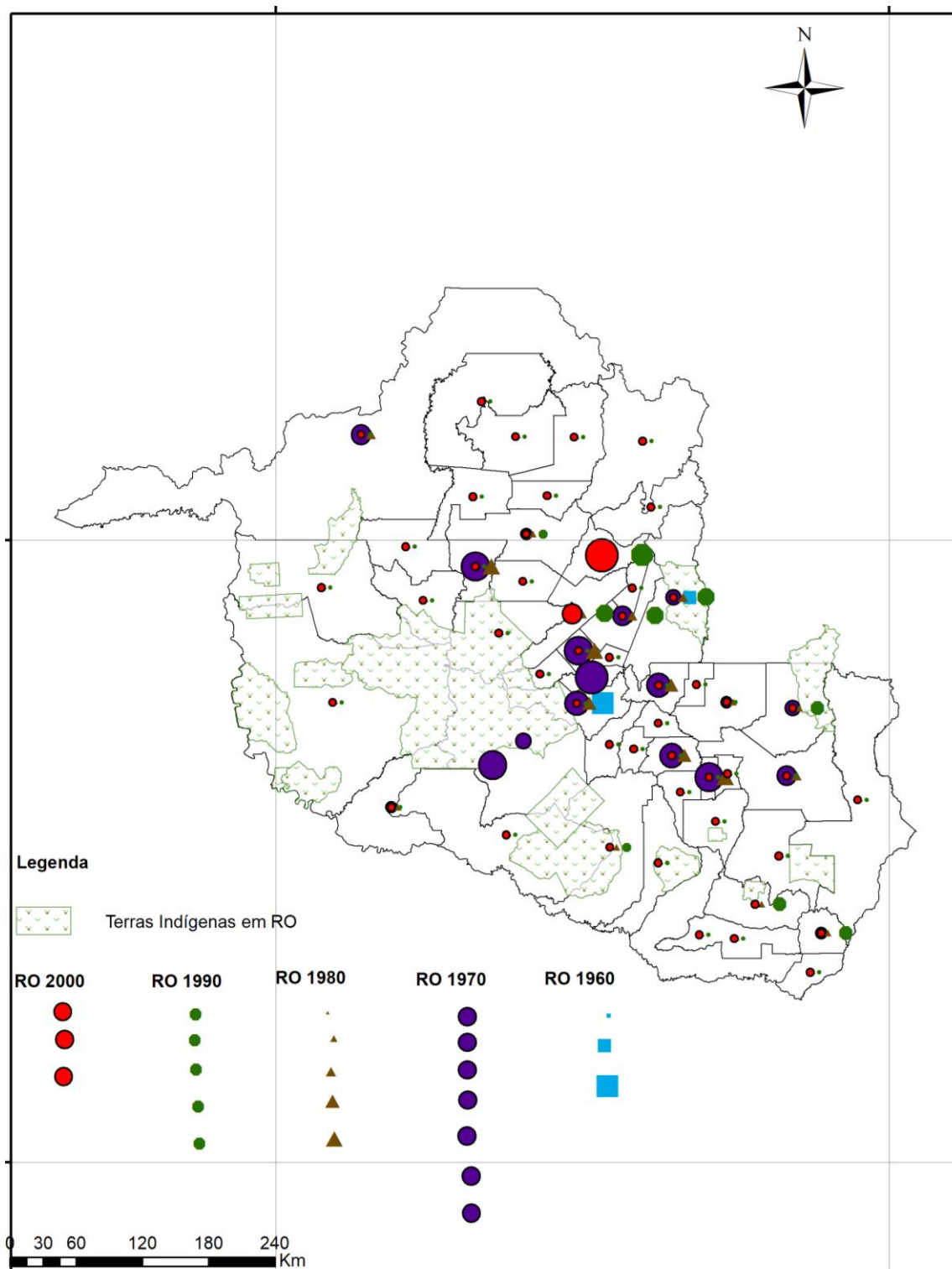
À luz destes requisitos, compreende-se que a ideia de territorialização das lutas camponesas, no contexto, revela importantes significados. Primeiramente, expõe as contradições e ambiguidades das políticas estatais e governamentais. Em segundo lugar, revela no plano circunstancial e no acúmulo das ações, o enfrentamento das ações do capitalismo no campo. Seja pela apropriação indébita de terras públicas (grilagem), seja pelo modo de produção capitalista: agronegócio e monocultivo. Em terceiro lugar, a

firma-se nas relações familiares e na convivência (sociabilidade), de forma dinâmica e (re)construtiva, não sem tensão, em relação ao passado e aos processos com relação à sociedade que o engloba. Para maior aprofundamento sobre o debate, inclusive sobre a noção de “diferenciação social camponesa”, ver Ricardo Abramovay (2007).

²⁰ A ideia de memória, enquanto instrumental de abordagem e compreensão dos fenômenos humanos, aqui se ampara em importantes autores contemporâneos que utilizam distintas categorias como “camadas” de memória, memórias subterrâneas, memória enquanto produto social e investigação da memória não como versão, mas como narrativa. Para maiores aprofundamentos sobre esta forma de abordagem, ver: Elcléa Bosi (2003), Alessandro Portelli (2016) e Verena Alberti (2004).

territorialização das lutas camponesas, traduz a afirmação concreta e simbólica do anseio da democratização da terra e do trabalho, elevando tal situação ao patamar de um direito social a ser conquistado.

Figura 2: A territorialização das lutas de resistência dos Anos 1970-2000



Fonte: Ricardo Gilson da Costa (adaptado) com base em: CRUZ, 2007; SOUZA, 2011; FELZKE, 2014; CUNHA e MOSER, 2010; MARTINS, 2009

Conforme o mapa, os conflitos dos anos 1970 e 1980, seguiram territorialmente o itinerário dos Projetos de colonização, expondo suas lacunas e equívocos. Devido ao intenso movimento migratório estimulado à época pela propaganda oficial, os grupos, organizados ou semi-organizados, entendiam que bastaria ao Estado destinar as terras arrecadadas, uma vez que eram públicas. Assim, a estratégia da ocupação e resistência na posse, vinculava inclusive a própria lógica de colonização objetivada pelo Estado. No entanto, pela adoção da prática de “reserva de terras”, a grupos de conveniência, os conflitos se tornaram iminentes. Em maior evidência na região centro sul do Estado (Ji-Paraná e região da bacia do Rio Machado), e no coração da experiência colonizadora, ou seja, na região central, onde tinha sido implantado o primeiro Projeto (PIC Ouro Preto), em 1970.

Assim vai se compondo no cenário, uma série de atores no processo de colonização, gestado no Território de Rondônia, nas décadas de 1970-1980. Coexiste nesta realidade, portanto, os colonos tradicionais, atraídos pela primeira propaganda oficial, os colonos que haviam sido atraídos pela especulação imobiliária da Colonização privada, e a imensa leva de migrantes-colonos, que em um segundo momento, ainda pela propaganda e pelo “boato”, dirigiam-se à Rondônia, em busca de realização do sonho da terra. Em tudo isso, agindo, permissionando ou se omitindo, o Estado constrói e reproduz a lógica da colonização, na moldura anteriormente planejada, uma vez que reúne poder (intencionalidade) e condições objetivas para tanto.

Hebétte (2004), ao analisar o papel deste sujeito institucional na colonização, o Incra, dirá que tal órgão funciona como o Estado dentro do Estado. A função de selecionar, demarcar e abrir estradas, além de propiciar assistência (saúde, educação, comercialização), era do Incra, pelo menos em teoria. Na prática a história era outra. Ainda que a intensa mobilidade migratória, fosse argumentada como justificativa para a inefetividade do órgão, não subsiste o argumento, sobretudo em vista dos vultosos repasses, mobilizados pelo Programa do Banco Mundial – POLONORESTE (SOUZA, 2006).

A geopolítica da colonização de Rondônia firmava-se na materialidade estrutural daquilo que o Estado considerava estratégico: continuidade à frente de expansão e pioneira, para além do Mato Grosso. Implementou-se, para tanto, a construção da Rodovia (BR 364), e, reservou grande contingente de áreas públicas a serem arrecadas pelo Estado (COY, 1986). No entanto, para além destas condições materiais, o que fundamentaria o empreendimento dirigido ou tolerado pelo Estado, é fundado em outra lógica: instrumentalizar, pelo processo de colonização, as condições de implementação da

empresa rural. Para tal, serão criadas ou manejadas, as condições possíveis para a estruturação do capitalismo numa região de fronteira, que poderia ser, portanto, a fronteira do agronegócio. Desta forma, de 1970 a 1984, em definitivo, a colonização foi a contrarreforma-agrária. Ao mesmo tempo que contribuía para “despolitizar” a questão agrária, candente no sul do país, viabilizava-se o latifúndio, sem traumas e sem dor (SANTOS, 1993).

Pelos diversos enfrentamentos e formas de resistência, seja na luta dos camponeses, seja nas formas mais organizadas dos movimentos sociais do campo, a questão agrária, assim como seu forte apelo de transformação social, assume um caráter político. Ainda que inserida na pauta desenvolvimentista da “modernização conservadora”²¹ do ruralismo patronal, as lutas por reforma agrária na Amazônia, desmentiram o “Estatuto da terra” e seus intérpretes. A aniquilação da reforma agrária pelos projetos de colonização ressuscitava a velha lógica do latifúndio, de reformar para que tudo permaneça como sempre foi, ou de modernizar a retórica num reacionarismo prático, para que a dinâmica patrimonialista persista.

No caso de Rondônia, a expansão do agronegócio, pela via da pecuarização e do monocultivo da soja, ganham cada vez maior contorno. As estratégias econômicas, como também a gestão estatal, atualmente, opera as políticas públicas, que reeditam a reprimarização econômica, pela objetivação da matéria prima à disposição: boi e soja. E assim, sob tal lógica, monopoliza-se ou reordena o território, ao passo que se avultam as contradições deste modelo, sobretudo pelos conflitos socioterritoriais ou agrários (SILVA, 2015). Paradoxal que, políticas e subsídios de proteção à produção e comercialização de tais bens, são editadas com prioridade, a despeito das demandas sociais.

A ideia de refazer o itinerário daquilo que se chama de genealogia dos movimentos sociais do campo, insere-se na percepção de que, há muito a ser desvendado (tirar a venda), dos processos instituídos, feito consenso, na forma como se descreve a colonização. Fato é que, grosso modo, resguardadas as variáveis, o modelo de ocupação, pela via colonização, reproduziu o que há de congênito nestes processos: não reconhecimento das realidades e

²¹ Dois autores são tomados aqui como referência para aplicar o conceito à questão da colonização amazônica: Guimarães (1977) e Azevêdo (1982). A lógica da modernização conservadora, no caso da reforma agrária, anula-se seu sentido, uma vez que o objetivo é a produção da agropecuária e da renovação tecnológica, sem alterar a estrutura agrária no país. Por outro lado, a “modernização conservadora” sinaliza também pra o interior do Estado, sendo que é lá que se vincula os compromissos da nova com a velha elite no poder, criando assim interditos ao acesso das classes sociais às instâncias de decisão do Estado.

sujeitos locais (invisibilidade), o sentido instrumental feito missão civilizadora, e a imposição do silêncio, uma vez que a alteridade é negada, entre outras.

Esta cultura da colonização é performativa e molda ainda hoje, não só as formas de ocupação ou a territorialização objetiva do capital, como também elabora e emoldura as mentalidades, o imaginário. Desta forma, perscrutar pelos caminhos das origens, é também uma forma de ruptura com os “contos e narrativas oficiais”, instituídas, para que, desvencilhando do “lugar comum”, da zona de conforto, evite-se claudicar, intelectual e politicamente na interpretação dos acontecimentos.

Isso, por óbvio implica em não aceitar como “normal” o que foi naturalizado: extermínios físicos e culturais dos povos originários, “silenciamento” escarnecedor ante as atrocidades cometidas no campo, cumplicidade ante uma racionalidade embrutecedora e persistente, travestida das formas mais “cosméticas” possíveis. Por isso, a ideia da genealogia, enquanto busca por uma “outra história” dos movimentos sociais do campo, no sentido de ouvir as vozes silenciadas.

Mais do que tratar nosso passado como prólogo, realça-se a importância de observar estes processos de colonização, tanto no discurso, quanto na prática, e localizar as ausências. Ao acionar tais elementos, é que se percebe de forma mais clara, fenômenos que foram relegados ou então subalternizados.

Tais fenômenos se corporificam em sujeitos coletivos que tiveram suas vozes abafadas pelas narrativas institucionais. No entanto, insistem em permanecer, existir e expressar suas memórias insubordinadas, seus gritos de resistência. É a passagem de uma polifonia ensurdecida para a “emergência” das falas, contra o silêncio²². No entanto, sabe-se que, mais que resgate histórico, fundamental é problematizar tais “emergências”, caminho possível de acolhimento de outros olhares, outras perspectivas.

Vale aqui, neste momento, referenciar Michel Foucault (1979), no sentido de elucidar esse processo de reconstrução do conhecimento, na perspectiva, de buscar perceber, nestas origens, indicativos e luzes para interpretar o hoje das lutas dos camponeses:

²² Conforme Djamila Ribeiro (2017), é fundamental pensar em “outros lugares” de fala, uma vez que secularmente, as comunidades, sujeitos coletivos e grupos subalternizados, “foram falados” e não falaram. Esta alternativa supõe aquele que fala por si, que é sujeito da fala e não seu objeto. Foi, por sinal, graças à essa “fala sozinha” que se constituíram as hegemonias. E tais hegemonias fundaram-se em opressões, que por sua vez criaram hierarquias. Assim, é que coletividades e grupos explorados foram oprimidos para manter tal hierarquia. A ideia de lugares múltiplos supõe vozes múltiplas, possibilitando pensar em outra epistemologia, que nasce justamente destes outros lugares, destas outras falas. Para maior aprofundamento, ver Djamila Ribeiro (2017).

Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais. Nesta atividade, que se pode chamar genealógica, não se trata, de modo algum, de opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos e de desclassificar o especulativo para lhe opor, em forma de cientificismo, o rigor de um conhecimento sistemático. Não é um empirismo nem um positivismo, no sentido habitual do termo, que permeiam o projeto genealógico. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 1979, p. 152).

Por fim, é necessário constatar que, especificamente no processo de colonização em Rondônia, no período de 1970 a 1984 (Colonização dirigida), coube ao Estado a gestão da destinação das terras, do controle²³ e seleção das famílias, inclusive destinatários de créditos. É o Estado que cria, produz e reproduz, formas assimétricas na dinâmica das relações sociais no campo. Mas também é este Estado que, quando lhe convém, coopta lideranças da sociedade, ou mesmo, cria lideranças e as “ocupa” no aparelho de Estado da região (BECKER, 1990).

Por outro lado, como já demonstrado, a ação da população também retrata seu poder e influência, através das lutas e resistências, através do movimento associativo, mas sobretudo na força organizacional, espontânea ou articulada na luta pela terra, e diante dos conflitos. Se é possível dizer, que nestas interações, se reproduz ou mantém-se o espaço para a integração da organização do capital? Sim, mas não mesmos moldes, e nem sempre sob as mesmas inspirações.

O espaço agrário/agrícola, então, será o espaço-lugar, não só onde o transcurso da história se mostra, mas também onde se constituem os atores sociais e os espaços de relação (SANTOS, 2001, p. 80). É neste espaço, ainda, que hegemoniza uma “lógica exógena”, ou seja, onde se anuncia o discurso da integração, desde que mantida a estrutura substantiva da desigualdade. Igualmente, neste espaço processa-se uma “dialética exógena”, uma vez que se trata de um espaço onde coexistem diferentes perfis e interesses, com expectativas igualmente distintas. Neste cenário e sob tais determinantes, as lutas sociais do campo materializaram-se em distintas organizações e movimentos sociais, conforme tabela abaixo.

²³ Questiona-se se este controle não objetivava estrategicamente, propiciar as condições adequadas à transformação do excedente migracional em reservas de subsistência e mão-de-obra para os empreendimentos agropecuários na nova fronteira agrícola (TURCHI, 1981). Além disto, reflete-se que a política institucionalizada deixou a grande maioria dos camponeses migrantes relegados à própria sorte, tendo que encontrar soluções por seus próprios meios. Isso tornou-se evidente, uma vez que a “política de contrarreforma agrária”, objetivava apenas a monopolização das terras aos grandes negociantes, grileiros e empresários. Ver neste sentido: (MOSER e ERNESTO, 2016).

Tabela 5: Relação das principais organizações do campo em Rondônia e ano de fundação

Organização)	Ano
Comissão Pastoral da Terra – CPT/RO	1979
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	1988
Articulação Central Assoc. Rural de Ajuda Mútua – ACARAM	1989
Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto – APA/OPO	1992
Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO	1993
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA/RO	1995
Movimento Camponês Corumbiara – MCC	1996
Liga dos Camponeses Pobres – LCP	2000

Fonte: Própria Autoria, 2017

3.4 Mapeando a pesquisa: formas de abordagem e localização temporal

Ao se pensar em uma abordagem em que se pudesse levantar informações, dados e percepções dos movimentos sociais do campo em Rondônia, sabia-se da complexidade do tema, mediante os inúmeros fatores que poderiam motivar uma abordagem investigativa e exploratória. Por isso, pensou-se em demarcar um território específico de atuação dos movimentos sociais do campo, dando ênfase ao objetivo de buscar compreender como tais movimentos se percebem e compreendem o Estado, na dinâmica e complexa teia de relações, em especial quanto ao processo de implementação das políticas de Reforma agrária.

A investigação, *prima facie*, pautou-se por uma abordagem qualitativa, buscando exaurir a perspectiva subjetiva, na coleta das impressões contidas nas narrativas dos entrevistados. As entrevistas pautaram-se por questionários abertos à nível pessoal, mas também na coleta de impressões manifestas em distintos espaços coletivos. A flexibilidade da abordagem considerou também a provisoriedade das conclusões, uma vez tratar-se de um fenômeno, com variáveis e interconexões, demonstrando assim, a complexidade do objeto observado.

Sem aprofundar detalhes ou adentrar no debate teórico-metodológico, a quantificação (160 entrevistados), na presente pesquisa, permeou-se por uma abordagem circunstancial. Isso quer dizer que procedeu a sondagem junto à participantes, militantes e lideranças, oportuna e aleatoriamente interpelados, e que pudessem e quisessem opinar sobre o assunto. Circunstancial, portanto, pelo fato da situação (realidade camponesa e agrária) e condição (agentes, participantes ou militantes de movimentos social do campo). Entre tantos elementos que compõem o fenômeno analisado, a relação estabelecida entre Estado e movimentos

sociais, é um destes elementos, que necessariamente vincula-se aos contextos próprios e vividos pelos participantes dos movimentos, em perspectiva dinâmica e construtiva.

Para tal procedimento, amparou-se em determinado número de entrevistas e coletas de dados, informações que visassem dar legitimidade, sem o hermetismo do tratamento estatístico, ou condicionado por uma pretensão positivista de generalizar resultados. Assim, o tratamento e a abordagem qualitativa, elegida, de forma a dar complementariedade à observação, volta-se para a percepção de que fenômenos sociais são dotados de especificidades.

É complexo pretender quantificar os fatos que envolvem, explícita e simbolicamente a ação humana. Assim, a interpretação há de considerar, além do contexto, a singularidade do fato, em sua interpretação. Mais que agrupamento de resultados colhidos, em conceitos ou categorias genéricas, é preciso ceder espaço ao campo da subjetividade, aos elementos simbólicos, às observações experienciais que, enfim, constroem, ordenam e sinalizam as “construções sociais” da atividade humana.

É necessário, ainda, dimensionar que a presente investigação traz consigo as características da pesquisa-ação e pesquisa-participação. Seja pela atuação do autor do trabalho, há anos, acompanhando a dinâmica dos movimentos sociais em Rondônia, seja pela sua atuação, seja na forma de intervenção específica, seja na forma de assessoria, junto à Comissão Pastoral da Terra, em Rondônia.

Assim, seja no sentido da vivência, do compartilhamento ou colaboração, a dinâmica da participação ativa junto aos movimentos, contribuiu para interpretação do fenômeno. Dinamicamente, pois, tal interpretação foi processada tanto em relação às experiências colhidas ou recolhidas, nas entrevistas, na participação de eventos coletivos e colegiados, quanto nos espaços dirigidos de formação, em âmbito regional, quanto nacional.

Quanto à abordagem exploratória, ensinam Armando Piovesan e Edméa Temporini (1995), que, para as Ciências Sociais Aplicadas, trata-se de um instrumental de pesquisa de natureza qualitativa e contextual. Implica em tornar-se familiar com o fenômeno que se quer investigar. Esta “familiarização”, sob a forma de recolhimento de amostras, dados e indícios, é fundamental para formular ou para verificar uma hipótese, ainda que produzida pelo senso comum. Ao mesmo tempo, tal proposta metodológica e pedagógica permite uma adequação em relação às questões que se quer dar ênfase. Neste sentido, a pesquisa exploratória, é também preparatória e objetivou-se pela coleta de impressões e avaliações no tocante ao comportamento dos movimentos sociais frente ao Estado ou à determinados governos.

Contempla, além da prática da observação e da descrição, a análise das dinâmicas interativas e comunicativas. É o mesmo que afirmar, que a compreensão das experiências humanas, se caracteriza justamente por este exercício de encontro e relacionamento. A partir daí é que se pode também compreender os contextos em que tais relações se implementam, as dinâmicas interativas e os efeitos que delas emergem: trocas, valores, simbologias, compartilhamentos e comunicação.

Desta forma, uma constatação essencial se baseia no fato de não haver, nem encaixar em um conceito ou uma categoria, os processos de interação entre os movimentos sociais e o Estado. Também não há homogeneidade na própria percepção, ou autodescrição, enquanto forma de apreensão ou tradução do fenômeno. Conseqüentemente, o tempo histórico e o contexto em que as ações se desenvolvem, faz modificar não só as ações, como as posições e opiniões dos sujeitos envolvidos.

Outra ponderação a ser estimada, ainda, é que não sendo unidirecional, a dinâmica de interação entre os movimentos sociais do campo e o Estado, acaba envolvendo múltiplas conexões. Essa polissemia, assim, desafia as generalizações clássicas que anteveem a explicação da relação dos movimentos sociais do campo e Estado apenas na clivagem da relação entre Estado e Sociedade civil²⁴. Seja no autorretrato dos movimentos sociais, seja na forma como compreendem a relação com o Estado, ou seja, na forma como este Estado compreende os movimentos sociais do campo, há inúmeros elementos que transcendem a divisão entre Estado e Sociedade civil como atores ou sujeitos distintos, atuando em separado.

Assim, o que se pressupõem é que, mediante o fenômeno humano das ações coletivas, qualquer generalização ativa uma suspeita epistêmica, cognitiva. Ainda que válidas, as categorias, enfrentam o desafio de tentar emoldurar condutas coletivas em algum encaixe semântico. Conceitos como confronto, conflito, desmobilização, cooptação, intervenção, entre outros, devem ser analisados no conjunto complexo e heterogêneo do fenômeno da ação

²⁴ A divisão Estado-Sociedade civil, discussão que surge com o nascimento do Estado moderno (iluminismo), pautou-se no questionamento, de um lado, da imobilidade social (submissão imposta) e de outro, do poder transmitido (origem divina). Em Gramsci, o Estado se retrata como um composto entre a sociedade política (espaço de instituições e controle) e a sociedade civil (esfera privada ou não estatal), onde são elaboradas e difundidas as ideologias: escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação, etc. No Estado se confluem os interesses da classe hegemônica, e onde esta hegemonia é revestida do poder de coerção. Desta forma, no Estado, operacionaliza-se um complexo de atividades, sejam práticas, normativas, jurídicas, que justificam a dominação da classe dominante. Resta claro, portanto, que para Gramsci, há uma conexão que associa o Estado, como instrumento de classe, mas, também como um lugar de disputa (pela hegemonia), e procedimento de unificação de interesses das classes dirigentes. Em resumo, para Gramsci, trata-se de um vínculo indissociável, uma vez que o Estado, enquanto referência, acaba se subsumindo na própria sociedade, em seus processos e contextos. A alternativa, justamente aí se encontra, em uma possível reabsorção do Estado pela sociedade civil, onde a hegemonia então, seja distinta da hegemonia fundada na dominação. Para maior aprofundamento consultar a obra “Escritos políticos” (GRAMSCI, 1976).

coletiva. A afluência da conjuntura no fenômeno coletivo implica afetação, dialética, assim como desconstrução e muito provável, a reconstrução de sentidos.

A pesquisa de campo²⁵ se configura ainda, como de caráter exploratório, ou seja, buscando estudar o fenômeno dos movimentos sociais, na forma como atuam, como se representam. Por isso foram levantadas algumas hipóteses, feita uma demarcação temporal, para a observação do caso concreto, seja no âmbito em que se constituem, na forma como se representam e nas maneiras como se relacionam com agentes externos, especificamente o Estado, através de suas autarquias. Assim, a meta prioritária, mediante a pesquisa de campo e coleta de dados visou a compreensão da ação de sujeitos coletivos, em um território específico, o campo, ou a área rural, para além das explicações dadas como evidentes ou amparadas pelo senso comum teórico, inclusive.

Desta forma, a metodologia adotada resultou em um desenho de pesquisa combinando elementos do método qualitativo e exploratório, concretizados nos seguintes instrumentais: 1) pesquisa documental junto à documentos e acervo em geral, especialmente junto ao Incra; 2) Entrevista em profundidade com atores-chave dos movimentos sociais do campo e servidores públicos²⁶; e 3) Levantamento e coleta de dados, em caráter qualitativo e exploratório, em eventos, reuniões, seminários e cursos, realizados pelos movimentos sociais do campo.

A pretensão que primou a pesquisa junto ao Órgão público, pautou-se pela observação do comportamento destes servidores em específico na relação entre Movimentos sociais do Campo e Estado, materializado no Incra. Entendia-se que o ambiente onde esta relação se efetivava era um campo a ser explorado e estudado, uma vez que um fenômeno social ali se desenvolvia, uma “cultura democrática/participativa” ali se estabelecia. Tratou-se de perceber este ambiente como um local de convivência e socialização. A presença dos Movimentos sociais do campo junto à Autarquia revelou-se como uma rotina (repertório) com um potencial recriador extremamente importante na leitura e análise da política agrária no Estado de Rondônia. Estabeleceu-se, pois, sob forma de costume, determinados comportamentos que

²⁵ Informa-se que o objeto específico na pesquisa de campo e colheita de dados dos movimentos sociais, miraram sobretudo na perspectiva de perscrutar a compreensão da relação Movimentos-Estado, no olhar dos participantes destes grupos e movimentos sociais em relação ao marco temporal delimitado nos “governos de esquerda” (2003-2016).

²⁶ Tais entrevistas tiveram um caráter de abordagem qualitativa e exploratória, no sentido de levantamento de dados, opiniões, tendências, que viessem, posteriormente ser analisadas sob critérios teóricos e analíticos. A escolha dos servidores se deu de forma espontânea e aleatória, mas envolvendo tanto aqueles “antigos” da casa (INCRA), quanto “novos”. Neste sentido, moldou-se também pela disponibilidade e oportunidade, assim como contou com entrevistas (gravadas e anotadas), seja daqueles que estavam na ativa, seja daqueles que já passaram pela autarquia. Ainda, em sede informativa, a pesquisa junto ao INCRA em Rondônia, contou também com análises comparadas de pesquisa, de caráter assemelhado, realizada na Superintendência Regional do Incra em Marabá (CASTRO, 2013).

vão sendo dinamizados enquanto processo de interação social. Em outros termos, um campo, onde conhecimentos, ideias, técnicas e procedimentos, vão se padronizando normativamente, numa teia complexa de interações, conexões e empréstimos mútuos.

Quem são estes servidores? São agentes públicos, concursados ou nomeados, desenvolvendo amplas funcionalidades. Distribuem-se por seções como, Gabinete, Sala da Cidadania, Ouvidoria Agrária, Secretarias, Divisões de desenvolvimento e obtenção, entre outras. Tratou-se, em sentido mais amplo, de um processo de sondagem com vistas a aprimorar o conhecimento sobre o processo interativo entre Movimentos sociais do campo e Estado, mas também, no sentido de investigar uma tendência, que ajudasse a compreender tal fenômeno. Assim, a observação resultou ser de caráter bastante flexível, buscando captar as impressões, as interpretações e as valorações destes servidores, no sentido de construir uma sistematização razoavelmente descritiva do fenômeno relacional observado. Como se tratou de uma abordagem objetivando uma pretensão qualitativa do fenômeno, concluiu-se pela preservação do anonimato daqueles que foram entrevistados, uma vez que o objetivo era projetar cenários e sentidos do objeto empírico.

A observação, portanto, objetivava a coleta de dados para uma abordagem qualitativa do fenômeno, sendo diversas as formas de obtenção dos dados. Assim, procedeu-se, seja em acompanhamento em reuniões com lideranças e membros dos movimentos, ou mesmo clientes particulares, conversas informais e entrevistas gravadas. Mas também, a obtenção dos dados foi oportunizada pelo acompanhamento em mobilizações, assim como acompanhamento de trabalho de campo, realizado pelos servidores, em algumas situações. De forma mais direta, procedeu-se, ainda a leitura e análise de documentos produzidos, diário de campo, áudio de entrevistas e reuniões gravadas, bem como também análise de relatórios, atas de audiência, de reuniões e análise de processos administrativos e judiciais. Contou, enfim, com a consulta à Associação sindical de servidores.

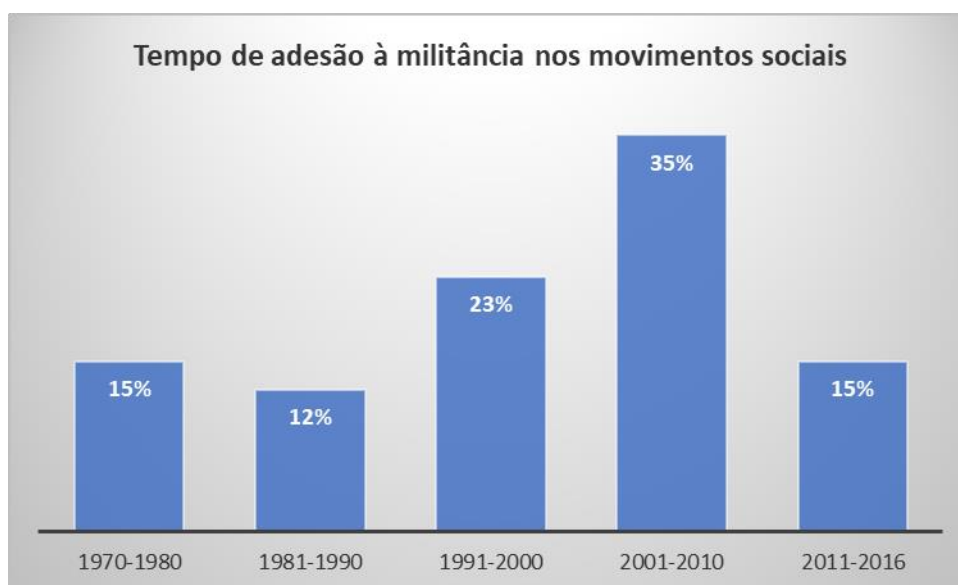
Na análise e sistematização, os dados recolhidos, a partir dos diferentes instrumentos metodológicos foram relacionados por temas. Desta forma, torna-se possível verificar a triangulação dos elementos ou evidências, e assim justificar ou legitimar os resultados obtidos a partir da investigação.

Foram realizadas 160 entrevistas entre pessoas que estão vinculados (diferenciadamente) aos movimentos sociais do campo: lideranças, militância e simpatizantes. A meta original foi de empreender 200 entrevistas, sem a pretensão de que tal número sinalize algum referencial de análise objeto-quantitativa. Em razão de questões de tempo e de que, algumas destas entrevistas ficaram incompletas, chegou-se ao número final, em razão da

completude das respostas às perguntas expressas no formulário. Para que pudesse manter um horizonte aberto para as análises, buscou-se, nas entrevistas, levantar um perfil dos entrevistados na perspectiva de inserção ou vínculos de origem e manutenção. Por isso, buscou indagar sobre o tempo que os mesmos passaram a atuar em algum tipo de movimento ou organização social do campo, ou que mantivessem em seus objetivos, aqueles correlacionados às demandas específicas do meio rural.

No gráfico abaixo, retrata-se, portanto, o tempo de adesão à militância dos entrevistados em relação aos movimentos e organizações sociais do campo em Rondônia. Para melhor visualização, optou-se, na sistematização em dividir essa categoria temporal em décadas, a fim, inclusive de perceber melhor os elementos de continuidade nos distintos contextos da recente histórica socioeconômica e política de Rondônia.

Gráfico 3: Adesão à militância



Fonte: Própria Autoria (adaptado) de Pesquisa de campo, 2016/2017

A maior parte dos entrevistados iniciaram suas atividades junto aos movimentos sociais do campo, entre o final da década de 1990 até 2005. No contexto, o Estado de Rondônia vive um período de forte mobilidade interna, ante a abertura de novas frentes agrícolas, ao passo que, nas áreas de colonização originária avança o modo de produção voltado para pecuária, o que ativa ainda mais o ciclo migratório. A abertura de novas frentes, tal qual antes, no adensamento da ocupação ao longo do eixo viário, reproduz a velha lógica do desmatamento irracional, da extração ilegal de madeiras, nomeado por muitos como “amansamento da terra”. Trata-se de um período de forte atuação dos movimentos sociais,

bem como de fortalecimento do associativismo, entre eles das associações com práticas de ajuda mútua.

Quanto à perspectiva da Reforma agrária enquanto política de Estado e de governo, há que se contextualizar brevemente, o radical recuo da política agrária no Governo Temer, a partir do segundo semestre de 2016. A consumação do golpe²⁷ mudou radicalmente a conjuntura da questão agrária. Assim, um conjunto de medidas passou a ser rapidamente implementadas, compondo os novos arranjos institucionais com as restrições orçamentárias, sobretudo em áreas sociais. Este contexto está intimamente associado ao empoderamento do espaço político da Bancada ruralista, como moeda de troca em relação ao seu apoio “incondicional” ao *impeachment*. Vislumbrava-se o cenário do enfraquecimento das políticas fundiárias.

Cumprindo uma agenda negociada de apoio no Congresso Nacional, junto à esta mesma Bancada ruralista, o governo editou a Medida Provisória nº 759/2016, camuflando a questão agrária com a questão da regularização fundiária urbana. Na narrativa oficial, a ideia foi imprimir transparência no processo de reforma agrária e regularização fundiária. Assim, apresentou-se entre os principais motivos, dar celeridade aos processos de privatização de terras públicas, via titulação, bem como “consolidar” os assentamentos, pela via da regularização, como principal mecanismo para emissão de títulos. (CLEPS JUNIOR, 2017).

Em breve, sob as “tramas internas” do Congresso Nacional, a Medida Provisória seria aprovada na forma da Lei nº 13.465/2017. Assim, uma política de titulação alterna um programa político de Reforma agrária, nos termos constitucionais (Reforma agrária de papel). Tal medida, em muito, conforme a contranarrativa dos movimentos sociais, reaquece o mercado de terras, facilitando o comércio de terras em áreas de assentamento.

Na Amazônia, a proposta imunizou a grilagem de terras, ao criar condições, a custo baixíssimo (10% do valor real), de regularizar extensas propriedades até 2.500 hectares de terras. Consumando tal proposta, o Governo Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e instituiu procedimentos administrativos que neutralizaram a participação dos movimentos sociais do campo nos procedimentos de indicação de áreas, cadastramento e seleção de possíveis beneficiários. A dinâmica proposta, objetivou, na prática, municipalizar ao máximo, os procedimentos de efetivação da política agrária.

²⁷ Muitas são as abordagens analíticas e interpretativas acerca do golpe de 2016. Em geral, tratou-se de uma insurgência daqueles que não aceitaram o resultado das eleições de 2014. Mas também há elementos que o classificam como “a retomada dos privilégios”, por parte de um setor da sociedade. Constata-se, portanto, que além de um golpe de Estado foi um golpe patriarcal, sexista, capitalista e midiático, com forte anteparo no Poder Judiciário. Para abordagem e análise mais aprofundadas, consultar Elen Cristina Gerales *et al.* (2016).

Sucedeu às alterações legislativas, os cortes orçamentários e a suspensão de programas de financiamento, como uma espécie de obituário político da Reforma agrária no país²⁸.

Neste sentido, os movimentos sociais do campo, em muito resultaram em “reféns do contexto”, vivenciando uma realidade que transitava entre a “confusão administrativa” ante às novas regras à espera de regulamento, e os processos de enfrentamento, tanto à nível nacional, quanto regional. A atuação dos movimentos sociais pautou-se, assim, por mobilizações em torno de agendas locais, enfrentando esta inação do Estado, corporificada na burocracia dos órgãos agrários. No entanto, os processos de resistência, enfrentamento e mobilização, mesmo no cenário adverso, permanecem. Afinal, esta contraofensiva roteirizada pelo governo, não é localizada, ou seja, advém desde os governos anteriores, também comprometidos com a lógica burguesa-patrimonial.

Portanto, naquilo que os movimentos sociais do campo têm, e mantêm, de específico, avançam em seus repertórios de ações coletivas, adequando-se aos atuais desafios. A inflexão, entretanto, no conjunto das ações organizadas, se deve muito mais à conjunção de dois fenômenos, que cada vez mais, vão se tornando expoentes: a radicalização da violência privada e patrocinada contra os movimentos sociais (despejos por milícias, assassinados, violência física), e a criminalização jurídico-policial dos movimentos sociais, em especial de suas lideranças. Essa, aliás, é a principal marca contemporânea na repressão aos movimentos sociais. Esta lógica de criminalização, inclusive, em regra, é precedida e preparada por uma ofensiva em meios de comunicação, no sentido de difamar a ação dos movimentos e qualificar suas ações como atos de subversão, baderna e ações criminosas (crime organizado).

3.5 Identificando as origens e a forma de organização coletiva

Buscando compreender, pelo menos em parte, o perfil dos entrevistados, e via de regra, compreender como se caracterizam os movimentos sociais do campo em Rondônia, na forma como se organizam coletivamente, dois outros aspectos foram levantados. O primeiro, abordou-se sobre o envolvimento nas origens e assim entender os vínculos primeiros que ensejaram a inserção do entrevistado a alguma forma de organização social ou movimento social. O segundo aspecto diz respeito à organização à qual está vinculado o entrevistado, seu vínculo atual de militância. Neste sentido, conforme a pesquisa realizada, indagados sobre a

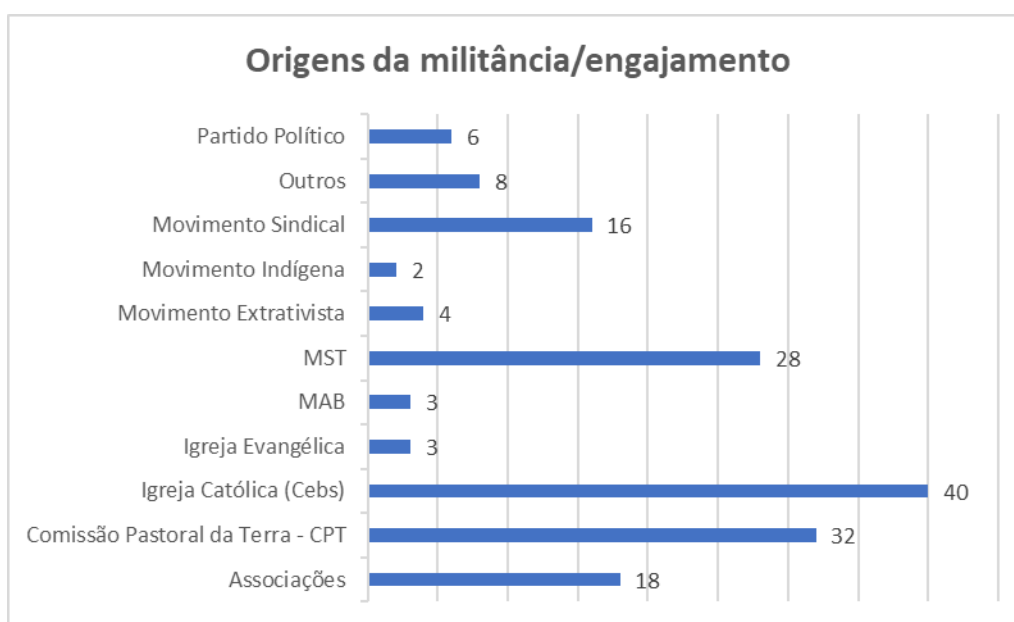
²⁸ A lei nº 13.465/2017, considerado o novo marco legal da reforma agrária, retrata e ampara esta análise, sem subterfúgios. Tal visão, inclusive, está claramente manifesta na exposição de motivos, do referido estatuto legal.

origem da militância ou da participação em movimentos sociais do campo, manifestaram-se, conforme tabela abaixo.

As origens e a forma de organização coletiva estão inseridas no recorte espaço-temporal que compreende o contexto da colonização. Há que se registrar, portanto, que a contextualização da “questão agrária”, a coloca sob a perspectiva de uma intervenção dirigida (estatal), ou seja, de “fora para dentro”. Tal recorte, está aqui demarcado, pelo fato de se reconhecer que no conceito ampliado de campesinato, deveria estar incorporado as lutas territoriais, os enfrentamentos e resistências dos povos originários. No entanto, não é este o enfoque da pesquisa.

Neste recorte ainda, não se objetivou demarcar um perfil coletivo destes atores da colonização: grandes contingentes de migrantes-colonos. Não é a mobilidade humana, o objeto da pesquisa, muito menos o aprofundamento das causas e efeitos deste fenômeno. A preocupação de fundo, mira nos processos mais ou menos organizativos e participativos dos grupos e movimentos sociais. Naquilo que se caracterizou, sob a forma de enfrentamento, resistência e mesmo sobrevivência frente ao dirigismo político do Estado, frente aos programas fundiários e agrários. Percebe-se, assim, que o enfoque investigativo tem como centro, a questão agrária (conflitos por terra) e fundiária (ordenamento socioterritorial) da propriedade da terra. Assim, buscando entender nas origens, as possibilidades e as condições que determinaram a militância em setores mais ou menos organizados, bem como nos movimentos sociais, é que investigou sobre a origem da militância.

Gráfico 4: Sobre a origem da militância ou vínculo original



Fonte: Própria Autoria (adaptado) de Pesquisa de campo, 2016/2017

As informações expressas na tabela, sobre origem da militância, expressam algumas variáveis que merecem, ainda que parcialmente, alguma análise. Em primeiro lugar, a influência da Igreja católica na “produção” do engajamento e militância nos movimentos sociais do campo. Conforme Ilse Scherer-Warren (1987), a atuação/vivência das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), representam à época (Anos 1980 em diante), um caráter novo, uma “revolução no cotidiano”, que impulsiona o engajamento nas lutas sociais. Trata-se de um modelo alternativo, no interior da Igreja, com uma forte pregação à vivência da solidariedade, ou ao estabelecimento de um relacionamento solidário, entre os homens. É alternativo, porque frequentemente foi vivenciado de forma ambígua, ou seja, em um espaço, onde este “novo” se confronta com as tradições de dominação hierárquica, fortemente vinculadas à uma dinâmica hierárquica e centralizadora, portanto. No interior deste contexto, a proposta das Cebs, desenvolve um projeto básico de democracia e socialismo, no sentido que estes sejam vivenciados no nível da prática cotidiana (SCHERER-WARREN, 1987).

Em Rondônia, em grande parte, o protagonismo desta experiência foi dinamizado através da Diocese de Ji-Paraná, com forte apoio de setores da hierarquia, especialmente na atuação de seu bispo, à época, Dom Antônio Possamai. Importante ressaltar, que no plano de uma Igreja mais vinculada à base, os colonos-migrantes também resgatavam as experiências trazidas de seus locais de origem. Assim, a ideia de constituírem-se em comunidades de base, de desenvolverem trabalhos pastorais, de se engajarem na multiplicação da proposta, através de missões populares, conjugava-se com o estímulo do clero local. Esta forma de “Igreja de base”, caracterizava-se, além de uma proposta descentralizada de organização, o protagonismo de lideranças, respondendo assim, à carência de agentes de pastorais clérigos, na condução dos trabalhos religiosos.

Além disso, as Cebs, acabaram se tornando as referências originárias na multiplicação de lideranças que passaram a ingressar diversos segmentos e organizações que tinham como objetivo a luta pela terra, contra o êxodo rural, a agroecologia, etc. Desta referência surge a Comissão Pastoral da Terra, fortalece-se o movimento sindical, o associativismo de ajuda mútua, Projetos de assessoria e acompanhamento dos camponeses (Projeto Pe. Ezequiel), Escolas Família Agrícola (EFAS). É das fileiras das Cebs, que provém igualmente, grande parte dos militantes e agentes dos movimentos sociais do campo, no Estado de Rondônia. Foi através desta atuação conjugada da Igreja de base (leigos e hierarquia), que foi se firmando o papel de denúncia dos vários tipos de injustiça e violência, como também o papel de mediação, demandadas em outras instâncias. De um lado, portanto, organiza-se todo um

trabalho de consciência política, de protagonismo e participação, e de outro, potencializava-se a inserção atuante nos movimentos, lutas e organizações sociais.

O fundamento desta atuação está contextualizado também pela preponderância da Teologia da Libertação, como ferramenta de leitura e motivação, quanto ao papel da Igreja e da prática cristã. Rompendo com uma tradição eurocêntrica, a Teologia da Libertação inova, no método e nos fundamentos. Em primeiro lugar, propõe uma dimensão histórica para a perspectiva teológica. É no interior dos contextos históricos, submetidos à situação de opressão, que esta Igreja exerce sua missão. Assim, o objetivo fundamental dessa teologia é propiciar mecanismos que potencializem a libertação ante estas múltiplas formas de opressão (SCHERER-WARREN, 2011). E assim, o principal princípio orientador é a “opção preferencial pelos pobres”, com o conseqüente engajamento dos cristãos contra a opressão.

Em segundo plano, é o próprio homem e a própria mulher que devem ser os protagonistas e sujeitos de seu destino, histórico e pessoal. Para tanto, seja através do engajamento nos movimentos sociais, seja na atuação política comprometida, seja na defesa de valores universais, é nestes espaços, que vai ser reconstruída a dignidade humana, à luz do evangelho. Em terceiro lugar, vincula-se a libertação histórica à libertação integral. Em outras palavras, a salvação inicia-se no “aqui e agora” históricos. Portanto, a luta contra as servidões temporais, fruto das injustiças sociais, acontecem não no abstrato ou no porvir, mas nas condições estruturais, no plano econômico, político, social e cultural. A salvação opera-se no interior da história humana e não depois (SCHERER-WARREN, 2011).

Em relação ao segundo aspecto, a sondagem acerca da forma de organização coletiva em que se encontram-se vinculados, 51% dos entrevistados informaram que atuam em algum movimento social; 22% militam no movimento sindical, e, 28% atuam sob a forma de organização do associativismo. Para fins de uma rápida caracterização, baseada na literatura contemporânea, entende-se que as ações coletivas organizadas, na perspectiva de movimentos sociais, guardam, entre outras as principais características, donde se destaca:

- Seja uma ação coletiva de caráter sociopolítico e cultural, através de formas organizadas a fim de que a população ou setores desta população possam expressar suas demandas;
- Adotem diversas e distintas estratégias, que vão da denúncia à formas de pressão, inclusive mobilização por meio de redes sociais (repertórios de atuação);
- Possuam uma identidade coletiva, ou busca-se construir tal identidade no processo dinâmico de mobilização, articulação e ação.

- Suas demandas sejam politizadas e estabeleçam pela própria ação uma “arena específica”, um campo de disputa, um espaço onde sua força social se expresse e se articule;
- Atuem em oposição, ou mesmo em situações de conflitos, litígios e disputas. Pressupõe que tais ações acabem desenvolvendo um processo social e político que defina ou redefina a própria identidade coletiva do movimento, em vista de interesses em comum;
- Orientem-se pelo princípio da solidariedade, como um processo que se constrói a partir da própria base;
- Possua liderança, em geral colegiada;
- Portem ou sejam movidos por um projeto de vida e de sociedade.²⁹

No cenário específico de Rondônia, os movimentos e organizações sociais do campo retratam diferenciadas formas de estruturação. Para fins de uma melhor compreensão considerou-se nas formas de organização, quatro grupos distintos, que, eventualmente articulam-se, mas que, via de regra seguem parâmetros distintos. Esta distinção ocorre, seja na organicidade, seja nos repertórios de ação, seja nos vínculos estabelecidos. Trata-se, pois de: movimentos sociais³⁰, movimentos sindicais, movimento associativo, Organizações Não Governamentais.

Tabela 6: Formas de organização e repertórios dos movimentos sociais do campo

Formas de participação nas lutas agrárias em Rondônia			
Movimentos	Campo institucional	Repertórios	Organicidade
Movimentos Sociais (MST, LCP)	Vínculo nacional	Acampamento, Ocupações e Audiências	Centralizada na coordenação
Movimentos Sindicais (STRs e Federação)	Vínculo nacional	Mediação, Audiências	Centralizada na coordenação coletiva
Movimento Associativo	Base local - registro	Audiências/Reuniões Participação em instâncias	Centralizada na Presidência
Organizações Não Governamentais	Vínculo regional e Internacional	Mediação	Centralizada na direção

²⁹ Tais características dos movimentos sociais são fundamentadas, sobretudo em Maria da Glória Gohn (2011) e Ilse Scherer-Warren (2006), principalmente. No entanto, ainda que de caráter normativo ou ideal, a constituição e caracterização do fenômeno dos movimentos sociais, são essencialmente moldados nos contextos específicos em que se estabelecem, revelando assim um caráter de dinamicidade que conjuga diferentes pressupostos e caracterizações, de acordo com as condições e oportunidades em que tais movimentos são criados e se difundem.

³⁰ Maria da Glória Gohn refere-se à estes movimentos, como “Movimento Popular Rural” e Ilse Scherer-Warren, adota a nomenclatura: “Movimentos Sociais Rurais”.

Fonte: Própria Autoria (adaptado) de Pesquisa de campo, 2016/2017

A leitura política das formas de participação nas lutas sociais do campo, expõe não só a diversidade, nas formas de atuação, como também a própria complexidade que envolve o fenômeno. Em outros termos, há que se constatar, que tais formas de atuação e engajamento, além de se contingenciarem pelo contexto histórico das lutas e resistências, podem conjugar formas eventuais nos repertórios da ação coletiva. Isso faz com que, ora se aproximem, ora se distanciem, conforme o cenário do enfrentamento ou da luta específica. Assim, a depender do momento, os movimentos e organizações sociais do campo lançam mão de múltiplas estratégias e práticas, desvelando a complexidade do fenômeno das ações coletivas.

Lúcio R. Rennó (2003), tomando como base uma sistematização junto ao Banco de Dados do Latinobarômetro, identificou a diversidade nas formas de participação dos grupos sociais e políticos no cenário latino-americano. O autor reconhece, entretanto, que, o fenômeno da participação não pode ser considerado como um fenômeno social único. Mas alerta também que, muito menos, pode-se justapor ações combinadas, de forma indiscriminada, em um único indicador. Mediante isso propõe quatro variáveis possíveis quanto a forma de engajamento:

- 1) Participação em associações, em nível nacional, motivados por claros objetivos. Neste caso, tais organizações representam-se como instrumentos de mediação dos interesses organizados;
- 2) Participação mais localizada, a exemplo do associativismo. São voltados mais para os temas e agendas locais e não nacionais ou de determinada classe;
- 3) Atuação dos movimentos ambientalistas, com uma dimensão participativa e organizacional diversa dos movimentos sociais tradicionais. Distinguem-se, em regra, nas estratégias de ação, no recrutamento, no perfil dos membros e na disponibilidade de recursos;
- 4) Participação em formas específicas de protesto político, consideradas e nomeadas como formas de atividade ilegal e como desobediência civil: invasões de propriedade privada, bloqueios de trânsito, etc. (RENNÓ, 2003).

As duas primeiras formas delineadas, são consideradas formas tradicionais ou clássicas de engajamento ou de atuação cívica. No entanto, já é consenso, o fato de, recentemente, surgir inúmeras formas de participação não tradicionais, qualificadas como Novos Movimentos Sociais. Tal fenômeno se evidencia, sobretudo, em época de

multiplicação de instrumentos de comunicação e mobilização via o instrumental da rede (internet). As duas últimas formas apresentadas, tem crescido em relação à articulação em forma de rede, margeando as questões paradoxais da desigualdade econômica e das causas estruturais geradoras de injustiças sociais.

Quanto à dimensão do protesto político, sinaliza para um caráter mais temporário, e, portanto, menos estruturado da ação coletiva. No entanto, é adotado também, pelos movimentos sociais tradicionais, como forma de fazer o enfrentamento direto, garantir a visibilidade política do fenômeno e, como mecanismo alternativo à pragmática burocrática de resolução institucional dos problemas sociais.

É neste campo, que se trava uma verdadeira “guerra de propaganda” contra os movimentos sociais, qualificados como “prejudiciais à democracia”, como “grupos de baderna e subversão”. É no bojo destas “conformações normativas”, em forma de categorias, que se constitui o verdadeiro motivo condutor (*leitmotiv*) para a adoção por parte do Estado na repressão, coação e criminalização dos movimentos sociais do campo. Via de regra, cabe à retórica oficial, assim como os grupos midiáticos tal tarefa, muito adotada aliás nos últimos anos contra os movimentos sociais do campo em Rondônia.

3.6 Localizando a ação: repertórios e campos de interlocução

Na pesquisa sobre os movimentos sociais do campo, foi possível detectar, que em relação à forma de atuação, na perspectiva do interlocutor e da “arena pública” do debate, há importantes variáveis a serem consideradas. Em primeiro lugar, o *locus* específico de atuação, define o alcance das estratégias a partir da “arena pública”, onde tal interação ocorre. Isso ocorre, por exemplo, em relação à participação em conselhos municipais ou regionais. Em regra, este é um espaço criado ou definido pelas Instituições ou Estado, em geral sob suas regras e controle. A participação de atores dos movimentos sociais neste espaço pode garantir visibilidade em determinados setores da agenda pública, mas pode se tornar um espaço também de legitimação de tal agenda, mais que de efetivação ou concretização das demandas suscitadas.

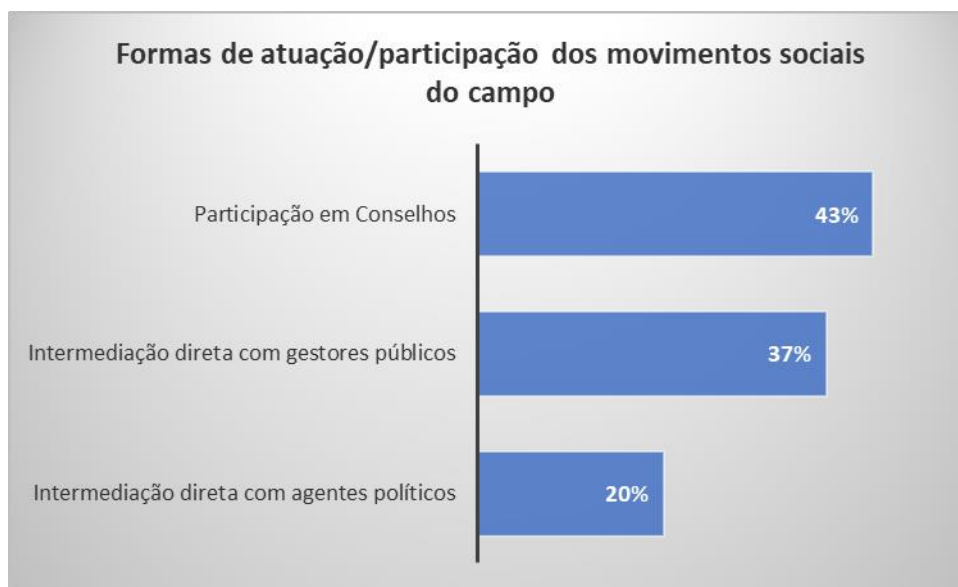
Em segundo plano, o papel do interlocutor ou interlocutores, podem redefinir, em muito, no resultado das demandas dos movimentos sociais. Se, por exemplo, a interlocução se dá, entre um deputado e uma liderança, ou conjunto de lideranças, a caracterização desta relação dependerá do grau de envolvimento e compromisso destes determinados atores. A partir deste “laço afetivo”, pode-se suscitar a adoção de estratégias pré-definidas, em vista dos

objetivos esperados. A mediação, nestes casos, estará objetivamente mais refém de práticas clientelistas ou eleitoreiras, influenciando direta ou indiretamente no resultado buscado.

Um aspecto indicativo da pesquisa foi a constatação de que, na fronteira das relações entre Estado e movimentos/organizações do campo, a participação em Conselhos revelou-se como a mais ativada forma de “participação” em nome das coletividades do campo. Há sim, muito que indagar sobre as condicionantes desta forma de ação coletiva, seus limites ou problemas que enfrenta. No entanto, na forma como os militantes/agentes dos setores organizados do campo se retratam, há de considerar este espaço como um espaço participativo sobre questões relevantes atinadas às questões rurais ou do campo.

Quanto a participação em conselhos, mesmo que, nas origens e na forma como que operam, prevaleça em muito, uma “ordem estatal”, não há como deixar de evidenciar neste espaço, situações que potencializem tanto a visibilidade dos problemas enfrentados, como de publicização das principais questões. Tal visibilidade, entretanto, é permeada direta ou indiretamente por conteúdos e motivações políticas a incidir em maior ou menor grau, na concretização de direitos destinados ao público ali representado.

Gráfico 5: Formas de atuação dos movimentos sociais em relação à interlocução



Fonte: Própria Autoria (adaptado) de Pesquisa de campo, 2016/2017

Conforme o modelo de engajamento das lideranças e ativistas dos movimentos e organizações sociais do campo em Rondônia, é na participação em Conselhos municipais ou regionais, que definem sua militância, para a maioria. Percebe-se também, que a forma de participação, mediante a intermediação direta com gestores públicos, reflete uma tendência

dos movimentos sociais mais organizados, enquanto a intermediação com agentes políticos (Governador, Deputado, Prefeito e Vereadores), sustenta-se como uma estratégia, em regra, bem utilizada. É neste tipo de intermediação, aliás, que configura, conforme o contexto, as relações fundadas em conhecimento, amizade e clientelismo (troca de favores). Aqui, a perspectiva se desdobra em duas situações concretas: a possibilidade de intervenção conforme o alinhamento de determinado agente político, e o contexto político no qual se desenha o governo de plantão (situação ou oposição).

É possível também considerar, que novas formas de interação se processam decorrentes da presença de atores ou ativistas dos movimentos sociais no aparato estatal. Neste caso, é preciso superar o enfoque que se dá, na atuação dos movimentos sociais do campo frente ao Estado, para além da ação contenciosa dos movimentos (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2011).

Esta abordagem, que pressupõe formas culturalmente codificadas de atuação, sob forma de conflito, redimensiona a ação coletiva dos movimentos sociais na forma como tais coletivos se engajam em determinada ação coletiva. Assim, para esta abordagem, é preciso pensar inclusive em “repertórios de interação”, no sentido de perceber relações colaborativas ou padrões colaborativos de relação entre movimentos sociais do campo e Estado. Isso inclusive, leva a conferir a diversidade de estratégias adotadas e incorporadas, sobretudo pelos movimentos sociais do campo, estratégias estas, usadas, combinadas e transformadas no âmbito da relação nesta nova dinâmica de interação (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA 2011, p. 332).

As autoras, aqui referenciadas, observando o cenário brasileiro, consideram que os movimentos sociais não apenas se posicionam no campo da negociação com o Estado (o que sugeriria a dinâmica da contenção ou contenciosa), mas investem em formas de atuação no interior do próprio Estado (o que sugere a dinâmica da interação). Ou seja, acabam transformando o próprio Estado em “espaço de militância política” (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA 2011, p. 331). E neste sentido, numa visão conjuntural, sistematizam quatro rotinas de interação:

- 1) Protestos e ação direta – inclusive quando há colaboração com o Estado, então inserido no ciclo da negociação;
- 2) Participação institucionalizada – ou seja, pelos meios institucionais: conselhos, conferências, etc;
- 3) Política de proximidade – nos contatos pessoais entre atores do Estado e dos movimentos;

- 4) Ocupação de cargos dentro do aparelho estatal – via aproximação de conhecidos que facilitem a conexão entre os dois polos (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA 2014).

À luz do levantamento sistematizado pela pesquisa, é possível compreender alguns elementos que caracterizam a atuação dos movimentos sociais do campo. Em primeiro lugar, a forte dimensão das “interações colaborativas”. A ocupação dos espaços locais (Conselhos) e dos espaços regionais da administração pública (gestão), realça a presença dos agentes na “arena estatal”, porém redimensionada. Ou seja, estes espaços possíveis de participação combinam performances de enfrentamento, mas também de negociação. Ao mesmo tempo, é o espaço ocupado onde as demandas são apresentadas.

Em grande parte, a opção por esta forma de mediação, estabelece-se nas “limitações” do próprio Estado, na sua inação ou, na falta de recursos ou investimentos. Retrata, numa leitura mais ampliada, o “descaso político” com a questão agrária e camponesa. Em segundo lugar, essa forma de interação, no cenário político, expõe ainda um campo de relações, em grande parte, personalizadas. Há fortes indícios que indicam, que os espaços instituídos, principalmente os “conselhos”, são um campo de influência e de vínculos, dependendo em muito, do governo de plantão, ou de aliados políticos.

A prática associativista (associativismo), comumente é tida e mantida como espaço de clientelismo eleitoreiro, onde muitas vezes o atendimento da demanda é vinculado à simpatias demonstradas, sob forma de “trocas de influência”. Em terceiro lugar, é relevante ponderar que a força dos movimentos sociais, em muito é influenciada pelos ciclos políticos, econômicos e, por associação, ideológicos. As condições de possibilidade, ou o conjunto de oportunidades, (que muitas vezes fomentam uma ação coletiva organizada), estão sujeitas às circunstâncias e contextos, seja na adversidade encontrada, seja nas mudanças ou alterações conjunturais.

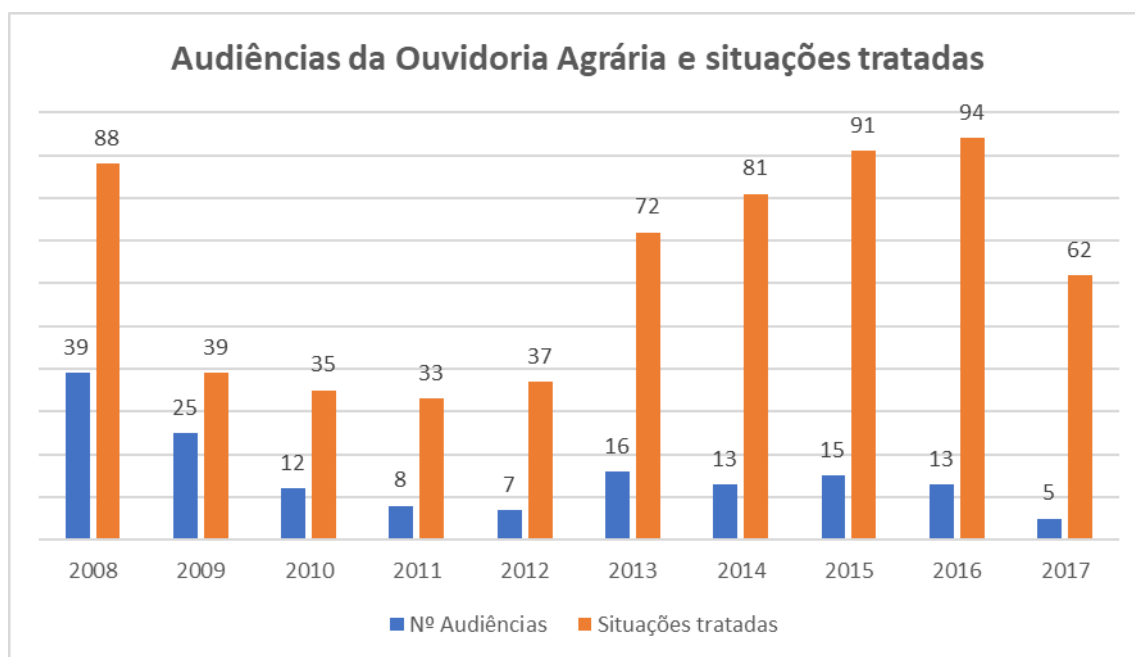
Em relação ao espaço da interlocução, ainda, um indicativo importante e que merece atenção, foi a relação com a Ouvidoria Agrária Nacional. Criada em 1999, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, a Ouvidoria Agrária Nacional objetivava, sobretudo, a negociação e a prevenção dos conflitos no campo. Ainda que, limitada em sua autonomia, por ser biônica, representava um espaço, em que, pouco a pouco, os movimentos sociais foram redimensionando não somente sua forma de interlocução, como a própria funcionalidade do órgão.

Em 2010, pelo Decreto nº 7.255, de 04 de agosto, a Ouvidoria é incorporada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além da função de mediação de conflitos, passa a

ser um espaço onde as lutas agrárias vão ganhando expressão. Isso ocorre, tanto em relação ao Inca, enquanto órgão de gestão da política agrária, mas também em relação à atuação do Judiciário, do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, etc. Verifica-se, ao observar estudos e documentos elaborados e difundidos pela própria Ouvidoria (BRASIL, 2013), uma precisão no diagnóstico das causas dos conflitos agrários, em regra gerados e mantidos por grandes pretensões privadas e grandes empresas rurais: grilagem de terras, despejo sem ordem judicial, impunidade, extração ilegal de madeira, reconcentração de lotes em assentamentos, porte ilegal de armas, pistoleiros, ocupação de terras públicas e privadas (BRASIL, 2013, p, 93). Registra-se, entretanto, que pouca ou nenhuma responsabilização da inação do Estado ou mesmo, de intervenções ou legitimações judiciais, em completo desatendimento às regras processuais básicas, previstas na legislação.

Há que consignar ainda, que no âmbito da atuação da Ouvidoria agrária, como instrumento de mediação, a ação da mesma não se caracteriza apenas mediante a provocação formal dos movimentos sociais ou mesmo instituições públicas. A Ouvidoria possui capacidade de agir de ofício, a partir da tomada de conhecimento do conflito. Enfim, constata-se que a atuação da Ouvidoria, enquanto espaço institucional, objetiva-se tanto pela mediação junto aos sujeitos sociais e instituições do sistema de justiça, quando pela mediação junto aos órgãos estatais, no sentido de veicular as questões suscitadas pelos sujeitos coletivos e buscar soluções para a situação específica fundiária, envolvida.

Gráfico 6: Audiências da Ouvidoria Agrária Nacional



Fonte: Própria Autoria (adaptado) com base em: Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), 2016/2017

Conforme projeção expressa na tabela, a “instrumentalização” da Ouvidoria Agrária Nacional, como repertório de participação e interlocução dos movimentos sociais do campo, retrata um indicativo importante, no contexto das lutas agrárias em Rondônia. Da multiplicação de reuniões e agendas dispersas, os movimentos sociais do campo vão tomando consciência da importância em transformar tais audiências em grandes eventos, onde ampliam-se a análise dos casos, o acesso às informações dos procedimentos e entabulam-se as medidas reivindicadas.

No entanto, a verticalização das demandas trazidas para tais audiências, nos últimos quatro anos, dimensiona um período de agravamento da violência, bem como da paralisia política da questão agrária. Assim, o espaço “forjado” das audiências públicas, reveste-se de um novo repertório e recriação do espaço de relação entre Estado e movimentos sociais. Trata-se de um formato indicativo também da participação autônoma dos segmentos sociais, um pretense exercício de democracia direta, voltado à agenda e às demandas do campo.

Contanto, com o golpe de 2016, a atuação dos movimentos sociais do campo, passou a sofrer também nestes novos espaços de atuação, uma série de limitações. No segundo semestre de 2016, o Ministério de Desenvolvimento Agrário foi extinto, como extinta também a Ouvidoria Agrária Nacional. A integração do MDA, agora com *status* de Secretaria vinculada à Casa Civil, e a recriação da Ouvidoria Agrária Nacional, via Decreto 8.955 de 11 de janeiro de 2017, vinculada à Presidência do Incra, é um fato político revelador.

Ninguém extingue algo em funcionamento para recriar sob outros moldes, senão para alterar tanto seus objetivos, como ampliar os mecanismos de controle e reeditar sua forma de atuação. Esta é a única leitura possível da recriação da Ouvidoria Agrária. Ao retirar sua autonomia, resta claro que mais que vincular a Ouvidoria à direção da Presidência do Incra, o que se efetivou foi a limitação do espaço da participação dos movimentos e segmentos sociais. Retira-se o caráter da mediação, transformando o órgão em espaço de gestão, discricionariamente condicionada ao humor e à vontade do Presidente do Incra.

Como se sabe, setores como o Incra e o Ibama, tornaram-se, nos últimos anos em um verdadeiro campo de pressões políticas, orientadas pela Bancada representativa do latifúndio-agronegócio. Assim, consolidado o golpe, que foi igualmente apoiado por parcela da sociedade civil, o que se apresenta para os movimentos sociais do campo, é uma conjuntura adversa. Isso resulta caracterizado, sobretudo, por um retrocesso democrático ou avanço de uma lógica fundamentalista e retrógrada, em especial, quando se trata de direitos sociais. Além disso, a repressão às lutas agrárias se acirrou, nos últimos dois anos, traduzindo uma

forma conjugada de repressão tanto do Estado, quanto dos setores patrimonialistas, através da violência sob encomenda. Por parte do Estado, é a criminalização jurídica e policial, os principais instrumentos de refreamento das lutas agrárias.

No entanto, em tempos de repressão, o acirramento da questão agrária acaba vertendo em formas insurgentes, reativação das lutas, resgate de antigas demandas e insurreição de novos segmentos. Se o período atual, vai se caracterizando pela narrativa de que agora é o “tempo do agronegócio”, imposto como consenso homogeneizador, há de se constatar, todavia, que, no campo, tem sido há um amplo espaço e condições de possibilidade de retomadas, de mobilização e de articulação.

Conforme os dados do Incra/RO (SR/17), demonstrado na tabela abaixo, no ano de 2017, ocorreram 105 casos de conflitos agrários no Estado, envolvendo em torno de 8.317 famílias, assim articuladas nos movimentos sociais.

Tabela 7: Conflitos agrários em Rondônia – movimentos, áreas, nº de famílias (2017)

Movimentos	Nº áreas	Nº famílias
INDEPENDENTES	70	5.534 ³¹
LCP	24	1.904
MST	7	662
OUTROS	4	217
Total Geral	105	8.317

Fonte: Própria Autoria (adaptado) com base em: Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), 2016/2017

Uma leitura rápida destes indicadores, assinala que, é na forma independente (Associações, movimentos espontâneos), que se caracteriza as lutas agrárias no Estado. Não é possível, no entanto, afirmar se tratar de lutas “desorganizadas”, uma vez que sustentam um mínimo de organização, em regra via constituição de Associação formal, com registro público e composição de diretoria. Por outro lado, os dados apontam para um protagonismo da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), enquanto movimento nacionalmente articulado. Nos últimos dez anos, inclusive, são as lideranças e militantes da LCP quem têm sido alvo prioritário da violência estatal e privada, no contexto regional.

³¹ Em relação aos chamados “grupos independentes”, na planilha que serve como banco de dados para o Incra (2017), acrescentou-se, uma ocupação com mais de dez anos, em dois lotes de aproximadamente 500 hectares cada, localizados na zona de expansão do perímetro urbano de Porto Velho, envolvendo cerca de 2.00 famílias. (Fazenda Militão)

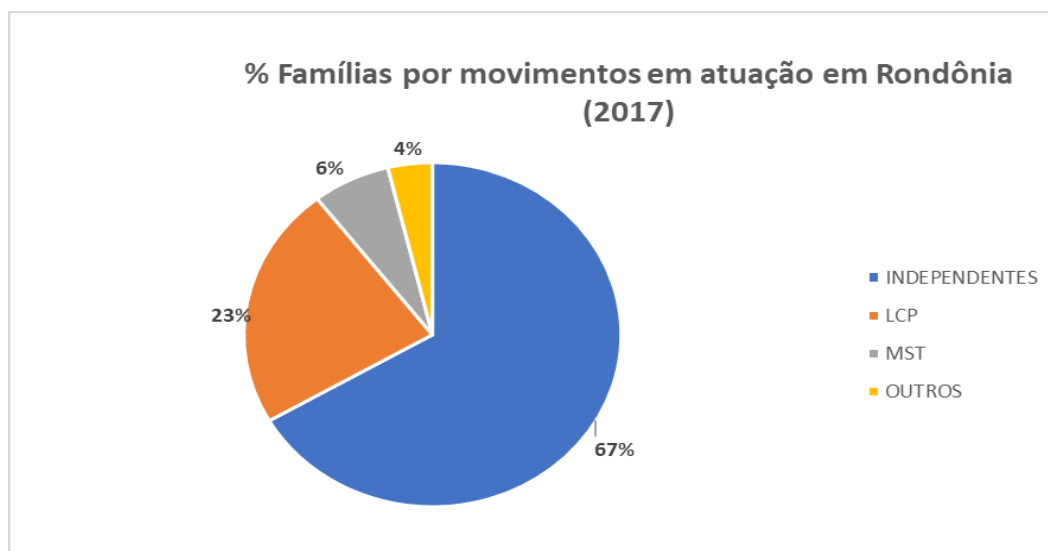
No contexto, há que pontuar, que um cenário de violência, apresenta, nos últimos anos, um quadro de ofensiva generalizada contra os movimentos sociais do campo: na luta pelo acesso à terra, na defesa dos territórios extrativistas e nas lutas territoriais dos povos originários. Esta ofensiva, ainda, encontra-se inserida também em um quadro de expansão do protagonismo judicial. Por isso, ganha em muito, a conotação de atuação do Estado, sob diversas formas: despejos judiciais, em grande parte precariamente fundamentados, “patrulhamento rural” (militar) de forma coibitiva às ocupações de terras pelos movimentos sociais, indiciamento, prisão e denúncias generalizadas contra militantes de movimentos sociais. Em regra, o repertório deste “contramovimento” segue um roteiro de exposições difamatórias junto à meios de mídia, cobrança direta das associações patronais e intervenções estratégicas e pontuais de agentes públicos, ligadas a setores de Segurança pública.

Desta forma, na perspectiva da “judicialização da questão agrária”, alinha-se também, no sentido em que têm se caracterizado como repertório ou estratégia jurídica para a paralisação da política agrária. Uma vez que a questão agrária demanda por conhecimento das próprias determinantes, e sendo uma realidade complexa, têm sido comum o fato da apreciação das questões em torno dos conflitos agrários serem analisada e interpretadas a partir de uma exegese superficial do direito de propriedade. Adota-se, sem nenhum esforço por conhecer a realidade, à aplicação, por subsunção de fórmulas prontas, aplicadas a situações históricas amplas. Ignora-se, toda uma série de fatores, nem sempre facilmente percebíveis. Assim, a cultura institucional de mediação, instrumentaliza-se no anseio por tutela de meros interesses, em oposição assimétrica e muitas vezes acrítica, frente ao direito à terra, como questão de interesse público e como questão política e social.

Essa lógica, a partir do olhar jurídico, alimenta a saída policial e não política para o conflito. Entendimentos como “desordem”, “desobediência judicial”, “organização criminosa” ou “associação para atividades ilícitas”, não raro, figuram sob forma de jurisprudência, na tratativa jurídica da atuação dos movimentos sociais do campo e de suas lideranças.

Conforme levantamento e registro do Incra e da Ouvidoria Agrária Nacional, a demanda por Reforma agrária, materializada nas organizações e movimentos sociais, aponta para um repertório de ação mais pontual, em torno de demandas bastante localizadas, como modo de organização. Neste cenário, é na forma associativa (associativismo formal), ainda, que o maior número de organizações se constitui enquanto ação coletiva referente às demandas por políticas agrárias.

Gráfico 7: Proporção das famílias por organizações/movimentos em Rondônia (2017)



Própria Autoria (adaptado) com base em: Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), 2017

O gráfico acima, ajuda a entender, que, o fenômeno das ações e mobilizações de grupos autônomos, nos últimos dez anos em Rondônia, refletem, na contraface, a inflexão dos movimentos sociais históricos. Indicam também, de forma gradativa e insistente, a “construção” de um novo “espaço público”, na fronteira entre Estado e Sociedade. Este espaço, aliás, ajuda a alicerçar e alimentar este novo tipo de mobilização e repertório.

3.7 Objetivando a ação coletiva: as “bandeiras de luta” dos movimentos sociais do campo

Em uma periodização sumária, referente à questão das lutas sociais no campo, é possível caracterizar o período entre 1970 a 1990, como o tempo da “luta pelo acesso à terra, ou a sua permanência nela, na condição de posseiros. É possível afirmar, que o Assentamento 25 de julho (Espigão do Oeste), primeira conquista da organização do MST no Estado, com ocupação iniciada em 1989, reflete um novo estágio da luta pela terra e do protagonismo dos movimentos sociais do campo em Rondônia. Dos anos 1995 a 2005, sob a “sombra” da tragédia de Corumbiara, os movimentos sociais do campo ampliam sua organicidade, fazendo das ocupações o principal repertório. Neste período surgem, enquanto movimentos sociais organizados, além do MST, o Movimento Camponês de Corumbiara (MCC), e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

Trata-se, neste período, da intensificação da luta por reforma agrária *strictu sensu*, ou seja, na prática dos movimentos sociais, o objetivo, amparado, na Constituição é a

democratização da terra. Com isto, questionam também a existência criminosa dos latifúndios improdutivos, o descumprimento da função social. Na prática, a atuação dos movimentos pauta suas reivindicações nas demandas sugeridas, para uma política de desapropriação e para efetivação do Programa de Reforma agrária. Em meados dos anos 2000, em diante, intensifica-se a atuação da LCP, dos grupos independentes, organizados em associações, motivados em grande parte pela possibilidade das ações judiciais de retomada (a partir de 2004) e pelas análises e cancelamentos administrativos de áreas de concessões públicas, consideradas inadimplentes.

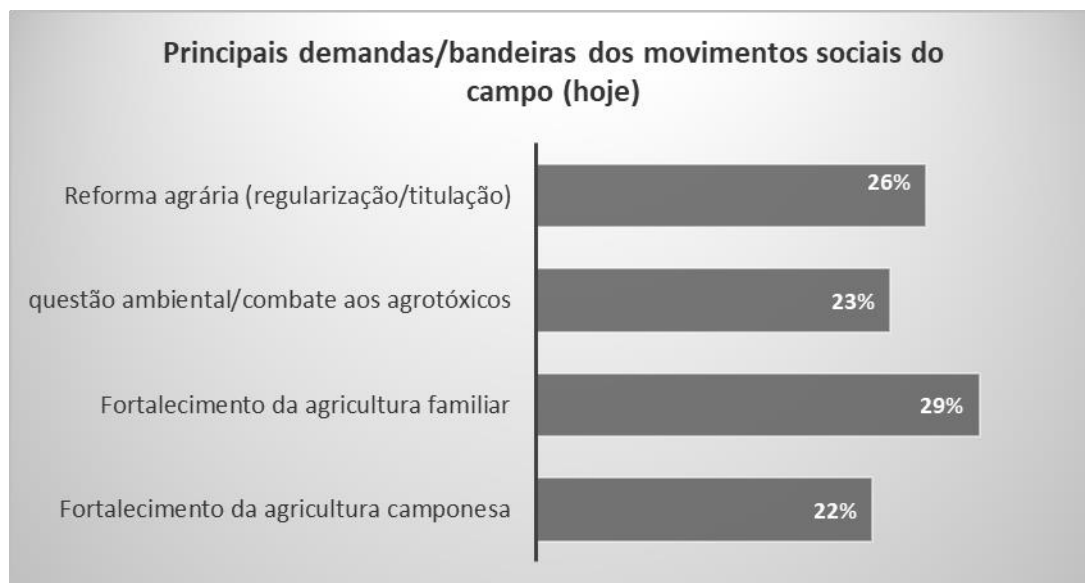
Desta forma, as “bandeiras de luta”, conforme gráfico abaixo, refletem, também o contexto político, em âmbito nacional. Reflete ainda, no período, um crescimento do debate sobre a situação fundiária, bem como sobre o papel do Estado. Esta consciência resulta de um processo de organização, mas também transita entre um período de enfrentamento, para um período de expectativa e inflexão desta expectativa, no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016).

Registra-se ainda, que em âmbito estadual, mesmo com a direção dos órgãos institucionais, em “mãos aliadas”, não se consumou uma política mais efetiva, voltada para as demandas agrárias no Estado. A ambiguidade representada no contexto, não só refreou a política agrária, enquanto política de Estado e de governo, como também multiplicou o apoio financeiro e político ao setor adversário. Em outros termos, aumentaram os subsídios e o apoio aos grupos que se opunham à Política agrária e à Política de reconhecimento territorial dos povos originários: o setor do agronegócio.

Galgado à condição de “paladino do desenvolvimento”, o setor do agro³², assumirá um protagonismo político cada vez mais influente nos “governos de esquerda”. É muito em virtude deste cenário e em perspectiva política contra-hegemônica, que os movimentos sociais do campo, retratam em suas bandeiras de lutas. É no “espaço público” (das relações construídas), portanto, que as principais demandas e reivindicações camponesas, territoriais e sem-terra, vão perceber a disputa política se tornando cada vez mais adversa.

³² O setor do “agro” tem tomado as feições de um verdadeiro movimento ou contra-movimento. Refletindo sobre o assunto, Regina Bruno (2012) analisa as estratégias e o *habitus* do setor do agronegócio. Trata-se de uma verdadeira cruzada de convencimento, onde a ideia principal passa a ser em reconstruir a identidade deste setor, sobretudo no sentido de capturar a simpatia do meio urbano. Para tanto, utiliza-se de táticas de mídia, marketing e imagens, buscando corporificar nas chamadas “agrogentes”, a ideia e o símbolo do “do agro”. Outra área temática que enfrentam é a “questão ambiental”, buscando diluir no público a imagem de que este movimento do agronegócio é ecologicamente sustentável, na mesma lógica, anteriormente difundida da “revolução verde”. Atualmente, para a campanha em curso (“Agro – Indústria riqueza do Brasil”), desenvolve-se a ideia mistificadora do agro como tudo: natureza, pessoas, animais. Para maior aprofundamento, portanto, o artigo de Regina Bruno (2012), sobre o movimento “sou agro”.

Gráfico 8: Reivindicações/bandeiras de lutas contemporâneas



Fonte: Própria Autoria (adaptado) de Pesquisa de campo, 2016/2017

Em relação às demandas dos povos tradicionais, a temporalidade dos processos luta por direitos e reconhecimento, se dividem em três situações específicas. No contexto das lutas indígenas, muitas situações emergiram e agudizaram sobretudo na década de 1970, ante os equívocos dos Projetos de colonização. As primeiras áreas reconhecidas são do início da década de 1980, contudo, persistirem até hoje, situações dramáticas enfrentadas pelas Organizações indígenas na luta por seus direitos.

Em relação aos seringueiros e soldados da borracha, as articulações de tais movimentos, ganharam forma e força com a criação da Organização dos Seringueiros de Rondônia, em dezembro de 1990 (FERREIRA, 2009), e no mesmo período, com a criação de Associações locais. No entanto, no Estado de Rondônia, conforme Mary Helena Allegretti (2002), foi onde aconteceram, concomitantemente no Acre, as primeiras reuniões que deram origem ao Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), oficialmente fundado em 31 de agosto de 1985, no 1º Encontro Nacional de Seringueiros, em Brasília. Conforme Allegretti (2002), ainda, a ideia mais inovadora, que consistiu em propor a criação de áreas protegidas para o extrativismo (Resex), na mesma lógica das reservas indígenas, foi proposta pelos seringueiros de Rondônia, em reunião realizada em Ariquemes, em agosto de 1988.

Em relação às lutas por direitos e reconhecimento dos povos tradicionais remanescentes de quilombolas, potencializada em torno da Assembleia Nacional Constituinte (1985-1988), ganharam impulso, sobretudo com a edição do Decreto nº 4.887/2003. Tal

Decreto regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes dos quilombos³³. Em Rondônia, portanto, as demandas socioterritoriais quilombolas, ganham expressão e capacidade de articulação, sobretudo a partir da edição de tal Decreto, representando tanto a emergência desta situação e destes povos, quanto a visibilidade de suas lutas, por reconhecimento e direitos.

3.8 Avaliando os resultados: autocompreensão da relação movimentos sociais-Estado nos “governos populares” (2003-2016)

Em boa parte das análises, há consenso de que, a prática dos movimentos sociais transita, no final da década de 1980, de uma rejeição e negação das agências estatais, enquanto campo de interação, para uma reaproximação com o Estado, no final da década, na chamada “era da participação”³⁴ (RICCI, 2013; MARTINS, 2016, SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004; GOHN, 2014). Ao que tudo indica, sobretudo a partir da Constituição de 1988, boa parte das demandas sociais e seu debate, foram deslocados para novos espaços institucionais. De tal sorte, os movimentos sociais populares, assim, acabam perdendo parte de sua força mobilizadora, uma vez que as “políticas de integração”, passam a exigir a interação e diálogo com as organizações institucionalizadas (GOHN, 2014, p. 299). São as Organizações Não Governamentais (ONGs) que passam a ganhar importância.

No entanto, na década de 1990 (era da globalização), ainda que, aos poucos, vai se fortalecendo uma nova concepção de sociedade civil, inclusive pela reelaboração de uma “política de parceria”. Na mesma direção, recria-se e fortalece um novo sentido de “esfera pública”, onde os conflitos são reconhecidos e não reprimidos, e onde se imprime uma nova linguagem, potencializando-se assim uma reconstituição do “tecido social”, dilapidado anteriormente pela lógica de regras totalitárias e antidemocráticas.

No campo, é o período de fortalecimento dos movimentos sociais, ainda que evidenciando um tempo de forte repressão e recrudescimento. Exemplos deste cenário foi a violência privada e estatal contra os trabalhadores, consumada em massacres como o de Corumbiara, em 1995 e de Eldorado dos Carajás, em 1996. Desta forma, sob muitos aspectos, as demandas da década de 1990, por parte dos movimentos sociais do campo, se estabeleceram no campo do enfrentamento, não sem repressão. No entanto, as lutas destes movimentos, demarcou na década, um fortalecimento destes movimentos, enquanto atores

³³ Tal Decreto do Poder Executivo, objetiva dar a regulamentação do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

³⁴ Maria da Glória Gohn (2014), entende que a “era da participação” corresponde ao período entre 1978-1989.

sociais, que expunham à nação e ao mundo, as mazelas de uma estrutura agrária viciada, consumada em um patrimonialismo, ainda de feições coloniais.

E assim, por parte dos camponeses, havia, no final da década de 1990, um acúmulo de expectativas, recorrentemente frustradas em articulações palacianas. O sonho constitucional de uma efetivação de direitos no campo e da democratização da terra, foi revogado pela Nova República. Poucas eram as perspectivas no final da década de 1990, uma vez que, ainda que o “reformismo agrário” do governo Cardoso promettesse um “Novo Mundo Rural”. O que se viu, na verdade foi um pacote de políticas públicas endereçadas mais para refrear a ação dos movimentos sociais do campo, bem como tentativas de efetivar uma “reforma agrária de mercado”. A proximidade de Lula, com os movimentos sociais do campo, desenhado em sua biografia, recompuseram as expectativas de implementação de uma série de propostas que tirasse a Reforma agrária do papel, e pelo menos, ativasse os dispositivos constitucionais, para tanto.

Este foi o contexto vivenciado pelos movimentos sociais do campo, e a abordagem da pesquisa, considerou este período dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), no sentido de sondar a impressão dos entrevistados sobre a relação entre movimentos sociais do campo e Estado, no período. Há que se ressaltar, contanto, que, cerca de 40% das entrevistas foram feitas, no segundo semestre de 2016, quando já concretizado o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Quanto à percepção dos entrevistados na relação estabelecida entre os movimentos sociais e o Estado, a pesquisa buscou investigar como se processou tal relação com a ascensão do Governo Lula da Silva. Em relação à esta sondagem, percebeu-se que a compreensão dos que entendem ter havido um alinhamento entre a intervenção dos movimentos, correspondeu a 47% da opinião dos entrevistados, conforme gráfico abaixo.

No cenário captado pela pesquisa, é possível perceber ainda, que houve um gradativo crescimento em relação à consciência e leitura política do fenômeno. Assim, desenhou-se um retrato de uma dupla insatisfação. De um lado, a frustração da expectativa ou da promessa de reforma agrária, no governo do Partido dos Trabalhadores. De outro, uma frustração em relação ao próprio apelo político e simbólico dos movimentos, quanto à importância da organização e mobilização. Em boa parte, isso explica as mobilizações mais pontuais, voltadas para um centro de interesse mais localizado, resultando muitas vezes em formas espontâneas e bastante localizadas de mobilização.

Gráfico 9: Movimentos sociais e Governos populares (2003-2016)



Fonte: Própria Autoria (adaptado) de Pesquisa de campo, 2016/2017

Esta constatação de que o “alinhamento” significou, em grande parte a “absorção” dos movimentos sociais, e não só, igualmente das forças antagônicas, no aparato do Estado, é evidenciada por muitos analistas, que nomeiam tal fenômeno de “hegemonia às avessas”. Destaque-se aqui, a contribuição analítica de Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (2010), que organizaram um evento e texto, sobre o assunto, sob várias perspectivas. E do que se trata a lógica da hegemonia às avessas? Nada mais do que, consolidar uma situação onde parte “dos de baixo” dirige o Estado pelo programa “dos de cima”, ou seja, a vitória política, intelectual e moral “dos de baixo”, acabam fortalecendo, de forma dialética, a lógica da exploração, em benefício e privilégio dos de cima (OLIVEIRA, BRAGA e RIZEK, 2010, p. 8).

O curso pragmático desta “absorção”, ou nomeado também de “sequestro”, dos movimentos sociais, outro resultado não provocaria a não ser um processo gradativo de desmobilização. De tal forma, se despolitiza as questões sociais, a desigualdade substantiva, que se transformam em meros problemas de administração. Por aí, se desvela o “desaparecimento” de profundas e históricas questões sociais, como a questão agrária, da agenda política, no período. De certa forma, e esta é uma crítica bastante comum, ao considerar as questões sociais como questão de gestão, funcionaliza-se tais questões. Estas são transformadas, pois, em questão de gestão, incorporando outras narrativas, inclusive a dos “pactos pela governabilidade” e a questão das prioridades.

Adotou-se, pois, os instrumentais necessários para que, demandas subalternas historicamente, fossem incorporadas. Assim, a legitimação se fazia acompanhar de práticas de “absorção” via incorporação em cargos no aparato do Estado, repasses para projetos cooperativos, etc. Para Ruy Braga (2010), essa tal “subserviência inorgânica”, acabou transformando-se em um oportuno consentimento ativo para muitos militantes sociais. É quando a narrativa para assegurar determinada posição se circunscreve no mesmo molde, antes combatido. Assim, em grande parte, os movimentos sociais se viram incorporados à burocracia estatal, integrados numa agenda alienígena, em nome de uma aparente, e, portanto, inconsequente, realização de bandeiras históricas dos próprios movimentos.

Em análise parecida Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011), detectam que essa lógica de incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais, têm sido um dos pressupostos essenciais para uma necessária revisão da literatura sobre os movimentos sociais brasileiros. É preciso, constatar, portanto, que alguns movimentos têm utilizado a instância (campo) do Estado, como uma plataforma de onde se torne tanto mais visível quanto mais eficaz, as suas reivindicações (ABERS e VON BÜLOW, 2011, p. 66). No entanto, há que se registrar que outros movimentos têm rejeitado, contundentemente, essa alternativa.

Aplicando esta análise ao cenário da pesquisa, uma das questões exploradas ressalta o “desencanto” a partir desta lógica de assujeitamento dos movimentos sociais em relação ao Estado. Ao indagar sobre os resultados efetivos atingidos, até então, pelos movimentos sociais, em relação às principais demandas, frente às alternativas, 48% responderam que tais reivindicações simplesmente ficaram paralisadas. Sobretudo em função do atendimento à novas demandas, principalmente burocráticas: atendimento de requisitos para viabilização de recursos destinados, levantamentos, cadastramentos, participação em instâncias deliberativas. Em sentido paralelo, 30% informaram que em relação aos pleitos dos movimentos sociais, recuaram, em razão do distanciamento dos movimentos de suas bases. 12%, admitiram que as demandas avançaram no resultado concreto, e, 10% informaram que tais demandas se descaracterizaram, sobretudo em razão de fatores estruturais, como o fortalecimento do agronegócio, no período de tais governos.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS: RELAÇÕES EM MOVIMENTO

Muitas e acaloradas discussões têm sido travadas, no plano da pesquisa e da análise neste campo das relações entre os movimentos sociais do campo e Estado. E neste sentido as contribuições de Carter (2010), Palmeira (1994), Ondetti (2008), Neves (2017), para citar apenas alguns, tem aprofundado tais questões. Desta forma, a perspectiva aqui trazida, molda-se na abordagem exploratória junto ao Incra, enquanto Estado, sua carga histórica, sua instrumentalidade, verbalizadas tanto nos discursos adotados, por parte de seus servidores, quanto materializada expressa ou tacitamente em suas ações e funções.

Partindo da realidade de que se trata de abordar e estudar um fenômeno humano, humano este que corporificam coletividades e instituições, outro não seria o caminho senão o de atentar-se para as dimensões históricas, processos de interação e relação, ideias, valores, normas de comportamento e hábitos, ali constituídos. Portanto, ainda que não se configure como uma pesquisa etnográfica, lança mão de instrumentais etnográficos para perceber como este fenômeno se manifesta, localizado na fronteira desta relação entre Sociedade e movimentos.

Há, sim, de certa forma, uma perspectiva discricionária, na interpretação desta observação. No entanto, tal abordagem seguiu caminhos já percorridos, apontando sempre o específico da realidade de Rondônia. Não de forma exaustiva, mas ampara-se esta perspectiva em trabalhos já realizados (LE TOURNEAU e BURSZTYN, 2010; PENNA e ROSA, 2015; PAULA e SILVA, 2006; ALMEIDA, 1989).

Em primeira mão, é importante constatar que não se trata de buscar compreender as interações ou conexões entre movimentos e Estado, à luz de mera generalização dicotômica, entre processos de institucionalização³⁵ *versus* ação coletiva. No processo de elaboração e constituição de políticas públicas há variáveis na forma de como se estabelecem e dinamizam estas interações e na forma como as mesmas se operacionalizam, nem sempre fácil de perceber em leituras de primeira ordem. Assim, já se alerta para o risco de pensar a dinâmica

³⁵ Esclarece-se que a perspectiva de leitura, à luz da pesquisa realizada, não se prende muito à discussão acerca da institucionalização dos movimentos sociais, enquanto elemento de ambiguidade ou contradição. Isso ocorre pelo fato de que o fenômeno observado se revela mais como espaço de mediação, e portanto, um lugar de tensão e de disputa. Reconhece-se sim, que o fenômeno da institucionalização pode ocorrer e como de fato ocorreu, mas, em perspectiva relacional (Estado-movimentos sociais), representou, na pesquisa, a perspectiva dos movimentos sociais em negociar e interagir com o Estado. Ressalva-se, contanto, que há um leque maior de análises, que possam contemplar outros elementos. Trata-se, assim, de um processo onde a luta pelo espaço político, leva ou potencializa justamente, a politização e publicização das demandas tangidas pelos movimentos sociais do campo.

relacional entre Sociedade-Estado, de forma *prêt-à-porter*, ou seja, nas explicações prontas, instituída e que, por vezes encobrem mais que revelam.

Há que se pôr em destaque, ainda, o paradoxo traduzido nas recorrentes tentativas do próprio Estado brasileiro em cumprir ou “mitigar” sob formas programáticas, as promessas de democratização, do Estado social, das garantias fundamentais projetadas na Constituição de 1988, mas em muito burladas no contexto subsequente. Tais contradições articulam-se no interior do Estado, variando conforme as condições e oportunidades políticas nas quais as decisões são tomadas. Mas também, estas formas de intervenção são incorporadas em um leque maior de possibilidades: contexto local, capacidade de sensibilização e mobilização de segmentos sociais, práticas políticas instrumentais, etc.

Assim, a ação do Estado, materializada em seus agentes, vai se diversificando de tal forma, nesta arena de atuação e disputa. Vislumbra-se um conjunto heterogêneo de ações, envolvendo influências externas, relações consensuais sob forma de parcerias, coexistindo no mesmo processo, e influenciando no modo de gestão. Assim, torna-se possível compreender e analisar o comportamento de atores políticos, as formas como as decisões são tomadas e o papel dos movimentos sociais, que se incorporam, voluntária ou automaticamente ao processo.

A gramática destas interações, portanto, exterioriza uma pluralidade e dinamismo. Define formas de integração, reelabora práticas de atuação, incorpora e ressignifica, inclusive em mudanças de perspectiva e de método. Por um lado, este fenômeno estabelece a distância das diretrizes ortodoxas, que sistematizam as definições sobre tais práticas. Por outro lado, ao desvelar a fragilidade das perspectivas dualistas no trato interpretativo destas questões, projeta a necessidade cada vez maior de incorporar elementos transdisciplinares em relação aos fenômenos políticos, demarcados nas ações coletivas.

Assim, a observação possibilitou perceber que as interações devem ser analisadas e valoradas no interior ou no ambiente das instituições, mas também, nos espaços recriados, dentro desta arena, sob formas de diálogo, enfrentamento, pressão ou confirmação. Possibilitou compreender ainda, que não se trata de uma interação entre sujeitos abstratos, mas, ainda que em planos diversos, de atores concretos, com percepções distintas ou aproximadas, com interesses expressos ou simbólicos, e que assim constroem e reconstroem o sentido social da ação coletiva, enquanto ação política.

4.1 O processo de redemocratização no contexto dos Projetos de colonização

Há um recorte temporal necessário que se faz importante apreender. Na perspectiva dos processos de colonização no Estado de Rondônia e nos impactos a respeito da participação dos movimentos sociais do campo em sua relação com o Estado, o contexto histórico foi fundamental. A década de 1960, representou, sobretudo em sua segunda metade, os arranjos do Estado (militarizado), com os empreendimentos da colonização privada. Os grandes projetos de colonização, concebidos à luz da “Operação Amazônia” (1966), se consubstanciariam na década de 1970, entrando em boa parte da década de 1980 (SOUZA, 1977).

A segunda metade da década de 1980, processa, no interior da sociedade brasileira toda uma expectativa transformada em dinâmica de redemocratização. No país, a partir de 1985, grandes e articulados debates sobre temas da reforma constituinte são incentivados. Na Amazônia, mais ao noroeste, povos e comunidades tradicionais se articulam em torno de um emblemático movimento por reconhecimento, na perspectiva territorial de suas demandas, consolidado no termo “Povos da Floresta”.

A efervescência político-social causada no contexto do movimento migracional (anos 1970 e 1980), à luz de todo o debate da redemocratização e da elaboração constitucional. A narrativa constituinte atinge também a “questão agrária”, em seus novos e reeditados desafios, fazendo emergir a necessidade de um Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

No contexto amazônico, ocorre, na década de 1980 o agravamento dos conflitos pela posse da terra. Tais conflitos são tratados, antes de mais nada como questão política, na perspectiva dos governos militares, à sombra ainda de todo o contexto de debate e articulação da época do golpe civil-militar (1964). Ao leste amazônico, a questão fundiária ganha contornos de estratégia geopolítica e são criados, o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF, 1982)³⁶, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT, 1980) e o Grupo Executivo Baixo Amazonas (GEBAM, 1980).

Na outra ponta da Amazônia (Noroeste), para atender as diretrizes do Programa de Integração Nacional bem como os pressupostos dos programas de colonização, a direção política dos órgãos públicos estavam à cargo dos militares, ou por eles indicados. Em Rondônia, desde 1968, chefiava o Órgão de terras o Capitão Silvio Gonçalves Farias,

³⁶ Para José Gomes da Silva, o MEF foi constituído mais para manter o controle militar sobre as questões de terra que se agravaram a partir dos anos de 1970, e ainda para resolver um problema de agenda de promoções do Exército (SILVA, 1987).

responsável tanto pelo direcionamento da Política de Colonização dirigida, quanto para o repasse de grandes áreas de terras, à empresários e empresas, via contratos de licitação.

Em Rondônia, é igualmente na década de 1980, que diversas e distintas formas de resistência por parte de grupos de camponeses, esquecidos ou traídos pelos projetos de colonização no Estado, começam a se constituir, organizando-se, seja através de resistências pontuais, via enfrentamentos diretos, seja através da organização de movimentos sociais, apoiados, em grande parte pela Igreja Católica local.

O programa governamental de integração e colonização da Amazônia foi acompanhado e motivado por incentivos fiscais, incidindo assim em um dinamismo migratório sem precedentes. Isso precipitou um aumento e agravamento de conflitos agrários na Amazônia, paradoxalmente associados ao chamado “milagre brasileiro”, no início do período militar. A ideia veiculada pelo paradigma desenvolvimentista, havia, na verdade sido planejada estrategicamente na chamada Operação Amazônia, em 1966, sendo que a base do modelo de desenvolvimento agrário para a região, direcionava para a pecuária em larga escala (HALL, 1989; COSTA, 2012).

Mesmo ante evidentes equívocos (como a colonização ao longo da Transamazônica), o governo realizou muitos investimentos, associado, por sua vez ao capital transnacional, sobretudo do Banco Mundial. Em regra, o obstinado projeto se efetivaria sob os ditames e moldura da “modernização conservadora”, onde fluem e se solidificam grandes empresas, o capital estrangeiro e famílias latifundiárias na Amazônia. Pela lógica da colonização, como negação da reforma agrária, o latifúndio improdutivo se transformaria em empresa moderna. Grandes áreas de domínio público seriam transferidas ou destinadas à empreendimentos agropecuários privados, e assim, modernizaria também as relações técnicas sem que preciso fosse alterar as relações patrimoniais no campo brasileiro (COSTA, 1992, p. 13).

Garantia-se, assim, tanto por parte dos altos incentivos fiscais, quanto pela opção clara de não-realização de uma política agrária, o fortalecimento de um modelo de concentração da propriedade, vinculado sempre aos fatores locais constitutivos do poder político e econômico de uma determinada base social, que evidentemente significasse politicamente na sustentação do regime (MARTINS, 1995).

A opção pela pecuária ou pelo incentivo aos estabelecimentos agropecuários, na década de 1970, conjugava uma lógica que incidia, no caso da implementação de grandes empreendimentos agropecuários, em potencialização da entrada do Grande capital na região. A grande empresa pecuária, torna-se peça fundamental para a análise dos processos de colonização na Amazônia. Importante ressaltar que esse ramo econômico, não só traduz o

âmbito de inserção e acúmulo do capital, como projeto econômico, como também se materializa como instrumental político fundamental e programático, configurando assim, na configuração local as pretensões governamentais enquanto projeto de desenvolvimento.

Rondônia, em abordagem específica, desenvolveu-se inicialmente sob o discurso da “fronteira agrícola”, este foi o mote bussolar do projeto de colonização, seja privado, seja público. No entanto, a coexistência de grandes áreas de terras, assenhoradas pela grilagem e imunizadas pelas concessões de terras públicas, acenava para o ideário da empresa rural, como projeto fundiário estruturante. Esta orientação, portanto, como já visto, não só de cunho econômico, mas eminentemente político, converteria a “frente agrícola” em “frente agropecuária”.

Reconstituía-se, assim, a montagem das “velhas” estruturas nas “novas regiões”, potencializando, de forma funcional, extremamente efetiva, a acumulação capitalista em territórios de colonização dirigida pelo Estado. De tal forma, pela via da conveniência econômica a gestão política se estabelece, tanto nos termos do patronato rural proprietário, quanto nos projetos políticos da ditadura. Sem condições, incentivos e recursos, a “frente agrícola” padece de um (pre)destino manifesto, uma vez que não atrai mercados demonstra-se inapropriada.

Face a esse conjunto de inadequações, a modernização conduzida pela ditadura orientava-se pela assertiva: “contenham-se as estruturas camponesas que conduzem o desenvolvimento extensivo da agricultura e poder-se-á intensificar com maior rapidez a produção organizada em moldes capitalistas”. Para que tal objetivo fosse atingido, jogou-se, o grande capital “na fronteira”, colocando, assim, em questão o principal fator que fazia a produção familiar seu fundamento: o acesso a terra (COSTA, 2012, p. 53).

José Gomes da Silva (1987), um dos mais importantes analistas do problema agrário brasileiro, do período militar em diante, presenciou e refletiu sobre o impacto da questão agrária enquanto política de Estado. Como fazia parte do Grupo de Trabalho de Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET) e posteriormente do grupo constituído para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), percebeu de perto o drama da questão agrária brasileira. Na sua percepção, a questão agrária, sob o imbróglio de uma oligarquia rural e patrimonialista, fez “cair por terra” qualquer possibilidade suscitada pelo próprio Estatuto da Terra de 1964.

Em outro momento nacional importante, da Assembleia Nacional Constituinte, testemunhou o drama e todos os impasses em relação ao que estava sendo posto no texto constitucional acerca do tema. Resume o resultado de todo o embate e mobilização da própria

sociedade acerca da relevância e importância do tema, ao concluir que se trata de um verdadeiro problema institucional, alvejado por forças e interesses conjugados, doutrinariamente articulados, decidindo desde sempre pela não-realização ou paralisação da reforma agrária no país (SILVA, 1987).

É neste cenário em que, paradoxalmente conjuga-se a “volta da democracia” com a polarização de setores ultraconservadores, patronais, no cenário do campo brasileiro. Surge a União Democrática Ruralista (UDR), com diretrizes programáticas de extremismo reaceso, e com práticas radicalmente antidemocráticas e anticonstitucionais.

Em Rondônia, com o suposto fracasso das atividades da colonização particular, o modelo agora, em plena década de 1980 é o da colonização oficial dirigida, a cargo do Inca. Mesmo se tratando de colonização pública, tal proposta contará e se constituirá sempre com reserva ou “estoques de terras” a serem transferidas para o domínio privado, ou ao empresariado rural. De tal forma, há lugar sim, na Amazônia, para que a oligarquia agrária, sobretudo do Sudoeste e Sul do Brasil possam angariar vultosas áreas de terras, sob o manto legal e administrativo do Estado brasileiro. No caso específico de Rondônia, o “arranjo” se deu pelas licitações, a custo mínimo. Conforme a narrativa vídeo-documental de Vincent Carelli (2009), “o governo gastou mais demarcando os lotes (de 2.000 hectares) do que cobrava pelas terras”.

4.2 Pressupostos da relação Estado-movimentos sociais do campo: condicionantes e variáveis

Uma das conclusões da pesquisa qualitativo-exploratória realizada, reage contra a possibilidade de generalização ou padronização acerca da controversa relação Estado-sociedade. Isto resulta muito claro nas posições que, tanto os servidores públicos³⁷, quanto os integrantes dos movimentos sociais enunciam. A ideia inicial foi justamente buscar compreender a forma desta relação entre movimentos sociais e Estado, os efeitos da atuação destes movimentos em relação às políticas públicas e os diversos níveis desta interação.

³⁷ Trata-se de agentes públicos concursados ou nomeados (cargos de confiança/políticos), numa gama ampliada de funções: chefia (gabinete), divisões técnicas, atendimento e protocolo, arquivo e documentos, entre outras. Para a pesquisa primou-se, em primeiro lugar, por coleta qualitativa acerca dos temas vinculados à questão central: relação com os movimentos sociais, repertórios utilizados, avanços e limites da política agrária, modos de tratamento e relações com lideranças e “beneficiários-clientes”, politização da Autarquia, entre outros. Não houve seletividade no processo de contato ou escolha de entrevistados, baseando-se mais em critérios de oportunidade e tempo. Além de contatos informais, anotações, contou-se também com entrevistas gravadas e operacionalizadas por meio eletrônico. Analisou-se ainda, documentos disponibilizados e relatórios de reuniões, audiências e intervenções em eventos públicos, como seminários, simpósios, etc.

Constatou-se que a compreensão destas políticas supõe um olhar mais atento sobre estas relações e as conexões estabelecidas.

Tanto em relação aos servidores quanto por parte dos integrantes dos movimentos sociais do campo, chamados hora de “beneficiários”, hora de “clientes da reforma agrária”, hora de “parceiros”, sofrem, nestes “empréstimos mútuos”, influências e impactos, que interferem na implementação das políticas públicas, sobretudo de reforma agrária.

Uma ampla gama de atores é incorporada neste processo, formando uma rede complexa. Trata-se de um campo que envolve Partidos políticos, movimentos sociais, o INCRA, órgãos de controle, Ministério Público Federal, Ouvidoria Agrária Nacional, prefeituras municipais, associações, advogados, etc. Esta rede materializa-se em diversas conexões, que afetam ou interferem em todos os atores em cena.

Por outro lado, uma teia de procedimentos nestas relações dá conta desta complexidade sob as mais diversas formas e rotinas. Inclui a interferência de Partidos e dos próprios movimentos, enquadra-se na pressão dos processos de controle, estipula-se sob a forma de convênios. Por vezes, tais convênios/acordos são mediados por representações dos beneficiários, por vezes, instrumentalizados por interesses localizados.

Assim, o Estado que se manifesta através de seus Órgãos, no caso do Incra, reproduz seu sentido e sua função, constituindo-se como ator-rede, através da complexidade destas relações. Isso estabelecido como pressuposto, por si só, descarta o imediatismo da análise enquadrada tão somente nos esquemas de relação Estado-sociedade civil, análise esta, sob tal ângulo, insuficiente para compreensão destas múltiplas relações e seus efeitos.

Conforme assinala Becker (1990, p. 40), este Estado é o próprio Incra, com sua política institucionalizada, orientando (dirigindo) as formas de ocupação e controlando, por diversas formas os “movimentos migratórios”. Para tanto, é efetivo em impor a monopolização das terras, sobretudo por parte de grandes imobiliárias, latifundiários, fazendeiros, sob a chancela disciplinar e jurídica do Estatuto da terra, ou Estatuto da empresa rural e da colonização dirigida. Ianni (1979) vai se referir à esta estratégia de Estado como “colonização e contrarreforma agrária na Amazônia”, onde seja possível “dar um pouco de terra para que nenhuma terra seja dada” (IANNI, 1979, p. 127).

No contexto destas ponderações há que clivar a questão, também complexa, de perceber a ação política nos processos democráticos em termos de confronto-consenso. Sabe-se que, nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1990, tem ganhado proeminência o discurso do consenso, por vezes imiscuído na lógica da passividade. Tal fenômeno tem sido tratado como resultado inexorável de uma racionalidade liberal incontestada. Em ambos os casos,

desloca-se o lugar das narrativas, então centradas na ideia de dominação, mas também impacta nas interfaces plurais e pluriperspectivas do próprio liberalismo.

Em terras brasileiras, não há como ilusoriamente descartar a histórica e colonial performance da questão agrária, como problema do século XIX não resolvido no século XX e amplificado e repaginado em pleno século XXI. Esta abordagem acusa as assimetrias sociais decorrentes desta constituição histórica, desafiando textos e contextos, inclusive aqueles que, em particular associam à ideia de liberdade e democracia a ideia de igualdade, para além do seu apelo formal. A questão que se impõe é se há alguma autêntica possibilidade em construir consensos democráticos e participativos aceitando que grupos despossuídos, desterrados, existam, como sinal evidente e manifesto de uma desigualdade jurídica e política ambivalente.

Igual, ou mais que em qualquer outro campo, é na realidade agrária que o litígio se constitui, seja como resultado circunstancial das relações assimétricas atuais, seja sob a forma de perpetuação de uma estrutura histórico-colonial. Assim, o contencioso assinala essa perspectiva de disputa, ressituaando o antagonismo entre as dominantes e dominados. Tal antagonismo pode até e inclusive ser invisibilizado, no entanto não há recurso mágico ou artimanha retórica que o transcenda.

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a *naturalizar* os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos” e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital (BOURDIEU, 1989, p. 163).

A unanimidade, muitas vezes reportada sob a moldura da sociabilidade, da pacificação, dos consensos, nubla, neste sentido, a compreensão do fenômeno político que envolve de forma performática os movimentos sociais. Em específico, no caso dos movimentos sociais do campo, não foram poucas as vezes, em nossa recente história, que tentou-se aniquilar o dissenso ou o conflito lançando mão, em muito, do aparelho de dominação política.

De igual forma, os modelos de ajuste econômico, sobretudo aqueles redimensionados pelo patrimonialismo, incidindo sobretudo na insistência da reprimarização da economia ou mercantilização dos bens da natureza, instrumentalizados por múltiplas formas extrativistas (mineração, petróleo, energia, monocultivos, exploração de madeira). Este modelo provocou e provoca, no cenário amazônico, intensas pressões sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais, suscitando numerosos conflitos, tanto sociais (luta pelo acesso à

terra), como socioambientais e territoriais (reconhecimento, pertencimento e defesa dos territórios).

Trata-se de um campo de conflito e disputa, que põe em cena, processos de desterritorialização e reterritorialização, enfrentamento dos modelos de agroprodução, onde os atores ou sujeitos envolvidos, se relacionam, se confrontam, e os processos de disputa se configuram e se constituem. Assim, o conflito comparece como categoria estruturante da narrativa política e pauta, nas relações estabelecidas o sentido desta conflitualidade.

Para Bourdieu, buscando entender os entremeios do campo político, nada teria sentido fora do campo das relações. E assim, ocorre como se a distribuição de posições políticas resultasse em uma distribuição de papéis, onde cada ator constitui-se em sua posição pela concorrência que ameaça. Tais atores, enfim, tendem-se a organizar-se na oposição entre dois polos, sendo que no interior destes polos constitui-se, igualmente também por verdadeiros campos. O antagonismo, a concorrência, e a oposição que se materializa nestas relações, estabelece as condições de sentido e compreensão. Completa Bourdieu que “nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 1989, p. 179).

Em Rondônia, o dimensionamento ideológico do conflito social, revela-se pouco filtrado, na perspectiva da relação entre agentes públicos e lideranças dos movimentos sociais. Na esfera institucional da autarquia responsável pela questão agrária, o caráter de política pública se sobrepõe, na instância do debate público, das reuniões e audiências programadas. Neste sentido, a “tensão social” gerada nestas ocasiões, é absorvida pela dinâmica rotineira do órgão público, suas questões procedimentais, burocráticas e técnicas. É no campo específico da análise do conflito em si, sobretudo no âmbito da Comissão Nacional de Combate à Violência no campo (CNVC), que a questão é reproposta no campo do lícito-ilícito (Dimensão penal-criminal) e, onde, adota-se, nos meios vinculados à política de segurança, por parte dos agentes do Estado, o caráter ideológico ganha publicidade nas análises governamentais.

A incidência desta realidade localizada no campo fronteiriço desta relação entre movimentos sociais do campo e Estado, perpassa por várias dimensões desta conflitualidade. Tal conflitualidade, no entanto, não se reduz apenas ao enfrentamento com o Estado, uma vez que é também um conflito de classe. Além do mais, o enfrentamento é apenas um momento (agudo) do conflito, localizado no âmbito interno no processo de desenvolvimento imposto,

na sua forma de organização social e territorial. O cenário visível deste enfrentamento, foi retratado pelos dados da CPT, em relação ao ano de 2016, com a seguinte estatística:

Tabela 8: Dados da violência contra a pessoa – Rondônia/2016

Violência contra a pessoa em 2016	
Nº de conflitos	172
Assassinatos	21
Tentativas de assassinato	10
Ameaçados de morte	40
Agredidos fisicamente	141
Presos	88
Detidos ou ameaçados de prisão	121

Fonte: CPT, 2017

O conflito, aqui mapeado, retrata a materialização da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, sejam eles sem-terra, posseiros, povos tradicionais, etc. Tal violência, via de regra, é uma violência, sobretudo por grandes interesses patrimoniais (grandes fazendeiros, grileiros, madeireiros). Trata-se de repressão privada, estipulada por contrato, utilizando-se de milícias paramilitares, crimes de pistolagem, etc. No entanto, atenta-se para o fato da participação do Estado, cada vez mais incisiva, como forma de repressão institucionalizada.

Na relação Estado-movimentos sociais, no campo institucional, a conflitualidade ganha outros contornos, que, no entanto, precisam ser apreendidos no conjunto da questão da Política agrária. Em cenários mais recentes, a conflitualidade avança para além dos elementos que circunstanciam a violência física, no campo dos enfrentamentos, também a violência simbólica. Esta violência simbólica é posta em evidência, sobretudo, nos retrocessos legislativos, estrategicamente calculados e na verticalização da judicialização da questão da terra e dos movimentos sociais do campo. Assim, enquanto dispositivo de poder, lança mão o Estado de seu aparato, seja no campo policial, seja no campo judicial, utilizando-se de formas sofisticadas, e facilmente legitimadas para empreender a contenção do conflito.

4.3 A percepção desde dentro: o Estado autocompreendido e a percepção do conflito

Na busca em compreender como em que bases se configura a relação entre os agentes do Estado frente à sociedade (cliente), perpassa uma compreensão onde se mesclam inúmeras variáveis. São vetores que demarcam, mas também permeiam esta relação: forma do vínculo do servidor (contratado/nomeado), contexto histórico político envolvente (Ditadura/Redemocratização), graus de afinidade, trajetória política, vínculos religiosos, etc.

Pode-se dizer que a identidade deste Estado transmuta-se no seu agente, é por ele incorporado ou nele se incorpora.

Quando a questão é deslocada para o âmbito interno das disputas políticas institucionais, é possível perceber e identificar, no caso pesquisado, pelo menos quatro questões centrais que envolvem controvérsias e disputas acerca de diferentes temáticas: 1) o tempo de casa do servidor e sua compreensão e visão; 2) a relação-interferência partidária junto ao Incra; 3) a relação intrínseca com os movimentos sociais; 4) as relações intrínsecas e o jogo burocrático na perspectiva do patronato rural institucionalizado.

Em um cenário de confronto político onde as situações de disputa são evidenciadas, a percepção deste conflito reclama por uma racionalidade, que se operacionaliza seja nos argumentos e opiniões, ajeitadas ou não sob forma de justificativas. O alicerce da legalidade, como fundamento das ações de Estado, tem sido intensa e recorrentemente utilizado, neste sentido³⁸.

Em relação à compreensão sobre a questão agrária, função do Incra e relação com os movimentos sociais, a questão relativa ao “tempo de casa do servidor” demarca uma questão primordial sobre como se processa as disputas de visão política e da prática do cotidiano, no Órgão pesquisado. No caso do Incra, os servidores contratados antes da década de 1990, ou então aqueles que se incorporaram ao órgão no período militar refletem, em regra, um posicionamento diferenciado, quanto ao papel do Incra, do Estado e dos próprios movimentos sociais.

A missão do Incra era colonizar a Amazônia, sempre de olho no que o fantasma do comunismo podia representar. Mormente, quando corriam rumores que a semente de “Che” Guevara vingava na vizinha Bolívia. Um militar deveria assumir o posto de coordenador. Assis Canuto continuaria prestigiado, mas seria remanejado para o vizinho Estado de Rondônia. Para o Alto Comando das Forças Armadas, a região da faixa de fronteira não poderia ficar à solta. E não era por acaso que no sul do Pará, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (Getat), braço militar da instituição, dava as cartas. O momento exigia que o comando das ações do órgão na Amazônia ocidental fosse entregue a alguém que tivesse a cara e o espírito nacionalistas do momento (NASCIMENTO, 2006, p. 136).

A dinâmica funcional se caracteriza mais pela competência e capacidade em administrar tal política nas condições desafiadoras do contexto do “desbravamento da Amazônia”, que no nível técnico e profissional demandados de um servidor atual, concursado. Jean Hébette (2004) esclarece essa ideia de que, na perspectiva da colonização, sempre na lógica do “vazio demográfico”, o Incra foi investido de enormes poderes, inclusive se

³⁸ A este respeito, veja-se a própria compreensão da região, como “Amazônia Legal”, assim como a criação de programas de regularização fundiária, entendido como “Programa Terra Legal”.

encarregando de funções públicas relacionadas aos colonos, tornando-se, enfim, um Estado dentro do Estado.

Percebe-se, em primeiro plano, o protagonismo do Inca, como Estado, em dar efetividade à lógica da colonização dirigida, como projeto do governo militar à época, isso na década de 1970. O papel evidenciado do Órgão, cumprindo uma agenda, elaborada sob a sistematização estrutural e ideológica do Programa de Integração Nacional, de 1970. A política de Reforma agrária, como instrumento e função do Órgão, será redimensionada no contexto da redemocratização, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990. Esta distinção conceitual e temporal é fundamental, sobretudo para compreender a atuação do Órgão, na atualidade (CASTRO, 2013).

Esta distinção aparece claramente demarcada no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Distinguiu-se os processos do período da colonização, substantivamente cumprindo uma função de povoamento e concessões de terras públicas, dos programas de assentamento, como projeto técnico, contando com a participação direta dos beneficiários, sobretudo no que se refere às decisões sobre as formas de posse e uso das terras (Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985).

Em geral, os servidores da época se autocompreendem como pioneiros, agindo com destemor e cumprindo uma função estatal imprescindível, sendo que a colonização da Amazônia, era questão prioritária para o governo militar. Os executores do Inca ou eram alinhados aos militares ou eram egressos do próprio oficialato, como o foi no caso de Rondônia, executor do Inca, o Capitão Silvio de Faria, ligado ao Conselho de Segurança Nacional (SOUZA, 2011).

Em observação de campo junto aos contratados do Inca, de especial maneira aqueles servidores que remanescem desde o tempo da militarização do Órgão, é recorrente ouvir o relato sobre a *“organização militar e sua eficiência”* na década de 1970 e 1980. A percepção, igualmente, sobre os movimentos sociais do campo em sua relação com o órgão, também se distingue. Conforme estes funcionários, *“não se falava em movimentos sociais naquela época”*.

Em relação à forma de atuação, *“ninguém falava em invasão de fazenda e muito menos em invasão do Inca”*. Em estudo etnográfico realizado por pesquisadora, junto à Superintendência Regional de Marabá, conforme depoimento relatado, a funcionalidade do Órgão, evidenciava-se por outro papel. Conforme testemunho de Servidor do Inca, lotado no Órgão, desde 1983:

O público vinha aqui na Unidade. Nessa época dos militares, do GETAT, a ideia era dar celeridade para a emissão de títulos, era muito célere a entrega de títulos. Eu acho que com a chegada do INCRA tanto a Unidade como a SR(27) começaram a fazer aquele papel, aquela coisa de assistencialismo ao colono (CASTRO, 2013. p. 141).

Percebe-se em tais narrativas, que a lógica do *“tempo de casa”* é substancial para demarcar o papel do Incra. O *“Incra de antes”*, um órgão muito mais aparelhado de recursos, com sua agenda pautada em efetivar uma política estruturante do Estado brasileiro: o programa dirigido de colonização. O *“grupo dos antigos”* representavam e representam os servidores do tempo da militarização, *“do tempo do GETAT”*, com sua visão de estratégia política evidenciada como um dos principais braços do Estado, desenvolvendo um trabalho pioneiro, cumprindo quase de forma *“salvacionista”* as sagradas funções do Programa de Integração Nacional.

Em relação aos *“servidores novos”*, a partir de 2004 e 2005, uma primeira questão que sobressai é a compreensão acerca da *“grande demanda de trabalho”* associada à constatação de que o Incra não teria *“estrutura para acompanhar tal demanda”*. Esses funcionários constata assim a amplitude da questão agrária, entendida sistemicamente como um processo, de contornos muito mais técnicos que políticos. Um dos entrevistados aborda nos efeitos, nas causas e nas motivações, a dinâmica de tal processo: *“Somos contratados para atender um grande número de atribuições, sem preparo devido, tendo que enfrentar, inclusive todas as dificuldades de adaptação e ambientação. Dá para perceber que há, de forma clara, uma intenção de sucatear e desmantelar o Incra, como órgão responsável pela política agrária”*. (Servidor no Incra desde 1978).

Ponto recorrente, essa constatação de falta de estrutura e manutenção sofrida pelo Órgão, é entendida, sobretudo por parte dos *“servidores novos”*, como um descaso em relação ao resultado final da política de reforma agrária. Neste sentido, a fala de um dos entrevistados, sistematiza essa percepção: *“Parece cada vez mais claro, e isso pode ser percebido no desgaste e na falta de estrutura de trabalho, que o governo federal tem uma intenção clara que é a de acabar com O Incra”*. (Servidor no Incra desde 1977). Outros, no entanto, vão além, ao comparar os investimentos destinados ao Incra com os investimentos e os recursos destinados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), inclusive em relação à equiparação salarial. Resta claro, conforme alguns servidores, uma oposição baseada em uma preferência, *“do agronegócio sobre a agricultura familiar”*.

Nesta linha de argumentação, que reflete uma heterogeneidade de percepção e mesmo da forma como se autocompreendem, há no âmbito da Superintendência Regional do Incra,

em Rondônia (SR-17), alinhamentos nítidos acerca do papel do Órgão em relação aos grandes proprietários e aos pequenos agricultores.

Como, no caso específico de Rondônia a colonização privada precedeu a pública, em vários casos isso se deu, em razão mesmo do alinhamento de interesses particulares com os governos militares da época, casos como da Imobiliária e Colonizadora Calama, Colonizadora Itaporanga, etc., ilustram bem esta análise. Remanesce ainda hoje, junto ao Órgão, servidores que assumem claramente um posicionamento em favor de regularização de grandes imóveis públicos à empreendimentos privados, de oposição a ações administrativas e judiciais de retomadas de grandes áreas, concedidas à particulares sob condição resolutive e comprovadamente inadimplentes, etc.

Contudo, há igualmente um grupo de funcionários que se autorretratam como “*servidores da reforma agrária*”, muitos militantes e favoráveis às bandeiras dos movimentos sociais, assumidamente. Esta oposição sinaliza, por sua vez, também, um alinhamento político, estabelecido no período da chamada redemocratização, incluindo aí, todo o debate em torno da questão agrária constituinte, suas contradições e “possibilidades”.

E mais, à luz desta chave de observação, no contexto onde não raro, tramitam “acusações mútuas”, é possível constatar um “recorte geracional” na força e na forma de trabalho do Inca. A dicotomia que se estabelece entre os “*antigos*” e os “*novos*”, evidencia-se, não só pela percepção do próprio papel do Órgão e de seus agentes, mas enuncia-se também na linguagem utilizada. Em relação aos beneficiários do Programa de Reforma agrária, os “*antigos*”, os percebem, como “*colonos*” ou “*clientes*”. Já para os “*novos servidores*”, são “*agricultores, trabalhadores rurais, assentados e beneficiários*”.

Outra questão a ser posta, é justamente a questão da influência política no âmbito interno do Órgão. Ocorre que no passado, a ingerência política não se fazia tão presente no Inca. A ressaltar a diferença de contexto e regime em que o Órgão, cumpria na região, papel preponderante da política de Estado. Conforme as narrativas dos servidores, a presença da política, sobretudo em sua tangência partidária, compõe o cotidiano da instituição. No entanto admitem que também a interferência política dos movimentos sociais influencia as ações do Órgão.

Ocorre que, na atualidade, conforme os acordos e ajustes de composição partidária, são as forças políticas locais, atreladas ao Partido da situação, que indicam cargos de chefia no Órgão. Isso vale para a função de Superintendente e cargos como chefia de gabinete e ouvidor agrário regional. Esta conexão incide diretamente no direcionamento político das ações da Superintendência e atravessa as estruturas do Órgão de diversas formas e em

distintas circunstâncias. Assim o foi recentemente nos dois períodos do governo Lula (2003 e 2010), onde os indicados à Superintendente e alguns cargos de chefia egressos de filiados ao Partido da situação, e posteriormente, nos governos Dilma/Temer, indicados alinhados ao maior Partido que dava sustentação ao Governo, o MDB.

Esta característica que permeia a estrutura das Superintendências regionais aponta outros liames, significativos no plano das controvérsias e conflitos internos no órgão. Para os “*servidores da casa*”, invariavelmente a presença destes “*servidores de fora*”, ou “*servidores políticos*” manifesta um aspecto crítico negativo, uma vez que estes “servidores nomeados politicamente” acabam por fazer um “*uso político partidário e eleitoreiro*” tanto da função, quanto do órgão.

Outro aspecto, apreendido, na observação qualitativo-exploratória, diz respeito à distinção entre a atuação “técnica” e a atuação “política”. Para boa parte dos funcionários da Autarquia, sobretudo os mais novos, a dimensão técnica refere-se mais à natureza do órgão, “*uma pessoa da casa acaba demonstrando mais cuidado, mais conhecimento e maior responsabilidade*” no seu campo ou área de atuação. Conforme a afirmação de um servidor, concursado junto ao Incra, desde o ano de 2005: “*eu acho que uma pessoa que atua no plano político aqui, acaba não fazendo um bom trabalho. Se a pessoa pautar uma carreira política no Incra, esta preocupação acaba comprometendo a qualidade do trabalho e de sua função junto ao órgão*”.

4.4 Conexões participativas entre Estado e movimentos: disputas e arranjos num novo “espaço público”

Via de regra é possível constatar, por parte das lideranças dos movimentos sociais do campo, a ideia de que, é essencial levar e manter a discussão sobre a demanda de tais movimentos no espaço público do debate. Isso implica em repropor outras formas de mediação, no caso, ocupando a instância na instituição estatal. Assim, diminuindo a distância entre o Estado provedor e o possível “beneficiário” implicaria, por parte dos movimentos sociais do campo em verticalizar as formas de atuação, sobretudo em tempos de correntes adversas ou mesmo, frente a inação do próprio Estado.

Neste contexto, entra em cena, todo um repertório de ação, articulada, por parte das lideranças dos movimentos sociais, envolvendo uma teia de relações com agentes públicos (representantes do Estado), sob o impacto de contextos e influências externas, questões

conjunturais, de viés político, ou mesmo, de contextos locais, que reforcem, expressa ou simbolicamente a intenção ativa e reativa dos referidos movimentos.

Neste sentido, captou-se como reveladora, a forma como os “servidores”, ou seja, o Estado, percebe a ação e a relação do órgão com os movimentos sociais do campo. O ponto de embate gira em torno das diversas formas desta relação, sobretudo quanto aos efeitos na execução das políticas públicas de reforma agrária. Em regra, tanto os funcionários, quanto as lideranças, utilizam o conceito de “parceria” ao fazerem referência a esta relação entre movimentos sociais e Estado/Incrá. Na prática, contanto, esta relação de parceria ganha diferentes sentidos e articulações.

Um destes sentidos traduz-se na forma de “pressão” exercida pelos movimentos sociais caracterizada pela “ocupação” da sede do Incra e Unidades Avançadas. O que se objetiva, claramente, é estabelecer determinadas prioridades, seja em termos das demandas por retomadas de terras públicas, seja por regularização fundiária. Pode ser ainda, referindo a ampliação ou efetivação das políticas de crédito, agendamento de ações prioritárias ou emergenciais, etc. De qualquer forma, tais demandas são incorporadas na estratégia da ocupação, como evento político que influencia e mesmo altera a rotina de trabalho dos servidores.

Há, em regra, todo um ritual que vai do agendamento e oferta de pauta, convocação de funcionários específicos da área, hierarquia de demandas conforme a situação emergencial. Os compromissos serão lavrados em ata, como meio de formalização de compromissos. Em tudo, assume, tal repertório por parte dos movimentos sociais, uma forma de protesto, mas também de pressão.

Não é unânime a opinião acerca destas intervenções, por parte dos servidores. Em regra, aqueles mais antigos ressaltam o aspecto negativo da interrupção do trabalho, a “desordem” provocada, mas reconhecem o aspecto da “parceria”, quando tais mobilizações resultam, por exemplo no acréscimo orçamentário.

A nomeação de “relação de parceria”, não raras vezes também, é assumida pelas lideranças dos movimentos sociais. Os contatos que caracterizam esta aproximação se efetivam na rotina e cotidianidade de reuniões, na identificação das demandas por parte dos servidores, nas visitas destes nas áreas, em geral acompanhados pelas lideranças destes movimentos sociais. Estes vínculos, inclusive, caracteriza-se por uma certa familiaridade, como em conversas telefônicas, instrumento este, inclusive, muito utilizado para um contato direto entre as lideranças e os servidores, incluindo os cargos de Superintendente e cargos de chefia. É possível identificar, que tal proximidade, foi de certa forma melhor constituída e

aperfeiçoada, sobretudo a partir da perspectiva de atuação da Ouvidoria Agrária Nacional e Regional³⁹.

Por parte dos agentes públicos vinculados à Ouvidoria, a questão do levantamento das famílias, assim como o controle do acampamento é, em geral, um papel do movimento por meio de suas lideranças. Desta forma, a lista das famílias, para fins de Cadastro junto ao sistema (SIPRA), nos termos dos critérios formais do órgão, é papel incorporado pelas lideranças do movimento. Inclui-se neste caso, a negociação acerca inclusive dos casos específicos, em que a liderança pleiteia e advoga as exceções. Neste mecanismo, inclui-se ainda, a questão do acesso e distribuição das cestas básicas, das lonas e das referidas destinações.

Neste sentido, tanto a constituição, quanto a organização em “acampamento”, institui-se como repertório fundamental, como ação político-coletiva dos movimentos e organizações sociais, na luta pela terra. Tornou-se, em regra a lógica de que estar no acampamento torna-se a forma de legitimação da pretensão de ser assentado. Desta forma, ressalta a ideia de parceria entre o movimento e a Superintendência, uma vez que caberia aos movimentos o papel de organização e controle dos acampamentos, configurando-se assim, tanto um canal onde o vínculo e o compromisso são definidos por esta troca mútua.

Em tal processo, a “forma acampamento” é definidora, enquanto repertório de ação para o acesso à política de reforma agrária, e ainda, que alguns servidores critiquem ou discordem de tal prática, padroniza a forma como a relação de parceria entre o Órgão público e os movimentos interagem. Percebe-se que, subjaz nesta dinâmica de relação, o estabelecimento de atribuições recíprocas, a priorização de agendas políticas por parte do órgão, e em outra ponta, a indicação de terras a serem desapropriadas, retomadas ou destinadas, bem como a relação de beneficiários a serem contemplados. Na parte de consolidação do Projeto de Assentamento é o movimento social quem indica, negocia e pressiona por execução em relação às infraestruturas a serem implementadas, a assistência técnica, etc.

³⁹ A Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) funcionou como um órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado com o objetivo de prevenir e mediar conflitos na área rural. Foi o principal articulador da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, criada em 2006 com o objetivo de “sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragens” (Portaria Interministerial 1.053, 2006). Tal comissão é composta por representantes dos Ministérios da Justiça (inclusive das Polícias Federal e Rodoviária Federal), do Desenvolvimento agrário, do Meio ambiente, da secretaria de Direitos humanos e do instituto de Colonização e Reforma agrária (Incra).

É possível, pois, identificar a “forma acampamento”, como uma pressuposição também assumida e administrada por parte dos servidores, talvez, inclusive, agindo ou estipulando uma condicionante, sob forma de coerção, a nortear as condições de ingresso na política pública de reforma agrária (SIGAUD, ERNANDEZ, ROSA 2010).

Trata-se de uma prática transformada em categoria, por parte dos movimentos sociais que acaba sendo legitimada pelo Estado, como forma de ação coletiva e política. A variável, deste modelo, constitui-se, tanto pelo movimento, e em grande parte pelo Estado, no reconhecimento da “forma ocupação”, como fundamental repertório de luta, por parte dos movimentos sociais do campo. Pode-se dizer, que, conjugadamente, esta forma, acampamento-ocupação, como movimento contínuo, é um repertório em pleno funcionamento, legitimado seja na parte orgânica, admitida, seja na parte funcional da própria linguagem entre o Estado e os movimentos (CASTRO, 2013).

Constatou-se, que o conceito de ocupação, como repertório, assumiu, para além da “ocupação da terra”, a “ocupação do Incra”, como prédio, local, onde se encontram o superintendente e os servidores das pastas específicas. A “ocupação do Incra” torna-se, assim, a ocupação de um “território” tanto quanto importante na luta pelo acesso à terra e às políticas de reforma agrária. Trata-se de uma especificidade tornada praticamente uma rotina, de certa forma “institucionalizada” inclusive por parte dos funcionários e dos movimentos.

Como questão específica, diferencia-se, tanto pelo “espaço ocupado” quanto pelos “sujeitos ocupantes”. Em outros termos, a “a ocupação do Incra” pelos movimentos sociais, torna-se algo diferente e “tolerado”, ainda que formalmente seja uma atividade ilegal, diferente do que seria, uma ocupação de outro órgão público, federal, estadual ou municipal, protagonizado por outro segmento social, urbano, por exemplo. Ao assumir a ocupação como um “repertório de pressão”, por um lado acreditam os integrantes e lideranças dos movimentos, que se trata de um instrumental que acelera a efetivação das políticas e das demandas indicadas. Pelo lado dos servidores, é corrente a percepção, de que as demandas são reconhecidas, no entanto, para alguns, a ocupação atrasa a resolução das emergências e do próprio funcionamento do órgão.

Em relação à ocupação da terra, notou-se a diferença, que por vezes o próprio Incra faz, de outras formas de ocupação, como aquela realizada por posseiros, daquelas feitas por grupos espontâneos. Nesta perspectiva, o próprio órgão elabora e divulga sua perspectiva de abordagem, filtrando sua interlocução nas variáveis dos modelos de ocupação. Assim, para o Incra, há os movimentos organizados (LCP e MST), há os grupos que estão sob a “tutela” do movimento sindical (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia –

FETRAGRO), e há os grupos “espontâneos” ou “independentes”, aqueles que se encontravam na terra, em regime de “posse antiga”, ou se organizam, sob a forma organizativa de uma “associação”, ou simplesmente formam o grupo para a atividade ocupacional, escolhendo lideranças e fazendo-se representar por elas.

Há abordagens e leituras analíticas (WOLFORD, 2010; CASTRO, 2013; BRUNO, 2012) que, interpretam a atuação dos movimentos sociais do campo, sob o ângulo destes processos participativos, como um “momento de democracia participativa” que ocorreria não tanto por um *design* participativo, muito mais por um déficit do órgão em executar políticas substanciais de reforma agrária, sobretudo por não ter sido, esta, uma prioridade no contexto nacional. Portanto, a participação dos movimentos sociais do campo (MST, LCP, FETAGRO), ao pontuar esta participação relacionada à implementação de políticas públicas junto ao Incra, na verdade estão, os movimentos, “denunciando” esta falta de prioridade política do Estado brasileiro com todas as suas condicionantes: orçamento precário, falta de funcionários, estruturas, etc.

Isso remete pois à aspectos, que mesmo não inscritos na formalidade, efetivam-se na prática: participação dos movimentos no processo de seleção, indicação de propriedades a serem vistoriadas e desapropriadas, pauta de prioridades, entre outras. A respeito, é preciso anotar que, mesmo discordando em aspectos circunstanciais, boa parte dos agentes públicos considera que, “*se não houvessem os movimentos sociais, não se efetivaria nada a respeito de política de reforma agrária*”.

A lógica da “parceria”⁴⁰, portanto, identifica um processo que vem se desenvolvendo nesta relação entre Estado e movimentos sociais do campo. E tal relação foi se consumando e constituindo sob a forma de distintas sub-relações. Muitas regras, tácitas ou implícitas foram assimiladas, estabelecendo-se vínculos que vão da familiaridade à dinâmicas de cooperação, entre servidores e lideranças dos movimentos sociais do campo.

Essa tal “parceria” operacionaliza-se através de distintos repertórios, indicando distintos significados, muitos inclusive naturalizados no cotidiano do funcionamento do órgão

⁴⁰ Por “lógica de parceria” ou “relação de parceria”, entende-se os distintos procedimentos que balizam as relações entre os agentes públicos da Autarquia e os movimentos do campo, por meio das lideranças e coordenações. Trata-se de uma visão (compreensão e sentido do papel e função do movimento por parte dos servidores), na reivindicação da política pública (pressão), mas também das dinâmicas de cooperação. Assim, na implementação das políticas agrárias e de seus processos burocráticos, aproveita-se do conhecimento, da organicidade e atuação destes movimentos junto às suas bases. Tal “relação de parceria” se processa não por planejamento prévio, nem previsão, mas de forma espontânea e, dinamicamente recriada. Pode-se dizer também, que tal forma de interação ocorre em função do descaso programático, por parte do Estado, quanto à política agrária, materializado na redução orçamentária, problemas de gestão e secundarização da questão agrária, como política de Estado e de governos.

estatal. Por esta conexão de parceria, a dinâmica do político e da política perpassa e incide desde forma constitutiva da luta pelo acesso à terra, passa pelas interações e influências político-partidárias até a implementação ou efetivação das políticas consumativas, fomento, custeio, estruturas, na fase de consolidação do assentamento.

Uma dimensão a ser posta é que, a depender do formato institucional dos órgãos, as ações dos movimentos sociais podem influenciar inclusive sobre os procedimentos e normas internas que orientam as políticas públicas destinadas. No caso pesquisado, foi possível constatar que, levando em conta as agendas dos movimentos sociais que pautavam tanto, ações diretas de reforma agrária (Incra), quanto ações de regularização fundiária (Programa Terra Legal), uma série de instruções, memorandos internos, grupos de trabalho e outros procedimentos, passaram a ser analisados e implementados a partir da própria Superintendência.

De igual maneira, a “relação de parceria”, na forma concreta de efetivação de determinadas políticas, sobretudo quanto à aplicação de recursos, fez-se sentir, conforme observação, a influência dos movimentos. Isso ocorreu, seja por pressão por retomadas de terras públicas, negociação, atuação jurídica da Procuradoria especializada, seja nas escolhas ou priorização de áreas a serem atendidas quanto à infraestrutura dos Projetos de Assentamento.

Por isso, que não é incomum o direcionamento de algumas críticas, por parte dos servidores, em relação ao modelo de atuação do Incra, conforme alguns, agindo “a reboque” dos movimentos sociais. Nesta percepção, mesmo reconhecendo a importância da pressão destes movimentos, isso tem feito com que o órgão de terras se perca em seus objetivos, abandonando o papel e o controle do processo de efetivação da política de reforma agrária.

Constata-se assim, que transcende a relação automática Estado-Sociedade Civil, ou Estado-movimentos sociais. Em perspectiva analítica é fundamental filtrar também o papel desenvolvido pelos atores em relação. O Incra, enquanto Estado presente nesta interlocução transforma-se não somente em um campo de disputa, onde as controvérsias são assimiladas e sistematizadas sob forma de política pública definida. É um território onde também os sujeitos se constituem, se representam e definem ou redefinem suas atitudes e papel em consonância com esta perspectiva. De perto, é um espaço onde as “trocas-recíprocas”, sob forma de consenso, dissenso, enfrentamento ou conciliação, influenciam e impactam.

Não se trata isoladamente de entender estes processos interativos e participativos, somente à luz de enfrentamento, mas de considerar limites e possibilidades de mutações estratégicas e objetivas em relação ao fim prescrito e alcançado. Em perspectiva de atuação

política direta, coexistem burocratas, militantes dos movimentos sociais, *lobbies* patronais, ativistas político-partidários. A fronteira de atuação de um ou de outro, nem sempre é perceptível (CASTRO, 2013).

A ideia central de Wolford (2010) é de que esse modelo de “democracia participativa” acontece por acaso e não por proposta. Ou seja, mediante a falta de recursos do Incra e da retirada da reforma agrária como agenda política, os servidores do órgão, em regra, ajustam sua atividade às demandas dos movimentos sociais do campo. De certa forma, no cotidiano das suas atividades chegam a transgredir as margens de um comportamento aceitável e legal. Assim, a questão agrária no Brasil passou a ser participativa, não por intenção, mas por necessidade. Assim ocorre, sobretudo, pelos mecanismos de pressão exercidos pelos movimentos sociais sobre o órgão responsável. O fenômeno da participação, no entanto, deixa de ser uma atividade, transformando-se mais em uma relação. Ressalve-se, pois, que para os indivíduos não representados pelos movimentos, o sistema político, em regra, mantém-se na linear e histórica lógica de privilégio dos grandes proprietários, ou seja, a marginalização.

Na conclusão da pesquisa de Wendy Wolford (2010), um dos argumentos analíticos, proposto a partir da observação, é esclarecedor:

Defendo que a reforma agrária no Brasil rural – tanto como uma questão política como uma prática territorial que resulta na distribuição de terras aos beneficiários anteriormente sem-terra - pode ser entendido, de forma produtiva, com um *site* da democracia participativa. Neste sentido, o termo *site* implica uma área física, um momento temporal (uma instância), um domínio cultural, e um espaço institucional de “encontro”, onde as linhas dentre o Estado e a sociedade civil estão menos distintas (WOLFORD, 2010, p.94)⁴¹

Sempre há o risco de limitar a análise sob o clivo da distinção entre Estado e sociedade civil, como se fossem categorias distintas. Por isso, há que se considerar que neste campo de atuação, há variáveis que não se encaixam nesta dicotomia pura e simples. O que, em primeiro plano não descarta a percepção de que, é nesta relação entre movimentos sociais e Estado/Incra, que se substantiva este espaço e processo de participação e democracia. Não é, no entanto, um espaço planejado, mas essencialmente pragmático, sobretudo ante o descaso e vontade política em dar à autarquia um *status* de programa político.

⁴¹ In this paper, I contribute to the literature and thinking on participatory democracy with an unlikely case that addresses some of these concerns. I argue that land reform in rural Brazil – both as a political issue and as a territorial practice that results in the distribution of land to formerly landless beneficiaries – can be productively understood as a site of participatory democracy. In this sense, the term ‘site’ implies a physical area, a temporal moment (an instance), a cultural field, and an institutional space of ‘encounter’ (Dagnino 2002), where the lines between state and civil society are blurred (WOLFORD, 2010, p. 94, tradução livre).

Fala-se, portanto, do desenvolvimento de uma determinada competência instituída e instituinte que reconhece na ação coletiva dos movimentos sociais do campo um papel preponderante de influência nas políticas de reforma agrária. Esta competência, entretanto, se preestabelece nesta relação a partir do reconhecimento e legitimação pelo Estado desta “forma-movimento” (ROSA, 2011), e se dimensiona como “relação de parceria”. Desta forma, categorias são construídas pelo movimento e assimiladas pelo Estado, são internalizadas e constantemente atualizadas nas práticas interacionais entre lideranças dos movimentos sociais e funcionários da autarquia (ROSA, 2011; PENNA e ROSA, 2015). Constata-se, assim, que uma compreensão mais apropriada acerca da influência dos movimentos sobre as políticas, exige tomar em consideração o papel da burocracia e da forma como a mesma se efetiva.

No plano, onde se dinamiza a correlação de interesses do Estado, pela sua via autárquica e burocrática ante a perspectiva do patronato rural, há evidências marcantes. Invariavelmente os cargos de gestão/chefia da Superintendência do Órgão, têm sido e vêm sendo ocupado por pessoas que já tiveram algum cargo do Executivo ou legislativo, ou então que intencionam em voltar à tais cargos.

Neste compasso é que se compreende a atuação do *lobby* patronal, como ator estratégico em termos de viabilizar os interesses da classe junto à autarquia agrária. Esta atuação corporativista encontrou no Órgão fundiário, um campo propício de operacionalização. Uma vez que tocava ao Incra, a tarefa de dirigir, implementar e ordenar a ocupação territorial (direta ou indiretamente), a estratégia adotada para as “apropriações territoriais” inevitavelmente contaram com os procedimentos e burocracia do aparelho estatal.

Neste sentido, a atuação patronal encontrou junto ao órgão, um campo de ação e cooperação estruturante. Moacir Palmeira, neste sentido, analisa que os mecanismos de funcionamento da máquina estatal na forma como operam e cooperam. Percebe-se que, é nesta relação, que se fortaleçam os esquemas de “troca de favores”, “apadrinhamento de funcionários por políticos”, laços indicativos e típicos do “estado cartorial”, característico da dinâmica do “*lobby* patronal” (PALMEIRA, 1994). O vértice ou o ponto de intersecção entre esta prática consubstanciada que une, a estrutura burocrática do Incra com o conglomerado de pretensões da oligarquia rural no Estado pode ser percebida também sob outra matiz. Foi possível constatar que um número considerável de ex-gestores, ex-superintendentes, ex-procuradores que serviram ao Incra em Rondônia, prestam serviços técnico-jurídicos,

sobretudo, à grandes interesses ou pretensões privadas, que tem como objeto, regularização de grandes propriedades em Rondônia.⁴²

Fundamental, neste sentido, perceber que, a atuação de blocos vinculados à interesses patronais, junto ao Incra, não só agem no sentido de defesa das próprias pretensões fundiárias, como intervém no sentido de elaboração legislativa de proteção dos próprios interesses ou de minar as pretensões de interesses ligados aos grupos e movimentos sociais. Assim o foi, em relação ao grupo político de composição do governo Sarney, no sentido de impedir a implementação do I PNRA (SILVA, 1987), assim está sendo na alteração da Lei Agrária (marco legal), com atuação protagônica da Bancada ruralista de Rondônia⁴³.

Ao transitar da regência militar para a experiência de redemocratização, o órgão público de terras e reforma agrária via-se, portanto, “apropriado”, em grande parte por uma convergência de interesses. É possível, no entanto, detectar que, no contexto da redemocratização, no deslocamento de uma política de colonização para uma política de reforma agrária, fomentou o acesso dos trabalhadores ao órgão. Neste contexto, conjuntamente com os ares de renovação, inclusive técnico-burocrática, tornou-se possível, em muito, a mitigação e em alguns casos, a anulação do forte *lobby* proprietário (PALMEIRA, 1994).

Não deixa de ser um movimento dialético, essa “convivência” em um mesmo espaço, sinalizando uma presença “proprietário-patronal”, e a presença dos movimentos sociais, sob a forma de “ocupação do prédio”. E por certo, esta nova configuração, assustou ou contou com resistências dos funcionários do Incra. No entanto, essa dinâmica foi ganhando cada vez mais “corpo e força”. Por mais que haja, em certos meios, um saudosismo, como forma de resistência expressa, predomina a compreensão de que os movimentos sociais constituíram e fortaleceram um importante espaço de interação político-administrativa. Reconhece-se, salvo

⁴² À título de exemplo, pode-se constar em rápida pesquisa, o grau de intervenção técnica e de influência política de ex-superintendentes do órgão, ex-procuradores que atuam, sozinhos ou em sociedade, com claros e públicos interesses privados, sobretudo na demanda por defesa e regularização de grandes latifúndios (Luiz Duarte Freitas e Sebastião Martins dos Santos (procuradores e ex-Superintendente adjunto), Petrus Emile Abi-Abib (Ex-Superintendente e procurador), Amir Lando (meio político e grande proprietário e ex-procurador do Incra), Orestes Muniz e Odair Martini, ex-superintendente do Incra); Amadeu Machado (Ex-procurador).

⁴³ A influência de 03 Congressistas (Lúcio Mosquini, PMDB, Valdir Raupp, PMDB e Acir Gurgacz, PDT), alinhados ao governador do Estado, Confúcio Moura, PMDB, foram de fundamental importância no sentido de intervirem junto ao Relator do Projeto que viria a se tornar a Lei nº 13.465/2017, em consonância, não só com os interesses da grande grilagem de terras no Estado, como também no sentido de transferência da União para o Estado da incumbência da efetivação da regularização fundiária. Entre as principais alterações dispostas na Lei aprovada, consta a possibilidade de regularização de grandes áreas em até 2.500 hectares, a regularização de ocupações irregulares em Assentamento de Reforma Agrária e a redução em até 90% do valor a ser pago pelos pretensos proprietários de áreas acima de 240 hectares de terras.

exceções, que esta intermediação, potencializa e dinamiza, com “o interlocutor privilegiado”, o debate em torno da questão agrária no Estado de Rondônia.

Como se apreende, múltiplas são as formas que conectam a dinâmica dos movimentos sociais do campo nesta inter-relação com o Estado. Esta diversidade, não só marca a dinâmica dos processos participativos, como também vai definindo (constituindo) os diversos atores. A percepção deste fenômeno, assim, tanto na forma quanto nos efeitos, leva a perceber os limites em uniformizar a interpretação de tal realidade como se fosse apenas uma relação entre Estado-sociedade civil. Embora herdeiros deste legado, culturalmente estabelecido, é fundamental perceber que no plano das interações entre Estado-movimentos sociais do campo, a heterogeneidade que marca estas relações faz levantar uma série de suspeitas sobre as categorias padronizadas de análise.

Neste sentido convergem uma série de abordagens (WOLFORD, 2010; AVRITZER, 2016a), pontuando sempre para os limites de uma análise reducionista desta relação Estado-movimentos sociais, bem como da sua atual e desafiadora complexidade. Um dos mais circunstanciais reducionismos é interpretar esta relação sob a categoria do “clientelismo”, o que não contém todo o sentido interacional. Em regra, não se trata de padronizar em categorias, tal compreensão, como se tal dinâmica relacional pudesse ser comportada em noções específicas combinadas (GUPTA, 2006).

4.5 Movimentos sociais do campo e a inserção estatal: entre aporias e perspectivas

Uma questão recorrente que pauta a análise da relação entre Estado e movimentos sociais do campo, diz respeito à perspectiva da representação política e seu papel referente aos objetivos imediatos ou a médio e longo prazo. Em certo grau, a ideia de “ter um representante”, é muitas vezes alimentada, no seio dos segmentos sociais, deixando transparecer que a mediação política por tal via, é sinônimo de força e que, ao fim, sob tal intervenção poderia objetivar a realização de “favores e obras”, em prol do público da reforma agrária, através da instituição responsável por tal função (CASTRO, 2013).

Como se constata, a opção pela resposta política institucional, em todos os níveis de governo, tem sido uma variável constante, debate esse articulado pelos movimentos sociais do campo. O fato de ingressar no mundo e na lógica do Estado, talvez ressoe como possibilidade de fomentar uma nova institucionalidade pública. No entanto, em grande parte, pode ser constatado que a própria existência, a constituição dos movimentos sociais acabou por ser absorvida pela agenda do Estado, bem como por sua burocracia.

Neste contexto, a dimensão participativa dos movimentos sociais do campo, no contexto sociopolítico e econômico vislumbrava três atitudes primordiais, que em muito convergem: 1) a participação como forma de acesso à competência efetiva, objetivada pela “lógica de resultados”, ou seja, para acessar a política pública, obtendo o seu resultado final, sob forma de “favores, estruturas, fomento, etc”.

Nesta perspectiva, a lógica de favorecimento e favorecidos, incorpora-se na percepção bilateral desta dinâmica (absorção clientelista); 2) a participação na dinâmica estatal buscando acessar as políticas previstas pela inserção do movimento na “arena estatal”, como *locus* provedor possível. Dilui-se a ideia de resistência ou enfrentamento político, filtrada pela demarcação de um novo sujeito interlocutor, contudo, pontual ou circunstancial (absorção instrumental e incorporada); 3) constituição de um institucionalismo compartilhado, ou seja, ao trilhar pelo caminho da participação, propõe-se o fortalecimento da instituição corporativa (sindical), como meio de acessar resultados, firmado no reconhecimento. Não pode com o Estado, “se associa” estrategicamente a ele, buscando tornar possível o reconhecimento (absorção instrumental).

Muitas são as variáveis ou instrumentais desta forma de participação. Como já foi dito, a depender da conjuntura política nacional e grupos que compõem a base de sustentação, a dimensão participação é mediada pelo Partido Político, para cargos de gestão e de chefia, podendo inclusive contar com a indicação e participação dos movimentos sociais.⁴⁴

Em outra dimensão, sobretudo percebida em períodos eleitorais, têm sido comum o vínculo pontual que se expressa no apoio à nomes ligados ou vinculados às “causas sociais do campo”, como campo de atuação, considerado importante para tais movimentos (“ter alguém lá”). Neste sentido também, sempre que necessário, seja na atuação em plano estadual ou federal, constatou-se a estratégia de firmar determinadas “alianças” (muitas vezes independente do Partido), que potencializasse ou intermediasse as articulações, burocráticas ou governamentais, em torno da causa agrária.

Percebe-se aqui que, em regra, para boa parte dos movimentos sociais do campo, a lógica é, em virtude da atuação pontual, de determinado nome eleito, estabelecer ou demarcar, por dentro do Estado/Instituição, um campo de debate, onde as “pautas de demandas” do movimento sejam apresentadas e discutidas. Assim, “*ter alguém lá*”, significa igualmente

⁴⁴ Nas duas últimas décadas, aliás, esta prática tem sido habitual. A indicação é feita, em regra, pelo Partido político de plantão, indicando nomes do próprio Partido ou de sua base aliada. Entre 2003 a 2015, para o cargo de superintendente na SR/17 (Rondônia) foram indicados dois nomes ligados ao Partido dos Trabalhadores (legitimados pelos movimentos sociais do campo), e atualmente ocupa o cargo indicado da base de sustentação (PSDC), ex-Deputado estadual que concorreu às eleições inclusive vinculando ao seu nome, seu exercício profissional (Brito do Incra).

uma ponte de acesso à participação, discussão e encaminhamento das demandas, conforme boa parte do senso comum de membros dos movimentos.

Boa parte das análises focam no impacto negativo que incidiu sobre os movimentos sociais do campo, a partir do ingresso de partidos de esquerda nos governos (MARTINS, 2016, RICCI, 2013). Entendem que, em regra, são instaurados vários mecanismos de cooptação e subalternização das mobilizações sociais no campo, e que isso, teria, de forma extraordinária, acontecido com a emergência do governo Lula, em 2003.

Outras análises acenam, para um componente mais estrutural, no sentido de que as formas de participação precisam ser relidas no contexto das alianças políticas e econômicas no Brasil, na expressão mais elaborada do “capitalismo de laços” e “presidencialismo de coalisão” (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998; LAZZARINI, 2011), entre outros. Neste campo percebe-se, com maior clareza, o impacto sentido pelos movimentos sociais quando de uma maior centralidade do mercado no direcionamento das políticas públicas.

Neste sentido, uma sucessão de pautas conservadoras vai tomando e ganhando espaço no contexto recente configurado por um esvaziamento político dos direitos sociais (inclusive revogados em grande parte), ao mesmo tempo indicando com clareza uma guinada cada vez mais neoliberal e ao mesmo tempo conservadora, como programa de governo (AVRITZER, 2016a).

O desenho conjuntural, mapeava assim, um fenômeno que significou, em muito, uma desagregação, uma ruptura entre o campo político e a participação social. Setores significativos dos movimentos sociais se viram envoltos em um verdadeiro cenário de conflitos e enfrentamentos, e isso, especialmente, em relação ao próprio “governo de esquerda”.

Como consequência direta, impõe-se um descaso com a questão agrária, assim como, com a agenda ambientalista. Isso se complementa, sob forma de descompromisso, por uma “ausência de agenda”, quando se trata de pautas voltadas aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros). A confluência destes elementos, demarcam, sob forma de impasse, a expectativa como a possibilidade de uma relação programática de políticas públicas entre movimentos sociais e o Estado.

Assim, é possível constatar que, grande parte da causa do distanciamento do Partido dos Trabalhadores com sua base, sobretudo dos movimentos sociais do campo, deu-se no campo do “presidencialismo de coalisão”, incidindo de certa forma na despolíticação de toda uma agenda progressista, sistematizada teórica e pragmaticamente nas lutas dos movimentos sociais. E enfim, ao pautar a ação política pela “lógica da governabilidade”, os governos do

Partido dos Trabalhadores indicavam de forma clara, por seu lado, a razão do impasse de uma agenda de compromissos.

Ilustra este cenário, a pesquisa e estudo, sob a coordenação de Maria Celina D'Araújo (2009), ao examinar o perfil social e político dos cargos de alto escalão, em relação à lideranças sindicais com vínculos com os movimentos sociais.

Tabela 9: Participação de Sindicalistas e Entidade Patronal por Governo em relação à Ministérios e Ministros (1985-2008)

	Nº de sindicalistas no Ministério	% em relação ao total de Ministros	Participação de entidade patronal	% em relação ao total de Ministros
Sarney	4	8,0	10	18,9
Collor	3	8,6	9	25,7
Itamar	4	9,3	4	9,1
FHC1	2	5,0	8	20,5
FHC2	2	3,6	15	26,8
Lula 1	16	26,2	6	9,4
Lula 2	6	15,8	5	13,2
Total	37	11,5	57	17,6

Fonte: Própria Autoria com base em: D'ARAUJO, 2009

Neste sentido, manifesta-se importante e de efeitos práticos, o caráter desta relação direta/indireta entre estas lideranças dos movimentos sociais e sindicais, quando participantes de cargos no governo. Conforme D'Araujo (2009), não se pode entender esses indicativos à luz da dicotomia técnico-burocrática de um lado e políticos de outro, uma vez que, uma vez que se torna plenamente possível adaptar o aparelho do Estado aos interesses do partido.

Isso acaba ocorrendo devido ao fato dos resultados da pesquisa confirmarem que, no caso dos dirigentes vindos do setor público (carreiras públicas), havia, por parte dos mesmos, fortes vínculos com os movimentos sociais, terceiro setor e, em especial, com os sindicatos. Isso denota um nível de participação e inserção diferenciada, demonstrando uma inédita confluência tanto ideológica quanto corporativa entre governo, movimentos sociais e funcionalismo público.

Outro elemento que coincide no levantamento feito, diz respeito, de forma inédita, aos ministros com algum tipo de envolvimento com os movimentos sociais. Nesta perspectiva, é possível destacar, conforme tabela abaixo, o percentual de participação em movimentos sociais relacionados aos ministros nomeados, nos governos a partir do período de redemocratização.

Tabela 10: Ministros e participação em movimento social por governo (alguma participação)

Governos	Frequência	% em relação ao total de ministros
Sarney	19	35,9
Collor	8	22,9
Itamar	15	31,8
FHC1	11	28,2
FHC2	14	25,0
Lula 1	28	43,8
Lula 2	17	45,9
Total	112	34,4

Fonte: D'Araújo, 2009

Na perspectiva do estudo feito (D'ARAÚJO, 2009) é retratado ainda alguns elementos importantes, no campo da ocupação dos espaços dos ministérios. Em primeiro lugar, a constatação de que, há setores ministeriais blindados, como áreas preservadas para setores economicamente alinhados, sobretudo pelos aspectos “técnicos” do mercado (atividades monetárias, fiscais e arrecadação de recursos).

Em segundo lugar, como historicamente as indicações aos ministérios refletem os alinhamentos políticos, essa lógica não foi rigorosamente pautada nos governos Lula, dado inclusive à forte presença sindical, indicando assim, um espaço de maior receptividade da diversidade que nos caracteriza. Por certo, tais alterações no cenário indicam avanços formais na participação democrática, mas, em tese, isso não sinaliza para avanços concretos e efetivos. Muito menos, não implica uma ruptura com a clássica lógica do clientelismo e com as práticas corporativas.

Em relação a este debate havia toda uma expectativa de que haveria uma dinamização da política agrária no governo Lula. Havia, igualmente uma “identificação” dos movimentos sociais do campo com o presidente, seja pelo itinerário histórico seja em sede de promessas, verbalizadas publicamente na convivência da figura política de Lula, com as lutas sociais do campo. Fato é que as mobilizações chegaram a diminuir, na expectativa que as respostas governamentais atendessem à tais demandas. Atribui-se ao perfil sindicalista de negociador do presidente, o estabelecimento de um diálogo com os movimentos e um arrefecimento na adoção de políticas de repressão e criminalização, por parte do Estado (ENGELMANN, GIL, 2012). No entanto, constatou-se que o governo Lula acabou não cumprindo as metas do PNRA e sequer executando uma política de Reforma agrária, descumprindo também as promessas feitas.

O que se viu, portanto, foi a efetivação de reestruturação dos assentamentos antigos, convergindo, pois, mais para o atendimento em fornecimento de força de trabalho às

indústrias vinculadas ao agronegócio, que a execução de um programa de democratização do acesso à terra. De tal forma, a tolerância sentida, por parte dos movimentos sociais do campo, no primeiro mandato, transformara-se em atividades de protestos e ocupações, em um segundo. Registre-se, contanto, que esta dinâmica não foi estabelecida com a mesma intensidade que em governos anteriores, e não mais, com a mesma base social (ENGELMANN, GIL, 2012, p. 7-8).

Em abordagem mais aproximada, constatou-se que houve, por parte do governo, na verdade, uma tentativa de conciliação entre os dois modelos agrícolas. De um lado, o fortalecimento dos assentamentos na direção da agricultura familiar (produção de alimentos para programas de alimentação e combate à fome e à pobreza, e de outro, a injeção de incentivos ao agronegócio, sobretudo o setor voltado para a produção em grande escala e exportação⁴⁵. Os dois comportamentos políticos, expressados objetivamente nos programas de governo, então, acaba por reforçar a hegemonia econômica do latifúndio, protagonizado pelo agronegócio, com fortes vínculos que unia não só a elite agrária nacional quanto internacional.

Neste contexto, é consenso falar em “desmobilização” dos movimentos sociais do campo, como resultado desta política estatal voltada para a questão agrária e agrícola no período (ENGELMANN, GIL, 2012, p. 8). Por outro lado, constatou-se que tal fato também operou-se como resultado estatal em “integrar” os sindicatos e movimentos sociais, demonstrando, senão direta, indiretamente na perspectiva de “esvaziá-los” politicamente, reorganizando-os para um melhor controle político (MARTINS, 2016; RICCI, 2013). Este impacto fez-se sentir nos processos de organicidade e atuação pública dos movimentos sociais do campo, por todo o Brasil.

4.6 Dinâmicas participativas e oportunidades políticas: “da ação ao movimento”

Não se pretende aqui entrar no debate acerca do que é ou do que deixa de ser uma ação coletiva ou movimento social. Pelo óbvio parte-se da ideia de que ação não é movimento,

⁴⁵ Neste sentido, arautos do *agrobusiness*, vieram à público para externar apoio e constatar que o ele (governo Lula), “foi ótimo para o setor”, cf. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI138951-15223.00-O+AGROPETISMO.html>; Da mesma forma, atestavam que que “nenhum outro partido político fez mais pelo agronegócio em Mato Grosso do que o PT”. Cf: www.reportermt.com.br/politica/erai-afirma-que-pt-foi-o...agronegocio.../39516; Assim, o setor, em 2014, sentia-se muito à vontade para convocar o “volta Lula”, cf: <https://oglobo.globo.com/brasil/volta-lula-entoadado-por-empresarios-do-agronegocio-12376141>.

sendo que este, em tese, está mais relacionado à uma reação ordenada, e direcionada a um objetivo específico. Em regra, e isso se aplica aos movimentos sociais do campo, o movimento social, enquanto reação organizada, caracteriza-se por uma defesa ante uma situação de risco, ante uma adversidade, ante determinado interesse, fortalecido pela confluência, gerando graus diferentes de sociabilidade capaz de ativar uma rotina de atuações coletivas, sob os mais distintos repertórios.

Entende-se, apenas para ampliar o campo de análise, que a ação coletiva nem sempre é necessariamente organizada, muito embora ative e mobilize o interesse de grande número de pessoas. Assim como os próprios repertórios utilizados podem significar comportamentos não estruturados, sob forma de reação a determinado fato ou situação. Necessitaria, portanto, que a ação coletiva incorporasse alguns elementos, para que viesse a se tornar uma ação coletiva organizada ou um movimento social.

Há um consenso em grande parte dos autores referenciados neste estudo, que os movimentos sociais, em regra, têm uma identidade, um ou mais opositores, projeto de vida e de sociedade, possuem uma certa continuidade, determinadas práticas de pressão (repertórios) e podem surgir, não apenas como uma reação, logrando objetivos mais amplos e conscientemente buscados. Concorde-se ainda, que a própria ação coletiva pode se contextualizar em um campo de ambivalências e ambiguidades⁴⁶ que em muitos casos, instrumentalizados, reproduzem ou reconstituem o esquema de dominação e domesticação dos atores sociais e de suas demandas.

Na análise de todo o processo de colonização, constata-se, sem muito esforço, que a insistência de um passado presente, sob forma de desigualdades e violências extremas, se sobrepõe. A face mais cruel desta moeda retrata-se na concentração da terra e nos processos consequentes de espoliação, desrespeito, expropriação. Não sem lutas, resistências e mobilização, os camponeses, os povos tradicionais, os povos da floresta, têm buscado saídas, forjado conquistas que miram tanto no reconhecimento e efetivação de direitos coletivos, quanto também na luta por acesso à terra e democratização fundiária.

Formaram-se movimentos na luta pela terra, a partir da década de 1980, organizaram-se instrumentalmente no reconhecimento de outras formas de estrutura fundiária, mobilizaram

⁴⁶ Por ambivalência do fenômeno, compreende-se aqui a possibilidade de equívocos por parte da própria ação coletiva, quando muitas vezes, “permite-se” capturar por respostas instantâneas ou pontuais às suas demandas, agindo, de forma instrumental sob a diretiva de uma lógica de resultados, tão somente, obscurecendo aspectos políticos e adversários políticos maiores. Já a ambiguidade diz respeito à incorporação de diretrizes de ações facilmente tangidas por interesses corporativos, no entanto, sob uma retórica de protesto ou de reivindicação política. Instrumentalizada a ação política ela se torna facilmente refém de interesses estatais ou institucionais “bem localizados”, enfim.

pautas territoriais, até então invisibilizadas, e demarcaram ante a sociedade e perante o Estado, a posição política de diversas e distintas demandas. Novos repertórios, oxigenaram a ação coletiva dos movimentos sociais do campo e passaram inclusive a ocupar outros espaços de debate, recriando e mesmo ressignificando novas fronteiras de disputa (novos espaços públicos).

No contexto da elaboração da Constituinte – segunda metade da década de 1980 – esses processos de mobilização e participação ganharam uma espetacular projeção. As oportunidades políticas, no contexto da reforma da Constituição, despertaram, por dentro da sociedade todo um anseio de luta por acesso à direitos e reconhecimento. Ainda no cenário nacional, é possível constatar um processo de acúmulo e verticalização das lutas organizadas do campo, na década de 1990.

O contexto imediatamente após a elaboração e promulgação da Constituição projetou as lutas pela terra. Na Amazônia, dois importantes e trágicos acontecimentos, de um extremo a outro, alavancaram a questão agrária no campo nacional e internacional: o massacre de Corumbiara (RO), em 1995 e o massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em 1996.

O Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por seu turno, experimenta um processo de crise no início dos anos 2000. No entanto, ressurgiu como fator de influência, durante o primeiro mandato de Lula (ONDETTI, 2006). Na verdade, para o autor, esta correlação histórica reforça a ideia de amparar a análise dos movimentos sociais do campo, na América Latina sob o clivo da Teoria das Oportunidades Políticas.

Neste sentido, afasta-se, em tese, da Teoria econômica clássica da ação coletiva, de Mancur Olson⁴⁷, no sentido de que, mais que a perspectiva de resposta ou satisfação de interesses econômicos, individuais ou coletivos, é insuficiente para explicar a restauração dos movimentos sociais do campo, no período. Também neste aspecto, é essencial compreender os aparatos de ação, ou o repertório das ações coletivas, manejado pelos movimentos⁴⁸.

⁴⁷ Mancur Olson (1999) em sua “Lógica da ação coletiva”, vai desenvolver a teoria da mobilização de recursos, onde o foco principal é pensar que não há uma identidade coletiva irracional nas ações coletivas, ou seja, os movimentos sociais se mobilizam e constroem sua racionalidade mobilizadora em torno dos grupos de interesses. Esse sentimento ou racionalidade, seria, a mola propulsora da organização, dinamicidade e estruturação dos movimentos sociais, constituindo-se assim, no principal motivo para as mobilizações. A lógica organizacional, assim, pautaria-se pela utilidade (escolha racional), onde se conta com os estímulos como resposta (vantagens/desvantagens), determinando-se por possíveis ganhos, como resultado da ação cooperativa.

⁴⁸ Entende-se, aqui, por “repertório”, todo um conjunto de formas de organização, de táticas, de protesto e de resistência, que culturalmente, porque compartilhadas, estão disponíveis aos agentes e militantes dos movimentos sociais do campo, em determinado espaço/território, e em determinado momento histórico. Enquanto conhecimento compartilhado, o repertório, revela tanto o “modus operandi”, através dos quais as exigências são processadas, como também as questões estruturais subjacentes. Neste sentido, as condições de

Quanto aos repertórios utilizados pelos movimentos sociais organizados, em geral, objetivam-se por “atrair” a atenção da opinião pública e dos meios de comunicação, bem como, de estabelecer um sistema de pressão sobre o Estado, por meio dos seus órgãos. Assim, ao adotar estratégias de confronto com as estruturas de poder local, acionam mecanismos e instrumentos burocráticos e políticos do poder central. Esta forma de atuação, foi muito significativa para a ação do MST na região amazônica.

As estratégias de protesto, levam, inevitavelmente a ação para o campo público e assim, procedem-se as diversas formas de “aliança e simpatia”, conecta-se também a opinião pública. Neste nível, os repertórios são os mais variados e circunstanciais possível: marchas de protesto, demonstrações, ocupações, bloqueios de estrada, etc. (ONDETTI; WAMBERGUE e AFONSO, 2010).

No plano da ação coletiva local, revela-se como repertório fundamental dispor de mecanismos que possam forçar um confronto com a elite fundiária regional, assim como seus defensores, nas estruturas de governo. Isso tem demonstrado não só a projeção do debate para uma esfera pública de atuação, como também tem, em grande parte, acelerado o ritmo de implementação de políticas públicas agrárias. Ainda que não apresente a solução da questão, faz pelo menos avançar o debate e a própria questão, no plano governamental.

Em Rondônia, a percepção da força desta estratégia, suscita no plano dos repertórios, uma demarcação territorial dos movimentos junto aos próprios órgãos agrários e seus servidores, repondo um nível variável e diversificado de formas de ação, conexões e inter-relações. Recria, igualmente, sob variadas dimensões, a própria organicidade e papel do Estado, no órgão ali representado. Na última década isso tem se verificado cotidianamente num verdadeiro processo de “ocupação” da Superintendência e Unidades Avançadas por parte das lideranças através de reuniões espontâneas ou pré-agendadas, audiências sobre questões pontuais ou coletivas, em diferentes setores dos órgãos agrários.

Constitui-se, assim, um repertório diferenciado em relação à forma antes existente (sobretudo década de 1980), quando o órgão de Estado era um dispensador ou provedor na estratégia dos programas de colonização. Esvaziava-se, neste repertório tradicional, a percepção política do coletivo que demandava. Agora, em muito, a questão agrária, viabilizada pelo sujeito coletivo que a reivindica, ganha maior conteúdo político e mobilizador.

Sob o enfoque das “oportunidades políticas”, merece destaque considerar como os movimentos sociais, em seus processos de mobilização e confronto, reinterpretam a própria realidade agrária, imperativo das próprias condições e circunstâncias em que vivem seus agentes. Assim, percebem a dimensão sistêmica produzida e reproduzida, instrumentalizando essa compreensão como fator de mobilização.

No início dos processos de colonização, a contribuição deste instrumental foi intensamente alimentada pela perspectiva religiosa, contando com forte apoio da Igreja, na sustentação das ações de confronto e resistência. A ideia da consciência política, fomentada por uma leitura da realidade, à luz das suas estruturas (econômica, política, ideológica), e que se articulava em termos de vincular a teoria à prática, foi mobilizada pela Teologia da Libertação. Assim, a “era movimentista” (GOHN, 2011), sob a inspiração deste movimento eclesial (Teologia da Libertação), fomentou e mobilizou e sustentou, a partir da Igreja, muitos movimentos sociais, como no caso dos movimentos agrários em Rondônia.

A resistência e as mobilizações produzidas pelas organizações do campo, nas décadas de 1970 e 1980, conjugavam, entretanto, uma série de fatores e determinantes. Eram o resultado da luta por sobrevivência, uma luta por inclusão, frente aos desmandos do Estado e seus projetos, resultante dos acúmulos de experiências pretéritas de organização (regiões de origem), consciência política e ideológica fomentada por vínculos comunitários e religiosos, etc.

Assim, a conjunção de fatores externos, associados à uma consciência da realidade, sob o impacto dos contextos econômicos e políticos regionais, traduzira-se em “oportunidades políticas”, de mobilização e organização, mínimas e necessárias, para o enfrentamento e conquistas dos interesses, em maior ou menor grau, coletivizados. O programa de colonização, como uma medida política estrutural, eivada de contradições externas, propiciou uma reação, sobretudo naquilo que afetava as perspectivas individuais. Em grande parte, foi uma mobilização autônoma, sendo que, o enfrentamento de início pautava-se pela sobrevivência ante o adversário próximo (jagunços, grandes grileiros, madeireiros).

Em pouco tempo, incorporou-se uma reação contra o Estado - omissa na solução do problema agrário e ativo na repressão policial e judicial. No entanto, esta reação, também comporta efeitos provenientes da conjuntura externa, não só pelo constrangimento sofrido, mas também nas interações de apoio e alianças às ações concretas. E quando, esta mobilização, em certo grau, é capturada pelo Estado, em boa medida ela se reveste de componentes estigmatizados no paternalismo e clientelismo estatal.

No campo das análises das oportunidades há que pôr em debate, ainda, a realidade histórica do camponato. Como já se disse, a motivação da defesa da posse de um pedaço de terra, onde pudesse plantar e conviver com sua família, traduzia para o camponês a própria reconstrução de seu imaginário social. Isso porta uma significância fundamental para este colono-migrante, porque compõe o que ele nutriu como sonho. Assim, como forma de subsistência, sua luta inicial não será pela propriedade de terra do ponto de vista jurídico. Aqui reside, inclusive a diferença entre a propriedade vista como terra de lucro, para o empreendedor rural, o latifundiário, e como espaço de trabalho, convivência, produção e sustento, na lógica camponesa.

Percebe-se, pois, que não se trata necessariamente de uma luta revolucionária, mas luta por existência, agregando um modo de vida e de produção. Não se coloca aqui, a conquista do poder, muito menos do Estado. Não há um projeto alternativo de organização social. O que se defende, sob forma de luta e resistência, é seu modo e condição de vida, de forma diferente, dissonante, portanto do outro modo de vida fundado nos moldes da reprodução capitalista (IANNI, 2009). Neste compasso, é discutível, entretanto, a categorização do camponato como classe “primitiva” ou socialmente inferior.

Neste aspecto, as demandas dos colonos-migrantes, nas décadas de 1970-1980, sinalizam para outra dimensão de luta pela terra, diferente do que ocorria no sul e sudeste do Brasil. Esta luta, estabelecida em áreas de fronteiras de expansão, de Projetos de colonização, não pode ser esvaziada de seu conteúdo político. Por isso insurge-se contra uma leitura que reduz os fatores determinantes de enfrentamento e resistência à fatores meramente econômicos, como se fosse apenas o resultado de um enfrentamento entre o desenvolvimento com o atraso, ou dos grandes empreendimentos com a economia de subsistência, posseiros e povos tradicionais.

Encerrar a discussão neste enquadramento teórico, é reduzir a perspectiva do debate. Seria o mesmo que ignorar ou passar ao largo das implicações sociais, culturais da condição camponesa. Ainda que não se proponha à tarefa de organizar uma sociedade diferente, esta condição camponesa, representa a um só tempo e por sua capacidade de agir, as contradições do modelo político e econômico projetado, como também acenam, sob forma de “metáfora do outro mundo”, no campo da produção, das relações sociais e da forma de convivência/existência na terra (IANNI, 2009).

Nota-se, pois, que na fronteira entre o capitalismo agrário e o modo de produção camponês⁴⁹, há um confronto que subsiste ou se recria, sob forma de insurgência que podem fazer as reivindicações e lutas, adquirirem um outro sentido. Neste sentido, reflete Octávio Ianni, no sentido de explicitar as potencialidades inerentes à esta condição camponesa:

A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra. Luta para preservar, conquistar ou reconquistar o seu objeto e meio básico do trabalho e vida. Em face da acumulação originária, ou do desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, o camponês luta pela terra. Reage à sua expulsão do lugar em que constrói a sua vida. E essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária. Por um lado, o camponês resiste à proletarização no campo ou na cidade. E isso é contrário ao funcionamento do mercado de força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro, a luta pela terra impede, ou dificulta, a monopolização da terra pelo capital, sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura. Nessas duas perspectivas, o movimento camponês adquire dimensão nacional e põe em causa os interesses prevaletentes no governo, no Estado. Um dos componentes estruturais da ordem burguesa é a burguesia agrária, a indústria agrícola, a produção de valor na agricultura. Na medida em que esse elemento da ordem burguesa se vê bloqueado em seu funcionamento ou expansão, coloca-se em pauta um problema para as classes dominantes, o bloco de poder. (IANNI, 2009, p, 142).

Mesmo compreendendo ser, esta leitura, uma importante chave de compreensão acerca dos contextos que compõem as “oportunidades políticas” nas formas de lutas dos movimentos sociais do campo, há que trazer à baila, que além de econômica, as formas de opressão são também culturais e sociais, além de política.

⁴⁹ Muitas são as abordagens sobre o modo de produção camponês. Via de regra, o debate evoca algumas correntes, como a que sustenta a existência de um modo de produção camponês, alternativo ao modo de produção capitalista (VELHO, 1972). O fato de existir no Brasil, a herança de um “capitalismo autoritário”, ambigüamente forjaria este modo de produção camponês, em uma perspectiva funcional ao processo de acumulação. Sob outro enfoque, José de Souza Martins (1975) sustenta haver na “frente de expansão”, um determinado modo de produção camponesa, fundado nas experiências territoriais. Já na “frente pioneira”, prevaleceria hegemonicamente, o modo de produção capitalista, que acaba subordinando as relações, recriando novas relações de acumulação. Para José Graziano da Silva (1978), o camponês pátrio é surgido do próprio capitalismo de produção. Ele emerge como resultado deste modo de produção capitalista que moderniza conservando as velhas estruturas. Assim, o camponês acaba sendo proprietário apenas formal, dos meios de produção. Sua sobrevivência é tolerada e assegurada apenas para servir aos propósitos da classe hegemônica. Na perspectiva de Ploeg (2006), o modo de produção camponês, funda-se na “condição camponesa”, isto é, em condições de promover a autonomia, meios de sobrevivência e dignidade, frente ao trabalho dependente e subserviente. Por isso é um processo dinâmico e contínuo de construção. Tal modo de produção, enfim, articula-se com as relações sociais, com uma nova forma de perceber a natureza do trabalho e dos recursos disponíveis. Neste modo de produção camponesa, tanto os recursos sociais quanto os materiais representam uma unidade orgânica, que são controlados pelos próprios envolvidos no processo de trabalho (controle camponês). Para os movimentos sociais do campo no Brasil, o modo de produção camponesa, parte do reconhecimento da diversidade camponesa e de seus modos de ser, criar, fazer e viver. Em processo de construção, avança-se igualmente nas pautas das diferentes formas de conviver com a terra, florestas e águas (territorialidades), na inclusão das questões de gênero e geracional, da alimentação com qualidade (soberania alimentar) e outras soberanias: energética, genética e hídrica, sobretudo. Considera, em perspectiva dialética, o agronegócio como seu principal adversário, sobretudo pela manipulação do capital financeiro, acumulação de terras, agrotóxicos e destruição ambiental. Para maiores aprofundamentos, as consultas à produções disponibilizadas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e materiais de Redes de Agroecologia.

O “discurso da integração” nunca esteve tão em voga, quanto atualmente, no sentido de propor a “adequação”, nos modos de produção e cultura camponesa. A “assimilação”, como por osmose, captura o sentido da terra, da posse e do trabalho, como produto material e simbólico de pertença. A inserção, cada vez mais estimulada, do homem e da mulher do campo ao mundo do agro-mercado implica cada vez mais no desafio às formas e condição camponesas, em sua dimensão de ser, criar, fazer e relacionar. Desenha-se, pois, um campo de disputa, onde a imposição pela integração busca eliminar as possibilidades de resistência e as perspectivas de mudança.

Fica exposto, assim, que há um conjunto de situações, externas ou incorporadas, que dinamizam as possibilidades, seja de intervenção, seja de mobilização por parte dos movimentos sociais do campo. No fundo, há um risco generalizado, sentido ou não, quando os setores sociais do campo se orientam pela mediação política ou institucional, como recriação de um novo “espaço público” de debate e intervenção. Em maior ou menor grau, por força conjuntural expresso nas oportunidades políticas, a ação dos movimentos transita ou oscila, entre a captura (absorção) e o enfrentamento instrumental elevado à um grau extremo, ante o imperativo das demandas ou como resposta às repressões.

Ondetti (2006), neste sentido, analisa que, em muitas circunstâncias, ante a repressão, criminalização e violência contra os movimentos sociais, acaba potencializando o próprio desenvolvimento da ação coletiva. Isto fica claro, em alguns casos, como Corumbiara, Eldorado dos Carajás, assassinato da Ir. Doroty, quando tais acontecimentos, pela repercussão que alcançaram, geraram constrangimento no governo federal, levando-o inclusive à medidas e políticas que não estavam na agenda deste governo. E isso, por vias diretas ou indiretas, acaba levando ao aumento tanto do processo das ocupações, como repertório próprio, como da reinserção política, dos movimentos, em um novo campo de participação e mediação.

Considerando os conflitos no campo e a mobilização das bases sociais deste setor, percebe-se uma transição das mobilizações localizadas expandindo-se para a participação em espaços públicos de maior abrangência. A participação autônoma figurada nesta perspectiva, no Estado de Rondônia, potencializou a constituição de movimentos sociais que aos poucos vão se estruturando e reorganizando seu repertório. Em regra, tais segmentos estão vinculados à uma estrutura nacional e, constroem canais de aliança e estratégia com mediações internacionais (Redes de apoio, Entidades transnacionais, Organismos multilaterais).

Por outro lado, remanesce um setor, tido como “Independente”, sem uma organização de maior envergadura, e que transita entre a “manipulação populista” ao “clientelismo burocrático”, via de regra, sob influência de situações de “coronelismo político”, ainda muito

evidenciado na região. Estas formas de “incorporação clientelista”, retrata em muito, as conexões existentes entre uma oligarquia rural, aparelhos e organismos federais, enlaçados no poder institucional localmente instalado. A privatização do público, em tais contextos, demarca um processo histórico, em muito descrito como patrimonialismo de Estado, por Raymundo Faoro (2012).

4.7 Movimentos sociais e racionalidade política: legitimação pelo procedimento ou pela participação: desafios

Ante uma perspectiva transformada em tendência, que muitas vezes insiste nas homogeneizações, a análise dos movimentos sociais do campo no contexto amazônico encerra alguns desafios. Em primeiro lugar, a compreensão da realidade amazônica excede a compreensão institucional da Amazônia. Em segundo lugar, para além das narrativas oficiais, há que, num exercício de desvendar consensos impostos, localizar e permitir falar as inauditas contranarrativas, dos povos e comunidades originárias, dos camponeses, uma vez que, são e foram, vozes de resistência e de reação contra-hegemônicas. Em terceiro lugar, contra o “silêncio das genealogias”, que ignora o passado e reduz o presente a instante, demanda-se por um exercício de rupturas necessárias, sem as quais, horizonte algum será autêntico. Isto implica em rever “narrativas impostas” de um passado de ajustes e não de resistências.

Desta forma, apenas uma ótica singular, que isola o enfoque das ações coletivas, precisa ser superada. Assim como, faz-se imperativo superar as perspectivas que enfeixam as interpretações em conceitos universalizados. No esforço em compreender o fenômeno de atuação política dos movimentos sociais do campo, portanto, há que transcender o velho esquema de leitura “estado-sociedade civil”, assim como, transpor uma perspectiva meramente linear de compreensão.

Uma instigante crítica feita à questão agrária, enquanto política pública, e à Reforma agrária, enquanto procedimento ou instrumento de efetivação de tal política, tem ganhado cada vez mais espaço. Em geral, trata-se, tal crítica, de constatar que, no Brasil, não houve e nem nunca haverá reforma agrária (NAVARRO, 2014). Ao mesmo tempo, imprime-se uma leitura homogeneizante acerca do determinismo do “agro”, enquanto evidência e símbolo do progresso, da solução dos problemas do País.

Assim, ao contrário da leitura republicana (“sem reforma agrária não há democracia”), impõe-se a narrativa de que, é justamente por haver democracia, ampliando a necessidade de grupos e classes sociais, em âmbito urbano, que se esvaziou o conteúdo político da reforma

agrária e dos interesses rurais do mundo rural. Ressalva-se, neste aspecto a “moderna agricultura empresarial”. (NAVARRO, 2014, p. 714).

Frente a esta “tirania urbana”, portanto, a influência do rural ou do agrário vai perdendo visibilidade social e capacidade de influir nos rumos da sociedade, resultando, pois, na incompatibilidade entre democracia e reforma agrária, uma vez, que inclusive, a manutenção das assimétricas estruturas fundiárias não representem uma ameaça à ordem democrática. Uniformiza-se, portanto, a ideia e o sentido, legitimado pelo agronegócio, de certo “apagamento do passado”, com a perda de visibilidade pública da questão agrária (NAVARRO, 2014).

“Negar a questão agrária é negar que a terra é uma das bases do poder e dominação econômica, política e social no País” (RAMOS, 2014, p. 689). O contraponto da retórica que negativa a centralidade da questão agrária no Brasil, sucumbe ante a realidade de que, não só o Brasil tem sido o país do latifúndio, como do fato de que, tal condição, sobretudo na Amazônia, é o resultado de um processo amplo de saque de bens públicos. Por isso todo um esforço, traduzido pela “fome insaciável” da Bancada ruralista em desmontar os instrumentos públicos voltados para a Política agrária, em revogar elaborações legislativas e cassando inclusive direitos constitucionalizados.

Para a implementação desta retórica de negar a persistência da questão agrária, desconsidera-se questões fundamentais, a ver com graves problemas sociais pátrios: superexploração da mão-de-obra, ausência de proteção trabalhista em grandes propriedades, como regra, contradições do modelo de produção agrícola, de costas para o mercado interno, amplificação dos conflitos agrários, grilagem ou apropriação indébita e fraudulenta de terras públicas e internacionalização planejada, do solo brasileiro.

Sob este prisma teórico, é possível constar que a questão agrária, mais que uma questão social, apenas, é eminentemente uma questão política por todos os lados em que possa ser observada. Muito menos, não pode ser interpretada como algo de um passado não resolvido, ou de solução impossível. Pode sim, haver mecanismos que a tentem ocultar por trás das aparências, das ambíguas categorias e das pseudoconcretidades, conforme analisa Roberto de Paula (PAULA, 2016).

Na análise, além de demonstrar a “insistência em permanecer”, busca-se desvendar as artimanhas retóricas e políticas que definem e redefinem tais vínculos no nosso contexto histórico, socioeconômico e político, resultando naquilo que se define como projeto de colonialidade. Assim, a questão agrária está organicamente atrelada a este processo de colonialidade, material e ideologicamente sustentado:

Os efeitos ideológicos do processo colonizador materializam-se na totalidade da negação do Outro, com a mimética imposição de um conjunto ordenado de dominação ou colonização, enlaçando a língua, a religião, a forma de pensamento e a coerção jurídica, como manifestações de um único projeto de sociedade. Há um sentido de história inacabada da Questão Agrária marcada pela permanência de relações que se estabeleceram no seio da colonização e se perenizaram como colonialidade (Quijano), demandando um esforço hercúleo de descolonização (PAULA, 2016, 11).

Como se constata, a questão agrária brasileira, sucessivamente alimentada por processos de colonialismos internos, reflete ou tem reflexo na disputa política, nos fatores organizacionais do poder. Pelo poder, o latifúndio, como estrutura germinada nos processos de colonização se mantém e na ordenação estatal encontra proteção e, sobretudo, tutela jurídica. Logra-se assim, a salvaguarda de interesses dos grandes proprietários em detrimento da política agrária, em prejuízo, sequestro e dilapidação de direitos mínimos, mesmo que, formalmente assegurados na ordem normativo-legal, estruturados pelo próprio Estado.

No contexto amazônico, em distintos níveis, os projetos de colonização, capitaneados por políticas estatais estratégicas, manteve-se sempre um pressuposto: o ocultamento das realidades locais, de seus sujeitos históricos, ao mesmo tempo que uma defesa intransigente e legitimadora das estruturas que mantivessem salvaguardadas os ditames, seja do latifúndio atrasado, seja das empresas rurais, seja, hoje, do agronegócio e de suas agroestratégias⁵⁰.

Para que se surtisses os efeitos, em dois planos, estas estratégias se consumavam: um aparato legal de conveniência, sobretudo elaborado pelas corporações de interesses, pelas bancadas patronais, e, a repressão. A estratégia de tornar a questão agrária, ou a democratização da terra, poderia ser colocada a qualquer momento, como questão de “segurança nacional”, e assim, impunha-se a estratégia política do medo e da perseguição. Desta forma, sob a “ótica legítima” do Estado, a questão agrária seria sumária e historicamente reduzida e, portanto, conduzida, como uma questão de polícia, mais que de política. Enquanto isso, Estado e latifúndio se complementam.

Os movimentos sociais do campo, assumem uma identidade com características diferenciadas no contexto amazônico e nos processos ocorridos no Estado de Rondônia. As

⁵⁰ Conforme analistas dos programas de ocupação da Amazônia, por agroestratégias entende-se de uma série de medidas, praticamente articuladas por agências multilaterais, agentes financeiros, grandes empresas, mediados quase sempre pela ação governamental, que buscam remover os obstáculos jurídico-formais visando a expansão dos monocultivos de grãos, dos empreendimentos agropecuários, incorporando assim vastas extensões de terras a estes interesses. Constata-se também a “*commoditização*” dos recursos, das terras e das florestas. Para tanto vale as iniciativas em flexibilizar direitos territoriais dos povos tradicionais e indígenas, desconsiderar tratados e convenções internacionais e acelerar um processo de aniquilação de direitos atingidos e declarados na Constituição referente à questão ambiental, territorial, consultas prévias, etc. Sobre este tema: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. (Org.) “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”. (ALMEIDA, 2010).

condicionantes que envolvem o caso específico, portanto, carregam um forte carga advinda daquilo que se considera no conjunto, como projeto estrutural para a Amazônia, mas também, dimensiona-se pelo contexto específico, diferenciado da colonização dirigida, no Estado de Rondônia.

Uma primeira dimensão relaciona a lógica de transformar esses “novos territórios” em ganho capitalista. E assim o foi, por exemplo, os grandes projetos minerários do Pará. Uma segunda dimensão diz respeito ao papel ou função que o Estado assume e seu protagonismo. E neste sentido, a ideia de incorporação projetada, utilizando-se de “pioneiros”, que ao abrirem áreas não exploradas economicamente, possibilitam (projetadamente) a inserção capitalista, como ocorre na Amazônia, enquanto maior fronteira do país.

Se a frente de expansão, dizia respeito ao primeiro momento de ocupação do espaço (vazio demográfico), tendo como consequência um deslocamento da “população civilizada”, a frente pioneira, é o lugar onde se cria o “novo”, novas sociabilidades, formas de organização e produção, nova racionalidade fundada na lógica do mercado e na ideia de progresso (MARTINS, 1997). Desta forma, para Martins:

[..] o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na situação de fronteira, dão aos conflitos que ali se travam - entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios - a dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades dos projetos históricos que possam existir na mediação da referida situação de fronteira. Essa situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas (MARTINS, 1997, p.155).

Considera-se assim, que a busca por uma racionalidade que ajude a compreender a ação coletiva dos movimentos sociais do campo incorpora todas estas discussões, e fazem da abordagem uma questão característica em um contexto mais ampliado. A experiência de Rondônia, seja na implementação dos projetos de colonização (privada e pública), seja na resistência dos posseiros, da década de 1970, ou dos processos de ocupação, dos anos 1980, retratam uma especificidade e ao mesmo tempo uma diversidade, em relação às múltiplas formas de atuação, de resistência e de interação com o Estado, no espaço onde as demandas foram e são articuladas.

Ainda que se constate, que a luta da ocupações e defesa das posses, dos anos 1970-1980 representavam um repertório “tradicional” de enfrentamento, não há como desconsiderar sua relevância para os processos decorrentes. Nestas formas de resistência e luta, ainda que a

lógica da ação coletiva fosse objetivada racionalmente em interesses econômicos bastante localizados (o sonho da terra própria), envolviam outros fatores, como redes de apoio e articulação, atuações cooperativas, e sobretudo, a exposição, em maior ou menor visibilidade, dos equívocos dos projetos de colonização.

Assim, os movimentos sociais, da década de 1990, ao dimensionar a necessidade de fortalecimento dos vínculos organizacionais, entendeu que era preciso “ganhar” o “espaço público”, inserindo-se, estrategicamente em uma nova arena de atuação, onde as táticas de protesto e demonstrações públicas, tornassem visíveis suas reivindicações.

Por este mesmo caminho, o movimento sindical foi incorporando dinâmicas de atuação e presença, para além do fortalecimento das próprias estruturas. Questões agregadas como crédito, seguridade social, agricultura familiar, poderiam e deveriam ser, nesta estratégia, incorporadas à questão agrária.

Desta forma, é pela percepção da necessidade de atuar no “espaço público”, com objetivo também no recurso da opinião pública, que os movimentos sociais do campo qualificaram suas atuações. A revitalização destes movimentos sociais do campo, assim, põe em evidência, também a vulnerabilidade política por parte do Estado, mas evidencia, sobretudo, e confronta, o absurdo assimétrico da realidade do latifúndio e da grilagem que, com o aval estatal, inviabilizaram a possibilidade de uma distribuição equitativa de terras e recursos, no campo em Rondônia.

Ao pôr em evidência a atualidade da questão agrária, os movimentos sociais põem abaixo estes artifícios retóricos e imaginados, de que é justamente pelo processo de modernização democrática que tal questão tem de ser desconsiderada. Muito menos, trata-se de relegar tal questão à um refúgio inacessível, no contexto republicano.

A pluralidade de demandas, materializadas pela urbanização excessiva, não pode servir de “cortina de fumaça” para os seculares problemas sociais, ao contrário, os desvela e amplifica. Não há, pois, como negar o caráter patrimonialista que permeia nossa constituição social, as ambiguidades e contradições que involucram a relação de poder e a corporativização de interesses, alojados nas estruturas do Estado brasileiro.

Uma autêntica racionalidade política, a ser construída pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo, necessitará desarmar as armadilhas montadas e que, potencialmente poderiam sequestrar as possibilidades democráticas da participação e da intervenção. Em absoluto, a opção em cruzar a fronteira, em um espaço de relação/interação, significa buscar a legitimidade pelo procedimento. Em outros termos, não se trata de cumprir regras burocráticas, trilhar pelas margens da legalidade, mas de implementar condições de

produzir impactos concretos, de justiça e bem-estar social aos povos do campo. Por isso, uma atuação que se norteie pela transformação das perversas estruturas fundiárias, é inexorável.

Caberia, pois, aos movimentos sociais do campo, esta tarefa política de superação de um modelo de participação democrática centrada no procedimento. Remete-se também à superação de um modelo democrático, pela representatividade eleitoral, “Estado-cêntrica”, bem como uma ressignificação da democracia em termos de uma cidadania ampliada, mais que regulada. Não é, pois, ocultando as estruturas organizacionais, enquanto fatores de poder, politicamente instalados, que a democracia se amplia. Há, portanto, um cenário de grandes potencialidades, que vinculam os movimentos sociais do campo, em seus processos de diálogo e participação, como requisito essencial de uma leitura e reconstrução democrática.

4.8 Os movimentos sociais do campo no cenário do golpe: desafios contemporâneos

Dois importantes momentos, na conjuntura recente, podem ser referenciados em relação ao sentido e papel dos movimentos sociais, e ao que nos interessa, os movimentos sociais do campo. Teceu-se uma expectativa, por parte dos movimentos sociais do campo, principalmente aqueles ligados à questão de classe, assim como os movimentos de linha mais sindical, que a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo, simbolizaria e sinalizaria para um processo de mudança em relação à política agrária, tornando o acesso à terra, pelo menos mais democrático e efetivo.

A clara estratégia adotada pelo governo, no sentido da política de conciliação, arrefeceu esta expectativa. Em pouco tempo, a absorção, pelo Estado, de um grande número de lideranças de movimentos sociais, transpareceu nesta captura, se não na intencionalidade, pelo menos no aspecto pragmático, numa desmobilização política, tanto nas estratégias de ação quanto nas pautas reivindicatórias destes movimentos sociais.

Um segundo marco, também relevante, ocorre a partir de dezembro de 2015, tendo o seu ápice em agosto de 2016, com o golpe jurídico-parlamentar que destituiu a presidente Dilma Rousseff do poder, desalojando assim, também o Partido dos Trabalhadores. Para as questões vinculadas ao campo, a arquitetura do golpe se constituiu de estratégias fundamentais que se consolidaria numa total inflexão frente à acúmulos na matéria, desde a promulgação da Constituição de 1988.

No segundo semestre de 2015, a Frente Parlamentar⁵¹ da Agropecuária, popularmente conhecida como “bancada ruralista”, tornou pública, e endereçada ao governo, o documento que nomearam de “Pauta Positiva para o Biênio 2016/2017”. Sem rodeios, a classe latifundiária/agronegócio, além de assumirem-se como dirigentes protagônicos do desenvolvimento, indicam ao governo o que exigem, para “a garantia da ordem pública e da segurança jurídica”. Em síntese, a proposta se resumiu em três questões prioritárias:

- 1) Revisão/revogação legislativa dos direitos sociais e coletivos, homologados pela Constituição, uma vez que estariam sendo um empecilho ao desenvolvimento do setor: relações de trabalho, meio ambiente, direitos territoriais indígenas e quilombolas;
- 2) Reestruturação administrativa: extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, revisão das funções do Incra e flexibilização das normas para aquisição de terras por estrangeiros;
- 3) Subsídio ao setor do agronegócio, tanto na anistia das dívidas anteriores, quanto no fomento via novos créditos, na forma de incentivo ao setor (FPA, 2015).

Ao lado, deste evento, em 2015, A Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (Secex), órgão de controle do Tribunal de Contas da União, representou o Incra nacional, por irregularidades em relação a procedimentos administrativos ligados à política de Reforma agrária. Em abril de 2016, em plenário, o órgão julgou a representação e pelo acórdão 775 do TCU, determinou-se que, até a regularização e responsabilização dos fatos denunciados, estaria paralisada toda a política agrária no Incra. Fato claro, uma vez que, depois provou-se que as regularidades eram informativas, era que a estratégia arquitetada era barrar o programa de Reforma Agrária, como política de Estado, criando as condições para que uma nova lei agrária pudesse ser proposta, discutida e aprovada em substituição (TCU, 2016).

Na prática, a ideia era também “minar” o Ministério do Desenvolvimento Agrário e interditar de vez a influência dos movimentos sociais, tanto junto aos órgãos agrários, quando

⁵¹ Registre-se o estudo sobre a Frente Parlamentar Agropecuária realizado por Sheila Stolz e Carolina Flores Gusmão (2017). A pesquisa retrata a participação do patronato rural no cenário político, sobretudo no Poder legislativo. Além da vultosa participação no Congresso Nacional, tida como moeda de barganha junto ao Poder Executivo, o estudo analisa ainda a estreita relação entre o agronegócio e o Poder Judiciário. No entanto, o enfoque principal, dimensionado pela Frente Parlamentar é justamente o “aperfeiçoamento” contínuo da legislação em relação à agropecuária nacional. Em suma, as características identificadas na bancada ruralista, acabam refletindo o modo de constituição do Brasil, em seus aspectos históricos, sociais e políticos. Resulta, enfim, em uma pauta de retrocessos, sobretudo em relação à legislação e formulação de políticas públicas voltadas às pessoas do meio rural.

no procedimento típico de diálogo que o movimento trava com o Estado, na implementação de Programas de Assentamento. Além de suspender os atos administrativos de Reforma agrária, também foram suspensos e impedidos os assentados de obter a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP, PRONAF). Tal documentação é indispensável para acessar políticas públicas de crédito, assistência técnica e outras políticas específicas para o setor.

Estava criado assim o ambiente oportuno para uma nova lei de terras, forjando motivos para justificar e legitimar tais medidas. Na véspera do Natal de 2016 (22/12), é publicada a Medida Provisória 759/2016 (Convertida na Lei 13.465/2017), que viria a se tornar lei em julho de 2017. Este novo marco regulatório de institutos agrários (parte agrária), teve como objetivos principais:

- 1) Alterar a lei agrária (Lei nº 8.629/1993), sobretudo no sentido de regularizar posses reconcentradas dentro dos assentamentos, desonerar o Estado das responsabilidades infraestruturais e desmobilizar a influência dos movimentos sociais, no processo de cadastro, seleção e assentamento das famílias que viriam ou virão a receber o benefício;
- 2) Alterar a Lei de Licitações públicas (Lei nº 8.666/1993), flexibilizando as regras para aquisição de terras públicas por particulares;
- 3) Alteração na Lei de Regularização fundiária (Lei nº 11.952/2009), alterando o teto da aquisição para até 2.500 hectares, alterando o instituto da posse, que pode ser indireta e redução em até 90% do valor a ser pago, na regularização da terra pública.

No pacote das medidas adotadas ainda, no contexto, o Ministério de Desenvolvimento Agrário é extinto, passando ao *status* de Secretaria, vinculada à Casa Civil, assim como é extinta a Ouvidoria Agrária Nacional que mediava conflitos por todo o Brasil, voltando a ser reproposta posteriormente, vinculada à presidência do órgão, agora sob outros padrões. Desta forma, além de esvaziar a máquina administrativa dos órgãos agrários, tornando-a mais inoperante ainda, despolitiza a questão agrária no cenário, alijando os movimentos sociais do campo de um importante espaço de debate agrário.

Tais alterações não só, implicam em um conteúdo formal, como se fossem apenas um manejo burocrático. Sobretudo, trata-se de uma elaboração material, onde o conteúdo destas disposições reflete a intencionalidade política, uma projeção estratégica na forma de ser Estado e se conduzir como governo. Ao assumir o posto da presidência, em 12 de maio de 2016, e ao extinguir vários ministérios, onde o espaço das políticas sociais estavam inseridos,

houve mais que uma alteração procedimental. Não que a existência de determinada pasta seja a garantia de efetivação daquelas políticas, mas desde 1988, o fato de ter conquistas asseguradas na legislação, sinalizava em tese, um espaço de participação e mobilização social.

A vinculação de tais direitos, ainda que formalmente, a um determinado Ministério - desenvolvimento agrário e agricultura familiar, Igualdade racial, Mulheres, entre outros - sinalizava efetivamente para um horizonte de mediação, participação e intervenção dos setores organizados.

Era este, o espaço de possibilidade da agenda progressista da constituinte. Agora destituídas, tais demandas ou são alijadas em algum “beco burocrático”, ou elimina-se tais demandas do rol de prioridades. Em regra, estas políticas tendem a tornar seus objetivos e a pretensão dos grupos coletivos vinculados em seres socialmente invisíveis: sem-terra, mulheres, negros, etc.

Com efeito, o discurso precede a estratégia, muito embora, por vezes, é dispensado por ela. De tal forma, junto como os discursos há que se perceber as táticas e estratégias de poder. Na análise de Michel Foucault (1979), estas atuações se desdobram através de vários repertórios, que redimensionam controles de território, organizam domínios, reorganizam as funções no interior da sociedade. São táticas e estratégias que implementam uma espécie de geopolítica, adaptada às condições históricas e contextuais, é a forma como o poder se reproduz, em perspectiva tópica e política.

A negação do tempo histórico (materialização dos processos de colonização) corresponde inexoravelmente à negação do espaço territorial e dos sujeitos que nele habitam (povos e comunidades tradicionais, o bem comum florestal, águas, animais). Assim, tudo em regra será destruído, para que tudo seja construído. O tempo e o espaço do capital, assim é a gênese da vida civilizada, mas pode ser também a ressurreição ante o caos. A própria ideia de caos não é necessariamente o alternativo da ordem ou da harmonia. O poder obedece, assim, à uma perspectiva de “imperativo de contexto”, obedecendo, pois, às regras e estratégias de uma microfísica, operando sempre como um limiar flexível (FOUCAULT, 1979).

Contra a dialética, portanto, os projetos de poder, vão utilizar ou reutilizar o conceito de espaço e de tempo histórico, anunciando o tempo histórico do progresso e do desenvolvimento, de forma homogeneizante e universalizada. Instaure-se o tempo histórico afirmado na negação da própria história, impresso nas demarcações tanto do tempo, quanto das coisas e das pessoas. Os processos históricos de poder, assim, serão viabilizados pelos discursos descritivos e legitimadores, onde a naturalização das desigualdades, a violência e as formas de exploração, serão a regra.

Neste limiar, a exceção será a outra face do direito, indispensável para que se assegure nos espaços locais, o Estado e seus objetivos. Será este “direito de exceção”, o padrão que homogeneiza a possibilidade de ser incluído ou não. Nesta forma de “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), baseada e ordenada em conformidade com o “perfil e a função” do indivíduo, e não pelos valores construídos e internalizados historicamente pela sociedade.

Assim, define-se em lei, os beneficiários, aqueles a quem, em tese, o Estado prestará os seus favores. No processo de colonização, a empresa ou o empreendimento, distinguia-se em literalidade e privilégios, do parceleiro. O privado se antecede ao público, no exercício de colonizar, e as concessões públicas se priorizava sobre os projetos de assentamento, demarcada pelo perfil e pela suposta renda do pretendente.

Mutatis mutandis, consuma-se hoje, reeditando sempre as versões do fato, que a Amazônia deva ser caracterizada não mais como uma região de fronteira, nos ditames da integração e do desenvolvimento regional, mas na perspectiva global de integração. A inserção da região ganharia assim, novo significado. Abre-se o tempo de transformar cenários, agora sob o impacto de que o mundo está interligado.

A dinâmica aplicada nas últimas décadas, atraem a mediação e o investimento do Estado, no sentido de capitalizar a região, levando à captação e maximização na captura de seus recursos. Pelo lado dos monocultivos e do agronegócio, a palavra é instrumentalizar as novas tecnologias no sentido de amplificar a produção. Pelo lado das infraestruturas, a lógica imposta objetiva-se na aparelhagem indispensável para a reprodução e ampliação dos modos de produção capitalista: estradas, produção de energia, portos, etc. Desta forma, recompõe-se, sob novas feições, a dinâmica reprimarizada de produção e comércio da Amazônia. No entanto, este novo conteúdo e *modus operandi*, que caracteriza esta geopolítica, volta-se mais para o uso do território que a sua conquista.

Neste cenário, as demandas dos movimentos sociais, materializam-se como uma desafiadora proposta contra-hegemônica. Ainda que pareça paradoxal, o refluxo na luta agrária, capitaneado pelo governo brasileiro atual, acabou contribuindo para um processo, ainda em construção, de remobilização dos movimentos sociais do campo. O ponto fraco, desta expectativa, contudo, é a pouca capacidade de articulação em rede, ou seja, dimensionar a luta agrária, em perspectiva que transcenda a reação à usurpação do poder, para as denúncias e reivindicações que envolvam toda a sociedade.

Fato a ser destacado também, é que, no atual contexto, o protagonismo não está mais centralizado nos movimentos sociais de natureza classista. Neste cenário emergem também os

chamados “novos movimentos sociais”, com pautas próprias ou aproximadas, mas com igual ou potencial força de expressão e mobilização.

Na análise de vários cientistas políticos (PALMEIRA, 1994; ONDETTI, 2008; NEVES, 2017, entre outros), em grande parte, estes movimentos ganham visibilidade sobretudo a partir do vácuo deixado, como resultado das disputas intra-burguesas, assumidos em muito por boa parte da esquerda brasileira. Duas coisas, no entanto, requerem consideração. Primeiro, a falta de legitimidade de alguns setores, sobretudo com fortes vínculos junto aos movimentos sociais, propiciou sim, a potencialidade deste vácuo, com efeitos de desmobilização política. Em segundo lugar, há de se constatar a tendência de uma ruidosa contrarrevolução, à exemplos de alguns países vizinhos, com uma forte marca em desconstituir avanços, negar direitos e estabelecer consensos. Um instrumental espetacular para este processo de contrarrevolução sem revolução, situa-se, no poder da mídia em criar sentidos e condições, recriando a própria realidade.

A constatação desta realidade pode ser considerada, sobretudo na acelerada conjuntura brasileira, como “oportunidade política”, que interfere diretamente na existência e nas possibilidades dos movimentos sociais do campo. Em um cenário, onde aquelas garantias que motivaram inclusive uma reascensão das esferas de participação da sociedade, os movimentos sociais redimensionaram sob novas nuances a relação Estado-sociedade civil.

No entanto, hoje já se fala no “fim da nova república” (AVRITZER, 2016b, SAFATLE, 2015). O início de tal período foi configurado pela inserção de agendas sociais progressistas, processos de inclusão e mediação participativa dos movimentos sociais. Isso ocorrera nos mais diversos e distintos setores da sociedade. Nos últimos anos, estaria tem-se consumado a revogação de tais processos e garantias. Na forma e no conteúdo, o que se constata é a rescisão das conquistas, uma anulação de direitos sociais. Pela regra, isso vem ocorrendo, no ritmo harmônico da convergência de interesses. A mediação deste processo, opera-se, via de regra, em termos institucionais (Legislativo, Judiciário e Executivo).

Na perspectiva das organizações emovimentos sociais, a conjuntura que se desenha, as “promessas da modernidade’ de inserção, ainda que tardia, em um Estado de bem-estar social, definha-se com o golpe dado nas garantias constitucionais e nas conquistas históricas. Estabelece-se assim, igualmente, o fim do “pacto social” estabelecido sob forma de arranjo e de conciliação de classes. O que restava ainda da frágil “democracia de baixa intensidade”, sem pudor algum desfaz-se numa agenda agressiva e ultraconservadora que se auto-exibe sem disfarces. O mínimo de “tolerância” frente aos “indesejáveis”, não existe mais, uma vez não ser mais necessário qualquer pacto para o imobilismo (SAFATLE, 2015).

Em outros termos, ao se constituir uma nova coalização, claramente tangida pelas diretrizes do mercado (reformas econômicas conservadoras), as políticas públicas contra as desigualdades substantivas saem da pauta de prioridades. O centro do projeto de governo denuncia-se na luta por um ajuste conservador do Estado, por solicitação do mercado financeiro: sintomas do fim da nova república.

Neste cenário, que impacta e espanta, o movimento social do campo, assim como todo o “campo da esquerda”, se situa e se vê desafiado. Há em muito, naquilo que se dissolveu, uma questão de identidade posta. Fala-se da necessidade de passar, sem rancores, pela clivagem da autocrítica. Sobremaneira, essa necessidade impera, para que não se repita os mesmos erros, sequer ocorra de sediar as expectativas apenas nas efemeridades dos projetos de poder. Deste desafio, também os movimentos sociais não podem se esquivar.

Mudando de assunto, há que se constatar uma tradição no Brasil em adotar uma interpretação pautada na subjetividade quando se trata de direitos fundamentais da maioria da população. Assim, parece que a única compreensão que cabe, no contexto, é o “medo dos incluídos”, ou então, que o acesso dos mesmos à bens e serviços públicos, por parte do Estado provedor, poderia golpear a histórica e assimétrica desigualdade social. Este elemento da subjetividade, “culturalmente plantado”, não pode servir de limitante à ação dos movimentos. Trata-se, de um artifício instituído nas entranhas do poder público, e que, facilmente pode ser imposto/absorvido pelos setores organizados. Reflete-se aqui, no exemplo abaixo, a necessidade de pautar este debate, em relação à questão agrária e aos movimentos sociais do campo. Veja-se alguns exemplos.

A iniquidade do processo, muitas vezes impõe a discricionariedade nos procedimentos públicos. Tome-se por exemplo, os critérios essencialmente subjetivos para avaliar o grau de utilização da terra e o grau de exploração econômica, que são os chamados índices de produtividade. No Brasil, os critérios estabelecidos constam na Instrução Normativa do Incra nº 11/2003, não contempla as diferenciações regionais, as várias formas de uso da terra, também diferenciadas e, acentua, sobretudo, as dimensões econômicas, para tal avaliação. Desta forma, o entendimento final se determinada área cumpre ou não sua “função social”, estará “condicionada” à subjetividade de um avaliador ou gestor.

Outro exemplo, que persiste na mentalidade colonial e proprietária, diz respeito à tentativa, estrategicamente arquitetada pelos grandes proprietários, no Brasil, pela via de sua representatividade (bancada), em conspurcar a objetividade do conceito de trabalho escravo. Retira-se da materialidade do fato, toda evidência, tornando o aplicador (intérprete), um refém, ao sabor das circunstâncias e da subjetividade. Assim, inventiva artimanhas para burlar

a lei, na sua interpretação. No caso, transforma, retirando o conceito da realidade, inverte-se o contexto, anulando seu objetivo e eficácia. Marcha na contramão, uma vez que, tal conduta já foi inclusive evidenciada, de forma transparente, no Código Penal pátrio.

Busca-se impor este critério de subjetividade, ainda, na tentativa de transferir os critérios referentes à demarcação de terras indígenas e quilombolas, à subjetividade de bancada do Congresso brasileiro. Com isso, opera-se a mitigação das condicionantes quanto à intervenção dos interesses (mineração, energia, infraestrutura), em terras indígenas, obstruindo os efeitos da Consulta e consentimento prévio, livre e informado, entre outras.

Ante o impacto, por vezes estonteante do contexto e da conjuntura, pode-se facilmente se deixar envolver pelo discurso do “enfraquecimento” dos movimentos sociais, ou da sua atual impotência política. Neste campo, a realidade está farta em demonstrar que não basta a diversidade e a pluralidade de setores sociais organizados em luta. Há outros fatores, sendo que há inclusive a necessidade de espaços institucionais que sinalizem para o diálogo. A contraface desta compreensão é que, quando a repressão institucional e uma ferrenha criminalização dos movimentos sociais se consuma como prática, a própria oportunidade e poder de negociação se enfraquecem. E isso recrudescer ainda mais, em tempos de expansão das forças conservadoras nas esferas do poder.

Um outro sinal, sobretudo deixado às claras de 2013, em diante, se dá no sentido de que os movimentos sociais não desejam se partidizar. Trata-se, segundo Maria da Glória Gohn (2014), de outro tipo de poder, outro paradigma, onde por meio de inúmeros repertórios de ação coletiva, cria-se um tensionamento frente aos partidos, no rumo de mudanças políticas, legislativas e/ou democráticas, que sejam suficientes para responder às questões sociais.

Algumas coisas, igualmente se fazem importantes, na análise das perspectivas que se colocam para os movimentos sociais. Sobretudo na década de 1990 e início dos anos 2000, a pauta e os horizontes dos movimentos sociais, em muito se ampliaram. Avançou-se, inclusive, sobre questões mais universalizantes, demandas éticas, direitos humanos, questões ambientais, etc. Foi também um período de forte crescimento de Organizações Não Governamentais (ONGs), assim como um período onde o “corredor participativo” potencializou um grande espaço de atuação dos movimentos sociais, na esfera pública, na maioria das vezes institucionalizada. Há que ponderar, inclusive, que estas tendências não podem representar uma espécie de “sequestro político” dos movimentos sociais.

Neste sentido, torna-se importante evidenciar a linha de demarcação do que corresponde ou não, na perspectiva da ação coletiva organizada, seus horizontes e modos de

atuação. Não que não se demande por articulação e fortalecimento do poder social, capaz de imprimir força política aos movimentos sociais, diferentemente dos partidos políticos, e igualmente diferente, em grande parte, dos órgãos não governamentais.

O século XXI promoveu a irrupção de repertórios de ação onde cada vez mais se expôs a importância de articular as ações em plano maior. A dinâmica da atuação em rede, configurando ações e sujeitos políticos, mundialmente articulados, não pode passar despercebido, no contexto de desafios dos movimentos sociais contemporâneos. Esta articulação, em essência, comporta uma força política, que em muito precisa ser compreendida e articulada, por parte dos movimentos sociais.

E, enfim, cabe ainda uma breve nota sobre o fortalecimento “da direita” no país⁵². Para além do impacto das manifestações e pragmatismo de um discurso que se julgava sepulto, há que contrapesar também. Isso significa que, sem uma tangência moralista, é preciso perceber em que medida tal “fortalecimento” dialoga e reage ante um “enfraquecimento” dos setores dos movimentos sociais e setores da esquerda no Brasil.

As formas e fórmulas democráticas estão contingenciadas no contemporâneo das lutas dos movimentos sociais e desafiam a análise e a práxis destas coletividades. Permanece atual a importância em manter os “pés no chão”, no sentido das ações coletivas. Os valores comuns e a crença na universalização possível das ideias de justiça e igualdade substantivas, filtra-se pelas práticas locais. De tal forma, aquilo que disciplina ou permeabiliza estas práticas, implica em saber dar respostas iminentes e coerentes aos problemas sociais locais, assim como em enfrentar, compreender e ressignificar, no cotidiano, os espaços, as relações e as dinâmicas de poder.

Não resta dúvida qualquer, conforme constata Touraine (1998) sobre a importância dos movimentos sociais para a vida social. Para o sociólogo francês, é no vínculo entre a orientação cultural e o conflito social, que se processam os aspectos da reivindicação política e da construção social (TOURAINÉ, 1998, p. 151). Portanto, é na ação coletiva e organizada, onde se condensam os comportamentos coletivos, que as possibilidades concretas de

⁵² Entende-se, minimamente aqui, a distinção entre “direita” e “esquerda”, enquanto tendências que traduzem visão de mundo, comportamento e posicionamento político. Identificam-se como “de direita”, as pessoas, instituições e governos cuja visão está centralizada no indivíduo, na competitividade, na naturalização das desigualdades sociais, na meritocracia e no discurso da competência. Corresponde à esta visão ainda, a ideia de um Estado mínimo e na lógica do “egoísmo como virtude”, pautando tais convicções na tradição, na herança e em valores conservadores. Identificam-se como “de esquerda”, aquelas pessoas e segmentos que fundamentam sua visão, posição e atuação nos valores da igualdade, solidariedade e na negação das desigualdades como fenômeno natural. Tal posição ainda defende a ideia de um Estado de bem-estar social, com forte atuação na efetivação dos direitos sociais e de programas políticos de inclusão. Para maiores aprofundamentos sobre o assunto consultar Norberto Bobbio (1995).

“vivermos juntos”, se estabelecem. Em tempos onde a sociedade vai ficando cada vez mais pulverizada pela ausência da consciência de si, onde muitas vezes, tanto os discursos quanto as ideologias marcham em descompasso com a sociedade, é neste campo, que os movimentos sociais potencializam a busca e o encontro do sentido da vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão analítica acerca dos movimentos sociais do campo, enquanto fenômeno da ação coletiva, pode ser comparada à um exercício de entrar em uma casa, por meio de muitas portas, nem tão conhecidas. Por isso, a tentativa de sistematizar as dinâmicas deste fenômeno impede uma pretensão conclusiva. Assim, a finalização desta tese, sinaliza não para o ancoradouro, mas para o horizonte. Ou seja, em perspectiva não de chegada, mas de partida, é essencial olhar para frente, no sentido de perceber, dialogar e confrontar com outras análises que venham complementar e mesmo corrigir as análises acerca deste fenômeno.

Na maioria das vezes as pretensões iniciais alteram-se no trajeto da jornada. O recorte temático pensado, no início, buscava identificar uma percepção por parte dos movimentos sociais em relação ao Estado, no período que se convencionou chamar de “governos populares”, entre 2003 a 2016. Esta tarefa exigiu uma aproximação de distintas percepções. Logo que viu que a tarefa levaria inevitavelmente a localizar dinâmicas específicas, perspectivas que ora aproximavam, ora distanciavam a forma de olhar o Estado, tudo isso sempre sob o prisma do fenômeno estruturante: a questão agrária no Brasil.

Se há algo que a colonialidade cuidou de manter inalterada, como condição *a priori* de monopólio de poder, no país, foi a estrutura fundiária, representada pelo latifúndio e sofisticada, hoje, pelo agronegócio. Assim, razão à Caio Prado Junior (1942), ao dissecar nosso tecido social, quando diz, que “o DNA que compõe e recompõe a sociedade brasileira é o de seu passado escravocrata, da grande propriedade e da monocultura”. Impossível pois, recuperar o debate sobre os movimentos sociais do campo, sem trilhar pelo debate sobre nosso ordenamento fundiário e agrário.

Percebeu-se, assim, a correlação entre a interpretação da relação Estado-movimentos sociais do campo, com a proposta suscitada na revisão teórica. Ou seja, a centralidade da questão agrária, do protagonismo camponês e a apropriação patrimonial do Estado, premissas da revisão teórica, foram primordiais para a leitura do fenômeno de tal relação. Foi a partir destas chaves de leitura que, a abordagem acerca do fenômeno fixou as demarcações necessárias. A partir disto, então, pode-se melhor apurar o fenômeno manifesto, cruzando as possibilidades de análise existentes, no sentido de aferir as hipóteses.

A primeira hipótese correspondia à ideia de inadequação do modelo de análise da relação Estado-movimentos sociais, com base no binômio Estado-sociedade civil. Hipótese confirmada, sobretudo a partir da aplicação do referencial da Teoria dos Processos Políticos e

da lógica das oportunidades políticas. A segunda hipótese, confirmada em parte, dizia respeito à relação dos “governos populares” e movimentos sociais do campo, no sentido de arrefecimento seja na resistência, seja na organicidade destes segmentos. Há roteiros novos de enfrentamento, que transcendem o esquema aliança/oposição aos governos. Considere-se ainda o fato, de que a estrutura do Estado supera, a atuação circunstancial dos governos. E a terceira hipótese, o fato de que os movimentos sociais do campo desenham um novo processo de participação, politizando suas demandas, sob um prisma heterogêneo e complexo de relações e conexões.

Em outra direção, no curso da pesquisa, a presença acompanhante junto aos movimentos sociais do campo, em audiências, reuniões e outras diligências, levou-me a perquirir sobre a contraface da questão originariamente pensada: o que os agentes públicos (corporificação do Estado), compreendiam ou analisavam sobre a atuação dos movimentos sociais. Por certo, não se encaixaria, pelo tempo e contexto, uma observação mais aprofundada, porém, no que foi exploratoriamente possível, pautou tal abordagem e observação, pela identificação localizada desta percepção ou compreensão.

Em grande parte, foi possível interpretar as formas desta relação, assim como a compreensão expressa e implícita, destes “sujeitos estatais”, de forma assemelhada à estudos já feitos, em especial, em pesquisas recentes (WOLFORD, 2010; CASTRO, 2013). Neste sentido, o pressuposto irreparável, no plano teórico é que a relação Estado-movimento, é uma relação complexa, tecida por processos específicos e interações dinâmicas, impossíveis de um enquadramento hermenêutico-binário, sob a categoria Estado-Sociedade.

Consequentemente, a dimensão composta por esta relação dimensiona-se por um conjunto de conexões, onde a ideia de parceria é ressignificada, assim como a apropriação do conceito de público, de procedimento administrativo, etc. Se há uma linguagem própria ou apropriada neste ambiente dialógico, há também uma narrativa subsumida pelos órgãos estatais. Isso resulta evidente, sobretudo quando se trata de justificar uma denunciada inação governamental na política agrária.

Por parte dos movimentos sociais, o pragmatismo é mais substantivo. Através de repertórios próprios, a “palavra se faz presença”, ocupação de terras e prédios, forjam-se agendas e pautas, vinculam-se prioridades, acionam instâncias. É possível retratar este repertório de ações coletivas dos movimentos sociais do campo, como um processo de “ocupação e ativação” generalizadas do espaço estatal, redefinindo, por sua vez uma outra concepção desta instância, onde as demandas agrárias são postas à mesa.

No entanto, agir também é reagir. Nunca, como nos últimos anos, a violência foi tão intensificada no campo. Proporcionalmente, há tempos, o Estado de Rondônia figura como Estado onde a violência contra camponeses, sem-terra, povos e comunidades tradicionais, mais impera. Se este imperativo, vinha sendo há tempos, gerenciado pela iniciativa patrimonial-privada, não o é, tão somente. A violência estatal, incansavelmente denunciada, também se materializa, em centenas de ações judiciais, superficialmente motivadas, em despejos feitos por milícias, em assassinados e outras formas de violência.

As reações dos movimentos sociais do campo têm posto em evidência o caos fundiário reinante no Estado, e a dimensão política desta evidência conjuga-se paradoxalmente com as agro-narrativas, com a imunidade agora garantida da grilagem de terras públicas, com o discurso da ordem e do Estado de direito. Às vozes do Estado juntam-se as vozes do autodenominado “setor produtivo”, compondo uma harmonia festiva para uns, fúnebre, na contraface, para as quase nove mil famílias envoltas em conflitos agrários, em 2017, conforme os dados do próprio Incra.

A pesquisa de campo possibilitou ainda, um breve exercício de memória. Contra o “silêncio das genealogias” (OLIVEIRA, 2000), intentou-se investigar as origens dos movimentos sociais do campo em Rondônia, suas condições de possibilidade, contextos e objetivos. Considera-se, assim, que pouco se conta ou se sabe do nosso passado, que não deve ser transformado em arquivo, para que, enfim, a memória cumpra sua função não de identificar repetições, mas de mobilizar processos de transformação e superação. Ao fazer memória destas *outras histórias*, infelizmente chega-se à constatação da necessária (des) colonização do saber, a fim de que, estes saberes impostos, não se prestem à “manutenção do poder”, como supõe Anibal Quijano (2005).

Em grande parte, a sistematização dos dados, assim como a leitura das impressões, conduz à uma elaboração predicativa. Se nunca está na agenda política da direita brasileira, a questão agrária, muito menos perpassa pela agenda política da esquerda pátria. Ressalvadas raríssimas exceções, os Partidos de esquerda não consideram a questão agrária como uma questão nacional, crível de ser realizada. Ocorre que a questão agrária é uma questão nodal, onde e como o capitalismo se reproduz, mantendo inalteradas as relações cujas raízes substantivam-se e perpetuam-se, sejam enquanto relações feudais (MARIÁTEGUI, 2010), sejam nas origens escravocratas (PRADO JÚNIOR, 1942).

E ocorre que no meio do caminho tinha um golpe. E assim, em abril e agosto de 2016, consolida-se, por parte do Congresso Nacional, alçando ao cargo o presidente Michel Temer. Como a questão agrária (alterações legislativas, implementação de políticas e revogação de

direitos) foi manejada como “moeda de troca”, permutou-se as alterações na legislação e política agrária, pelo patrocínio do golpe.

Assim, conforme Rubens Valente (2017), treze das dezessete pautas do agronegócio, foram atendidas até setembro de 2017. Em 2017, também, foi editada e promulgada a nova Lei agrária, que pragmaticamente inviabiliza a Reforma agrária enquanto direito social, constitucionalmente protegido. Além disso, o governo extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário, corporativizando os setores administrativos agrários à Casa civil, anulando assim, um importante espaço de interlocução com os movimentos sociais do campo.

Desta forma, a constatação apurada pela pesquisa de campo desvela não só, o pragmatismo da esquerda, quando no poder, como também uma opção pelo alinhamento virtuoso dos movimentos sociais do campo, por meio da “captura” de muitas lideranças dos movimentos sociais. A tradução deste alinhamento redundou em um período de desmobilização e refreamento dos processos de luta agrária, por parte dos movimentos sociais. Ainda assim, o desencanto político repropõe as formas de luta no campo, para além dos governos, nos últimos anos.

A leitura política da relação entre Estado e movimentos sociais do campo em Rondônia enfrentou a clivagem analítica suscitada pelo atual debate teórico. Tal leitura, entretanto, manteve o cuidado de buscar ao máximo, uma certa isenção na percepção e interpretação do fenômeno investigado. A ideia básica que norteou os rumos da análise foi de estabelecer nos limites da interpretação, uma linha de horizonte contra uma possível “colonização pelas teorias”. Ou seja, mediante um fenômeno, ainda pouco estudado, os parâmetros teóricos, de abordagem e análise, deveriam descartar as pretensões conclusivas. O desafio, portanto, foi tentar manter ao máximo, os pressupostos, uma vez que o fenômeno dos movimentos sociais supõe um itinerário dialético. Tal desafio se avulta, sobretudo quando trata-se de ação coletiva em perspectiva histórica de determinado grupo social.

Igual desafio foi o de manter a perspectiva filtrada pelo diálogo como condicionante imprescindível. Enfrenta-se, assim, a armadilha em deixar que a subjetividade dos envolvidos não se perca nas leituras mecânicas de um objetivismo ou racionalismo cartesiano. Tal perspectiva dialógica, por ser também dialética, institui-se como uma opção metodológica central, sobretudo pensada em termos de descolonização epistêmica, na melhor referência da teoria da decolonialidade (MIGNOLO, 2008). Assim, a ideia de movimento é essencialmente dialética, define-se, sobretudo, como oposição dinâmica à perspectiva estática, campo das imutabilidades, das permanências, e, portanto, campo preferido da colonialidade e dos colonialismos.

Por estar na perspectiva de um *locus* subalternizado, a abordagem analítica acerca da ação coletiva buscou entender esse campo, como um *locus* epistêmico, envolto em contextos históricos, onde a realidade concreta não pode ser lida em si mesma. Por trás dos fatos há uma histórica, há relações e, portanto, não se encaixa tal realidade em categorias herméticas ou conceitos explicativos, de forma pura e simples.

Levando-se em conta a tríade temática: Questão agrária, Estado e movimentos sociais do campo, buscou-se antes de tudo, em localizar o debate, seja em perspectiva acadêmica, seja no plano geopolítico. Neste itinerário, alguns elementos indicativos iam dando conta, de forma superveniente, da importância temática, seja para uma ressituação histórica, sob clivo político, seja no sentido de pensar em perspectiva. Exemplar isso, o fato de que, de forma espontânea ou organizada, os processos de enfrentamento e luta no campo põe em evidência o ativismo camponês. Na segunda parte da década de 1980, quando começam a surgir os movimentos mais organizados, os processos de luta e resistência já incorporam uma dinâmica de relação e mediação com o Estado.

Nos processos de resistência, levantados através da pesquisa de campo, apontaram também que, nos últimos anos, a maior expressividade no campo das reivindicações pelo acesso ao direito à terra, ocorre através do movimento associativo, denominado pelos órgãos públicos como grupos independentes. Trata-se, em regra, da forma de organização associativa, ou seja, pela via de organização verticalizada (presidente e diretoria), com finalidade essencialmente pontual, individualizada no interesse coletivo em questão. Esta forma de associativismo também, estabelece possibilidades de relações mais locais, com agentes políticos (prefeito, deputados, governadores), sobretudo quando da presença destes agentes em diligências locais, ou sob forma de audiências locais pré-agendadas.

Em relação à autarquia agrária, a mediação por estes movimentos associativos tem menos repercussão política que as demandas encampadas pelos movimentos sociais organizados. Chega-se assim, à evidenciar que, o associativismo corresponde à uma demanda de interesse, mais localizada, e portanto, trata-se de uma demanda coletiva, mais facilmente passível de ser “capturada” por interesses políticos ou eleitorais.

Outro indicativo exposto pelo levantamento da pesquisa de campo, sob forma de abordagem exploratória, diz respeito aos sujeitos coletivos que demandam por direitos territoriais: reconhecimento identitário e reconhecimento de territórios. Observou-se que a organização dos remanescentes de quilombolas, e das comunidades tradicionais extrativistas, sob muitos aspectos tiveram sua efetividade obstaculizada pelos procedimentos burocrático-estatais. Como, em grande parte, o caminho burocrático é longo e depende do trânsito em

instâncias distintas, facilmente as expectativas ficam reféns de manobras legislativas, da atuação de algum/a simpatizante da causa no interior dos órgãos, condicionadas, portanto, às circunstâncias que fogem do controle das lideranças das organizações.

A violência tem se constituído, no contexto das lutas agrárias e territoriais em Rondônia, um dos fatores mais perversos, no sentido de repressão e tentativa de desmobilização destas lutas. Esta violência, seja pública ou privada, cresceu nos últimos anos, colocando à descoberto, pelo menos três fatores. 1) a presença de milícias e/ou grupo paramilitares evidenciam a dimensão de impunidade ou imunidade de tais grupos, sendo que, muitos deles contam com a presença de agentes militares, seja da reserva, seja da ativa; 2) os crimes contra trabalhadores/as e lideranças dos movimentos sociais são muito pouco investigados. Poucos inquéritos chegam à conclusão ou se tornam ações penais, fazendo com que se afunile um consenso, também no seio dos órgãos policiais de que, as lutas agrárias atuam na “margem do ilícito”, e por isso, dilui-se a condição de vítima, fazendo com que pouca diferença exista entre o pistoleiro assassino e o sem-terra assassinado; 3) A judicialização dos conflitos agrários refletem um verdadeiro anteparo patrimonialista no Poder judiciário (indústria dos despejos) acessado por grileiros e grandes latifundiários. Por outro lado, efetiva-se uma rotina em classificar as formas de luta pela terra como “notícias-crime” (indústria de ocorrências). Essa ação orquestrada e subsidiada, por parte dos grileiros e grandes fazendeiros, dilui e encobre, a discussão sobre a questão agrária no Estado. Serve também como cortina de fumaça sobre os ilícitos e irregularidades que revestem boa parte da discussão proprietária: precariedade dos títulos, origem fraudulenta, grilagem. Isso faz com que a questão agrária seja tratada, exclusiva e terminantemente, como questão de polícia e de justiça, e não como questão de direito social e fundamental.

No entanto, não se pode desconsiderar a centralidade do papel e da função do Estado no trato com a questão agrária. Por parte dos órgãos administrativos, há uma morosidade articulada, que se materializa em uma infinidade de procedimentos, tornando a solução das questões levantadas um verdadeiro exercício de paciência. É na improdutividade deste contexto que os movimentos sociais se posicionam, cobram e reivindicam a priorização de suas demandas. O corte de orçamento e verbas destinadas, influências políticas e, muitas vezes, uma inoperância propositada, quando associada à vínculos escusos, compõe outras determinantes, que tornam o órgão ou setores do mesmo, refém das próprias incapacidades.

Por parte do Estado, em âmbito policial e judicial, a questão agrária no Estado de Rondônia reverbera em um cenário de violência extremada, a atuação deste Estado. Em outras palavras, isso significa que no recrudescimento da violência contra trabalhadores/as do

campo, assim como nos despejos arbitrários sem nenhuma ordem judicial, assim como na criminalização das lideranças e toda sorte de ameaças, por onde for investigado, será encontrado as “digitais do Estado”.

Salvo raríssimas exceções, não só a inação do Estado o compromete, mas também a opinião e os consensos que os agentes do Estado repercutem, contribuem para um comportamento cada vez mais rotineiro, da violência privada contra os movimentos, encomendada e patrocinada por grande parte de latifundiários e grileiros.

A garantia de “paz no campo” deixou de ser há muito, um compromisso republicano. De forma solenemente propalada, a presença policial no campo (Patrulha rural), tem sido apregoada para “garantir a integridade física e patrimonial dos proprietários”. Entre essas e tantas outras narrativas, estabelece-se o dilema e as ambiguidades da questão agrária, na perspectiva de um Estado atuante. Isso, melhor se visualiza, seja na intransigente defesa proprietário-patrimonialista, seja nas não cumpridas promessas do desenvolvimento, da integração e da oportunidade para todos. De tal forma, a reprodução capitalista se consuma na concentração e na exploração da terra, agora sob o fetiche produtivista do agronegócio.

A despeito desta posição/atuação do Estado em tratar a questão agrária com descaso, objetivando na essência, a priorização da estratégia de reprodução das condições capitalistas no campo e na organização da sociedade, há que considerar outras provocações. Em que sentido e alcance, a questão agrária incorpora, para a sociedade, sobretudo para os movimentos sociais, uma pauta que sinalize um projeto alternativo, de democracia realmente substantiva, na direção de direitos e mais igualdade social? Se a Reforma Agrária, compreendida e assumida, enquanto Programa de Estado, consumou-se, como uma contrarreforma agrária (IANNI, 1979), em que ponto e, sob quais critérios, seria esta questão uma agenda realmente republicana de correção das estruturais desigualdades? Afinal, a resistência ao latifúndio, à grilagem e à injustiça no campo, não haveria de ser/propor, além de um contraponto defensivo, um programa de mais democracia e equidade?

Por isso, uma das percepções da pesquisa, indica que talvez em algum momento histórico, perdeu-se o debate histórico e programático da questão agrária. Talvez se perdeu a própria disputa pelo sujeito coletivo, historicamente. A problematização aqui, considera inclusive os descompassos, onde as expectativas se transformam ou se conformam, no percurso. Em boa parte, restou visível que os objetivos, feito um sonho originário, que mobilizava uma causa, destituiu-se de seu potencialmente revolucionário. Por que o sonho da terra, uma vez concretizado, acaba se convertendo em espaço físico e social de determinadas

ambiguidades, recompondo as relações estruturais, que antes, julgava combater? Seria a viagem de volta para o mesmo lugar? (DAL MASO, 2004).

É perceptível, pois, que a força mobilizadora dos movimentos sociais do campo, ainda que, irrompendo sob forma de pressão social, enfrentamento e resistência, pode no espaço público do debate, se diluir. Há, por parte da estrutura estatal instituída, um virtual sequestro destas potencialidades, que se perdem em dispositivos jurídicos, burocráticos e arranjos administrativos. A politização das demandas agrárias, portanto, é mais que a publicização do debate. A contrário senso, pagar-se-ia o preço de reproduzir, a mesma ordem capitalista e relacional, secularmente assegurada pelo individualismo possessivo, patrimonialmente constituído.

No campo das resistências, a análise que se interpõe, problematiza se a questão agrária se resolveria tão somente pela criação de assentamentos, retomadas de terras apropriadas pela grilagem, ou por uma democratização do acesso à propriedade da terra. Sob muitos ângulos de leitura, há que se considerar que, na lógica estatal instituída, o que se torna “possível” em matéria de política agrária, é o que “possibilita” a recomposição da lógica e da dinâmica de expansão do capitalismo no campo.

De tal forma, o ordenamento jurídico e administrativo, enquanto “ordem instituída”, acaba por determinar, em grande parte, nas áreas de reforma agrária, um espaço ambíguo de reprodução do capital. Este é um ponto de inflexão, mas deve ser sobretudo, um ponto de reflexão para os movimentos sociais do campo.

No plano político estatal, a questão agrária será reproposta em novos moldes jurídicos e por isso a nova Lei agrária (13.465/2017), onde se prevê, para as áreas de assentamento dois dispositivos extremamente denunciadores desta ambiguidade: 1) a possibilidade administrativa e jurídica de regularizar áreas de reconcentração (tidas até então como ocupação irregular) nos assentamentos, e, 2) a possibilidade dos “contratos de integração” (art. 21), criando as possibilidades de inserir as áreas de assentamento (públicas, à princípio), na lógica das empresas rurais, sobretudo do agronegócio. Essa terceirização das áreas de assentamento, sob as regras do inquilinato agrário, retira de vez, o conteúdo do direito da terra, enquanto direito social, e da função social, enquanto, bem de uso/trabalho, moradia e dignidade.

Cumpre-se assim um círculo vicioso onde promove-se os arranjos e alterações sem que se altere a estrutura fundiária e as relações sociais no campo. No projeto de colonização dirigida, proporcionalmente o quantitativo de áreas fora reduzido, em relação ao assentamento dos colonos. Privilegiou-se as grandes áreas, que de forma censitária, haviam sido reservadas

à grandes empreendedores rurais, empresas agrícolas e grandes latifundiários. Na nova lei agrária, amplifica-se as possibilidades de reconcentração de terras e do latifúndio, por meio de dispositivos de regularização da grilagem. Igualmente censitária, trata-se de uma reserva fundiária para a especulação e agronegócio.

Enveredar-se, portanto, pela crença de que o “espaço público” da interação Estado-movimentos sociais do campo, representa a densidade do avanço participativo e democrático, parece temerário. Acreditar que, através dos movimentos sociais, as políticas públicas agrárias venham se tornar, efetivamente emancipatórias, manifesta-se igualmente retórico.

Se alguma constatação plausível possa ser assumida, é admitir, em perspectiva dialética, que os processos são construídos de forma dinâmica e complexa. Há uma especialização por parte da ordem capitalista instituída em reproduzir as contradições sociais, acalantadas inclusive por narrativas homogeneizadoras. Igualmente a “ordem proprietária” é engendrada por artifícios que vivem da construção e reprodução de consensos, elaborados por leituras unívocas e convenientes, buscando manter vedada ou blindada a ordem estabelecida.

No que tange à percepção em potencial das lutas dos movimentos sociais do campo, é possível concluir que, em tais lutas, em seus diferentes níveis e contextos (oportunidades), resultam em afirmar a territorialidade camponesa contra a ampliação do capitalismo no campo. Essa territorialidade aponta, em grande medida, para a inclusão, para os processos participativos, assim como para uma outra relação humana com a terra e os bens naturais.

O expansionismo “mercado-cêntrico” do agronegócio, não só dilapida terra e territórios, como anula as condições de relações humanas, pautadas na convivialidade, no respeito e no diálogo. Isso, portanto, confronta a perspectiva dos movimentos sociais, seus vínculos e seus horizontes de expectativas e compreensão histórica e política.

De tal forma, a leitura desta realidade tecida por meio de uma teia complexa de vínculos, desafia consensos, mobiliza contextos e ativa a consciência crítica, para além da observação das aparências. Cabe uma responsabilidade aos movimentos sociais do campo, antes de tudo a superação de uma compreensão colonizada da realidade, não importando de onde surja o colonizador. Toca também, aos agentes dos movimentos sociais, uma percepção do dinamismo em movimento, que recupere as fontes, mas que ajude a enxergar as margens, a fim de que se mantenha o horizonte em perspectiva emancipatória.

Neste sentido, a história das lutas agrárias supõe uma consciência coletiva do protagonismo dos movimentos sociais, sem vedetismo narcísico, muito menos ingenuidade histórica e política. Estar em movimento, portanto, sinaliza para um esforço incansável contra as rotineiras formas de exploração e toda sorte de constrangimentos estruturais.

Implica em manter ativa a perspectiva da esperança, com seu potencial libertário e contramajoritário, em suas distintas formas de enfrentamento e resistência. Em boa medida, acredita-se, pois, que é nos movimentos sociais, que ainda se encontram vínculos de uma utopia emancipatória, e é por meio deles e em potencial, que torna-se possível repensar os valores democráticos.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebeca; Von Bülow, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *In: Sociologias*. n° 28, ano 13. Porto Alegre, 2011, pp. 52-84.
- ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Novas relações Estado–sociedade no governo federal brasileiro. Repertórios de participação em um Estado heterogêneo. **Anais do 35° Encontro Anual da ANPOCS**, 2011.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ACERVO ISA. Viagem ao Remoto País dos territórios. **Revista Visão**, 7.10.1974, pp. 25-32. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/viagem-ao-remoto-pais-dos-territorios>>. Acesso em 10 jan. 2018.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese de Doutorado junto ao PPG em Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Política Ambiental. Universidade Nacional de Brasília – UNB, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. 2010. "Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios". *In: A. Almeida et alli. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. pp. 101-143.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e Localismo-Movimentos Sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. **ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Ano 19 n°. 1. Abril/jun de 1989. Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) pp. 4-7
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**, São Paulo. n° 76, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67313619003>>. Acesso em 23 jun. 2017.
- AMARAL, Januário. **Mata virgem: terra prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.
- AUBERTIN, Catherine. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.
- AVRITZER, Leonardo. **O fim da Nova República**, 2016b. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/noticia/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer>>. Acesso: 10 jan. 2018.

BALLESTRIN, Luciana. Para Transcender a Colonialidade. In: **Revista IHU** online (Revista Impressa). São Leopoldo, nº 431, Ano XIII. pp. 40-41, nov. 2013.

BARBOSA, Adelto Rodrigues. **Histórias silenciadas, formas de resistência na ocupação do município de Urupá**: a cultura da colonização. Dissertação de mestrado, PPG em História e Estudos culturais. UNIR, 2017.

BECKER, Berta Koiffmann. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991

BECKER, Bertha Koiffmann. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana Helena P. de; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. (Tradução de Marco Aurélio Nogueira). São Paulo: UNESP, 1995.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de Psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. (Trad: Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A, 1989, p. 163.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. (Trad: Rosa Freire d'Aguiar). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. 1998. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, Afrânio Mendes e NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de outubro de 1985.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de fevereiro de 1993.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. **Acórdão 755** (TC 000.517/2016-0). Representação com Pedido Liminar. Brasília: TCU, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de junho de 2009.

BRASIL. Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de

25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar no 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei no 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de julho de 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**. nº 74. São Paulo, março 2006. pp. 25-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100003> . Acesso: 10 jan. 2018.

BRUNO, Regina. Guardiões da reforma agrária: servidores públicos e técnicos em defesa De uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil. **Tempos Históricos**, vol. 16, 2012, 2º semestre.

BRUNO, Regina, Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do Agronegócio. Águas de Lindóia, 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2/8027-movimento-sou-agro-marketing-habitus-e-estrategias-de-poder-do-agronegocio?path=36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2>>. Acesso: 10 jan. 2018.

CARTER, Miguel. Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e conseqüências. In CARTER, Miguel. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, 2012. Disponível em: <www.landaction.org/IMG/rtf/Os-limites-da-resistencia-social-camponesa.rtf>. Acesso: 10 jan. 2018.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. (Trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Códex, 2003.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CASTRO, Camila Penna de. **Conexões e controvérsias no Incra de Marabá: o Estado como ator heterogêneo**. Tese apresentada junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2013.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome – **A fome no Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, S.A, 1946.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. (Trad. de Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAGAS, Afonso Maria das. **Emergência dos direitos territoriais frente ao direito de propriedade fundiária**: do colonialismo jurídico à pluralidade de direitos. Dissertação de Mestrado junto ao PPG em Direito da Universidade Vale dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2012.

CLEPS JUNIOR, João. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise institucional no Brasil. In: **NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária. Nº 120, Dez. 2017. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 13 março 2018.

CNDH. Conselho Nacional de Direitos Humanos. Relatório de Missão: Rondônia. 2016 (**Material impresso**).

COIMBRA, Cláudia Conceição. **Territórios em trânsito**: estratégias de sobrevivência das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória, Ariquemes. Rondônia e a instituição de seus territórios. Dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2015.

COY, Martin. Problemas atuais de colonização e desenvolvimento rural numa fronteira agrícola na Amazônia brasileira e a resposta do Estado: O caso de Rondônia. In: EMBRAPA/CPATU (org.): 1 Simpósio do Trópico Úmido. **Anais**. Vol. VI: Temas Multidisciplinares, S. 321-331. Belém.1986.

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

CORUMBIARA. Direção de Vincent Carelli. Estúdio: **Vídeo nas Aldeias**. Brasil, 2009.

COSTA, Francisco de Assis. **Agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA/UFPA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: Sepeq/NAEA/UFPA, 1992.

COSTA, Gleimíria Batista de. **Permanência de práticas tradicionais em Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2012.

COWELL, Adrian; RIOS, Vicente. **A década da destruição**. Direção Adrian Cowel e Vicente Rios, 34 min. Produção Verbo Filmes/Cit. 2010.

CPT/VÁRIOS AUTORES. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2017.

CPT/VÁRIOS AUTORES – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil: 1988**. Goiânia: CPT, 1989.

CPT/RO. Comissão Pastoral da Terra – Regional Rondônia. Relatórios dos conflitos no campo no Estado de Rondônia. Porto Velho, 1991. (**Material impresso**)

CPT/RO. Comissão Pastoral da Terra – Regional Rondônia. **Atas e Relatórios**. Porto Velho, 1989. (Material impresso)

CRUZ, Montezuma. **O latifúndio armado e a bala contra Agenor**. 2007. Disponível em: <<http://www.tudorondonia.com/noticias/o-latifundio-armado-e-a-bala-contragenor-montezuma-cruz-,3918.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CUNHA, Sílvio Rodrigues Persivo. **O Xadrez da Terra**. Um Estudo Sobre a Colonização Dirigida em Rondônia. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA. Ano de Obtenção: 1985.

CUNHA, Eliaquim Timóteo, MOSER, Lilian Maria. Os Projetos de Colonização em Rondônia. In: **Revista Labirinto** – Ano X, nº 14, dez. de 2010. Disponível em: <www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/download/938/922>. Acesso em: 12 dez. 2017.

DAL MASO, Mansueto. **Movimentos Sociais: a longa viagem para o mesmo lugar**. 2004, f. 300. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências sociais, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A elite dirigente do governo Lula**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

DUARTE, Nestor. **A Ordem privada e a Organização política nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

ENGELMANN, Solange I; GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil, a política agrária no governo Lula e a relação com o MST. *IN: Revista Eletrônica do CEMOP*, nº 02, set. 2012. Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange_e_aldo_duran.pdf>. Acesso: 10 dez. 2017.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FEARNSIDE, Philip Martin **Projetos de colonização na Amazônia brasileira: objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano** Cadernos de Geociências No. 2, 1989a. p.7-24.

FELZKE, Lediane Fani; OLIVEIRA, Dalva Felipe de; PAULA, Jania Maria de. Memória e resistência na migração para a Amazônia : O caso de Nova Londrina em Ji-Paraná, estado de Rondônia, Brasil (En línea). (2014). **Mundo Agrário**, 15(30). Disponível em: <<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6495/pr.6495.pdf>>. Acesso em: 10 Mar. 2018.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: **A Questão Agrária no século XXI – escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do MST (1979-1999)**. Tese de doutorado junto ao PPG Geografia, na Universidade de São Paulo, 1999.

FERREIRA, Maria Madalena. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. In: ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças.; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. (orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: reflexões geográficas**. Curitiba: SK Editora/Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 31-57.

FERREIRA, Iremar Antônio. **Fachos acesos na mata**. Dissertação de mestrado junto ao PPG em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. (Trad. de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária. **Pauta Positiva – Biênio 2016/2017**. Brasília: FPA, 2016 (material impresso).

GERALDES, Elen Cristina et al (Orgs.). **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC-UNB, 2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16. n. 47, maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **A questão Meridional**. (Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. v. 1. (Tradução de Manuel Simões). Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. Do sentimento à imaginação republicana: em busca de uma narrativa para a reforma agrária do século XXI. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel;

RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (orgs). **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GUPTA, Akhil. Blurred Boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics and the imagined state. In: SHARMA, Aradhana.; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State**: Areader. Oxford: Blackwell, 2006. p. 211-243.

GTA. **O Fim da Floresta?** A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no estado de Rondônia. Grupo de Trabalho amazônico, 2008.

HALL, Anthony. **Developing Amazonia: Deforestation and social conflict in Brazil's Carajas Programme**. Manchester University Press, Manchester, UK. 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004, vol. I a IV.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes de Trindade. A política de colonização dirigida no Brasil – um estudo de caso, Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, 46 (3/4), p. 393-423, jul./dez., Rio de Janeiro, 1984.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. (Tradução Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. **A utopia camponesa**. In: WELCH, Clifford Andrew *et all* (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v. 1. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LAZZARINI, Sérgio. **Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões**. São Paulo: Elsevier, 2011.

LE TOUREAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XIII, n. 1, p. 111-130. jan.-jun. 2010.

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão**. Lua Nova [online]. 1998, n.44, pp. 81-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 12 fev. 2017.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. In: **Revista Lua Nova**. n. 76. São Paulo, 2009. pp. 11-48.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara, massacre ou combate?** A luta pela terra na Fazenda Santa Elina. Dissertação de mestrado junto ao PPG em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *In: Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP., v. 6. N1-2. Jan, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** *In: MARTINS, José de Souza. Fronteira: A degradação do outro nos confins do trabalho.* São Paulo: Editora contexto, 2ª edição. 1997. p.131-179.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia Legal. *In: Revista de Ciências sociais*, v. 11, nº 1-2. Fortaleza, 1980. pp. 7-27.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do Poder.** São Paulo: Contexto, 2016.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MESQUITA, Helena Angélica. **Corumbiara: o massacre dos camponeses.** Rondônia (1995). Tese junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo- USP, 2001.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade *em* política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MONTEIRO, Rodrigo Paranhos. **De fronteira a território – Agricultura familiar na Amazônia Ocidental:** o caso da formação da bacia leiteira em Ouro Preto do Oeste, Rondônia. Dissertação de mestrado junto ao PPG em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.

MINDLIN, Betty. **Diários da Floresta.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006, 245 p.
MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. A migração para Rondônia (Brasil) pós década de setenta: um olhar a partir dos estudos culturais. *In: Revista de História da UEG.* Anápolis/GO . v. 5, nº 1. Jan/jul. 2016. Disponível em:
<<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4827>>. Acesso: 12 jan. 2018.

MURTA, Raíssa de Oliveira. **Ethos Camponês e espaço rural periférico: (des)encaixes frente à legislação florestal brasileira**. Dissertação de mestrado junto ao PPG em Extensão rural. Universidade Federal de Viçosa, 2014.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? *In*: BUAINAIM, Antônio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, pp. 695-724.

NEVES, Delma Pessanha. Questão agrária: projeções societais em confronto. *In*: **Revista Texto e Debates**, Boa Vista, nº 31, pp. 79-106, jan-jun, 2017.

NUNES, Victor leal. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1947.

NOBREGA, Renata da Silva. **“Entra na roda”: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia**. Tese de doutorado junto ao PPG em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná**. Tese de doutorado junto ao PPG em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas/SP: Papirus, 1988.

PAULA, Roberto de. **Questão agrária e insurgência na América Latina**. 2016, f. 186. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. (Trad. de Ricardo Santhiago). São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luis. **Migrantes amazônico. Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo dos fatores humanos no campo da saúde pública. *In*: **Revista Saúde Pública**, v. 29, nº 04. São Paulo, 1995, pp. 318-325. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/rsp/1995.v29n4/318-325/pt>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

OAN – Ouvidoria Agrária Nacional. Atas e Relatórios, 2016 e 2017 (**material impresso**).

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLSON, Mancur. **A lógica da Ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999.

ONDETTI, Gabriel. **Land, Protest and Politics: the landless movement and the struggle for agrarian reform in Brazil**. Pennsylvania: University Press, 2008.

ONDETTI, Gabriel. 2006. **Repression, opportunity, and protest: Explaining the take off of Brazil's Landless Movement**. Latin American Politics and Society, vol. 48, Issue 2, p. 61-94, 2006.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a Sem-Terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil** (tradução de Cristina Yamagami). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, Leonilde, et al. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 1994. p. 49-69.

PAULA, Roberto de. **Questão agrária e insurgências na América Latina**. Tese (doutorado), apresentada junto ao PPG de Direito na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Mauro César R. de. Sindicalismo rural, Política e Ambientalismo na Amazônia. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, pp. 109-132.

PENNA, Camila; ROSA, Marcelo C. Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil. In: **Revista Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, nº 95, São Paulo, maio-agosto, 2015, pp. 57-85.

PLOEG, Jan Douwe van der. O Modo de produção camponesa revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. pp. 13-56.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf2006>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1942.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). **Reflexões sobre**

a **pesquisa sociológica**. 2ª ed. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1999, pp. 13-29.

RAMOS, Pedro. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. *In*: BUAINAIM, Antônio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NASCIMENTO, Francisco José. Os Plantadores de sonho. *In*: MARQUES, Alberto; MATTZA, Antônio Fernando *et all*. **Memória Incra 35 anos**. Brasília: MDA/INCRA, 2006. pp. 132-153.

NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, pp.659-694

QUIJANO, Aníbal. A Colonialidade do poder, eurocentrismo e América ciências sociais: Perspectivas latino-americanas. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, set./2005. p. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

REIS, Elisa Pereira. Brasil: Cem anos de questão agrária. *In*: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 281-301, 1989.

REIS, Elisa M. P. (1982), "**Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo**". Dados, vol. 25, nº 3, pp. 331-348.

RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *In*: **Revista de Sociologia e Política**, nº. 21, p. 71-82, nov. 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica, espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

RICCI, Rudá. **Lulismo – da era dos movimentos sociais à Ascensão da Nova classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ROSA, Marcelo. **O Engenho dos Movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SAFATLE, Vladimir. **A Nova República acabou**. 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/a-nova-republica-acabou-por-vladimir-safatle>>. Acesso: 02 jun. 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça; a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

SANTOS, Carlos. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho/RO: EDUFRO 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares de. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. (Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth). Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, pp. 109-130. v. 21, nº 1. Universidade Nacional de Brasília: Brasília, Jan-abril, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 23 jun. 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISHKE, Paulo J. **Revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. Brasília: Editora Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. *In: Revista Política & Sociedade*. Nº 5, outubro de 2004. pp. 13-34.

SERJE, Margarita. El mito de la ausencia del Estado: La incorporación económica de las “zonas de frontera” en Colombia. *In: Cahiers des Amériques*, nº 71, 2012. pp. 95-117. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cal/2679> ; DOI : 10.4000/cal.2679>. Acesso: 10 jan. 2018.

SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. **Ocupações e Acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil**. Garamond: Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por Terra: crises da Reforma Agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. **Buraco negro: a Reforma Agrária na Constituinte de 1987-88**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. *In: Confins*, nº 23, 2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/9949>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

SOUZA, Jessé. **A Elite do atraso: da escravidão à Lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese apresentada ao PPG de História, da Universidade Estadual Paulista, 2011, p. 25.

SOUZA, Marilsa Miranda. **Capitalismo, questão agrária e meio ambiente em Rondônia: o caso de Jacinópolis**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2006.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**. Tese de Doutorado defendida junto ao PPG em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** (Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEINBECK, John. **As vinhas da Ira**. (Tradução de Herbert Caro e Ernesto Vinhaes). Rio de Janeiro: Record, 2013.

STOLZ, Sheila; GUSMÃO, Carolina Flores. A influência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na legislação e na formulação de políticas públicas direcionadas às pessoas que trabalham no meio rural. *In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*. v. 37, nº 2. Jul/dez. 2017. pp. 299-330. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/nomos/article/download/20522/71809>>. Acesso; 21 jan. 2018.

TARROW, Sidney. States and Opportunities: The Political Structuring of Social Movements. *In: McADAM, McARTHUR e ZALD. Comparative Perspectives on Social Movements*. Cambridge Un. Press, pp. 41-61, 1996.

TEDESCO, Carolina. Presença ausente e ausência presente do Estado na fundação do espaço para o turismo no Vale do Ribeira paulista. *In: Revista franco brasileira de geografia*, nº 9, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/6484> ; DOI : 10.4000/confins.6484. Acesso: 18 mar. 2018.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, Salário e Família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês**. Tese de doutorado junto ao PPG em Sociologia. Unicamp, Campinas, 1998.

THÉRY, Hervé, **Rondônia mutações de um Território federal na Amazônia federal**. Curitiba: SK Editora, 2012. 304 p.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. (Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves). Petrópolis: Vozes, 1998.

TURCHI, Lenita Maria. A colonização Dirigida no Processo de Expansão e ocupação da Fronteira Agrícola. *In: Revista de Economia Rural*. Brasília/DF, v. 19, pp. 92-125, 1981.

VALENTE, Rubens. **Pautas de viés conservador avançam na gestão de Michel Temer**. Folha de São Paulo, 24. Set. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1921276-pautas-de-vies-conservador-avancam-na-gestao-de-michel-temer.shtml>>.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WOLFORD, Wendy. **Participatory democracy by default: land reform, social movements and the state in Brazil**. *The Journal of Peasant Studies* Vol. 37, n° 1, January 2010, 91–109.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico*, n° 87. Brasília (UNB): Tempo brasileiro, 1990.

ANEXOS

ANEXO 1: Roteiro de pesquisa de campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA – FCR
DOCTORADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIA POLÍTICA
TEMA: MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Pesquisador: Afonso Maria das Chagas
Orientador: Prof. Dr. Fabio Rychcki Hecktheuer

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____

Ocupação/Trabalho/função: _____

Município: _____

1. A origem da sua militância/participação em Movimentos Sociais está ligada à qual setor/instituição:

Igreja Católica Igreja Evangélica Partido Político

Qual? _____

Sindicato Associação Outro

Qual? _____

2. Em que ano começou a participar de algum Movimento Social? _____

3. Em qual município teve contato com este Movimento Social? _____

PERFIL HISTÓRICO DO MOVIMENTO SOCIAL

4. A quais das seguintes “Bandeiras de luta” o Movimento Social, Organização, Pastoral, estava ligada, no tempo da sua participação? Enumere por ordem as 03 principais “bandeiras”:

Luta pela terra/regularização/território

Acesso a crédito agrícola

Políticas Públicas (estrada, energia, escola, etc)

Ganhar as eleições municipais

Reconhecimento de Direitos/Identidade

Outro Qual? _____

5. Em relação à forma de organização dos trabalhadores/as do campo, à época do início da sua participação, como se dava:

Sindicalismo

Associativismo ou cooperativismo

Organizações voltadas à luta pela terra

Outro Qual? _____

6. Quanto à dinâmica de ação, representação dos movimentos/setores sociais do campo, à época do início da sua participação, como se operava:

Grupos de base e articulação municipal e estadual

Apenas base municipal

Apenas base estadual

Outro Qual? _____

7. Quanto às mediações políticas enquanto apoio e mecanismo de participação relacionada aos objetivos, como se procedia tal relação:

Vinculado à Instância estatal

Vinculada à Organizações não-governamentais

Vinculada à atuação das Igrejas

Outro Qual? _____

8. Quanto à relação com os governos do município ou do Estado, à época do início de sua participação, como se estabelecia esta relação:

Relação de diálogo, respeito, autonomia

Relação de enfrentamento e oposição

Relação de parceria política

Relação de cooptação de lideranças

Outro

Qual? _____

9. Quanto à relação com a sociedade, à época do início de sua participação, como se dava esta relação em geral:

Relação de respeito e admiração

Relação de oposição e enfrentamento

Relação de indiferença

Relação de apoio, envolvimento e parceria

Outro

Qual? _____

10. Sobre a relação dos Movimentos/Segmentos/Grupos sociais com as Políticas Públicas, à época do início da sua participação, isso se dava através de:

Participação em Conselhos

Intermediação direta com os gestores públicos

Intermediação direta com agentes políticos (vereador, prefeito, deputado, governo)

Outro mecanismo

Qual? _____

11. Acerca da atual relação dos Movimentos/Segmentos/Grupos Sociais com o Estado e suas instâncias/autarquias, isso resultou em:

Novo e necessário instrumento na efetivação de políticas públicas (relação neutra)

Cooptação e engessamento na implementação de políticas públicas (apoderamento)

Arena de disputa/enfrentamento na concretização de políticas públicas (empoderamento)

Outro

Qual? _____

12. A relação entre Movimento social e governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2002:

Ampliou-se o espaço de intervenção e controle das Políticas Públicas (alinhamento)

Enfraqueceu a capacidade de negociação quanto às Políticas Públicas (desmobilização)

Em nada influenciou na tradicional relação entre Estado e Movimentos Sociais

13. A partir da emergência ao Poder pelo Partido dos Trabalhadores (2002), as “Bandeiras de luta” dos Movimentos Sociais do campo, em Rondônia:

Avançaram em seus resultados concretos e efetivos

Paralisaram, em função do atendimento a novas demandas técnicas incorporadas

Recuaram, em razão do afastamento dos movimentos de suas bases

Descaracterizaram, em razão de outros fatores entre eles a consolidação do agronegócio
Sobre a agricultura familiar e campesinato

RELAÇÃO COM O MOVIMENTO SOCIAL HOJE

14. Sobre os Movimentos Sociais do campo como instrumentos de fortalecimento da democracia e Políticas Públicas, nos dias atuais, como percebe esta influência:

- Não possuem tanta importância mais, em razão das mudanças ocorridas no Estado
- São na verdade uma extensão do Estado na implementação de Políticas Públicas
- Perderam sua capacidade de mobilização e pressão por Políticas Públicas
- Mantêm sua autonomia e continuam sendo importante instrumento democrático

15. A partir da atual experiência e envolvimento com os Movimentos Sociais do campo em sua região e nos tempos atuais, qual seria, por ordem as principais demandas sociais por Políticas Públicas:

- Reforma agrária (tradicional e popular), regularização fundiária, documentos da terra
- Fortalecimento da Agricultura camponesa com outra matriz de produção
- Questão ambiental e combate aos agrotóxicos
- Fortalecimento da agricultura familiar
- Outro: Qual: _____

16. Tendo em vista a recente história dos Movimentos Sociais:

- Enfraqueceram os Antigos Movimentos em razão do surgimento de novos
- Como os direitos já foram institucionalizados, a luta agora se dá em outro campo
- A importância/validade do Movimento termina quando atinge-se os resultados pretendidos
- Se institucionalizaram em espaços necessários de representação democrática

17. Que outro, ou outros aspecto(s) indicaria (entrevistado) como importantes nesta relação entre Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas, nos dias de hoje:
